

GeoAtos

REVISTA GEOGRAFIA EM ATOS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
DA UNESP DE PRESIDENTE PRUDENTE

VOL. 8 Nº 15 / 2019

ISSN 1984-1647

EDIÇÃO ESPECIAL

Curso de Geografia da FCT-UNESP

MEMÓRIAS E DESAFIOS



designed by  freepik.com



GeoAtos

REVISTA GEOGRAFIA EM ATOS

© 2019 Departamento de Geografia do Campus de Presidente Prudente

CAPA & PROJETO GRÁFICO

Rizia Mendes Mares

FOTO DE CAPA

Adaptada de Freepik Company

DIAGRAMAÇÃO

Rizia Mendes Mares

REVISÃO

Conselho Executivo

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Conselho Executivo

EDIÇÃO ESPECIAL
VOL. 8 Nº 15 / 2019
ISSN 1984-1647

60 anos do curso de Geografia da FCT-UNESP MEMÓRIAS E DESAFIOS

Revista Geografia em Atos / Universidade Estadual Paulista.
Campus de Presidente Prudente - Departamento de Geografia, 2019.

Quadrimestral v.8, n.15, 245p, - 60 anos do curso de Geografia da FCT-UNESP: memórias e desafios - dez/2019.
ISSN 1984-1647.

1. Geografia. 2. MATOPIBA. 3. Movimento LGBT. 4. Agricultura Urbana. 5. Climatologia. 6. Economia.
7. Eucalipto. 8. Inovação. 9. Securitização imobiliária. 10. Reestruturação produtiva. 11. Sistema Único de Saúde. 12. Memória.

I.

Universidade Estadual Paulista.
Campus de Presidente Prudente. Curso de Geografia.

I

Os textos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores.
Permite-se a reprodução parcial, desde que mencionada a fonte.

GeoAtos

REVISTA GEOGRAFIA EM ATOS

EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP

Sandro Roberto Valentini
Reitor
Sergio Roberto Nobre
Vice-Reitor

ADMINISTRAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia - Departamento de Geografia
Rua Roberto Simonsen, 305, CEP:19060-900, Presidente Prudente - SP, Caixa-postal: 467
Telefone: (18) 32295650

Home Page: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos>
E-mail: geotatos.editorial@gmail.com

EQUIPE EDITORIAL

Editor-Gerente

Rizia Mendes Mares (FCT/UNESP)
Fredri dos Santos Bento (FCT/UNESP)
José Mariano Caccia Gouveia (FCT-UNESP)

Conselho Executivo

Guilherme dos Santos Claudino (FCT-UNESP)
Fátima Aparecida Costa (FCT/UNESP)
Larissa Araújo Coutinho de Paula (FCT/UNESP)
Luís Fernando Colombo (FCT/UNESP)
Marcelo Tenório Crepaldi (FCT/UNESP)
Mateus Fachin Pedroso (FCT/UNESP)

Conselho Científico

Prof. Dr. Ricardo Pires de Paula, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil
Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil
Prof. Dr. João Oswaldo Rodrigues Nunes, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil
Profa. Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil
Prof. Dr. João Lima Sant'Anna Neto, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil
Prof. Dr. Raul Borges Guimarães, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil
Prof. Dr. Antonio César Leal, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil
Profa. Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil
Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil

MANUTENÇÃO DO WEBSITE

Marcos Roberto Pereira de Souza, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil

BIBLIOTECÁRIA CONSULTORA

Micheli Antonia Oshima, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil

GeoAtos

REVISTA GEOGRAFIA EM ATOS

© 2019 Departamento de Geografia do Campus de Presidente Prudente

DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.v8i15.7086>

GeoAtos

REVISTA GEOGRAFIA EM ATOS

Sumário

Edição Especial: 60 anos do Curso de Geografia da FCT-UNESP: Memórias e desafios

Editorial

Rizja Mendes Mares 1

Apresentação

60 anos do Curso de Geografia da FCT/UNESP: Memórias e desafios

Maria Terezinha Serafim Gomes 2

* * * * *

Artigos

Oeste da Bahia: agricultura globalizada, desterritorialização e movimentos políticos emancipatórios

Mateus de Almeida Prado Sampaio 8

A escala geográfica e serviços de saúde: primeiras reflexões

Priscila Estevam Engel 33

Análise da fragilidade ambiental na bacia hidrográfica do Córrego do Bebedouro, Mato Grosso do Sul

Bruna Dienifer Souza Sampaio e André Luiz Pinto 55

As transformações campo-cidade frente à mobilidade do trabalho: uma análise a partir da realidade de Belo Campo/BA

Eliane Pereira Almeida Vale e Silmara Oliveira Moreira 79

Apontamentos sobre a memória da cidade: a presença dos orientais na avenida Manoel Goulart em Presidente Prudente (SP)

Mariana Aparecida Gazolla 96

O papel do poder público no processo de interação na Formação de ambientes inovadores: o centro Incubador de empresas (CIE) e o parque tecnológico de São José do Rio Preto (São Paulo)

Gabriel Mendes Araujo e Maria Terezinha Serafim Gomes 112

Que movimento é esse: uma leitura histórica e socioespacial do movimento LGBT de Presidente Prudente/SP

Wilians Ventura Ferreira Souza e Carlos Alberto Feliciano 136

Comportamento espaço-temporal da precipitação pluviométrica distribuída no oeste do estado de São Paulo – Brasil

Karla Leticia Sevier Rampazzi e Edilson Ferreira Flores 166

Potencialidades da produção de alimentos nas cidades: experiências de agricultura urbana no município de Pirapozinho – São Paulo

Daiara Batista Mendes 185

O circuito financeiro-imobiliário em Presidente Prudente: novos condicionamentos na produção do espaço urbano, o estudo de caso a partir de instrumentos de securitização imobiliária

João Vitor de Souza Ferreira 198

O comércio exterior no município de Presidente Prudente - SP: uma análise dos fluxos de exportações no período de 2000 a 2018

Tainá Akemy Chiaveri Ivata 217

EDITORIAL

A Revista Geografia em Atos (Online) é uma publicação do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP de Presidente Prudente, São Paulo, Brasil. Desde 1999, publica e divulga artigos de diferentes perspectivas teóricas. Nesse ano de 2019, completou 20 anos de existência, contando com mais de 30 números publicados. Comunicar e levar adiante o que se pensa e se produz em Geografia é o objetivo primeiro da Geografia em Atos, prezando pelo diálogo com a comunidade geográfica brasileira e com a sociedade organizada, estimulando a pesquisa e garantindo a divulgação de seus resultados. Esta Revista é resultado do esforço conjunto da Equipe Editorial em conjunto com o Departamento de Geografia da FCT/UNESP e dos diversos intelectuais que escolhem a GeoAtos como meio de compartilhar suas pesquisas.

Nesse ano de 2019, a Revista Geografia em Atos celebra 20 anos de trabalho junto à comunidade acadêmica. Um ano duro, em que o fazer científico no Brasil vive um momento de grande fragilidade pelos graves e danosos cortes de recursos, pelo reforço maciço do discurso anti-ciência, pelo difundido descrédito das pesquisas, do(a)s pesquisador(a)s e das Instituições de Ensino Públicas frente à sociedade, desfavorecendo áreas do conhecimento, como a própria Geografia, basilares para o desenvolvimento social crítico e reflexivo, uma ciência que atua contra todas as formas de desigualdades, e move-se na construção de uma realidade social mais justa, mais equânime.

Diante desse grave contexto para a produção científica no Brasil, a nova linha editorial da revista GeoAtos reafirma seu compromisso de contribuir para o debate teórico, para o fortalecimento do intercâmbio de ideias e para a construção de linhas de interlocução com setores ainda não sintonizados com a Geografia brasileira, com respeito e qualificação na divulgação de pesquisas científicas. A Revista GeoAtos tem oferecido e disseminado trabalhos científicos desenvolvidos no âmbito acadêmico da graduação, em sua instituição sede, e em demais instituições acadêmicas nacionais e internacionais. Recebendo contribuições em fluxo contínuo de graduandos, pesquisadores e professores, a Revista publica textos diversos (artigos, notas de pesquisa, resenhas, entrevistas, ensaios, traduções) de origem nacional e internacional, priorizando a cobertura temática da Geografia e áreas afins, que possuam qualidade, relevância, originalidade e que sejam inéditos.

O presente número, assim, é duplamente comemorativo, pelos 20 anos de trabalho da Revista Geografia em Atos na comunidade acadêmica brasileira e pelos 60 anos do curso de Geografia da FCT-UNESP. Essa edição especial está dedicada à divulgação de pesquisas apresentadas na XX Semana de Geografia da FCT/UNESP, comemorativa do sexagenário curso de Geografia e de sua instituição sede, trazendo como memória um clipe de trabalho e contribuições ao longo desses anos de atuação, bem como, refletindo e apontando caminhos a serem trilhados nesse novo ciclo que se inicia frente aos novos desafios apresentando, cotidianamente, à ciência geográfica, ao fazer científico, aos pesquisador(a)s e IEs, à sociedade de modo ampliado.

Boa leitura!

Rizia Mendes Mares
Editora-gerente

60 ANOS DO CURSO DE GEOGRAFIA DA FCT/UNESP: MEMÓRIAS E DESAFIOS

Em 2019, comemoramos 60 anos do curso de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista. O curso surgiu na época da então FAPI - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente (antigo Instituto Isolado de Ensino Superior de Presidente Prudente), hoje Faculdade de Ciências e Tecnologia, unidade da UNESP (Universidade Estadual Paulista), que também completou 60 anos neste ano. Assim, a construção da FCT se confunde com a construção do curso de Geografia. Este teve um papel fundamental na consolidação da Faculdade de Ciências e Tecnologia.

A trajetória de 60 anos do curso de Geografia foi de luta, resistência, sobretudo durante a Ditadura Militar, muitos alunos e professores eram vigiados, alguns foram presos, pois, havia infiltrados que deduravam aqueles que buscavam resistir aos tempos sombrios. Assim, alguns professores foram demitidos, como o caso do Prof. Armem Mamigonian, ou quase demitido como o caso do Prof. Eliseu Sposito, que na época, atuava como técnico e usava sua sala nas madrugadas para fazer os desenhos do Jornal Estudantil, o Carcará, que traziam críticas à ditadura.

Assim, a construção do curso de Geografia durante os 60 anos foi trilhada por diferentes lutas, resistências, desafios e conquistas. Por aqui, passaram vários professores, que deixaram seu

legado, sendo fundamental para sua consolidação, sua existência e referência, demonstrada pelas pesquisas e produção científica em diversas áreas e temáticas da Geografia, tornando o curso de Geografia um dos mais importantes do país, tanto na graduação quanto no Programa de Pós-graduação.

No trilhar dos 60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP contribuiu para muitas trajetórias, muitos ex-alunos (as) são, hoje, referências na Geografia Brasileira, outros atuam na rede pública e particular de ensino de educação básica, outros, ainda, atuam como bacharéis (geógrafos) em diferentes cantos do território brasileiro, ou até mesmo em outros países. Da consolidação do curso de Geografia surge o programa de Pós-graduação em Geografia, em 1998, passando a receber alunos de pós-graduação de diversas partes do país, de países latino-americanos, europeus, e hoje também africanos.

Em comemoração aos 60 anos do curso de Geografia, a XX Semana de Geografia da FCT/UNESP teve como tema "**60 ANOS DO CURSO DE GEOGRAFIA DA FCT/UNESP: MEMÓRIAS E DESAFIOS**". A Semana de Geografia de 2019 teve como objetivo refletir sobre a trajetória, a memória do curso, bem como, o futuro, traçando os próximos desafios. Partindo da seguinte questão: Que Geografia construímos e que Geografia nós queremos? Buscou-se fazer uma

avaliação da contribuição da Geografia da FCT para Geografia brasileira nos últimos anos, destacando sua contribuição na formação de professores (as) na licenciatura, geógrafos (as) no bacharelado. Além disso, buscou-se apresentar a contribuição do movimento estudantil, suas lutas e pautas apresentadas em diferentes contextos históricos, nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000. Pautas que permearam os diferentes momentos, a luta pela moradia estudantil, pelo restaurante universitário, pelo cursinho pré-vestibular, pela permanência estudantil até a realização de trabalho de campo.

Também fazem parte da construção do curso de Geografia da FCT/UNESP os projetos de extensão envolvendo as comunidades rurais, seja os assentamentos, os pequenos produtores, órgãos públicos como as prefeituras municipais, escolas, entre outros. Quais os desafios da Geografia diante de tantos ataques à educação, à Ciência, à Universidade Pública, ao meio ambiente, à população indígena, aos quilombolas, aos negros, à comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), aos direitos dos trabalhadores com a reforma trabalhista e da previdência, à saúde com o desmonte do Sistema Único de Saúde, entre outros. Além do avanço do neoliberalismo e golpes na América Latina, com uso da Guerra Híbrida, desestabilizando governos eleitos democraticamente, como o golpe militar na Bolívia. Sendo assim, qual será o desafio para os encontros das problemáticas em questão? Que Geografia construímos? Qual o papel da Geografia na atualidade? Quais são os desafios para se fazer Geografia? Qual o papel da Geografia na construção crítica?

Diante das considerações apresentadas, a Mesa de Abertura: **"60 anos curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios"**, buscou analisar a trajetória do curso, como a geografia da FCT foi se constituindo até se tornar referência na produção do conhecimento geográfico brasileiro.

A mesa 1: **Contribuição da Geografia da FCT na formação de professores/as e Geógrafos/as**, buscou, a partir dos egressos que atuam como professores (as) ou como geógrafos (as), analisar a contribuição da Geografia da FCT na sua formação, seja na graduação (licenciatura ou bacharelado) e/ou na pós-graduação, para sua atuação profissional.

A Mesa 2: **As lutas e conquistas dos movimentos estudantis na construção da Geografia da FCT**, teve como objetivo trazer a memória do movimento estudantil na construção da Geografia da FCT, na participação do Centro Acadêmico de Geografia, destacando sua organização, suas pautas, os desafios e conquistas do movimento estudantil na Geografia da FCT em cada contextos históricos.

A Mesa 3: **(Re)Pensando a Geografia da FCT na comunidade: extensão e ensino**, buscou refletir o papel da extensão universitária no curso de Geografia e suas diferentes ações, seja as realizadas no campo, na cidade, junto aos órgãos públicos, à escola de educação básica e os movimentos sociais.

A Mesa de Encerramento: **"Os desafios da Geografia Brasileira na atualidade"**, teve como objetivo pensar sobre a Geografia Brasileira na atual conjuntura do país diante de reformas na educação, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), do avanço do neoliberalismo, do desmonte do

Estado e das políticas públicas, além de ataques aos direitos humanos, à saúde, as minorias e ao meio ambiente.

Além das mesas, o evento contou com grupos de trabalhos com diferentes eixos temáticos, minicursos, atividades culturais e exibição de filmes.

Esta edição da Revista Geografia em Atos contém contribuições dos participantes dos grupos de trabalhos realizado na XX Semana de Geografia em comemoração aos 60 anos do curso de Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista - UNESP. Buscou-se reunir contribuições de alunos da graduação, da pós-graduação, de pós-doutorandos, além de publicação em coautoria de professores do curso de Geografia.

O primeiro texto intitulado **Oeste da Bahia: agricultura globalizada, desterritorialização e movimentos políticos emancipatórios**, de Mateus de Almeida Prado Sampaio, aborda o processo de transformação sócio-espacial promovido pela expansão da agricultura científica globalizada na região denominada MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), sobretudo no Oeste da Bahia (especificamente os municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério e Correntina), produzindo impactos territoriais, sociais e ambientais. O autor também destaca a busca de alguns vilarejos se desmembrarem politicamente de seus núcleos de comando, tornando-se novos municípios do agronegócio.

Com o tema sobre escala geográfica, o artigo **A escala geográfica e serviços de saúde: primeiras reflexões**, da autora Priscila Estevam Engel, busca apresentar alguns autores que abordam a análise espacial a partir das escalas geográficas e a

complexidade das articulações multiescalares, em seguida, a autora apresenta algumas considerações sobre a regionalização dos serviços de saúde no Estado de São Paulo e o conceito de escala geográfica.

O artigo **Análise da fragilidade ambiental na bacia hidrográfica do córrego do Bebedouro, Mato Grosso do Sul**, dos autores Bruna Dienifer Souza Sampaio e André Luiz Pinto, analisa a fragilidade ambiental e a qualidade da água na Bacia Hidrográfica do Córrego do Bebedouro/MS, área de plantio da silvicultura do eucalipto. Ao longo do trabalho foram elaborados vários mapas, entre eles de pluviosidade, uso do solo, declividade e fragilidade ambiental da bacia hidrográfica do Córrego do Bebedouro, sendo assim, foi possível verificar que houve alteração no uso, cobertura, manejo e qualidade das águas superficiais. Desse modo, os autores afirmam que a fragilidade ambiental é um importante instrumento para o planejamento e gestão ambiental, principalmente de bacias hidrográficas.

Outra contribuição importante para o dossiê é o artigo **'As transformações campo-cidade frente à mobilidade do trabalho: uma análise a partir da realidade de Belo Campo/BA'**, de Silmara Oliveira Moreira e Eliane Pereira Almeida Vale, que traz o debate do antagonismo entre campo-cidade no que concerne às suas peculiaridades socioeconômicas, além de analisar como esse processo se apresenta na atualidade frente à mobilidade do trabalho e a reestruturação produtiva do capital a partir das análises das comunidades rurais (Marimbondo e Sussuarana) e da área urbana (bairros Alvorada e

Cidade Nova) de Belo Campo. Nestes termos, as autoras revelaram que a falta de renda para os trabalhadores do município é o fator determinante para o deslocamento à procura de trabalho em outras localidades.

O texto intitulado "**Apontamentos sobre a memória da cidade: a presença dos orientais na Avenida Manoel Goulart em Presidente Prudente (SP)**", da autora Mariana Aparecida Gazolla, analisa uma das principais vias de circulação da cidade, a Avenida Manoel Goulart, com 5,2 km de extensão, e sua importância no contexto histórico de surgimento e expansão da cidade de Presidente Prudente, destacando a presença de orientais como proprietários de lotes ao longo da avenida. A autora buscou articular o tempo, espaço e memória, a partir da Geografia Urbana Histórica, como uma forma de tentar reconstruir fragmentos da Memória da Cidade.

O artigo "**O papel do poder público no processo de interação na formação de ambientes inovadores: o centro incubador de empresas (CIE) e o parque tecnológico de São José do Rio Preto(São Paulo)**", dos autores Gabriel Mendes Araujo e Maria Terezinha Serafim Gomes, busca analisar a interação entre a incubadora de empresas de base tecnológica e a formação do Parque tecnológico de São José do Rio Preto, destacando a atuação do poder público. Os autores apresentam os conceitos de inovação, meio inovador e parque tecnológico, em seguida discorrem sobre a implantação de parques tecnológicos no mundo e no Brasil, destacando no caso brasileiro o papel das políticas públicas de incentivo à inovação. Neste caso, o poder público teve papel essencial na criação do Centro de Incubadoras de Empresas e o Parque Tecnológico de São José de Rio Preto, objeto de análise no artigo. Para *Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, (60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios), n. 15, v. 8, p. 2-7, dez/2019. ISSN: 1984-1647.*

os autores, o poder público está totalmente presente na interação entre os agentes da inovação, já que fez parte praticamente em todas as etapas desde a execução do projeto, sua implantação, o financiamento de compra do terreno e da construção de infraestrutura até a fase de operação e gestão do parque e do Centro de Incubadora de Empresas de Base Tecnológica.

Outra contribuição é o artigo "**Que movimento é esse: uma leitura histórica e socioespacial do movimento LGBT de Presidente Prudente/SP**", dos autores Wilians Ventura Ferreira Souza e Carlos Alberto Feliciano, que analisa a formação socioespacial/socioterritorial do Movimento LGBT de Presidente Prudente - SP, destacando os diferentes processos geográficos, históricos e sociais. Os autores buscam também trazer uma breve história do Movimento LGBT no Brasil, desde a sua criação nos anos 1970, seu esvaziamento com o crescimento da AIDS, e sua retomada a partir de políticas públicas direcionadas para o grupo social, LGBT. Ao tratar da formação do movimento LGBT de Presidente Prudente em 2007 traz o envolvimento deste movimento com outros movimentos sociais como MST, ou sindicatos como a CUT, ou, ainda, como Cúria Diocesana. Além de mostrar os espaços de discussão, mesas de debates de temas relacionados ao movimento LGBT. Assim, para os autores "A luta do movimento em Presidente Prudente - SP pode ser entendida a partir da união de diferentes sujeitos, que compreendem o sentido da militância e da atuação ativa para o caminho em direção a transformação social."

O texto "**Comportamento espaço-temporal da precipitação pluviométrica**

distribuída no Oeste do estado de São Paulo – Brasil", dos autores Karla Leticia Sevierio Rampazzi e Edilson Ferreira Flores, apresenta um estudo voltado à precipitação pluviométrica distribuída no Oeste do Estado de São Paulo durante um período de 11 anos, com apoio da metodologia dos "anos padrão" de Monteiro (1973), foram estabelecidas classes de ano padrão seco, habitual e chuvoso, nas quais foram selecionados para análise de dados, os anos representativos com distintos comportamentos de 2012, 2014 e 2017. A partir das técnicas de geoestatística utilizadas foi possível analisar os índices de pluviosidades e a cultura da cana de açúcar, destacando que resultado da produção desta cultura revela um comportamento influenciado pela dinâmica climática, e principalmente pelos índices de precipitação pluviométrica, conforme destacaram os autores.

O artigo **"Potencialidades da produção de alimentos nas cidades: experiências de agricultura urbana no município de Pirapozinho – São Paulo"**, de autoria de Daiara Batista Mendes, busca identificar as principais potencialidades intrínsecas à prática da agricultura urbana desenvolvida no município de Pirapozinho, na região Oeste paulista, dando enfoque ao uso para alimentação e, sobretudo, para fins econômico, ou seja, a geração de renda e à segurança alimentar da população envolvida em sua produção. Buscou-se identificar as potencialidades da agricultura urbana no município como uma atividade produtora de alimentos nas cidades, no que se refere à aspectos nutricionais e de acesso à produção por parte do consumidor final. A autora afirma que "a relação direta entre a agricultura urbana e a segurança

alimentar das famílias refere-se à redução das despesas diárias e mensais com alimentação". Outro aspecto destacado pela autora é a falta de regulamentação da atividade por parte das legislações municipais, os produtos são direcionados aos consumidores por meio de formas de comercialização informal, como a entrega em domicílio ou no próprio local de cultivo, não sendo, desta forma, inseridos em comércios, como quitandas e supermercados locais.

Outra contribuição para análise de temas como a financeirização via securitização antes discutidos apenas nas grandes metrópoles é sua discussão em cidades médias. Nesses termos, o artigo **"O circuito financeiro-imobiliário em Presidente Prudente: novos condicionamentos na produção do espaço urbano, o estudo de caso a partir de instrumentos de securitização imobiliária**, de autoria de João Vitor de Souza Ferreira, avança a análise dos processos e dinâmicas dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) na cidade de Presidente Prudente, buscando compreender suas dinâmicas gerais e seus processos de espacialização intraurbanas. O autor utilizou como fonte as emissões produzidas pela Caixa Econômica Federal, mostrando que os CRIs foram criados nos Estados Unidos e chegou ao Brasil no final dos anos de 1990 e se popularizou em 2008. Para autor, o CRI é um instrumento que securitiza uma dívida, oriunda de um financiamento imobiliário e o emite como ativo comercializável. Ao analisar a cidade de Presidente Prudente, mostra, por meio de mapas, a concentração dos CRIs na parte central da cidade no ano de 2011, em 2014 observou-se o espalhamento dos CRIs por quase toda a cidade, mas, se

concentrando, principalmente, na zona norte. Já em 2015, foi observado a desconcentração dos CRIs e a mudança do eixo para o centro-leste. As emissões de CRIs em Presidente Prudente aumentaram de 6, em 2012 para 198 imóveis securitizados, em 2014. Já a partir de 2015 ocorre uma queda na emissão de CRIs. O artigo mostra que "os CRIs tem a capacidade de conectar a renda da terra urbana ao mercado financeiro e atuar na captura de rendimentos por meio da propriedade imobiliária, em que o pagamento das dívidas imobiliárias alimenta a rentabilidade de papeis que permitem a circulação do capital, ou seja, observa-se uma financeirização mesmo em espaço fora da metrópoles, como as cidades médias".

E, por último, o artigo "**O comércio exterior no município de Presidente Prudente-SP: uma análise dos fluxos de exportações no período de 2000 a 2018**", da autora Tainá Akemy Chavieri Iwata avança na análise do comércio exterior a partir do grau de intensidade tecnológica dos produtos, destacando os fluxos de exportações do município de Presidente Prudente- SP. A autora destaca que, com alteração na política externa brasileira a partir de 2003, o Brasil amplia suas relações comerciais com os BRICS, países latino-americanos, asiáticos, africanos e do Oriente Médio numa relação de Cooperação Sul-Sul.

Ao analisar Presidente Prudente no período de 2000 a 2018, não obstante, o município não possuir grandes empresas industriais, ele participa do comércio internacional para diversos países do mundo. Em 2000 a Europa era o principal parceiro comercial, já em 2005, apesar de continuar sendo o principal destino das exportações, Ásia aparece em

segundo lugar. Em 2010, a Ásia passa a ser o principal parceiro das exportações, sendo a China, o principal país destino e mantém a tendência até 2018, porém, neste ano, observa-se uma queda na pauta de exportações do município e um crescimento dos países da América do Sul e do MERCOSUL - Mercado Comum do Sul. A autora salienta que o grau de intensidade tecnológica dos produtos exportados pelo município no período de 2000 a 2018 é ínfima, a participação de produtos de alta tecnologia e uma expressiva participação de produtos com baixa tecnologia, representando 92%, do total de produtos exportados pelo município de Presidente Prudente.

Em suma, os artigos apresentados nesta edição tratam de temas diversos, da geografia física, geografia econômica, geografia regional, histórica, urbana, entre outros buscou-se privilegiar todos os níveis de formação de pesquisadores e pesquisadoras dos trabalhos apresentados nos eixos temáticos, da graduação ao pós-doutoramento.

Espera-se que esse Dossiê possa contribuir para o debate de temas e questões aqui aventadas com reflexões trazidas no coletivo dos artigos.

Boa leitura!

Profa. Dra. Maria Terezinha Gomes

Departamento de Geografia
Vice-coordenação do
Curso de Geografia e da XX Semana de Geografia
2019

Presidente Prudente, 30 de dezembro de 2019.

**OESTE DA BAHIA: AGRICULTURA GLOBALIZADA,
DESTERRITORIZAÇÃO E MOVIMENTOS POLÍTICOS
EMANCIPATÓRIOS**

Mateus de Almeida Prado Sampaio

orcid.org/0000-0002-5415-4254

Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, São Paulo

E-mail: sampamateus@gmail.com

DOI: 10.35416/geoatos.v8i15.6985

Resumo

Este artigo aborda o processo de transformação sócio-espacial promovido pela expansão da agricultura científica globalizada no MATOPIBA, sobretudo, no Oeste da Bahia, promotor de grandes impactos territoriais, sociais e ambientais. Com a implantação desse modelo de desenvolvimento agropecuário, novas contradições surgem e velhas contradições se acirram no processo ininterrupto de (re)construção do espaço agrário regional. A dinâmica de territorialização e desterritorialização de agentes sociais e de atividades produtivas entra em choque na região estudada, promovendo conflitos e violência. No plano geopolítico, antigos traços regionais são substituídos por novas feições, agenciando movimentos emancipacionistas em escala municipal, estadual e, eventualmente, também no âmbito macrorregional.

Palavras-chave: MATOPIBA; Identidade regional; Emancipação política-administrativa; Agricultura científica globalizada.

**WEST OF BAHIA: GLOBALIZED AGRICULTURE,
DETERRITORIZATION AND EMANCIPATORY
POLITICAL MOVEMENTS**

Abstract

This paper focuses on the process of socio-spatial transformation promoted by the expansion of globalized scientific agriculture in MATOPIBA, especially in western Bahia, which promotes major territorial, social and environmental impacts. With the implementation of this model of agricultural development, new contradictions emerge and old contradictions intensify in the uninterrupted process of (re) construction of the regional agrarian space. The dynamics of territorialization and deterritorialization of social agents and productive activities clash in the studied region, promoting conflicts and violence. At the geopolitical level, old regional features are replaced by new features, managing emancipationist movements at the municipal, state and eventually also at the macroregional level.

Key-words: MATOPIBA; Regional identity; political-administrative emancipation; globalized scientific agriculture.

OESTE DE BAHIA: AGRICULTURA GLOBALIZADA, DESTERRITORIALIZACIÓN Y MOVIMIENTOS POLÍTICOS EMANCIPADORES

Resumen

Este artículo aborda el proceso de transformación socioespacial promovido por la expansión de la agricultura científica globalizada en MATOPIBA, especialmente en el oeste de Bahía, que promueve importantes impactos territoriales, sociales y ambientales. Con la implementación de este modelo de desarrollo agrícola, surgen nuevas contradicciones y las viejas contradicciones se intensifican en el proceso ininterrumpido de (re) construcción del espacio agrario regional. La dinámica de territorialización y desterritorialización de los agentes sociales y las actividades productivas chocan en la región estudiada, promoviendo conflictos y violencia. A nivel geopolítico, las viejas características regionales se reemplazan por nuevas características, estableciendo movimientos emancipacionistas a nivel municipal, estatal y, eventualmente, macroregional.

Palabras-clave: MATOPIBA; Identidad regional; Emancipación política y administrativa; Agricultura científica globalizada.

Introdução e procedimentos metodológicos

Este artigo se pauta, essencialmente, em três métodos de pesquisa geográfica complementares: a realização de trabalho de campo, a revisão bibliográfica e a busca de dados e informações na rede de internet. O texto aborda aspectos vinculados às preocupações inerentes da “geografia política”, “geografia econômica”, “geografia agrária”, “geografia histórica” e a “geografia regional”, tendo como delimitação territorial uma região em intensa transformação: o MATOPIBA¹ e, mais especificamente, o Oeste da Bahia. Conforme Frederico e Bühler (2015, pp. 207-208),

O Oeste da Bahia se constitui como uma das regiões mais recentes de expansão da fronteira agrícola moderna, isto é, da implantação de uma agricultura intensiva em capital, ciência e tecnologia, praticada em grandes propriedades, em substituição à vegetação original de Cerrado e/ou às práticas agropastoris e de coleta perpetradas por pequenos produtores camponeses.

O artigo tem como objetivo apresentar como ocorreu e ocorre a implantação do modelo de agricultura científica globalizada na referida região. Esta é entendida como um processo de aguda especialização produtiva agrícola, fruto do aprofundamento da divisão

¹ Também referida como MAPITOBA ou BAMAPITO, esta região tem seu nome associado à junção das siglas dos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia. Segundo Pereira (2019, pp. 13-14), o Decreto Presidencial n. 8.447, de 06 de maio de 2015 oficializou o MATOPIBA como uma área de “73.173.485 hectares, sendo 23.982.346 hectares (33%) do Maranhão, 27.772.052 hectares (38%) do Tocantins, 8.204.588 hectares (11%) do Piauí e 13.214.499 hectares (18%) da Bahia, abrangendo 337 municípios”.

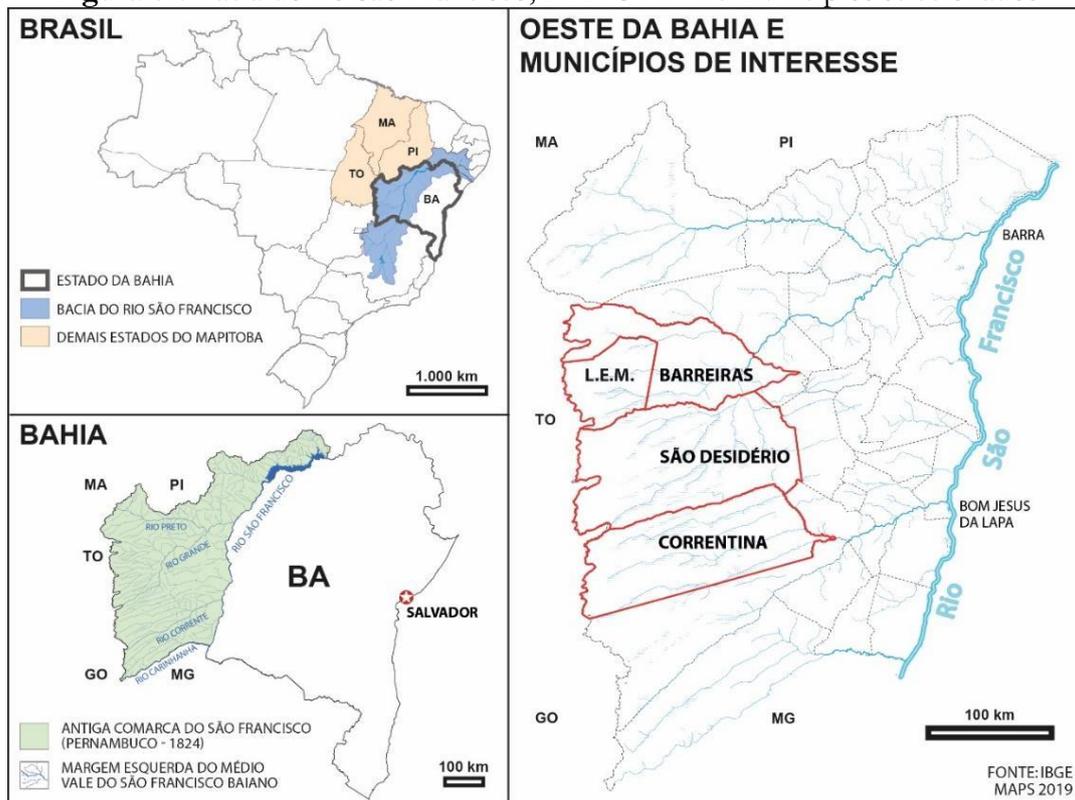
territorial do trabalho em escala internacional e comandado por poderosas corporações e instituições financeiras transnacionais (CASTILLO e FREDERICO, 2010). Gera forte alienação e dependência dos lugares aos movimentos do mercado mundial financeirizado, promovendo profunda vulnerabilidade territorial tanto em seus aspectos ambientais quanto sociais. Tal processo de modernização acirra contradições e conflitualidades entre modelos de desenvolvimento agrário que disputam seus respectivos territórios de maneira intensa e violenta, opondo territorialidades capitalistas e não capitalistas e resultando na intensificação da desterritorialização de comunidades camponesas. Segundo Fernandes (2013, pp. 211-213):

Os imóveis capitalistas e os camponeses produzem relações sociais distintas: capitalistas e não capitalistas, sendo, portanto, territórios distintos [...] duas relações sociais que produzem dois territórios distintos e, que para se expandirem, precisam destruir um ao outro ou se reproduzir, ou se territorializar em outros territórios. Portanto, o território capitalista se territorializa destruindo os territórios camponeses [e] os territórios camponeses se territorializam destruindo o território do capita.

Os territórios são, portanto, constituídos por diferentes sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele e que o disputam. Em meio a esta disputa, pretende-se demonstrar com este trabalho a relevância do controle das esferas públicas e administrativas, via movimentos políticos emancipatórios voltados à criação de novos municípios e unidades federativas, tendo em vista a implantação de um modelo hegemônico de desenvolvimento pautado na expansão e no fortalecimento do agronegócio no MATOPIBA.

A pesquisa pautou-se também na proposta teórico-metodológica da Cartografia Geográfica Crítica, que considera “três abordagens cartográficas intercomplementares: a semiologia gráfica, a visualização cartográfica e a modelização gráfica” (GIRARDI, 2008, p. 65), elaborando-se, portanto, cinco mapas que complementam e reforçam o discurso geográfico exposto. Para apresentar os resultados encontrados, assim como levantar hipóteses e questionamentos, optamos por dividir o texto em três partes enfocando, respectivamente: 1) Formação histórica do campesinato no sertão do Além São Francisco: beiradeiros e geraizeros; 2) A invasão promovida pelo agronegócio globalizado e 3) Os conflitos entre as partes e o surgimento de questões separatistas envolvendo propostas de cisão político-administrativa do(s) território(s). O estudo mesclará apreciações em dois níveis de escala, a local e a regional, aprofundando-se na análise de quatro municípios baianos: Barreiras, Luís Eduardo Magalhães (LEM), São Desidério e Correntina.

Figura 01. Bacia do rio São Francisco, MATOPIBA e municípios selecionados



Fonte: Autor (2019)

Formação histórica do campesinato no sertão do além São Francisco: beiradeiros e geraizeros

O atual “Oeste da Bahia”, outrora conhecido como região do “Além São Francisco” ou “Comarca de São Francisco” (BRANDÃO, 2010), é historicamente conhecido desde o segundo século da colonização portuguesa no Brasil. A corrida para as minas preciosas descobertas no Alto São Francisco determinou o surgimento de vários núcleos de povoamento em toda extensão de seu vale, constituídos em torno dos “currais” de pecuária extensiva ao longo do rio. Estes núcleos foram responsáveis pelo estabelecimento de ativos mercados de gado e de produtos vegetais e serviram como entrepostos para o escoamento de mercadorias produzidas ou coletadas nos sertões que eram encaminhadas aos principais centros urbanos litorâneos do Nordeste canavieiro. A miscigenação entre populações brancas, negras e indígenas, assim como a relativa mobilidade espacial proveniente da busca por pastagens naturais, por metais preciosos e áreas férteis para o estabelecimento de roçados e as fugas de cativos (quilombolas), propiciou uma ocupação escassa de vasta hinterlândia a Oeste do Rio São Francisco, tendo como principais

artérias de comunicação os rios Grande, Corrente, Caririnha, Preto, Correntina, Formoso e Arrojado, entre outros.

A exploração fluvial que adentrou o Rio São Francisco levou Francisco Garcia D'Ávila (Casa da Torre) a navegar os principais afluentes da margem esquerda do rio São Francisco e fundar, por volta de 1670, um latifúndio voltado à criação de gado no lugar onde hoje se localiza o município de Barra (BA). Ali a atividade econômica evoluiu, originando um pequeno povoado subordinado politicamente à Vila de Cabrobó, pertencente à capitania de Pernambuco. Localizado em posição estratégica, inicialmente um aldeamento de índios, tornou-se o primeiro povoado a se elevar a condição de Vila no médio vale do São Francisco, passando-se a chamar São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul em 1752.

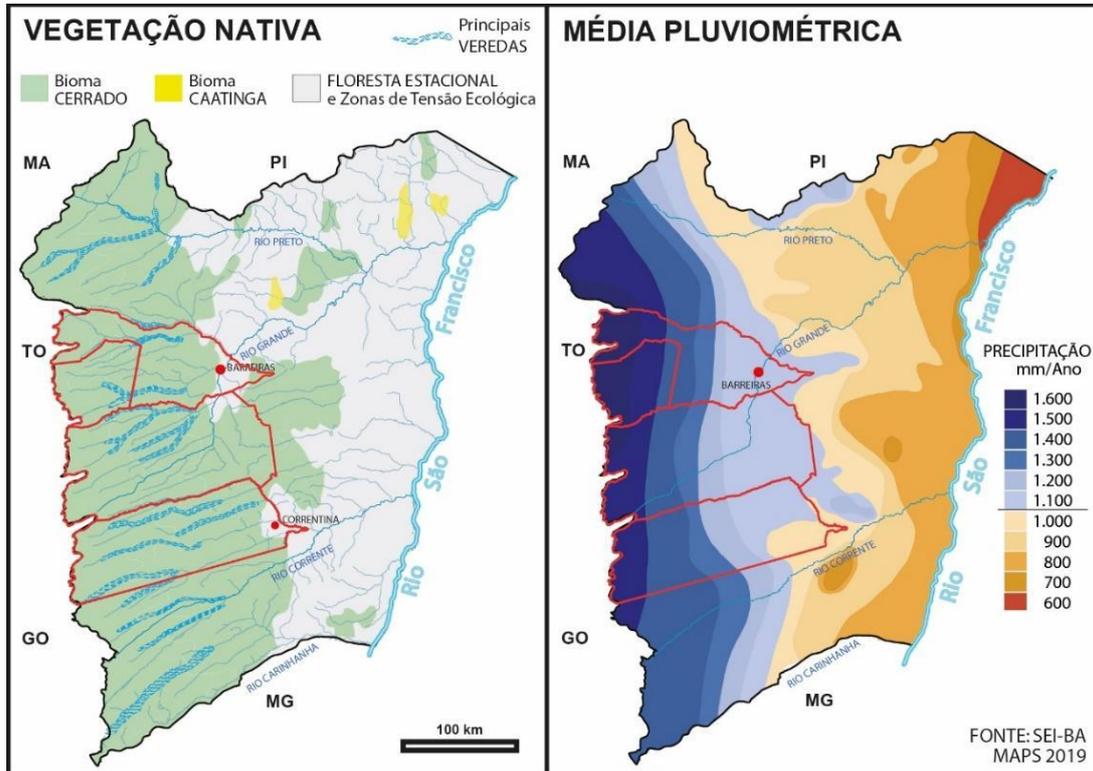
Era tênue o limite entre as zonas conectadas, ainda que precariamente à economia colonial, e o sertão desconhecido do colonizador. A população rarefeita dispersava-se ainda mais conforme adentrava-se os “Gerais”, zona de contato entre os biomas Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica, com predominância do primeiro. As características naturais da região estimulavam uma ocupação territorial orientada pelos cursos d'água, fartas fontes de alimentos e importantes vias de acesso e comunicação. As casas eram comumente construídas próximas aos rios, o que possibilitava atividades agrícolas voltadas ao autoconsumo através da abertura de roças de regadio, além da criação de animais, caça e pesca. A vegetação nativa fornecia lenha para queimar, madeira para construir e plantas medicinais para diversas finalidades, possibilitando complemento nutricional humano e animal.

Geomorfologicamente, essa extensa área comporta duas unidades fundantes: as chapadas (o “grande sertão”) e os fundos de vales (as “veredas”). As chapadas (Chapadões Ocidentais da Bahia) são conhecidas localmente como “os Gerais”. São terras planas, de altitude mais elevadas (variando entre 600 e 1.000 metros acima do nível do mar), dotadas de Latossolos Amarelos e Neossolos Quartzarênicos, ambos ácidos e de boa drenagem, onde predomina o embasamento de rochas areníticas vinculadas ao Aquífero do Urucuia. Os “Gerais” são platôs ricos em biodiversidade e de fundamental importância como áreas de recarga para o lençol freático.

Complementarmente, destacam-se as veredas, baixadas onde brota água, formando um brejo de solo escuro (hidromórfico), dotado de acúmulo de matéria orgânica e de material coloidal (tabatingas) em suas camadas mais profundas. Nesta formação fito-paisagísticas há pastagens naturais compostas por capim agreste e betonca, assim como buritizais – o que

lhes confere importante papel enquanto áreas de alimentação tanto para os animais de criação quanto para silvestres. O regime pluviométrico é mais farto no Oeste, reduzindo de intensidade na medida em que se aproxima do rio São Francisco.

Figura 02. Biomas e índice de precipitação no Oeste da Bahia e em municípios selecionados



Fonte: Autor (2019)

Os fundos de vales, terras mais baixas que entalham as chapadas do Oeste da Bahia, são conhecidos localmente pelos camponeses tradicionais como as “Terras de Cultura”. Localizadas nas encostas e nas partes mais baixas próximas aos cursos d’água, foram consideradas pelos primeiros colonizadores como as melhores terras para o povoamento e o cultivo. Estas áreas ribeirinhas se marcam por abrigarem a maior parte das famílias camponesas, muitas das quais vinculadas perifericamente ao chamado Ciclo do Couro (GOULART, 1966). Essas populações deslocaram-se para o interior da capitania baiana em busca de novas terras para habitarem, expandindo a fronteira demográfica e econômica da colônia e seus descendentes atualmente se autoidentificam pelos termos de “Beiradeiros” e “Geraizeiros”. Ainda é comum na região a realização de mutirões para a abertura de valas, por onde a água faz um desvio de seu curso natural, formando pequenos canais artificiais

para irrigação, que atendem às diversas necessidades das famílias residentes nesses fundos de vales.

Figura 03. Aspectos da paisagem sertaneja em Correntina (BA)



Fonte: Autor (2018)

Nas terras baixas das margens d'água fixou-se a população tradicional, cultivando suas roças com uso de sistemas tradicionais de irrigação. No plano intermediário localizam-se os pastos e ao fundo, nas terras altas dos Gerais, o gado passava a estação de chuva alimentando-se do cerrado

A invasão promovida pelo agronegócio globalizado

Este item vincula-se, basicamente, com a expansão da fronteira de “territorialização” do agronegócio globalizado no campo e os impactos provocados pela destruição/reorganização sócio-espacial desse fenômeno especificamente nos municípios de Barreiras, LEM, São Desidério e Correntina. É ainda o advento das “transnacionais imobiliárias agrícolas ou *land companies* no Brasil” (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2018, p. 33). As décadas de 1990, 2000 e também essa de 2010 converteram a região num eixo de expansão do cultivo de pinus, soja, algodão, milho e da criação de gado e suínos sob o signo da modernização, da geração valor e da extração da mais-valia. A agricultura científica globalizada tem por referência a produção de grandes volumes de *commodities* articuladas às redes de circulação transnacionais.

Promove a intensificação do uso do tempo, do espaço, dos recursos naturais e humanos. Promove maior produtividade econômica das ações e do espaço através do fortalecimento do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2002, 2002b e 2003). Em outros termos, converte terra e água em “superfícies mercadológicas especializadas” cujo motor é a “transformação dos territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional” (SANTOS, 2002, p. 147). Se inicialmente os primeiros habitantes não-

indígenas do Oeste da Bahia haviam acessado a região por via fluvial, viajando do Leste para o Oeste; neste segundo momento os novos colonos dirigiram-se do Oeste para o Leste, penetrando o território por meio da malha rodoviária implantada após a transferência da capital federal para Brasília. Na medida em que esses novos “forasteiros” chegavam, impunham um novo tempo de devastação do cerrado para a implantação de um modelo de agricultura, de ruralidade, de urbanismo e de política territorial que têm por bases a produtividade extrema, a ambição desmedida e vantagens econômicas de curta prazo.

Nessa região agrícola modernizada, os hábitos urbanos são comuns nas áreas rurais onde atuam os agentes do agronegócio, assim como costumes e práticas do campo podem ser facilmente encontrados nas cidades, onde camponeses expropriados de suas terras buscam abrigo ainda que precário. “Hoje, as regiões agrícolas (e não rurais) contêm cidades [... sendo] o campo que comanda a vida econômica e social do sistema urbano” (SANTOS, 2002a, pp. 73-74 e 76). O campo abriga a produção econômica regional e a cidade lhe dá o suporte técnico, político e administrativo necessário - recebe lojas de insumos e de autopeças agrícolas, aloja a mão-de-obra migrante ou expulsa pela modernização, hospeda investidores, representantes comerciais, técnicos, agrônomos, operários, etc. São as chamadas “cidades do agronegócio” (ELIAS, 2006), representantes de um “novo Nordeste” (HAESBAERT, 1996, p.382). As vantagens comparativas associadas ao MATOPIBA são diversas:

É uma das áreas com maior disponibilidade de terras do país - estima-se que o estoque disponível para novos cultivos seja de 3 milhões de hectares [...] Apesar da alta procura nos últimos três anos, que já fez dobrar o valor da terra nos melhores locais, a média de preços ainda é 40% inferior à do cerrado do Centro-Oeste. Os investidores estrangeiros preferem o MATOPIBA também por estar fora do foco dos ambientalistas [...] A logística é outro ponto-chave [...] A combinação entre terras mais baratas e custo logístico inferior gera uma rentabilidade que pode chegar a 8% ao ano - o dobro de áreas tradicionais de cerrado (REVISTA EXAME, 2009).

A produção no campo cresce de maneira acelerada nos quatro estados que compõem o MATOPIBA, onde o capital consegue fundir técnicas, recursos, condutas e maquinários os mais modernos existentes no planeta com fatores locais que nos remetem ao período colonial de nossa economia, tais como a manutenção do viés latifundiário, monocultor e agroexportador de matérias-primas; a expropriação-apropriação de terras feitas por métodos irregulares e violentos; concentração econômica e fundiária; prática do trabalho análogo a escravidão e uso do fogo para promover a devastação ambiental e o uso predatório do meio natural.

Esse processo de rápida expansão pela qual o agronegócio e a especulação fundiária passam atualmente no MATOPIBA como um todo, e no Oeste da Bahia em específico, têm um histórico e um itinerário de implantação bastante recentes. Pode-se dizer que se iniciou após a construção de Brasília na década de 1960, que almejava, entre outras coisas, promover a “interiorização do desenvolvimento”, o rodoviarismo e a dinamização da ocupação socioeconômica do território brasileiro. Na virada para a década de 1970 o governo federal transferiu para a cidade de Barreiras (BA) o 4º BEC (Batalhão de Engenharia e Construção do Ministério do Exército), que logo iniciou a construção das rodovias BR-242 (Rodovia Milton Santos, que liga Salvador à Brasília) e a BR-020 (Fortaleza - Brasília), ambas passando pelo então quase despovoado Oeste da Bahia.

Na década de 1980, o PRODECER II (1985-1993)² teve relevante papel na atração de colonos sulistas para áreas localizadas no Oeste da Bahia, que eram cultivadas em propriedades de médio porte sob a forma de cooperativas. Tais agricultores foram os responsáveis pelas experiências mais sistemáticas vinculadas à abertura, limpeza, correção e fertilização de solos nessa região. Em 1987 seguiu-se o Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Oeste Baiano, idealizado e implantado pelo governo estadual, cujo objetivo principal era conceder incentivos de “acesso” a terra e a créditos “facilitados” através de uma parceria com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que subsidiava o custeio da produção (RIOS FILHO e SANTOS FILHO, 2008, p. 5). Segundo Santos (2008, p. 91),

Foram as alianças que ocorreram entre, de um lado, representantes do aparelho de Estado e grandes grupos econômicos nacionais, e, do outro, figuras tradicionais do poder local, como antigos coronéis e grileiros, que obrigaram os pequenos produtores, posseiros e até grandes proprietários de terras de origem regional a disponibilizar a venda de suas propriedades nas áreas de cerrados aos grupos econômicos que se apresentavam.

Para compreender melhor o quadro geral de expansão da agricultura globalizada na região convém chamar a atenção para o caso de Luís Eduardo Magalhães (LEM), considerada atualmente como “a cidade que mais cresce no Brasil” e a “capital do agronegócio”. Em

² O PRODECER foi um Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados idealizado em 1974. Tendo sido seu coordenador político-institucional o Ministério da Agricultura e do Abastecimento, tal projeto foi financiado pelos Governos do Brasil, do Japão (JICA/OECF) e por bancos privados japoneses. Sua execução foi de responsabilidade da Companhia de Promoção Agrícola - CAMPO, empresa de capital binacional criada para este fim, da qual 51% das ações pertenciam à brasileira BRASAGRO e 49% à japonesa JADECO. Sua segunda fase (PRODECER II) iniciou-se em 1985 e abrangeu, no estado da Bahia, 31.430 mil hectares, acumulando investimentos japoneses da ordem de US\$ 67 milhões.

terras (ainda) pertencentes ao município de Barreiras, em 1982, o pecuarista goiano Arnaldo Horácio Ferreira deu início a um projeto de colonização particular adquirindo uma área de terra equivalente a 182.000 ha. No mesmo ano, estabeleceu um comércio de combustíveis na confluência das rodovias BR-242 e BR-020, com o nome de Posto Mimoso. Em 1984 criou a Colonizadora e Administradora Vale do Rio Grande (CARIG), iniciando o loteamento da área do entorno do posto, surgindo as primeiras casas do povoado de Mimoso do Oeste.³

A partir de então, passaram a migrar para lá os primeiros pecuaristas e agricultores “sulistas”. Dentre estes pioneiros, encontravam-se os senhores gaúchos Jacob Lauck (agricultor e piloto), Ottomar Schwengber (responsável pela fundação do Centro de Tradições Gaúchas - CTG de Mimoso do Oeste), Constantino Catarino de Souza (sua filha, Jusmari, destacar-se-ia na política regional, como veremos adiante), Amélio Gatto e os paranaenses Luís Hashimoto, Eduardo Massao Yamashita e Siegfried Janzen (fundador da primeira Associação de Moradores de Mimoso do Oeste, evento comemorado com torneio de futebol e marcado pela assinatura de uma declaração).⁴

Citar esses nomes mostra-se relevante na medida em que salientam a verdadeira origem desses migrantes. Não eram apenas sulistas, gaúchos ou paranaenses, mas antes disso, eram descendentes de correntes migratórias oriundas de fora do Brasil, em sua maioria descendentes de alemães, italianos ou japoneses. Um desses pioneiros, Walter Horita, que atualmente cultiva 40 mil hectares no Oeste Baiano e é chamado na região de “rei da soja”, lembra que “naquele tempo, comprar terra era muito barato. Em valores atualizados, eu diria que paguei algo em torno de R\$ 50 por hectare. Hoje o hectare vale R\$ 10 mil” (HORITA apud. MONDARDO, 2010, p. 270).

O conflito entre as partes e a questão separatista

No Oeste Baiano, construir e destruir, nascer e morrer, em sentido amplo, acabaram de repente se tornando tão corriqueiros, foram tão banalizados, que às vezes parecem não provocar mais estranheza [...] Quase tudo subitamente se torna móvel, instável, transitório, e tudo se reveste de uma violência desterritorializadora, numa ditadura do movimento, como se fixar-se, deixar raízes, pertencesse a um passado que é preciso, de qualquer forma, superar (HAESBAERT, 1996, p. 380).

³ Moção N° 13.959/2012 da Assembleia Legislativa da Bahia, disponível em www.al.ba.gov.br/docs/Proposicoes2012/MOC_13_959_2012_1.rtf, acesso realizado em 07/07/2018.

⁴ Ver: <http://soudelem.com.br/a-cidade/> e <https://luiseduardomagalhaes.ba.gov.br/a-cidade/>, acessos realizados em 20/01/2017 e 05/09/2018.

O Oeste da Bahia, na condição de fronteira agrícola, exerceu atratividade e fez com que novos habitantes se deslocassem para esse “Novo Oeste”. Tal fluxo migratório foi inicialmente composto, sobretudo, por agricultores oriundos do Sul do país, dedicados ao processo de des-re-territorialização. Conforme Haesbaert (1997, p. 117), a “(re)territorialização” gera “novos territórios, através de uma reapropriação política e/ou simbólica do espaço”. Segundo o autor (HAESBAERT, 1996), o processo de territorialização dos migrantes sulistas “gaúchos”⁵ no Oeste da Bahia está associado à um processo de desterritorialização de suas terras de origem, que ocupavam no sul do país, assim como o de reterritorialização em novas propriedades, áreas recém-abertas nos Cerrados do Nordeste.

A principal vantagem por trás desse deslocamento está relacionada à ampliação de suas posses e valorização de seu patrimônio.⁶ Mas, concomitante e conflituosamente a esse processo, também há a desterritorialização daqueles tradicionais camponeses “beiradeiros” e “geraizeros”, historicamente ligados à estas terras que se tornaram alvo da expansão do agronegócio. Geralmente estes são destituídos dos títulos formais de propriedade, ainda que se reproduzam socialmente nestes espaços há séculos. Sobre a dinâmica de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R), Saquet (2003, p. 54) entende que

A des-territorialização [... sugere a] re-territorialização em outros lugares, onde os grupos sociais desenvolvem estratégias distintas para produzir, controlar e manter um novo território e novas territorialidades, como fruto da imbricação entre as velhas e as novas territorialidades no movimento de des-re-territorialização.

Existe na retaguarda dos camponeses desterritorializados um processo expropriação e grilagem de suas terras, acompanhada de sofrida e silenciosa resistência frente ao projeto expansionista de dominação e modernização territorial. No Oeste da Bahia, e no MATOPIBA como um todo, os camponeses que lutam para não se desterritorializarem, e assim reproduzirem sua forma de vida, opõem-se aos agricultores modernos, que almejam se reterritorializarem vantajosamente, apropriando-se de amplas áreas voltadas às culturas de exportação.

⁵ O termo “gaúcho”, como utilizado coloquialmente na região em tela, não se restringe apenas às pessoas nascidas no Rio Grande do Sul, abarcando basicamente qualquer novo migrante que chegue à região para dedicar-se às tarefas ligadas à agricultura globalizada.

⁶ Ver, por exemplo, a reportagem “Após mais de duas décadas, produtores constroem 'império agrícola' no Oeste”, disponível em <http://g1.globo.com/bahia/bahia-farm-show/2015/noticia/2015/06/apos-mais-de-2-decadas-produtores-constroem-imperio-agricola-no-oeste.html>, acesso realizado em 07/09/2018.

Os conflitos relacionados a posse da terra intensificaram-se com o estabelecimento da grilagem sistemática, iniciada ainda na década de 1970 e que continua até os dias de hoje. Nestas frentes de expansão do capitalismo agrário, a principal mercadoria que se produz, a mais lucrativa de todas, é a própria propriedade agrícola em si. Não é a produção de soja, milho, algodão ou carne; é a produção de propriedades rurais para a venda, sem dúvida, o mais rentável dos negócios, superando qualquer exploração agrícola ou pecuária que se faça. O resultado é o estabelecimento de uma série de conflitos entre posseiros e grileiros, entre o campesinato e o agronegócio, não raro acabando em expropriação, violência e sangue (SOBRINHO, 2010 e 2015).

O imbróglio jurídico por trás dos Cartórios de Registros de Imóveis da região é de tal modo generalizado que recentemente (2017) uma decisão liminar da Justiça determinou a reintegração de posse de 340 mil hectares de terras no município de Formosa do Rio Preto à uma única pessoa, desarticulando 300 famílias de agricultores vinculados ao agronegócio por meio da Associação dos Produtores da Chapada das Mangabeiras (Aprochama), ali estabelecidas há 30 anos.⁷ O intermédio de jagunços e pistoleiros e a má fé de agentes cartorários e judiciais, subservientes aos interesses do “grande capital transnacional” – ou de quem lhes ofereça qualquer tipo de benefício – são prática corriqueira no MATOPIBA, não sendo diferente no Oeste da Bahia.

Recentemente, os conflitos pelo acesso e uso de recursos hídricos em Correntina tiveram repercussão nacional, opondo integrantes do campesinato local e do agronegócio globalizado, evidenciando a pertinência do termo “agrohidronegócio” (THOMAZ JÚNIOR, 2010).⁸ Vale ainda lembrar que os municípios do MATOPIBA sustentam os maiores índices nacionais de desmatamento do Bioma do Cerrado.⁹ No que tange ao desmatamento do

⁷ Ver <https://g1.globo.com/bahia/noticia/justica-determina-reintegracao-de-posse-de-340-mil-hectares-de-terras-na-ba-e-agricultores-protestam.ghhtml> e <https://jornaloexpresso.wordpress.com/2017/04/22/acordo-sobre-posse-de-terras-na-coaceral-e-aprochama-e-assinado/>, acessos realizados em 07/09/2018.

⁸ Ver <https://www.cptnacional.org.br/quem-somos/12-noticias/conflitos/4335-conflitos-nos-fechos-de-pasto-de-correntina-uma-realidade-historica-que-clama-por-justica> e <https://www.bomjesusdalapanoticias.com.br/regiao/0111-raio-x-correntina-com-41-conflitos-em-32-anos-municipio-lidera-historico-de-conflitos-agrarios-e-do-uso-da-agua-na-bahia/>, acessos realizados em 07/09/2018.

⁹ De acordo com o MMA/IBAMA/PNUD, dentre todos os municípios do país que estão inseridos no Bioma do Cerrado, os três “campeões” de desmatamento entre 2002 e 2008 foram justamente Formosa do Rio Preto, São Desidério e Correntina, todos localizados no Oeste da Bahia, totalizando para os três municípios mais de 460.000 hectares desmatados nesse curto intervalo de apenas seis anos. Ver http://siscom.ibama.gov.br/monitorabiomas/cerrado/Relatorio%20tecnico_Monitoramento%20Desmate_Bioma%20Cerrado_CSR_REV.pdf, acesso realizado em 27/10/2010.

cerrado e ao uso abusivo da água para irrigação com pivôs centrais, a figura 08 trará importantes indicativos.

Identificamos ainda que nesse quadro de reconfiguração regional a criação de novas territorialidades envolve não apenas o acesso a propriedade da terra em si, como também ao comando sobre a regulamentação e a gestão territorial coletiva. Isso implica na busca pela autonomia política-administrativa dos espaços vinculados ao agronegócio, tanto em nível municipal quanto estadual. Destacamos, neste sentido, a ilustrativa atuação dos parlamentares paranaenses radicados em Barreiras, Oziel Oliveira (PDT) e Jusmari Oliveira (PR), marido e mulher, ele nascido em Itaquajé, ela Pérola D'Oeste. Atualmente (2018) ele é prefeito de Luís Eduardo Magalhães e ela acaba de abdicar do cargo de Secretária de Desenvolvimento Urbano do Estado (Sedur-BA).¹⁰

Ela, agricultora, comerciante e educadora, faz parte do Conselho de Honra da Associação dos Produtores de Café da Bahia e já foi condecorada três vezes com o prêmio “Soja de Ouro” (1997, 1998 e 1999), tendo sido Vereadora e Prefeita de Barreiras, além de Deputada Estadual e Federal. Ele, agricultor e administrador, é Conselheiro de Honra do Sindicato Rural de Luís Eduardo Magalhães onde, “com a grande procura de terras por agricultores de todo o Brasil e do exterior, passou a prestar assessoria de intermediação entre o comprador e o vendedor - atividades estas que possibilitaram ao casal rápido crescimento patrimonial.”¹¹

Fruto do esforço liderado por Jusmari, à época Deputada Estadual, foi criado o Distrito de Mimoso do Oeste, por meio da Lei Municipal n.º 395, de 03/12/1997, permanecendo este subordinado ao município de Barreiras. Em seguida a Lei Municipal n.º 422, de 17/11/1998, alterou o nome do distrito de Mimoso do Oeste para Luís Eduardo Magalhães, homenagem ao falecido político herdeiro da então mais importante oligarquia da Bahia. Em 19 de março de 2000 acontece um questionável plebiscito visando a emancipação política e territorial do distrito, no qual num total de 3.842 votantes, 3.782 se posicionaram a favor da emancipação, 2 foram contra e 58 declararam-se brancos ou nulos (a população total do município de Barreiras era 131.849, mas votaram apenas aqueles que residiam no

¹⁰ Ver: http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=163111&tipo=0 e http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=189051&tipo=0, acessos realizados em 20/01/2017.

¹¹ Ver: <http://ozieloliveira.org/site/>, acesso realizado em 30/10/2010.

distrito que demandava sua emancipação).¹² Apesar da denúncia de fraude por desprezo à vontade política da população residente na sede do município, o antigo posto Mimoso foi elevado à categoria de município com a denominação de Luís Eduardo Magalhães pela Lei Estadual n.º 7.619, de 30/03/2000, desmembrando-se assim de Barreiras (RIOS FILHO e SANTOS FILHO, 2008).

Com a emancipação, o paranaense Oziel tornou-se o primeiro prefeito do metafórico “primeiro município gaúcho” da Bahia, cargo para o qual foi em seguida reeleito exercendo os mandatos de 2001 a 2005 e 2005 a 2009. Em 2007 foi pleiteada a declaração de inconstitucionalidade da lei de criação do município e diante do impasse estabelecido coube ao legislador federal definir e regularizar a situação. Mediante Emenda Constitucional, o congresso aprovou a criação do novo município,¹³ tendo o parecer redigido pelo Ministro Eros Grau defendido a política de *Uti possidetis* do fato consumado:

Até maio de 2006, foram sancionadas mais de duzentas leis municipais. O Município elegeu seus Prefeito e Vice-Prefeito, bem assim seus Vereadores, em eleições realizadas pela Justiça Eleitoral. Instituiu e arrecadou tributos de sua competência. Prestou e está a prestar serviços públicos de interesse local. Exerce poder de polícia. Em seu território - isto é, no Município de Luís Eduardo Magalhães - foram celebrados casamentos e registrados nascimentos e óbitos. O Município recebe recursos federais e estaduais e participa da arrecadação de tributos federais e estaduais [...] estamos diante de uma situação excepcional não prevista pelo direito positivo, porém instalada pela força normativa dos fatos.¹⁴

No mesmo ano de 2007, Jusmari havia vencido as eleições para Deputada Federal, mas renunciou ao cargo para concorrer e ganhar a campanha para Prefeita de Barreiras. Oziel, por sua vez, cumpriu mandato como Deputado Federal entre 2011 e 2015, ocasião em que deu entrada no Projeto de Decreto Legislativo 355/11, que determina a realização de plebiscito sobre a criação do estado do Rio São Francisco, no intuito de emancipar politicamente o Oeste da Bahia, compondo um ente federativo autônomo. Citamos aqui os casos desses dois migrantes re-territorializados no MATOPIBA pois bem ilustram a disputa envolvida no processo de ampliação do poder de comando geopolítico sobre esse território contestado.

¹² Moção Nº 13.959/2012 da Assembleia Legislativa da Bahia, disponível em www.al.ba.gov.br/docs/Proposicoes2012/MOC_13_959_2012_1.rtf, acesso realizado em 07/07/2018.

¹³ Ver <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=35279&view=detalhes>, acesso realizado em 23/01/2017.

¹⁴ Ver <http://www.stf.jus.br/imprensa/pdf/adi2240.pdf>, acesso realizado em 23/01/2017.

Em comum, o casal Oziel e Jusmari de Oliveira exemplificam a representação política dos “novos” interesses de poder estabelecidos no Oeste da Bahia, isto é, aqueles relacionados a expansão do agronegócio globalizado, liderados por migrantes do sul do país, em sua maioria de ascendência estrangeira, respaldados por ampla oferta de capital, modernas técnicas, conhecimento científico especializado e voltados ao mercado consumidor internacional.

O casal trabalha para “o Oeste seguir em frente”, como veiculado em campanha eleitoral recente de Oziel, buscando desvencilhar esse território das velhas oligarquias baianas, tanto as de âmbito municipal como também as de escala estadual. Após a emancipação, a população de LEM cresceu exponencialmente, saltando de 19 mil habitantes em 2001 para 44 mil em 2007, 60 mil em 2010 e atualmente é estimada em 88 mil habitantes (IBGE, 2019). Em relação ao município do qual se desmembrou, apresentou em 2018 um índice de PIB per capita anual bastante superior: R\$ 55 mil ante 24 mil de Barreiras. Significa dizer que a parte mais rica do território abdicou de sua parcela mais pobre, ou que a parte gaúcha e nova se desvinculou da parte baiana velha do município, criando um território autônomo e independente.

Figura 04. Crescimento urbano de Luís Eduardo Magalhães: 1984 – 2000 – 2016



Fonte: Google Earth, com altitude do ponto de visão de 16,05 km.

O crescimento demográfico e econômico acelerado de LEM tem estimulado e servido de exemplo para que outras áreas também reivindiquem sua independência. De modo análogo ao que se sucedeu com LEM e Barreiras, outros territórios do Oeste da Bahia dotados de alto índice de riqueza, elevada taxa de migrantes oriundos do Sul do país e caracterizados pela expansão recente do agronegócio globalizado querem se “libertar” dos antigos vínculos político-administrativos baianos, que julgam não lhes representarem em seus interesses e ainda prenderem-lhes à um passado com o qual não se identificam em nada.

Tais municípios estão entre os mais extensos do estado e possuem, do ponto de vista da configuração territorial, formatos alongados que os assemelham a retângulos compridos e achatados, ficando as sedes municipais sempre a Leste (zonas de colonização mais antiga, cuja origem remonta ao período colonial), contrapondo-se com as novas aglomerações urbanas, surgidas recentemente a Oeste (ligadas à chegada dos “gaúchos” pelas rodovias e aeródromos promotores da modernização).

Houve recentemente, sobretudo com o estímulo da BR-020, o surgimento de vários loteamentos urbanos novos, frutos de iniciativas e investimentos privados, que deram origem a povoados distantes das remotas sedes municipais. Destacam-se a presença das vilas de Coaceral, Panambi, Placas, Bela Vista, Novo Paraná, Treviso, Roda Velha e Rosário. São núcleos urbanos incipientes, mas alguns já demonstram clara intenção de se desmembrarem politicamente de seus núcleos de comando, almejando esses diminutos e dinâmicos núcleos urbanos tornarem-se novos municípios do agronegócio, novas “cidades do agronegócio” (ALVES, 2005 e ELIAS, 2006).

Figura 05. Novos núcleos urbanos do Oeste da Bahia



Fonte: BING Maps.

Entre os casos mais eloquentes da região, estão os de Vila do Rosário e Roda Velha, que almejam dissociarem-se dos municípios de Correntina e São Desidério e que distam de suas sedes municipais, respectivamente, 200 e 130 quilômetros. Os dois povoados supracitados ocupam localizações estratégicas: Rosário situa-se na divisa interestadual da Bahia com Goiás, na movimentada rodovia BR-020 e Roda Velha está nessa mesma rodovia, em seu ponto de intersecção com as obras de construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL). Entre uma vila e outra há 140 quilômetros de asfalto em meio a enormes propriedades rurais, área de elevada produção de *commodities* e reduzida densidade demográfica. Nesses dois vilarejos é intenso o anseio emancipacionista de seus residentes, em sua maioria composta por indivíduos provenientes de estados do sul do país. Estes alegam que os serviços públicos prestados são incondizentes com o valor dos tributos ali arrecadados.

É igualmente forte o *lobby* político de figuras públicas e de associações civis organizadas. Em Correntina, visando promover a descentralização das atividades administrativas municipais, os vereadores Ieda Pereira Barbosa (PSDB), Milton Rodrigues de Souza (PR) e Lourival Conceição de Miranda (PSDB) encaminharam à Câmara Municipal o Projeto de Lei de Criação do Distrito do Povoado de Rosário (nº 013/2009), aprovado em 13/12/2012.¹⁵ Roberto Marinho é um dos nomes cogitados para esse possível novo município.¹⁶ É sempre citado pelos defensores da emancipação o fato de que, assim como LEM, Rosário também originou-se de um posto de combustíveis (BARCELLOS, 2011, p. 237).

Em São Desidério, o comerciante e Subprefeito de Roda Velha, Ari Mário Mrovinski, lamenta o fato de que onde vive “o que sobra em produção agrícola, falta em serviços básicos”.¹⁷ Já a Deputada Estadual Kelly Magalhães (PCdoB) foi além, propondo a realização de uma audiência pública na Comissão Especial de Assuntos Territoriais e Emancipação da Assembleia Legislativa da Bahia para discutir a emancipação do Distrito de Roda Velha.¹⁸ É igualmente interessante analisar o discurso do Deputado Federal Jutahy

¹⁵ Ver <http://visaocidade.com.br/2012/12/rosario-passara-ser-distrito-de.html> , acesso realizado em 07/09/2018.

¹⁶ Ver <http://jornalnovafronteira.com.br/arquivo/2009-2014/LerArquivoNf.php?id=8827> , acesso realizado em 07/09/2018.

¹⁷ Ver <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/sonhando-em-ser-grande-distritos-baianos-querem-aprovacao-de-lei-para- virar-municipios/> , acesso realizado em 07/09/2018.

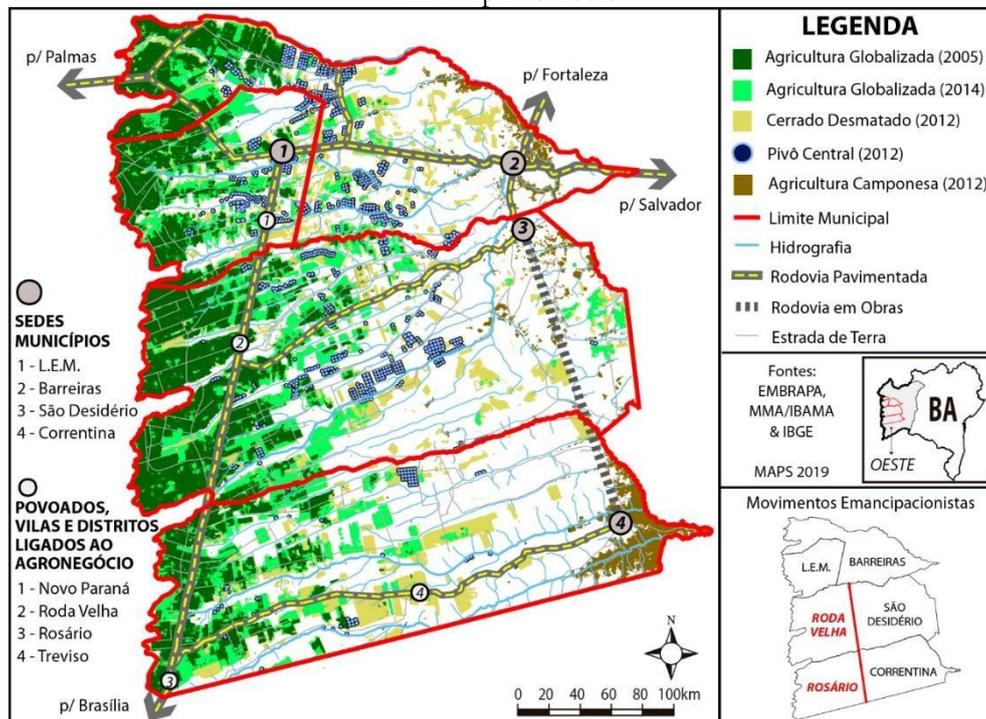
¹⁸ Ver <http://www.barreirasnoticias.com/2011/09/reuniao-discute-emancipacao-de-roda.html> , acesso realizado em 07/09/2018.

Magalhães (PSDB), que crê tanto Rosário quanto Roda Velha já reúnem todas as condições para serem manumitidos:

São dois distritos que se tornarão municípios prósperos com a emancipação. Dois grandes produtores de grãos que estão longe das sedes de seus municípios e que não têm recebido de volta de volta a riqueza que produzem. Sendo municípios [...] irão ganhar em saúde, educação, infraestrutura, geração de emprego e renda, enfim, tudo muda.¹⁹

Recentemente, em 30/08/2018, o Governador da Bahia, Rui Costa (PT), assinou uma Carta de Apoio à Emancipação de Rosário, alegando que este “é autossuficiente e produz a própria riqueza” e que a distância entre o distrito e a sede obrigam seus moradores a se deslocarem por mais de 400 quilômetros para efetuarem qualquer tipo de procedimento junto à prefeitura, secretarias e/ou cartórios.²⁰ Como se nota ao analisar os casos dos distritos de Rosário e Roda Velha, filiação partidária não parece ser empecilho para que haja uma espécie de coligação regional suprapartidária em prol da emancipação política de novos territórios do agronegócio no Oeste da Bahia.

Figura 06. Barreiras, LEM, São Desidério e Correntina: uso-do-solo e movimentos emancipacionistas



Fonte: autor (2028).

¹⁹ Entrevista com o Deputado Federal Jutahy Magalhães (PSDB), disponível em <http://muraldooeste.com/jutahy-defende-em-brasilia-a-emancipacao-de-roda-velha-e-rosario/>, acesso realizado em 07/09/2018.

²⁰ Ver <http://correiooeste.com.br/governador-rui-costa-apoia-a-emancipacao-do-distrito-de-rosario/>, acesso realizado em 07/09/2018.

A ambição do agronegócio por exercer o controle político sobre os territórios supera a escala municipal, alçando planos mais audaciosos. Assim, como já mencionado, há um projeto tramitando no Congresso Federal que visa criar o Estado do Rio São Francisco. “Para a gestão do processo de modernização da região, projeta-se na mente das elites locais a criação de novos estados, o que legitimaria, num sentido político-territorial, a área dominada pelas redes da moderna agricultura capitalista” (MARTINS, 2001, p. 280). Mauro Argenta (outrora presidente do PSDB de Barreiras), falando em nome de seus “patrícios” sulistas, corroborava essa premissa: “nosso poder é pouco, mas logo vamos ter várias prefeituras da região – essa é a força de base, de baixo para cima, para conseguir depois o estado do São Francisco” (apud. HAESBAERT, 1996, p. 410).

Quanto à formação desse novo Estado, o discurso hegemônico em muito se assemelha ao já referido discurso emancipacionista feito em nível municipal: a grande extensão do estado da Bahia, a distância com relação ao centro administrativo de Salvador e a negligência do governo estadual para com a região aparecem como argumentos centrais nas reivindicações separatistas. Em 1998 o Deputado Federal Gonzaga Patriota (PSB/PE) levou ao Congresso o Projeto de Decreto Legislativo n.º 631/1998, que “Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Rio São Francisco”,²¹ posteriormente substituído pelo PDC n.º 384/2003.²²

Os dados demonstram que o novo estado contará com mais de 5,5 milhões de hectares com possibilidade de uso agrícola, dos quais, 4,6 milhões hectares em regiões com pluviosidade acima de 1.200 mm/ano, dos quais, 1,835 milhões de hectares já estão ocupados com lavouras, respondendo assim, com 30% da produção de algodão no país e 98% no estado; 5% da produção de soja no país e 100% no estado; 3% da produção de milho no país e 70% no estado, com receita dentro da porteira estimada em R\$ 6,3 bilhões de reais e na cadeia do agronegócio estimada em R\$ 13,4 bilhões.²³

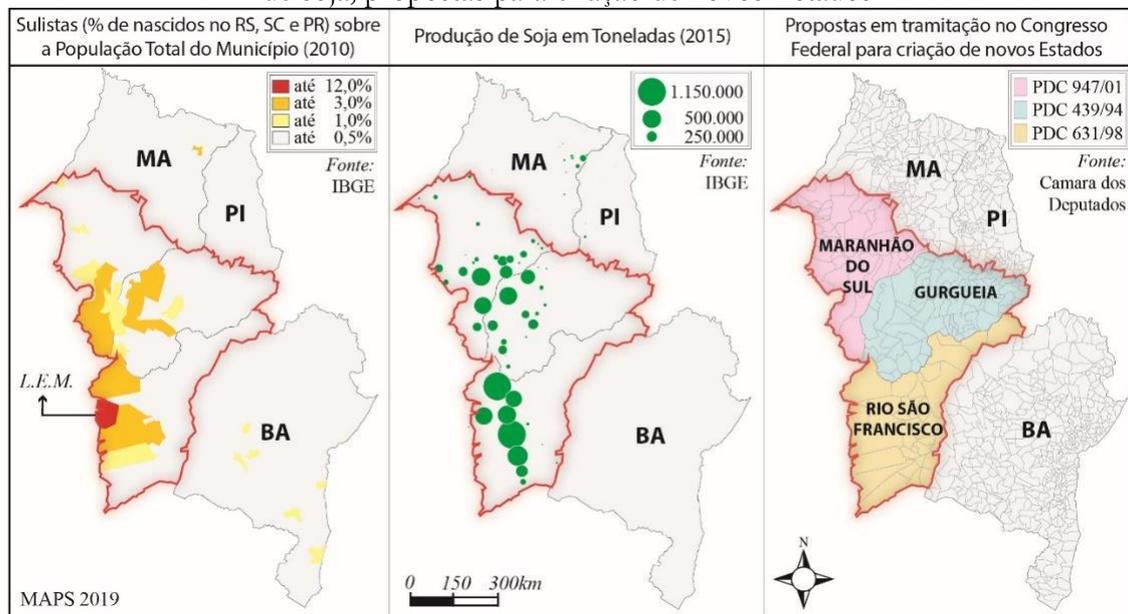
²¹ Ver <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14016> , acesso realizado em 07/09/2018.

²² Ver <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=121590> , acesso realizado em 07/09/2018. Vale mencionar que em Barreiras, maior cidade do Oeste da Bahia e aventada como possível capital para o estado do Rio São Francisco, sessão ordinária ocorrida na Câmara de Vereadores no dia 18/05/2010 aprovou por unanimidade o projeto de lei n. 003/2010, de autoria do vereador Giovani Mani (PPS), que propõe a oficialização da Semana Farroupilha – diga-se de passagem, um projeto político de caráter separatista – no calendário cívico do município. Já na chamada Independência da Bahia, que ocorre no dia 2 de junho, não há desfile cívico, bandas marciais ou hasteamento das bandeiras oficiais, algo tão comum em outros municípios baianos (BRANDÃO, 2014, p. 18).

²³ Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/918053.pdf> , acesso realizado em 07/09/2018. É sempre lembrado o exemplo de seu vizinho, o estado do Tocantins, que após se desvincular de Goiás experimentou grande crescimento econômico e desenvolvimento.

A análise dos dados nos permite afirmar que se encontra em curso, no MATOPIBA, uma correlação macrorregional entre os seguintes fatores: grilagem de terras e expansão da agricultura altamente tecnificada liderada pelo cultivo da soja e do algodão; expressiva participação de “sulistas” (*lato sensu*) sobre o contingente populacional total e movimentos políticos independentistas voltados a monopolização do território por agentes transnacionais associados agronegócio globalizado. O Mapa 4, a seguir, demonstra tal correlação, tanto em âmbito municipal quanto estadual, ao destacar como estão interligados a presença dos migrantes, a produção agropecuária e os anseios de criação de novos territórios geopoliticamente atrelados ao agronegócio globalizado:

Figura 07. Bahia, Piauí e Maranhão - participação dos sulistas sobre a população; produção de soja; propostas para criação de novos Estados



Fonte: autor (2018).

Na esteira das possibilidades futuras para o território em questão, com o intuito único de suscitar debates acadêmicos, elaboramos a figura 08, que se pauta exclusivamente em uma espécie de especulação espacial. Aponta para um cenário que poderá advir, a partir do surgimento de algumas das novas Unidades Federativas já propostas, alterando assim o quadro de macrorregiões geográficas do país.

Figura 08. Divisão (imaginária) das Unidades Federativas e Macrorregiões do Brasil



Fonte: autor (2019).

Considerações finais

O processo de expansão do meio-técnico-científico informacional no campo brasileiro cria superfícies de modernização agrícola que se pautam no acirramento da violência agrária no país e almejam amplo controle político, social e econômico sobre os territórios envolvidos. O surgimento de novas áreas e novas regiões onde predomina a agricultura globalizada monocultora de exportação de *commodities* tem redundado no contraditório e complementar fenômeno de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, pelo qual agricultores (mormente gaúchos de origem italiana ou alemã) abandonam seu local de origem no Sul do país e se instalam em zonas de fronteira agrícola, num quadro de frente pioneira ativa. Ao concluírem tal procedimento, entram em embate

com camponeses nativos do local de destino, via de regra expropriando-os da terra em que viviam, obrigando-os ao êxodo rural em direção às periferias urbanas.

Ambos, isto é, tanto “gaúchos” quanto “beiradeiros e geraizeiros”, passam pelo fenômeno de desterritorialização, entendida como a saída por vontade própria ou forçada de seu local de origem. Ambos passam também pelo processo de reterritorialização, que pode resultar numa situação mais favorável (geralmente esse é o caso dos gaúchos, que constituem propriedades agrícolas mais extensas) ou mais precarizada, como ocorre com os camponeses expulsos da terra que se deslocam para as cidades).

No plano governamental e administrativo, ao ingressarem no debate político e pleitearem cargos no executivo, os agentes defensores do agronegócio passam a conduzir ações classistas no intuito de garantir melhores condições técnicas, normativas, discursivas e organizacionais para as companhias transnacionais e os interesses exógenos que representam. Sua potente posição econômica passa a demandar seu fortalecimento também no plano político local e regional, defendendo esse padrão de desenvolvimento territorial associado à agricultura globalizada, que amplia a desigualdade social e de renda, assim como da superexploração e esgotamento dos recursos naturais. É nesse sentido que a área em tela consegue reunir, a um só tempo, o que há de mais moderno e o que há de mais arcaico no campo brasileiro.

Referências

ALVES, V.E.L. Barreiras/Luiz Eduardo Magalhães (BA), Balsas (MA), Uruçui/Bom Jesus (PI): as novas cidades para o agronegócio nos cerrados Nordesteiros. In: **Anais Do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária**, 2005, Presidente Prudente. Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Vicente%20Eudes%20Lemos%20Alves.pdf>, acessado em 10/10/2019.

BARCELLOS, V. As Supernovas: duas futuras cidades brasileiras. **Paisagem e Ambiente**. São Paulo, n. 29, pp. 227-247, 2011. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/77853>, acessado em 10/10/2019.

BRANDÃO, P.R.B. A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827-1985). **GeoTextos**. Salvador, vol. 6, n. 1, pp. 35-50, 2010. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/4304/3163>, acessado em 07/09/2018.

BRANDÃO, P.R.B. Um Estado para o Oeste Baiano? Reflexões para o debate sobre discurso identitário e mitos fundadores do pretense Estado do (Rio) São Francisco. **ACTA**

Geográfica, Boa Vista, v.8, n.16, pp.10-21, 2014. Disponível em

<https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/1341> , acessado em 10/10/2019.

CASTILLO, R; FREDERICO, S. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Mercator** – Revista de Geografia da UFC, v. 9, n. 18, p. 17-26, jan./abr. 2010. Disponível em

<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/330>, acessado em 10/10/2019.

ELIAS, D. Redes agroindustriais e produção do espaço urbano no Brasil agrícola. In: SILVA, J.B. da; LIMA, L.C. e ELIAS, D. (Org's.). **Panorama da Geografia Brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006, pp. 221-238.

FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013. Tese (livre-docência) em Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP. Presidente Prudente.

FREDERICO, S.; BÜHLER, E.A. Capital financeiro e expansão da fronteira agrícola no Oeste da Bahia (2015). In: ALVES, V.E.L. (Org.), **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

GIRARDI, E.P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) FCT/UNESP, Presidente Prudente.

GOULART, J.A. **O ciclo do couro no Nordeste**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1966.

HAESBAERT, R. “Gaúchos” e baianos no “novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (Org's.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, pp. 367-418.

HAESBAERT, R. **Des-Territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama**. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/luis-eduardo-magalhaes/panorama> , acessado em 18-12-2019.

MARTINS, H.T. A Fragmentação do Território Brasileiro: a criação de novos estados no Brasil. **Caderno CRH**. Salvador, n. 35, p. 263-288, 2001 , disponível em <https://rigs.ufba.br/index.php/crh/article/viewFile/18599/11973> , acessado em 07/09/2018.

MONDARDO, M.L. Da migração sulista ao novo arranjo territorial no oeste baiano: “territorialização” do capital no campo e paradoxos na configuração da Cidade do Agronegócio. **Campo-território: revista de geografia agrária**. Uberlândia, v.5, n.10, pp. 259-287, 2010.

PEREIRA, L.I. MATOPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato. **Revista NERA**. Presidente Prudente: v. 22, n. 47, edição especial Dossiê MATOPIBA, 2019. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6284/4817>, acessado em 07/09/2018.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Imobiliárias agrícolas transnacionais e a especulação com terras na região do MATOPIBA**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos/Outras Expressões, 2018.

REVISTA EXAME. **O sertão agora é assim**. Abril. Edição n. 0947, de 15/07/2009.

RIOS FILHO, J.N.V.; SANTOS FILHO, A.M. dos. A revalorização econômica do oeste baiano a partir da expansão da agricultura moderna e o surgimento de um novo território: o município de Luís Eduardo Magalhães – BA. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, vol. 9 n. 21, 2008. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1661>, acessado em 10-10-2019.

SANTOS, C.C.M. dos. Os cerrados da Bahia sob a lógica do capital. **Revista IDEAS**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 76-108, 2008.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo, Edusp, 2002.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo, Edusp, 2002a.

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo, Edusp, 2002b.

SANTOS, M. **Economia Espacial – Críticas e Alternativas**. São Paulo: Edusp, 2003.

SAQUET, M.A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: Edições Est, 2003.

SOBRINHO, J. de S. O ataque da propriedade capitalista da terra às propriedades camponesas no Oeste da Bahia. In: **Anais do I Simpósio Regional de Geografia do Cerrado (UFBA)**. 2010, Barreiras.

SOBRINHO, J. de S. Territorialização e desterritorialização dos camponeses geraizeros do Vale do Arrojado no oeste baiano. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos (Org.), **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

THOMAZ JUNIOR, A. O agrohídronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo-Território: revista de geografia agrária**. Uberlândia, v. 5, n.10, pp. 92-122, 2010. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/issue/view/638>, acessado em 18-07-2017.

Sobre o autor (Informações cedidas pelo autor)

Mateus de Almeida Prado Sampaio

Mestre (2010) e Doutor (2015) em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, atualmente é Pós-doutorando em Geografia na FCT/UNESP (PNPB/CAPES).

Como citar esse artigo

SAMPAIO, M. de A. P. Oeste da Bahia: agricultura globalizada, desterritorialização e movimentos políticos emancipatórios. In: **Revista Geografia em Atos** (GeoAtos online) - 60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios - v. 08, n. 15, p. 8-32, dez/2019. DOI: 10.35416/geoatos.v8i15.6985

Recebido em: 2019-11-21

Devolvido para correções: 2019-12-18

Aceito em: 2019-12-25

A ESCALA GEOGRÁFICA E SERVIÇOS DE SAÚDE: PRIMEIRAS REFLEXÕES

Priscila Estevam Engel

<https://orcid.org/0000-0002-7526-4743>
Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP
Email: pri-engel@hotmail.com

DOI: 10.35416/geoatos.v8i15.6984

Resumo

Os estudos urbanos sempre permeiam a questão da escala, mas em muitos casos não é dada a devida importância que essa discussão requer. Em nosso trabalho apresentamos alguns autores que nos fazem refletir sobre a análise espacial a partir das escalas geográficas e reconhecemos a complexidade das articulações multiescalares. Os procedimentos metodológicos são basicamente uma revisão bibliográfica com o objetivo de articular a questão da escala geográfica. Deste modo, tecemos algumas considerações a respeito da regionalização dos serviços de saúde no Estado de São Paulo e as políticas que foram envolvidas nesse processo.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde; Regionalização; Estado de São de Paulo

GEOGRAPHICAL SCALE AND HEALTH SERVICES: FIRST REFLECTIONS

Abstract

Urban studies always permeate the issue of scale, but in many cases the due importance that this discussion requires is not given. In our work we present some authors that make us reflect on spatial analysis from geographic scales and recognize the complexity of multiscale joints. The methodological procedures are basically a bibliographic review aiming to articulate the issue of geographic scale. Thus, we make some considerations about the regionalization of health services in the State of São Paulo and the policies that were involved in this process

Key words: Health Unic System; Regionalization; State of Sao Paulo

ESCALA GEOGRÁFICA Y SERVICIOS DE SALUD: PRIMERAS REFLEXIONES

Resumen

Los estudios urbanos siempre impregnan el tema de la escala, pero en muchos casos no se da la importancia debida que requiere esta discusión. En nuestro trabajo presentamos algunos autores que nos hacen reflexionar sobre el análisis espacial desde escalas geográficas y reconocer la complejidad de las juntas multiescala. Los procedimientos metodológicos son básicamente una revisión bibliográfica que apunta a articular el tema de la escala geográfica. Por lo tanto, hacemos algunas consideraciones sobre la regionalización de los servicios de salud en el Estado de São Paulo y las políticas que estuvieron involucradas en este processo

Palabras-clave: Sistema único de Salud; Regionalización; Estado de São Paulo.

Introdução

Algumas perguntas norteiam as discussões sobre escala, e algumas delas serviram de base para a construção do nosso artigo. Qual a importância do uso da escala geográfica? Por que é ela é uma questão para nós? Ela é intrínseca à geografia? Como nos alertam Racine, Raffestin e Rufy (1983) temos que ter cuidado com o uso arbitrário ao tratarmos, escolhermos e analisarmos as escalas geográficas. Visto que, deveríamos ter a escala estruturando o nosso pensamento ao longo de nossas teses e dissertações.

As discordâncias surgem, inicialmente, da própria tentativa de fixar um conceito aceito de escala geográfica, com o que o “emprego desta categoria na análise dos fenômenos socioespaciais se dá por intermédio da adoção de variados pontos de vista, alguns deles muitas vezes enfatizando abordagens meramente perspectivistas”, conforme chamou a atenção Vainer (2006, p.12-13), pelas quais a escala geográfica é apenas um ponto de observação daqueles fenômenos socioespaciais em foco.

Ao propormos uma análise espacial, a partir das escalas geográficas devemos reconhecer a complexidade das articulações inter e multiescalar. As interações espaciais e redes aumentam a complexidade dos padrões espaciais, temos que lidar com os intervalos, interstícios, espaços de complexidade, visto que, elas resultam em interações de forças que não se explicam pela natureza unidirecional do espaço, mas pela complexidade dos padrões espaciais. O reescalonamento nos auxilia neste sentido, pois há uma aproximação dos paradigmas, neste sentido buscamos a construção de um pensamento, de metodologias, perspectivas analíticas capazes de aproximação entre os níveis, ao menos que este sejam reconhecidos como abstrações de um pensamento que pode tomá-los enquanto ponto de partida (BRENNER, 2013).

Produzimos então uma geografia fenomênica de um espaço imediato e sua materialidade absoluta, da relação, da forma e processo e que impõe um conteúdo, recortes e possibilidades do concreto, mas nem sempre conseguimos trabalhá-los na complexidade das dimensões da produção do espaço. É na ideia e relação do que é absoluto e concreto é importante para se pensar a escala geográfica, pois a escalas geográficas resultam da produção do espaço, das relações sociais que animam este processo.

Desta forma, tentaremos neste esboço articular as principais ideias dos autores apresentados na disciplina “A escala geográfica na análise espacial” oferecida pelo programa do qual fazemos parte, com o conceito de escala geográfica e de regiões de saúde. Com o intuito de sempre pensar e analisar o par dialético singular e particular e num movimento

espiral. O foco deste artigo é refletir sobre o processo de regionalização e as diferentes apreensões do conceito de escala, as evidências empíricas são importantes, mas nesse artigo não foi o nosso objetivo.

As contribuições do conceito de escala para além da escala cartográfica.

A principal obra do autor tcheco Karel Kosik, intitulada “Dialética do Concreto”, mas especificamente o primeiro capítulo denominado “Dialética da totalidade concreta”, serviu de base teórica para o desenvolvimento deste artigo, no qual o autor trabalha três pontos centrais: “O mundo da pseudoconcreticidade e a sua destruição”; “Reprodução espiritual e racional da realidade” e “A totalidade concreta” e a partir destes três pontos tentaremos articular com as ideias de escalas trabalhadas por diferentes autores que serão debatidos no decorrer deste artigo. O autor inicia a reflexão, destacando que a realidade não se apresenta imediatamente ao homem, por isso, na dialética, se distinguem a representação e o conceito da coisa em si, que são duas dimensões de conhecimento da realidade; mais do que isso, duas qualidades das práxis humana.

O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da pseudoconcreticidade (KOSIK, 2010, p. 15)

Como característico, nesse mundo da pseudoconcreticidade, permanecemos na superficialidade, ficamos distantes do que é realmente essencial, vivemos uma “práxis fetichizada”. É importante perceber que a essência não se apresenta imediatamente, ela é mediata ao fenômeno, o qual ao mesmo tempo, a revela e a esconde. Para captarmos a essência, é necessário analisar o fenômeno, entender como a coisa em si se manifesta nele. Pela manifestação do fenômeno, podemos apreender a essência, mas ambos (fenômeno e essência) não constituem a mesma coisa. Entretanto, na pseudoconcreticidade, o fenômeno e a essência são tomados como iguais, quando de fato o fenômeno se manifesta imediatamente, já a “coisa em si”, a essência da coisa, a estrutura da realidade não se manifesta de forma direta, demanda a análise científica.

No pensamento comum, forma ideológica de agir humano de todos os dias, criado pela práxis utilitária cotidiana, a “representação da coisa não constitui uma qualidade natural da coisa e da realidade: é a projeção, na consciência do sujeito, de determinadas condições

históricas petrificadas” (KOSIK, 2010, p.19). É o papel da dialética apontar de onde vêm os fenômenos, como os mesmos se constituem e quais suas (inter) dependências.

A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que, o todo se cria a si mesmo na interação das partes (KOSIK, 1976, p. 50).

Portanto, seguindo o materialismo, compreende-se que é possível chegar à verdade, mas não de forma perpétua, já que essa é historicamente datada. A verdade não se apresenta imediatamente ao homem, é necessário desvio para chegar a ela, esse processo demanda explicações com base na própria realidade, buscando os movimentos que a compõem a fim de compreender o que está obscuro e confuso para chegar ao conceito do todo, agora abarcando as suas determinações e relações.

Neste sentido, Kosik (2010) apresenta suas contribuições a partir de uma dimensão filosófica, já Milton Santos (1996) a partir de uma dimensão geográfica, onde a totalidade é formada a partir da articulação do método e do processo, e ainda, para se entender a totalidade precisamos entender as partes, lembrando que a totalidade não é somente a soma das partes, a partir de uma ideia de reescalonamento, ou seja uma relação do global com as partes.

Castro (2005, p.18) em seu texto diz que devemos retomar a discussão sobre o conceito de escala, “ultrapassando os limites da analogia geográfico-cartográfico e colocando em pauta as suas possibilidades diante de novos níveis de abstração e de objetivação”. Para isto, a escala será problematizada como uma estratégia de aproximação do real, que inclui tanto a inseparabilidade entre o tamanho e fenômeno, o que a define como problema dimensional, como a complexidade dos fenômenos e a impossibilidade de apreendê-los diretamente, o que a coloca como um problema também fenomenal, compreender a essência, e o fenômeno, baseado nas ideias de Kosik (2010).

Quando se pensa em objeto de estudo, não há tema escolhido pelo pesquisador que seja do mesmo modo que o senso comum pensa. Pelo contrário, para que um processo de escolha possa ser considerado científico, há necessidade para o cientista de se distanciar de criticar e avaliar o modo pelo qual a opinião pública, o senso comum ou os partidos políticos tratam da questão. Ciência, ou melhor, prática de investigação empírica, não é de maneira alguma identificação com essas diversas problemáticas assinaladas pelo senso comum ou pela opinião pública. É possível que no modo de delimitar o tema escolhido, algumas observações

feitas pelo senso comum ou pelos meios diários de comunicação social sejam levadas em conta, mas elas serão a tal ponto criticadas, avaliadas e classificadas, que a própria dinâmica do senso comum ou da sociologia espontânea - que serviu de base à elaboração dessas observações - será negada dialeticamente.

Assim, a escala enquanto problema epistemológico e metodológico tem sido tema de pesquisa de alguns geógrafos, embora em um número menor do que seria esperado, tendo em vista sua importância para a compreensão da essência de algumas questões com as quais se defrontam os estudiosos da organização espacial. Portanto, tão importante como saber que as coisas mudam com o tamanho, é saber exatamente o que muda e como (CASTRO, 2005, p.121).

Discutindo a escala como um problema crucial na geografia, vários autores como Bahiana (1986), Castro (2005) e Melazzo e Castro (2007), trazem Lacoste (1976) para o debate, pois explicitou que diferenças de tamanho da superfície implicavam em diferenças quantitativas e qualitativas dos fenômenos. Para ele, a complexidade das configurações do espaço terrestre decorre das múltiplas interseções entre as configurações precisas destes diferentes fenômenos e que a sua visibilidade depende da escala cartográfica de representação adequada. Pois “a realidade aparece diferente de acordo com a escala dos mapas de acordo com os níveis de análise. A mudança de escala corresponde uma mudança do nível de análise e deveria corresponder uma mudança no nível de concepção” (LACOSTE, 1976, p.62).

Todo trabalho geográfico realiza-se mediante a utilização de uma (ou mais) escala(s), seja isso resultado de deliberada reflexão teórico-metodológica, seja mera “questão de bom senso ou de comodidade à qual não se dá importância” (BAHIANA, 1986, p.75), ou seja, mesmo quando a escala é arbitrária, aleatória e não explicitada. Essa simples afirmação nos remete à importância de revisitar o conceito de escala, na perspectiva de sempre renová-lo no movimento do pensamento geográfico, o que vem sendo negligenciado por muitos geógrafos. Nesse sentido, Silveira (2004) oferece uma releitura possível para a escala, iniciando sua argumentação de forma provocadora, que nos estimula a refletir.

Uma enorme literatura discorre sobre a questão da escala em geografia e, amiúde, converge para alimentar um debate circular e tautológico. Atônitos, debruçamo-nos sobre esse problema - será um problema? - E descobrimos a recorrência de três premissas centrais: a crítica à analogia da escala geográfica com a cartográfica e, com frequência, a ausência ou recusa à elaboração de uma proposta metodológica alternativa; a afirmação de que o valor da

variável muda com a escala e, por fim, a aceitação da escala como uma definição a priori na pesquisa geográfica (SILVEIRA, 2004, p.88).

O fato de um dos principais textos de referência para a discussão sobre a escala na Geografia intitular-se “o problema da escala” não é sem significância. Pelo contrário, isso aponta que este conceito-chave da ciência geográfica ainda não foi suficientemente discutido, refletido e reformulado a partir dos avanços que se poderia esperar de sua aplicação às mais variadas pesquisas em Geografia. O quadro evidenciado por Castro (1995) sobre a discussão da escala na geografia impõe que se retome esse debate:

Questões recorrentes surgiram: a escassez bibliográfica sobre o assunto; a geografia não dispõe de um conceito próprio de escala; há poucos autores que se preocupam com a escala como problema metodológico essencial; a escala como problema metodológico na geografia é difícil e requer ainda grande esforço de reflexão e de abstração (CASTRO, 1995, p.129).

Entre os vários autores que trataram do assunto, são referência os textos de Castro (1992,1995) Racine, Raffestin e Ruffy (1983). Como lembra Castro (1995, p.117), “o raciocínio analógico entre escalas cartográfica e geográfica dificultou a problematização do conceito [de escala geográfica], uma vez que a primeira satisfazia plenamente às necessidades empíricas da segunda”. Os autores destacam também a inconveniência da analogia entre as escalas cartográfica e geográfica. Para eles, este problema existe porque a geografia não dispõe de um conceito próprio de escala e adotou o conceito cartográfico, embora não seja evidente que este lhe seja apropriado, pois a escala cartográfica exprime a representação do espaço como forma geométrica, enquanto a escala geográfica exprime a representação das relações que as sociedades mantêm com esta forma geométrica. Apontam ainda algumas fontes de ambiguidades importantes, ligadas a confusão entre escalas geográfica e cartográficas e à falta de conceito próprio de escala na geografia.

A partir dos autores estudados, pode-se, numa primeira aproximação, tentar traçar a diferença nos conceitos de escala cartográfica e geográfica. A escala cartográfica seria um recurso matemático fundamental, uma medida de proporção da representação gráfica do espaço, ou seja, “uma fração que indica a relação entre as medidas do real e aquelas da sua representação gráfica” (CASTRO, 1995, p.117). Já conceituar escala geográfica (ou escala conceitual, como é chamada por alguns autores) mostra-se bem mais difícil, pois o conceito ainda está em construção e reformulação.

Para Castro (1995, p.118), a escala geográfica seria “uma estratégia de aproximação de real, que inclui tanto a inseparabilidade entre tamanho e fenômeno, o que a define como

problema dimensional, como a complexidade dos fenômenos e a impossibilidade de apreendê-los diretamente, o que a coloca como um problema também fenomenal”.

Racine, Raffestin e Ruffly (1983) assinalam a escala geográfica como um processo de “esquecimento coerente” que permita uma ação bem-sucedida. A escala funcionaria como um filtro que empobrece a realidade, mas preserva aquilo que é pertinente em relação a uma dada intenção (RACINE; RAFFESTIN; RUFFLY; 1983, p. 128). Nesses autores, a escala geográfica também se evidencia como mediadora entre a intenção e a ação, sendo produzida pelas relações de poder.

Como exposto anteriormente Lacoste (1988) também viu na escala um problema crucial para a Geografia, mas centrou seus esforços na correspondência entre as escalas cartográficas e os diferentes fenômenos representados por elas. Para o autor, a realidade aparece diferente de acordo com a escala dos mapas, de acordo com os níveis de análise. Nesse sentido, como observou Castro (1995), o autor acabou caindo num simplismo ao tentar resolver o problema da escala apenas propondo o estabelecimento de sete ordens de grandeza, espaços prévios de análise e concepção definidos empiricamente, mapeáveis segundo critérios já conhecidos na geografia tradicional. Além disso, Lacoste tentou separar teoricamente as concepções de escala, nível de análise e espaços de concepção, termos intrinsecamente ligados.

Como asseverou Castro (1995, p.123), “a escala é à medida que confere visibilidade ao fenômeno. Ela não define, portanto, o nível de análise, nem pode ser confundida com ele, estas são noções independentes conceitual e empiricamente”. Santos (1996, p.120) entende a escala geográfica simultaneamente como “um limite e um conteúdo que se transformam ao sabor das variáveis dinâmicas que decidem sobre o acontecer regional ou local”. Nessa abordagem, a escala geográfica deveria conter um espaço-tempo. Essa ideia é retomada, entre outros autores, por Santos (1996) quando defende que a escala geográfica deveria se preocupar muito mais com o conteúdo do que com o continente:

A ideia de escala como um ponto de partida e essa preocupação com o continente não nos estariam referindo a um outro debate histórico, porém infrutífero, sobre o espaço considerado unicamente como materialidade? E se a escala deve ser fixada a priori, qual seria o coeficiente de arbitrariedade nessa escolha? Qualquer escorrego nessa escolha faria, então, com que nossa interpretação fosse completamente modificada? [...] A escala, entendida como extensão da organização dos fenômenos ou como um dado da organização, vem depois e constitui, assim, uma manifestação do conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que forma o espaço). A combinação de fins e meios muda ao longo do tempo

e, com ela, a superfície de incidência, a área de ocorrência, a situação e sua extensão (SANTOS, 1966, p.120-121)

O propósito deste texto é defender o ponto de vista de que, embora os fenômenos socioespaciais no capitalismo não estejam confinados na estreiteza de uma única escala, mas, ao contrário, transbordem e envolvam diversos planos geográficos ao mesmo tempo, a escala nacional emerge como ponto fundamental elementar, impondo a sua primazia sobre as demais, ainda que em determinados momentos históricos sua demarcada superioridade hierárquica possa estar – de modo aparente e transitório – dissipada.

Desta forma, temos como objetivo articular as principais ideias dos autores que se debruçaram sobre o conceito de escala geográfica, já exposto até aqui agora articula-los com as ideias de regiões de saúde a partir do par dialético singular e particular e num movimento espiral, pois o foco é pensar no processo de regionalização e não na escala em si. Com isso, iniciaremos a discussão a partir da formação do Sistema Único de Saúde e das Redes Regionais de Atenção à Saúde (RRAS) no estado de São Paulo sob a luz do conceito de escalas do Neil Smith, como tentaremos articular a seguir.

O SUS e as políticas de regionalização do Estado de São Paulo

As políticas públicas de saúde no Brasil inicialmente caracterizaram-se por serem segmentária, uma vez que apenas parte da população tinha acesso a essas políticas; curativa, baseada na concepção de que saúde se restringe ao tratamento de enfermidades; e não era dever do Estado.

No processo de redemocratização do país - materializada através da aprovação da Constituição de 1988 - e, neste contexto, a criação do SUS – Sistema Único de Saúde, inicia-se o segundo período da política nacional para a saúde. Neste momento, por sua vez, a saúde passa a ser concebida como preventiva, isto é, garante a prevenção das enfermidades que podem se manifestar nos indivíduos e grupos sociais; direito de todos e todos; e dever do Estado Brasileiro.

Neste sentido, a criação do Sistema Único de Saúde – SUS, foi uma conquista da mobilização da sociedade, cujo princípio de saúde encontra-se amparado no Art. 196 da Constituição Federal. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988. p. 118 e 119).

Além disso, do ponto de vista jurídico, o artigo 194 da Constituição de 1988 define a seguridade social como “conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: I—universalidade da cobertura e do atendimento; II—uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; III—seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; IV—irredutibilidade do valor dos benefícios; V— equidade na forma de participação no custeio; VI—diversidade da base de financiamento; VII—caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (BRASIL,1988. p. 117).

Como se pode notar, o item V acima mencionado, estabelece “equidade na forma de participação no custeio”, o que significa a participação da União, Estados e Municípios, bem como outras entidades, ministérios e organizações no que compete a gestão da saúde. Neste contexto, a dívida crescente dos municípios, reflexo da estrutura do pacto federativo brasileiro somada à descentralização dos recursos a partir da reforma tributária ocorrida no final do século XX, comparece como um argumento recorrente em muitas análises que têm como foco as políticas de desenvolvimento regional brasileiras.

Carlos Vainer (2007a) assevera que o modelo corporativista que tão bem caracteriza o modelo atual de planejamento regional adotado em nosso país, cujo reflexo imediato é a competição entre os municípios por recursos públicos e privados, foi favorecido pela descentralização dos recursos a partir da reforma tributária após a mais recente redemocratização brasileira, o que em um espectro mais amplo, tornou-se um obstáculo para o planejamento regional na medida em que dificulta a adoção de um projeto nacional.

Por outro lado, Francisco de Oliveira (1995), ao analisar o processo histórico de constituição do federalismo brasileiro, identificou que a descentralização do poder, que até então mantinha-se concentrado na União, significou, por sua vez, um passo à frente no que concerne a democratização dos processos decisórios e distributivos, tendo em vista que historicamente o poder de decidir esteve concentrado no Centro-Sul brasileiro, especialmente no Estado de São Paulo.

Estas considerações expressam a complexidade que envolve a temática. Nela, ainda, está contida a questão regional da saúde que, para além da distribuição dos recursos, enfrenta ainda uma desleal concorrência com o setor privado de saúde.

Do ponto de vista de sua regionalização, o SUS ampara-se no artigo 198 da Constituição de 1988, que determina que “as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, e constituem um sistema único” (BRASIL, 1988). Esta regionalização mantém relação direta com as regionalizações propostas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE que, segundo Guimarães (2012, p. 40) “[...] concebe a região como uma unidade espacial de intervenção e ação do Estado, cabendo ao planejador reconhecê-la, descrevê-la, tornar claros os seus limites”. Foi com base nestes pressupostos que os Planos de Desenvolvimento Regional – PDRs foram criados.

Para Guimarães (2012, p.41) o processo de elaboração dos planos de desenvolvimento regional (PDR's) reforçou este viés, digamos, ibegeano, uma vez que resultou na delimitação de espaços contínuos circunscritos aos limites jurídico-administrativos dos estados brasileiros. Esta subordinação da divisão regional às políticas territoriais da saúde pública brasileira, tal como no caso do IBGE, também reforça uma lógica determinada pela interdependência funcional e a polarização de um determinado município-sede, envolvendo um raio de abrangência de outros municípios vizinhos por meio dos fluxos entre os serviços de saúde de suas aglomerações urbanas.

Pensar a região e regionalização da saúde no Brasil tornou-se tão importante que, em 2006, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi formado o Pacto pela Saúde - portaria nº 399, de 22 de fevereiro 2006 - que se caracteriza como um conjunto de reformas institucionais do SUS articulando-o de maneira mais concisa com as três esferas de gestão, a fim de melhorar a eficiência e a qualidade no Sistema Único de Saúde através da redefinição das responsabilidades para cada gestor, de acordo com a necessidade da população e visando a equidade social. Neste Pacto, são identificados quatro tipos de regiões: I - Regiões organizadas dentro de um mesmo município de grande extensão territorial e densidade populacional; II - Regiões formadas por municípios de um mesmo estado; III - Regiões interestaduais, conformadas a partir de municípios limítrofes de diferentes estados e; IV - Regiões fronteiriças, com municípios limítrofes com países vizinhos.

Desta maneira, “observa-se um esforço de avanço da abordagem regional prevista por meio da publicação do “Pacto pela Saúde” (Brasil, 2006) ”. Para Guimarães (2012) essa diferenciação mostra avanço na questão da regionalização, pois não seria mais hierarquizada nos modelos entre os municípios e as unidades da federação, mas, ao contrário, possibilitando adequações à medida que se transformam os arranjos regionais. Em outros termos, as regiões de saúde passam a ser os “recortes territoriais a partir de identidade

cultural, econômico e social bem como um espaço de manifestação da solidariedade entre os parceiros que compartilham a gestão do sistema” (GUIMARÃES, 2012 p. 44).

Todas essas adequações na regionalização da saúde, somadas à estrutura do SUS - que garantem a gestão participativa por meio dos Conselhos de Saúde (Municipal, Estadual e Nacional) -, propiciam um melhor diálogo entre as diferentes realidades encontradas nos municípios e regiões brasileiras, possibilitando, também, maior capacidade do sistema em atender demandas e solucionar problemas.

Neste sentido, a criação do SUS - Sistema Único de Saúde comparece como um incontestável avanço. Todavia, diferentemente do contexto em que foi criado, período de redemocratização do nosso país e de grande efervescência social, as primeiras décadas do século XXI caracterizam-se por uma diminuição da participação popular nos processos decisórios e em praticamente todos os organismos políticos institucionais, mudança essa que não se restringe apenas à dimensão política. Do ponto de vista econômico, o crescimento experimentado pelo Brasil nestas últimas décadas significou, também, um relativo e amplo desenvolvimento do nosso país, mas que foi acompanhado - ao mesmo tempo e em igual medida - por um aprofundamento das disparidades regionais, fruto da inerente seletividade espacial dos investimentos públicos e privados.

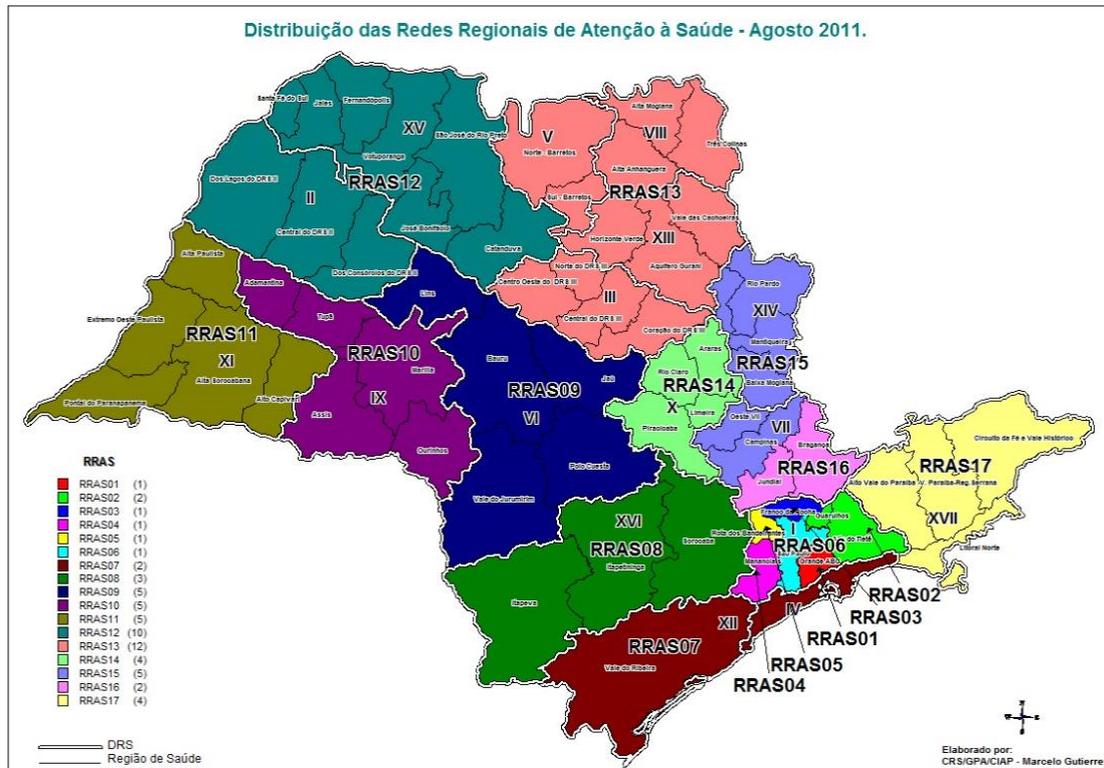
Frente a esse cenário, compreender a problemática regional que envolve o Sistema Único de Saúde, relacionando-a com as formas de desigualdade que emergem em múltiplas escalas, torna-se um assunto de grande relevância.

As Redes Regionais de Atenção à Saúde (RRAS) no estado de São Paulo, tem o objetivo de descentralizar as decisões políticas implementadas pelo o SUS, o que impõe inúmeros desafios ligados a capacidade dos investimentos públicos em saúde, o que pressupõe questões de oferta/demandas para quem utiliza os serviços públicos de saúde no nosso Estado.

Além disso, a rede de atenção à saúde faz parte de uma estratégia para otimizar o funcionamento das políticas regionais de saúde. Neste sentido, o “Termo de Referencial para a estruturação de RRAS” (2011, p. 2) estabelece os critérios para o recorte territorial pelos gestores municipais a partir da identidade cultural, perfil socioeconômico, redes de comunicação e infraestrutura de transporte. A finalidade para o fundamento colocado é atender aos serviços de alta e baixa complexidade de tecnologia, demanda e deslocamento inter-regional, visando a integração dos fluxos de serviços e planejamento territorial. Desta

forma, foram definidas 17 macrorregiões de RRAS e 64 sub-regiões de saúde no estado de São Paulo, como apresenta o mapa abaixo:

Figura 01. Redes Regionais de Atenção à Saúde.



Fonte: São Paulo (2011)

Castro (1997) aponta que o federalismo se constitui como uma ferramenta de intervenção nas tensões entre os órgãos federados, formando uma unidade organizada territorialmente. Nesta mesma perspectiva, embora restrito apenas as políticas de saúde, pode-se dizer que a divisão da RRAS assume propósito semelhante.

Neste sentido, pode-se dizer que a concepção da Divisão Regional de Atenção à Saúde no Estado de São Paulo apresenta-se como uma importante política de desenvolvimento regional, tendo em vista que não desconsidera as relações da gerência das unidades assistenciais, bem como não interfere nas competências municipais e estaduais.

Analisando o Termo de Referência para a Estruturação de RRAS (2011), a gestão municipal tem a função administrativa de assumir compromissos pactuados; participar da constituição da regionalização; cumprir obrigações técnicas e financeiras; apresentar propostas e reformulações dos projetos relacionados às regiões da saúde, definindo o plano municipal, planejamento regional e plano regional de investimentos.

Já no que se refere aos encargos da gestão estadual, além das atribuições municipais – mas pensadas no nível de atuação do Estado – somam-se ainda: coordenar a regionalização

em seu território; coordenar o processo de organização, reconhecendo as regiões conforme o plano de regionalização; investir questões técnicas e financeiras às regiões, promovendo a equidade inter-regional; participar dos colegiados; e, participar dos projetos prioritários das regiões de saúde.

As tomadas de decisões municipais e estaduais ocorrem a partir dos Colegiados de Gestão Regional (CGR). O Termo RRAS (2011, p. 7) determina os colegiados “[...] como espaços de identificação, definição de prioridades para a organização de atenção à saúde. Estes colegiados são compostos por representantes de gestores municipais integrados aos estaduais”.

Com o objetivo de ampliar o diálogo entre os níveis federados, bem como solucionar problemas que se apresentam em diferentes escalas, este conjunto de políticas para a saúde deveriam se articular também com os Planos Diretores municipais, de modo a garantir a capilaridade de tais políticas no território municipal. Guimarães (2008, p. 74) enfatiza que “a Comissão de Acompanhamento do Processo de Regionalização dos Serviços de Saúde” coordenou o mapeamento prévio dos municípios sede de módulo e municípios-polo, considerando a oferta de serviços de média e alta complexidade”. Neste sentido, é fundamental que estes municípios, tendo em vista a centralidade que assumem no que se refere a oferta/demanda, estejam preparados para elaborar e planejar suas políticas de saúde, cujo lastro deve sempre estar assentado sobre o próprio território, considerando suas particularidades.

Além disso, a regionalização proposta pela RRAS não considerara as unidades já existentes, mas sim os limites jurídico-administrativos de São Paulo, criando obstáculos inter-regionais. As dificuldades poderão ser solucionadas com o aumento das discussões a respeito do RRAS, considerando não somente a escala inter-regional e macrorregional, mas também a questão municipal, para que não haja tanto deslocamento entre os municípios, em razão das distâncias. A partir do que já foi exposto, pode-se concluir que operacionalizar uma regionalização da saúde que, ao mesmo tempo valorize a diversidade regional e seja capaz de aprimorar a funcionalidade do sistema enquanto uma política nacional não é tarefa acabada. Na verdade, a região de saúde sempre estará subordinada às transformações impostas pela dinâmica da sociedade, especialmente na atual fase da globalização, cuja valorização/desvalorização de determinados espaços ocorrem numa velocidade jamais observada.

Neste sentido, podemos afirmar que a regionalização da saúde certamente possui lastro na realidade objetiva, isto é, na maneira como nossa sociedade historicamente se organizou, o que inclui e ao mesmo tempo expressa seu caráter multidimensional. De igual modo, as RRAS (Redes Regionais de Assistência à Saúde), são políticas regionais importantes. Pensada de maneira estratégica, as RRAS garantem a distribuição espacial dos serviços de saúde, considerando seu grau de complexidade tecnológica, relativizando a dependência dos municípios frente à centralidade exercida pelas áreas metropolitanas.

Para nós, este conjunto de políticas regionais protagonizadas pela estrutura organizativa do SUS e das RRAS são bastante sofisticadas. Se para Vainer (2007b, p. 28) [...] o poder, mais do que nunca, não está nem no local nem no regional, nem no nacional nem no global, mas na capacidade de articular escalas, de analisar e intervir de modo transescalar”, podemos dizer que essas políticas, somadas, representam um significativo avanço. A concepção de participação popular nos processos decisórios do SUS – inclusive no que se refere ao uso dos recursos -, tanto em nível local como estadual e nacional, garantido pelos conselhos e conferências de saúde, em si, são exemplos emblemáticos do caráter progressista do sistema.

Uma leitura política da escala é discutida por Neil Smith, argumentando que: “a produção e reprodução da escala expressa tanto a disputa social quanto à geográfica para estabelecer fronteiras entre diferentes lugares, localizações e sítios de experiência” (1998, p. 142). Enfocando a experiência de luta e resistência dos movimentos sociais, Neil Smith constrói seu pensamento escalar a partir da possibilidade de saltar de uma escala à outra na tentativa de fugir de ou interpelar o poder estabelecido:

[...] expandir a escala do controle autocentrado e, ao mesmo tempo, contrair a escala do controle oficial [...] prometem não somente a produção de espaço em abstrato, mas a produção e reprodução concretas das escalas geográficas como estratégias políticas de resistência (1998, p. 13).

Cabe, agora, apontar alguns pressupostos centrais que fundamentam a concepção escalar de Neil Smith, para, em seguida, expô-la de maneira mais direta. Esquemáticamente, vale acentuar os seguintes pontos:

- a) a escala geográfica, assim como o espaço, é uma produção social;
- b) os fenômenos socioespaciais são multiescalares;
- c) as escalas geográficas são diferenciadas entre e si e ordenadas hierarquicamente;
- d) as diferenças dão significado distinto às escalas: local, regional, nacional e global;
- e) os significados podem ser coincidentes, mas não idênticos;

f) os principais determinantes da escala geográfica são os modelos de investimento do capital, que estruturam as relações capital-trabalho, ao mesmo tempo em que forjam as escalas;

g) a construção da escala espacial se dá mediante a cooperação e a competição estabelecidas, simultaneamente, pelos capitais em rotineira confrontação: por intermédio dessa relação contraditória é conformada a escala nacional, sendo a mesma combinação antagônica reproduzida internamente nos países na construção das escalas inferiores.

Smith (1998 p. 137) diz que “saltar escalas permite aos expulsos dissolver as fronteiras espaciais que são em larga medida impostas de cima e que detêm, em vez de facilitar, sua produção e a reprodução da vida cotidiana”.

Segundo o autor, a caracterização de uma escala teria como um dos seus aspectos principais, a identificação de “possibilidades políticas de resistência inerentes à produção de escalas geográficas específicas, a revogação de fronteiras, o ‘saltar escalas’” (SMITH, 2000, p. 144). Mas quais seriam essas escalas que podem/devem ser saltadas através de possibilidades políticas de lutas e resistências sociais? Smith (2000) aborda uma sistematização não só das principais escalas, mas das características principais que as definiriam.

Assim, ele estabelece sete escalas: corpo, casa, comunidade, espaço urbano, região, nação e fronteiras globais. Em seguida, o autor as identifica a partir de quatro eixos: (1) a identidade, ou as características que tornam cada escala coerente; (2) as diferenças internas; (3) as fronteiras com as outras escalas; e (4) as possibilidades políticas de resistência inerentes à produção de escalas específicas.

Smith (2000a), considera a produção de escala como um âmbito privilegiado de luta política, para o caso dos sem-teto em Nova York e focou sua análise nas possibilidades que os grupos que confrontam o poder estabelecido têm de organizarem-se e lutar em escalas cada vez mais amplas. Novamente recorrendo a Smith (2000a, p. 137): “saltar escalas permite aos expulsos dissolver as fronteiras espaciais que são em larga medida impostas de cima e que detêm, em vez de facilitar, sua produção e a reprodução da vida cotidiana”.

Segundo o autor, a caracterização de uma escala teria como um dos seus aspectos principais, a identificação de “possibilidades políticas de resistência inerentes à produção de escalas geográficas específicas, a revogação de fronteiras, o ‘saltar escalas’” (SMITH, 2000a, p. 144). Mas quais seriam essas escalas que podem/devem ser saltadas através de possibilidades políticas de lutas e resistências sociais? Smith (2000a) aborda uma

sistematização não só das principais escalas, mas das características principais que as definiriam. Assim, ele estabelece sete escalas: corpo, casa, comunidade, espaço urbano, região, nação e fronteiras globais (Quadro 01).

Quadro 01. Produção e Caracterização das Escalas segundo Neil Smith 2000.

	CORPO	CASA	COMUNIDADE	REGIÃO	NAÇÃO	FRONTEIRAS GLOBAIS
IDENTIDADE	Local físico primário	Lugar de reprodução pessoal e familiar	Lugar da reprodução social	Lugar da produção econômica	Diversão do mercado mundial	Construção da circulação do capital
DIFERENÇAS INTERNAS	+ Gênero - Classe	Gênero, classe, idade, função social	Classe, etnia, raça	Divisão social do trabalho	Etnia, raça, religião, região	Desenvolvimento econômico desigual
FRONTEIRAS	Segundo o gênero	Externamente: segundo culturas. Internamente: segundo gênero	Fronteiras pouco definidas	Definidas pela cooperação intraclasse e competição interclasse	Fruto de guerras, tratados. Porosidade econômica	Mudam com o tempo (Império Romano, conquista espacial)
POSSIBILIDADES POLÍTICAS DE RESISTÊNCIA	Feminismo doméstico. Gays, lésbicas, veículos dos sem-teto	Base da luta e da mobilização política	Reconhecimento político da identidade social	Lutas de Classe	Dificuldades para classe trabalhadora	Anti-imperialista, feministas, ecologistas
POLÍTICAS PÚBLICAS	Saúde da Mulher	Programa Saúde da Família	Vigilância Epidemiológica	RRAs e Consórcios Intermunicipais CISNAP	Pacto pela Saúde e Plano Nacional de Saúde	Organização Mundial da Saúde
METODOLOGIA	Dados Primários Metodologia Qualitativa e Quantitativa: Entrevistas Enquetes Questionários	Dados Primários Metodologia Qualitativa e Quantitativa: Entrevistas Enquetes Questionários	Dados Primários Metodologia Qualitativa e Quantitativa: Entrevistas Enquetes Questionários	Dados Primários Metodologia Qualitativa e Quantitativa: Entrevistas Enquetes Questionários Dados Secundários IBGE e Datasus	Dados Secundários IBGE e Datasus	Dados Secundários Relatórios da OMS
TIPO DE DADOS	Total de Adolescente vacinadas contra HPV	Água encanada Banheiro dentro de casa	Saneamento básico Nº Casos de Dengue	Origem e Destino dos pacientes	Ministério da Saúde	Mortalidade Infantil Doenças Tropicais

Fonte: Smith (2000)

Recorreu-se a Smith para argumentar que a escala geográfica é um conceito político, uma espécie de “gramática da diferença espacial”, revelando-se que a produção social da escala é importante estratégia política de resistência. Finalmente, considerando que a escala geográfica é um recorte que dá visibilidade ao real (CASTRO, 1995), um filtro utilizado pelo pesquisador para operacionalizar a análise e guiar a ação Racine, Raffestin e Rufy (1983), fica evidente que à mudança de escala correspondem profundas alterações na realidade a ser apreendida do objeto estudado, pois cada escala permite ocultar e revelar diferentes aspectos

da realidade. Assim, é responsabilidade do pesquisador justificar suas escolhas teórico-metodológicas da escala é importante estratégia política de resistência.

Finalmente, considerando que a escala geográfica é um recorte que dá visibilidade ao real (CASTRO, 1995), um filtro utilizado pelo pesquisador para operacionalizar a análise e guiar a ação Racine, Raffestin e Ruffy (1983), fica evidente que à mudança de escala correspondem profundas alterações na realidade a ser apreendida do objeto estudado, pois cada escala permite ocultar e revelar diferentes aspectos da realidade. Assim, é responsabilidade do pesquisador justificar suas escolhas teórico-metodológicas, explicitando as contribuições e as limitações de cada escala para o objeto específico.

Por fim, Castro (1995, p.132) diz que há três pressupostos podem ser estabelecidos: 1) não há escalas mais ou menos válida, a realidade está contida em todas elas; 2) a escala da percepção é sempre ao nível do fenômeno percebido e concebido. Para a filosofia este seria o macrofenômeno, aquele que dispensa instrumentos; 3) a escala não fragmenta o real, apenas permite a sua apreensão.

Com base nas discussões sobre escala levantadas até aqui, tentaremos articular o conceito de escalas e o de região. Guimarães (2005) diz que a construção do significado do conceito de região passaria a se confundir, assim, com a busca por uma leitura política especializada baseada em um modo consistente de expor as conexões entre as diferentes escalas, o que aproxima o debate a respeito das regiões de saúde da concepção dialética da totalidade. Essa abordagem nos remete a uma compreensão do conceito de região como parte e todo, ou seja, uma totalidade aberta e em movimento, que traz em si uma outra questão: a da escala geográfica.

Nesse caso, parte-se do pressuposto de que a região é uma realidade empírica e, ao mesmo tempo, um recorte analítico para melhor compreensão da diferenciação espacial. Conclui-se daí que a delimitação das regiões não se resume apenas a uma determinada escala cartográfica, definida geometricamente como uma relação de proporcionalidade entre o tamanho real da superfície terrestre e o seu tamanho representado no papel. Se fosse isso, a região seria, como é usualmente considerada, uma mesoescala entre o local e o nacional. Mas, na qualidade de uma resolução geográfica de processos sociais contraditórios de competição e cooperação, a escala geográfica regional é produzida pelas relações sociais dos atores políticos em jogo. Ou seja, a região não é um dado a priori, porém está em disputa, assim como suas fronteiras demarcam a disputa social pela posição em torno do qual o poder é exercido e contestado.

É essa complexa síntese de escalas geográficas que definiu o peso político daquele acontecimento. Isto é, quanto mais uma ação resultar na articulação de múltiplas escalas, maior a sua importância política. No caso da regionalização da saúde brasileira, o que está em questão é se esse movimento representa ou não um aprimoramento das mediações entre as diversas escalas do SUS.

Claro que a leitura dos mapas de diferentes escalas é importante para a delimitação das regiões, mas caberia ao ministério da saúde a compreensão das articulações entre as escalas produzidas socialmente, identificando os grupos que exercem o controle e a mobilidade entre diferentes escalas

Pensar a regionalização da saúde nesses termos encontra respaldo em autores da geografia brasileira como Milton Santos (1996), por exemplo, tem Neil Smith (1998) como referência quando analisa a conceito de escala. Para este, a noção de evento tem um papel central na compreensão da produção da escala geográfica. Cada combinação de eventos num dado momento cria um fenômeno unitário que resulta na singularidade de cada lugar. Nesse sentido, a escala geográfica pode ser fundida com a escala do acontecer ou da realização dos fenômenos no nível local, ou seja, a produção social da escala é uma fusão do tempo e do espaço, da geografia com a história. Essa escala das relações cotidianas no espaço banal se articula com um outro nível escalar fundamental, que é a escala do comando e do controle cada vez mais globalizado.

O capital movimenta-se, por meio das decisões de seus agentes econômicos e políticos, procurando territórios e articulando os pontos das redes urbanas e aprofundando as desigualdades das escalas locais às supranacionais. Do mesmo modo, a força de trabalho tem tido que se deslocar em escalas mais abrangentes, em busca de trabalho, clandestino ou não, colocando em confronto culturas, hábitos e práticas socioespaciais, reveladoras das diferenças entre as suas formações socioespaciais, ou seja, entre suas “histórias” e suas “geografias” (SPOSITO, 2011, p.132).

Isto decorre, como foi dito, da ideia basilar que sedimenta a abordagem perspectivista, segundo a qual não existe uma escala superior à outra, sendo todas de idêntico valor, mas somente revelando especificidades distintas dos fenômenos socioespaciais nelas patenteadas. Nesses termos, implica um indeterminismo no que toca ao poder diferenciado das escalas, corroborando, em grande medida, o discurso localista corrente. Afinal, sob esse prisma perspectivista, seguindo Vainer (2006), se o poder está distribuído simetricamente pelas escalas, o poder não está em nenhuma delas e está em todas ao mesmo tempo. A

abordagem neilsmithiana, por outra parte, reconhece a multiescalaridade dos fenômenos socioespaciais sem descurar a supremacia que a escala nacional, corporificada no Estado, assume no capitalismo desde a sua origem, oferecendo, assim, um caminho analítico para que sejam avaliados os complexos fatores que determinam a constante redefinição da escala deste mesmo poder estatal e da própria espacialidade do capitalismo – dois elementos que estão indelevelmente associados.

São essas variações que cobriam, então, uma abordagem analítica que permitisse visualizar os fenômenos e os objetos em causa desde diferentes escalas, possibilitando transportá-los de uma para outra escala, a fim de apreender seus aspectos cambiantes em cada uma delas.

Considerações Finais

Como vimos, a concepção de uma política nacional efetiva para a saúde constitui um grande desafio, especialmente quando consideramos a extensão do território nacional brasileiro, bem como a diversidade que se manifesta nas mais diferentes dimensões da vida social.

Neste sentido, a questão de escala torna-se um assunto cada vez mais latente, sendo inseparável da discussão política mais geral. Ao passo que o conceito de escala geográfica nos incita a pensar na necessidade de uma reflexão teórico-metodológica no campo das políticas públicas. Pois, os ataques direcionados ao SUS podem significar o seu fim, o que se refletirá na ampliação do abismo regional historicamente constituído em nosso país.

Embora as políticas públicas não trabalhem com a reflexão dos conceitos, usa-os, como nos lembra Vainer (2007a), para atender ao seu propósito, o planejamento deve assumir caráter transescalar, seria pensar uma proposta escalar em cooperação, em que se perpassaria os limites do recorte, se romperia com os limites territoriais, não respeitando somente os limiares dos municípios, mas do fenômeno estudado, já que sua materialização ocorre de uma forma em âmbito da política pública, e de outra no espaço. Isso certamente vem acompanhado de novos desafios para os profissionais e intelectuais que fazem das regiões brasileiras seu território privilegiado de intervenção.

O citado trabalho de Vainer (2006), em que é apresentada uma original tentativa de extrair a “noção escalar” que permeia o debate sobre a questão nacional no campo marxista, insiste no mesmo diapasão, não obstante a clara percepção de que a indeterminação impede a formulação de uma teoria abrangente, rejeitando a possibilidade de que qualquer estratégia

efetivamente transformadora se inscreva numa única e privilegiada escala – local, regional, nacional ou global –, a conclusão sugere que o poder, mais do que nunca, não está nem no local nem no regional, nem no nacional nem no global mas na capacidade de articular escalas, de analisar e intervir de modo transescalar.

Quer dizer, do local para o nacional, perdem-se detalhes, mas ganham-se informações de conjunto, mais gerais, ampliando-se a compreensão do todo, a capacidade de visão e de formulação estratégica. Isso não quer dizer, todavia, que o nível nacional seja mais importante do que os níveis inferiores, uma vez que o nível local é a escala em que a política de saúde ganha capilaridade na vida cotidiana dos cidadãos brasileiros e, por isso, capacidade operacional

Por causa disso, a concepção de espaço presente na política nacional de saúde é muito mais do que uma extensão geométrica utilizada meramente para a administração dos serviços de saúde. Muito pelo contrário, a saúde pública, por meio da expansão de seus serviços, está inserida no tecido urbano e é parte constitutiva da divisão social e técnica do trabalho. Na qualidade de lócus do trabalho médico articulado às redes cada vez mais complexas de produção e consumo, a saúde é um campo no qual as relações sociais são baseadas em políticas de classe.

Por fim, em todas essas experiências, o processo de “territorialização” do SUS está produzindo uma diferenciação entre espaços da vida cotidiana, que poderia ser reconhecida como um processo de regionalização em diferentes escalas.

Referências

BAHIANA, L. C. C. **Contribuição ao estudo da questão da escala na Geografia: escalas em Geografia Urbana.** 200 f. 1986. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 1-93.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. BRASIL. Ministério da Saúde. Avanços e limites da atual proposta de regionalização do SUS. Disponível em: <http://dtr2001.saude.gov.br/dad/>

BRASIL. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR),** 2011, 32 p.

BRASIL, São Paulo. **Termo de Referência para a estruturação de Redes Regionais de Atenção à Saúde no Estado de São Paulo.** SES SP – COSEMS SP. Agosto. 2011.

BRENNER, N. **Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana.** GEOUSP, São Paulo, n. 33, 2013, p. 198-220.

CARLOS, A. F. A. Da "Geografia Abstrata" a "Geografia Concreta". In: MENDONÇA, F; LOWEN-SAHR, C. L; SILVA, M. **Espaço e Tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico.** Curitiba: ADEMADAN, 2009. p. 73 a 90.

CASTRO, I. E. O Problema da Escala na Geografia. In: CASTRO, I. E; CORRÊA, R. L; GOMES, P. C. C. **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 2005. p. 117-140.

CASTRO, I. E. Solidariedade Territorial e Representação: Novas questões para o Pacto Federativo Nacional. **Revista Território**, n. 1, 1997. p. 34-42. Conselho Nacional de Saúde. <http://conselho.saude.gov.br/webpacto/>

CASTRO, I. E. O problema da escala, In: Castro, I.E, et all (Org), **Geografia: Conceitos e temas.** Bertrand, Rio de Janeiro, 1995.

GUIMARÃES, R. B. **Regionalização da saúde no Brasil: da escala do corpo à escala da nação.** São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, 2008. (Tese de Livre Docência).

GUIMARÃES, R. B. Regiões de saúde e escalas geográficas. **Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro**, v.21, n.4, p. 1017-1025, jul/ago, 2005.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro, 1976. p. 01-64

MELAZZO, E. S; CASTRO, C. A. A escala Geográfica: Noção, Conceito ou Teoria? **Revista Terra Livre**, ano 23, vol. 2, n. 29, ago/Dez de 2007. p. 133-144.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 13-31.7

RACINE, J. B; RAFESTIN, C; RUFY. Escala e ação: Contribuição para a interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 45, n. 1, jan/mar. 1983, p. 133-145.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** São Paulo: EDUSP, 2008. p. 111-168

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual, Natureza, Capital e Produção do Espaço.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1998. p. 191-250.

SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2011, v, p. 123-145.

SOUSA, M. L. Escala Geográfica, "Construção social da escala" e políticas de escala". In: **Os conceitos fundamentais da Pesquisa Socio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2013. p. 179-216.

VAINER, C. B. **Fragmentação e projeto nacional: desafios para o planejamento territorial.** XII Encontro da associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém, 2007a, p. 01-21.

VAINER, C. B. Lugar, Região, Nação, Mundo: Explorações históricas do debate acerca das escalas da ação política. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos.** v.8, n.2. Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. 2007b. p. 09-24.

Sobre o autor (Informações coletadas do Lattes em 2019-12-25)

Priscila Estevam Engel

Doutoranda e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia de Presidente Prudente, vinculada a linha pesquisa Produção do Espaço Urbano. Possui graduação em licenciatura em Geografia no período de 2008 a 2011 oferecido pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. Bacharel em geografia pela mesma instituição. No período de 2009-2010 foi estagiária de geografia no Departamento de Meio Ambiente do município de Martinópolis. Bolsista de iniciação científica do CNPQ no período de 2010 a 2011 e no período de 2011 a 2012 bolsista FAPESP e no período de 2013 a 2015 bolsista CAPES desenvolvendo projetos na área de Geografia Urbana trabalhando com temas: Cidades Médias, Centralidade, Deslocamentos Pendulares, Shopping Centers, Equipamentos de Saúde, entre outros. Integrante do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais - GASPER e da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias - RECIME.

Como citar esse artigo

ENGEL, P.E. A escala geográfica e serviços de saúde: primeiras reflexões. In: **Revista Geografia em Atos** (GeoAtos online) - 60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios - v. 08, n. 15, p.33-54, dez/2019. DOI: 10.35416/geoatos.v8i15.6984

Recebido em: 2019-11-19

Devolvido para correções: 2019-12-16

Aceito em: 2019-12-26

**ANÁLISE DA FRAGILIDADE AMBIENTAL NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO DO BEBEDOURO, MATO GROSSO
DO SUL**

Bruna Dienifer Souza Sampaio

orcid.org/0000-0002-5589-385X
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS/CPTL
Email: bruna_jenny@hotmail.com

André Luiz Pinto

orcid.org/0000-0003-4697-8269
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS/CPTL
Email: andre.pinto@ufms.br

DOI: 10.35416/geoatos.v8i15.7007

Resumo

O eucalipto é uma espécie exótica que foi introduzida no Brasil pelo engenheiro agrônomo Edmundo Navarro de Andrade, com a finalidade de fornecer dormentes, postes e lenha para as caldeiras para a expansão da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Atualmente, a silvicultura de eucalipto para a produção de celulose encontra-se em grande expansão no Brasil, principalmente, no Estado de Mato Grosso do Sul, especialmente, no município de Três Lagoas – MS, conhecida como a capital internacional da celulose, pois possui duas das maiores fábricas de celulose do mundo. Existem várias polêmicas a respeito das monoculturas de eucalipto, sobretudo, relacionadas com a questão hídrica, entretanto, as plantações de eucalipto também desempenham o papel de aliviar a pressão sobre remanescentes das florestas naturais do país. Diante disso, o presente artigo tem como objetivo realizar uma análise da fragilidade ambiental, juntamente com a qualidade da água na Bacia Hidrográfica do Córrego do Bebedouro/MS, nessa área tem-se o plantio da silvicultura sustentável do eucalipto, para a produção da celulose. Bacia essa, modelo para a fábrica da Eldorado Brasil S. A. Para tanto, foi construída carta de zoneamento econômico ecológico ZEE, partindo-se das cartas primárias de fragilidade potencial natural e de fragilidade ambiental, segundo Ross (1994), Crepani *et al.* (2001) e Silva (2019), e cruzadas com o mapa de qualidade e enquadramento das águas superficiais da bacia, do verão de 2019, que obedecem às classes da resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA 357/2005. Como resultados, observa-se que o eucalipto ocupa apenas 14,47% da área da bacia e não há impedimento a nível de clima/precipitação, solo e declividade (fragilidade potencial natural), e qualidade da água.

Palavras-chave: Eucalipto; Fragilidade ambiental; Bacia hidrográfica.

**ANALYSIS OF ENVIRONMENTAL FRAGILITY IN THE
DRINKING WATER COURSE WATER BASIN, MATO
GROSSO DO SUL**

Abstract

Eucalyptus is an exotic species that was introduced in Brazil by agronomist Edmundo Navarro de Andrade, with the purpose of supplying sleepers, poles and firewood to the boilers for the expansion of the Paulista Railways Company. Currently, eucalyptus

forestry for pulp production is booming in Brazil, especially in the state of Mato Grosso do Sul, especially in the municipality of Três Lagoas - MS, known as the international capital of pulp, as it has two of the largest pulp mills in the world. There is a lot of controversy about eucalyptus monocultures, mainly related to water issues, however, eucalyptus plantations also play the role of relieving pressure on remnants of the country's natural forests. Therefore, this article aims to perform an analysis of environmental fragility, together with the water quality in the Bebedouro Stream Watershed / MS, in this area there is the planting of sustainable eucalyptus forestry, for the production of pulp. This basin, a model for the Eldorado Brasil S. A factory. For this, an ecological economic zoning map was built based on the primary maps of natural potential fragility and environmental fragility, according to Ross (1994), Crepani et al. (2001) and Silva (2019), and crossed with the quality map and framing of the surface waters of the basin, of summer 2019, which obey the classes of the resolution of the National Environment Council - CONAMA 357/2005. As a result, it is observed that eucalyptus occupies only 14.47% of the basin area and there is no impediment in terms of climate / precipitation, soil and slope (potential natural fragility), and water quality.

Key words: Eucalyptus; Environmental fragility; Hydrographic basin.

ANÁLISIS DE FRAGILIDAD AMBIENTAL EN EL CURSO DE AGUA POTABLE CUENCA DE AGUA, MATO GROSSO DO SUL

Resumen

El eucalipto es una especie exótica que fue introducida en Brasil por el agrónomo Edmundo Navarro de Andrade, con el propósito de suministrar traviesas, postes y leña a las calderas para la expansión de la Compañía de Ferrocarriles Paulista. Actualmente, la silvicultura de eucalipto para la producción de pulpa está en auge en Brasil, especialmente en el estado de Mato Grosso do Sul, especialmente en el municipio de Três Lagoas - MS, conocida como la capital internacional de la pulpa, ya que tiene dos de las mayores plantas de celulosa del mundo. Existe mucha controversia sobre los monocultivos de eucalipto, principalmente relacionados con problemas de agua, sin embargo, las plantaciones de eucalipto también juegan el papel de aliviar la presión sobre los remanentes de los bosques naturales del país. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo realizar un análisis de la fragilidad ambiental, junto con la calidad del agua en la cuenca hidrográfica Bebedouro/ MS, en esta área se realiza la plantación de bosques sostenibles de eucalipto, para la producción de pulpa. Esta cuenca, un modelo para la fábrica Eldorado Brasil S. A. Para esto, se construyó un mapa de zonificación económica ecológica basado en los mapas primarios de fragilidad potencial natural y fragilidad ambiental, según Ross (1994), Crepani et al. (2001) y Silva (2019), y se cruzó con el mapa de calidad y el encuadre de las aguas superficiales de la cuenca, del verano de 2019, que obedecen a las clases de la resolución del Consejo Nacional del Medio Ambiente - CONAMA 357/2005. Como resultado, se observa que el eucalipto ocupa solo el 14.47% del área de la cuenca y no hay impedimento en términos de clima / precipitación, suelo y pendiente (fragilidad natural potencial) y calidad del agua.

Palabras-clave: Eucalipto; Fragilidad ambiental; Cuenca hidrográfica.

Introdução

O eucalipto é uma espécie exótica, foi introduzido no Brasil nas áreas pertencentes ao Jardim Botânico e Museu Nacional do Rio de Janeiro, nos anos de 1825 e 1868; no município de Amparo - SP, entre 1861 e 1863; e no Rio Grande do Sul, em 1868. Entretanto, os primeiros plantios ocorreram de fato em 1868, no Rio Grande do Sul, mas por iniciativa do político Joaquim Francisco de Assis Brasil, um dos primeiros brasileiros a demonstrar interesse pelo gênero (PENTEADO et al., 2014).

Em 1914, iniciaram os primeiros estudos, com a finalidade de produção de dormentes para estrada de ferro e lenha para movimentar as locomotivas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, no Estado de São Paulo. Das 144 espécies trazidas da Austrália, apenas 64 se adaptaram bem ao clima brasileiro (GUERRA, 1995).

O crescimento da área de plantios florestais produtivos no país foi realmente marcante somente a partir da promulgação da Lei de Incentivos Fiscais ao Reflorestamento, ocorrida em 1966. A eucaliptocultura consolidou-se também graças ao Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), criado pelo Governo Federal, em meados da década de 1970 (EMBRAPA, 2017).

No Brasil, as plantações industriais de eucalipto são estabelecidas pelas próprias indústrias em suas próprias terras. As plantações de eucalipto são utilizadas principalmente para a produção de celulose, carvão, chapas duras e para a produção de lenha (LIMA, 1996).

São amplamente plantados devido ao seu rápido crescimento, capacidade de adaptação às diversas regiões ecológicas e pelo potencial econômico proporcionado pela utilização diversificada de sua madeira. A alta produtividade de madeira (média nacional de 41 m³ por hectare, em ciclos de corte de aproximadamente sete anos), com menores custos e maiores taxas de retorno do investimento, conferem grande atratividade ao cultivo do eucalipto, garantindo alta competitividade de seus produtos nos mercados interno e externo (PENTEADO, 2017).

Há muitos debates ao entorno dos possíveis impactos ambientais das plantações de eucalipto. Segundo Lima (1996) as críticas que atacam o eucalipto, embora sempre levantadas nos debates, não estão baseadas em evidências científicas. Para o autor, há exacerbação de sentimentos xenofóbicos em relação a introdução da espécie eucalipto,

visto que é um elemento estranho à paisagem e que não é do gosto da fauna local, assim, são evidenciados diversos efeitos negativos dessa plantação.

De acordo com Lima (1996, p.4), o eucalipto é plantado especialmente na forma de monoculturas extensas, essas apresentam baixa diversidade ecológica. Um efeito que ficou associado ao eucalipto foi o relativo ao consumo de água, ou, mais especificamente, ao seu "poder ressecador da terra".

Atualmente, existe o grande gênero *Eucalyptus*, que possui mais de 600 espécies descritas, apresentando uma variação latitudinal de ocorrência. Assim, com a tamanha variação de latitude têm-se desenvolvido genótipos adaptados às mais variadas condições de solo e clima. Portanto, deve-se considerar que fica muito difícil fazer generalizações a respeito dos efeitos ambientais. Além disso, faz-se necessário fornecer medidas práticas de uso do solo, que possam auxiliar na formulação de normas de manejo de plantações florestais que sejam sadias do ponto de vista da conservação do meio ambiente (LIMA, 1996).

As espécies mais utilizadas no momento, em função das características de suas madeiras, são: *Eucalyptus grandis*, *Eucalyptus saligna*, *Eucalyptus urophylla*, *Eucalyptus viminalis*, híbridos de *E. grandis* x *E. urophylla* e *Eucalyptus dunnii* (região sul do Brasil). Para a região Sul, também se destaca o potencial de utilização do *Eucalyptus benthamii*, devido à sua tolerância a geadas (PENTEADO, 2017).

Em relação à importância indireta dessas plantações florestais, Lima (1996, p.22) enfatiza que as plantações de eucalipto desempenham o papel de aliviar a pressão sobre os parques remanescentes das florestas naturais do país. Assim, “as plantações de eucalipto no Brasil tornaram-se a base de um setor industrial em franca expansão, que é o setor de celulose. Pode-se afirmar que a indústria de celulose foi a principal responsável pela expansão da eucaliptocultura no mundo”.

Assim, com a crescente expansão das plantações de eucalipto torna-se necessário conciliar as atividades humanas para que sejam viáveis considerando também os aspectos ambientais. Portanto, o planejamento ambiental e a realização do zoneamento ambiental são fundamentais nesse processo.

Apesar do grande crescimento na região Centro Oeste, sobretudo no estado do Mato Grosso do Sul, as áreas de plantios florestais com eucalipto no Brasil estão mais concentradas ainda na região Sudeste (54,2%), aquela que apresenta maior quantidade de

áreas plantadas, seguida pelas regiões Nordeste (16,4%), Centro-Oeste (12,2%), Sul (11,8%) e Norte (5,5%) (ABRAF, 2014).

Segundo a EMBRAPA (2017), o plantio de eucalipto proporciona diversos benefícios diretos e indiretos às propriedades rurais diversificadas. Além dos benefícios econômicos, advindos da produção florestal, pode-se destacar a melhoria da qualidade do ar, conforto térmico, redução dos níveis de poluição sonora, redução da intensidade da erosão, melhoria da vazão de mananciais hídricos, recuperação de áreas degradadas, redução da pressão sobre as florestas nativas e aumento da biodiversidade, entre outros.

No Brasil, tem-se a oficialização da bacia hidrográfica como unidade territorial estratégica de gestão, o que sobrevalorizou a sua utilização como unidade de estudos, foi estabelecida pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e determinada pela Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, agrupando princípios e normas para a gestão dos mananciais hídricos. É de ampla importância para gestores e pesquisadores a compreensão de seu conceito e subdivisões.

A Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, a fim de realizar uma adequada gestão dos recursos hídricos no país e equacionar os conflitos gerados pela disponibilidade-demanda em função do crescimento urbano, agrícola e industrial que ocasiona o quadro de degradação ambiental dos cursos d'águas (ANA, 2018, p.3). Nos fundamentos (Art.1) da Política Nacional dos Recursos Hídricos – PNRH enfatiza: “V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos”; (BRASIL, 1997).

Observa-se o uso da bacia hidrográfica como unidade territorial da PNRH e da Atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH. A bacia hidrográfica é uma área de drenagem topograficamente delimitada e formada por um rio principal e seus afluentes ou tributários. Segundo Santos (2004, p.85),

A bacia hidrográfica circunscreve um território drenado por um rio principal, seus afluentes e subafluentes permanentes ou intermitentes. Seu conceito está associado à noção de sistema, nascentes, divisores de águas, cursos hierarquizados e foz. Toda ocorrência de eventos em uma bacia hidrográfica, de origem antrópica ou natural, interfere na dinâmica desse sistema, na quantidade dos cursos de água e sua qualidade.

A Lei Federal Nº. 9.433, de 1997, atribuiu um valor econômico à água, com o seu uso mensurado através dos preceitos da economia, em que “quanto mais escasso um

recurso, maior valor econômico ele tem”. Porém, como a água é considerada de “domínio público”, no Brasil ela não pode ser negociada no mercado, logo, o seu valor não pode ser definido pela relação oferta e procura, mas sim através de metodologias estabelecidas pela PNRH, como a cobrança pelos usos dos recursos hídricos (BRASIL, 1997, Art.19), a fim de mostrar para a sociedade que a água é um bem limitado e que deve ser valorizado (ANA, 2018, p.9).

O enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos (Quadro 01) preponderantes da água (BRASIL, 1997, Art.9) tem como princípios: I - assegurar às águas qualidade compatível com os usos mais exigentes a que forem destinadas; II - diminuir os custos de combate à poluição das águas, mediante ações preventivas permanentes. Para tanto, tem-se uma legislação ambiental específica, Resolução CONAMA N°. 357/2005 que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes (BRASIL, 2005).

Quadro 01. Categorias de classificação da Qualidade da água.

Classes	Destinação de Usos Preponderantes	
	Águas Doces	Águas Salinas
Classe Especial	a) ao abastecimento para consumo humano, com desinfecção; b) à preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas; e, c) à preservação dos ambientes aquáticos em unidades de conservação de proteção integral.	a) à preservação dos ambientes aquáticos em unidades de conservação de proteção integral; e b) à preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas.
Classe 1	a) ao abastecimento para consumo humano, após tratamento simplificado; b) à proteção das comunidades aquáticas; c) à recreação de contato primário, tais como natação, esqui aquático e mergulho; d) à irrigação de hortaliças que são consumidas cruas e de frutas que se desenvolvam rentes ao solo e que sejam ingeridas cruas sem remoção de película; e) à proteção das comunidades aquáticas em terras Indígenas.	a) à recreação de contato primário, conforme Resolução CONAMA no 274, de 2000; b) à proteção das comunidades aquáticas; e c) à aquicultura e à atividade de pesca.
Classe 2	a) ao abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional; b) à proteção das comunidades aquáticas; c) à recreação de contato primário, tais como natação, esqui aquático e mergulho, conforme Resolução CONAMA no 274, de 2000; d) à irrigação de hortaliças, plantas frutíferas e de parques, jardins, campos de esporte e lazer, com os quais o público possa vir a ter contato direto; e) à aquicultura e à atividade de pesca	a) à pesca amadora; e b) à recreação de contato secundário.
Classe 3	a) ao abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional ou avançado; b) à irrigação	a) à navegação; e b) à harmonia paisagística.

	de culturas arbóreas, cerealíferas e forrageiras; c) à pesca amadora; d) à recreação de contato secundário; e) à dessedentação de animais.	
Classe 4	a) à navegação; e b) à harmonia paisagística.	

Fonte: Brasil, 2005. Org.: Sampaio, B.D.S., 2018.

O enquadramento se aplica a qualquer corpo d'água (não somente aos rios), representa o estabelecimento de meta de qualidade da água a ser lançada, ou mantida, em um segmento de corpo d'água, de acordo com os usos pretendidos. Conforme a Brasil (2005), as águas doces possuem 5 categorias (classe especial e as classes de 1 a 4) em ordem decrescente de qualidade, em que a classe 4 é a de pior qualidade e para usos menos exigentes. Já para as águas salobras e salinas, foram criadas 4 categorias (classe especial e as classes 1 a 3).

Os usos múltiplos da água são muitos, dentre eles: o consumo humano; dessedentação animal; abastecimento público; diluição, transporte ou a disposição final de efluentes; aproveitamento de potenciais hidrelétricos; transporte aquaviário; além do uso em indústrias para fabricação de produtos e na irrigação para a produção de alimentos (ANA, 2018, p.10). Para cada uso da água requer um determinado padrão de qualidade, por exemplo, uma água para abastecimento humano precisa de uma qualidade superior à da água utilizada para o transporte aquaviário.

Segundo Botelho e Silva (2004), vêm crescendo a quantidade e qualidade das pesquisas ambientais, possuindo, como objeto de estudo, a bacia hidrográfica, avaliando de forma integrada as ações do homem no meio ambiente e seus desdobramentos sobre o equilíbrio ecológico.

Os componentes da paisagem natural presentes nas bacias hidrográficas correspondem aos aspectos dos fenômenos naturais e/ou a representação e detalhamento da natureza, desde sua vegetação, relevo, rochas, recursos hídricos, enfim, tudo que está interligado e que indicam as características e a dinâmica de uma bacia hidrográfica.

Diante disso, definiu-se como área de estudo a Bacia Hidrográfica do Córrego Bebedouro - BHCB, Estado de Mato Grosso do Sul, que deságua no Rio Paraná e tem forte influência do plantio da silvicultura do eucalipto, bem como aloja uma das maiores fábricas mundiais de produção de celulose a Eldorado Brasil S. A. Assim, o presente o artigo tem como objetivo realizar uma análise da fragilidade ambiental, juntamente com a qualidade da água na Bacia Hidrográfica do Córrego do Bebedouro/MS. Para a

operacionalização da pesquisa, baseou-se na fragilidade potencial natural de Ross (1994) e Crepani *et al.* (2001), nas exigências biofísicas para o cultivo do eucalipto, segundo a Resende *et al.* (2011), EMBRAPA (2017) e Penteadó (2017), e no enquadramento da qualidade das águas superficiais da bacia de Silva (2019).

Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos consistiram em revisão bibliográfica sobre o as exigências biofísicas do cultivo do eucalipto, sobretudo da EMBRAPA (2017) e de Resende *et al.* (2011) e Penteadó (2017).

Para a elaboração do mapa de fragilidade potencial natural da BHCB, segundo Ross (1994) e Crepani *et al.* (2001), foram cruzados os mapas temáticos de pluviosidade, solos e declividade da bacia. Os softwares utilizados foram o: ArcGis 10.5, o SIG Spring 5.5.2, e acrescentou-se ainda o QGis¹ 3.2.0 e o Global Mapper 20 (da EngeSat). Para a estipulação dos graus de fragilidade foi utilizada a proposta de Ross (1994), (Quadro 02).

Quadro 02. Pesos e a Classificação das Classes de Fragilidade.

Pesos	Classificação
1	Muito Fraca
2	Fraca
3	Média
4	Forte
5	Muito Forte

Fonte: Ross (1994).

O mapa pluviométrico foi elaborado através da interpolação dos dados meteorológicos de precipitação de quatro estações meteorológicas, de uma série histórica de 33 anos, de 1983 a 2017. (Tabela 01).

¹ Software livre criado em comunidade

Tabela 01. Estações Meteorológicas Próximas a Bacia Hidrográfica do Córrego Bebedouro, Três Lagoas e Selvíria/MS, em 2018.

Estação	Município	Coordenadas Geográficas	Média Anual Precipitação (mm)
Jupia	Três Lagoas	20° 46' 60" S 51° 37' 59" W	1.296,9
Fibria MS Celulose Ltda., Viveiro de Mudas	Três Lagoas	29°47'00"S 51°42'00"W	1.304,5
Estação Garcias	Três Lagoas	20°35'54" S 52°13'10" W	1203,6
Estação Porto Galeano	Três Lagoas	20°05'37" S 52°09'35" W	1317,1

Fonte: Agência Nacional das Águas; Suzano S. A. e ANA (2018).

Em seguida, foram estipulados de pesos, segundo Crepani *et al.* (2001), e posteriormente equiparadas as preposições de Ross (1994) no que se diz respeito aos graus de fragilidade ambiental.

O solo é outro fator importante em estudos ambientais. A carta de solos da BHCB foi gerada também em plataforma digital com dados do SISLA/IMASUL (escala 1:250.000), sendo percorridas as devidas classes de solos. Posteriormente, a padronização das nomenclaturas dos solos encontrados na área de estudo ocorreu através do Sistema Brasileiro de Classificação de Solos, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) de 2006. As cores utilizadas seguiram as proposições do Manual Técnico de Uso da Terra, produzido pela Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2013.

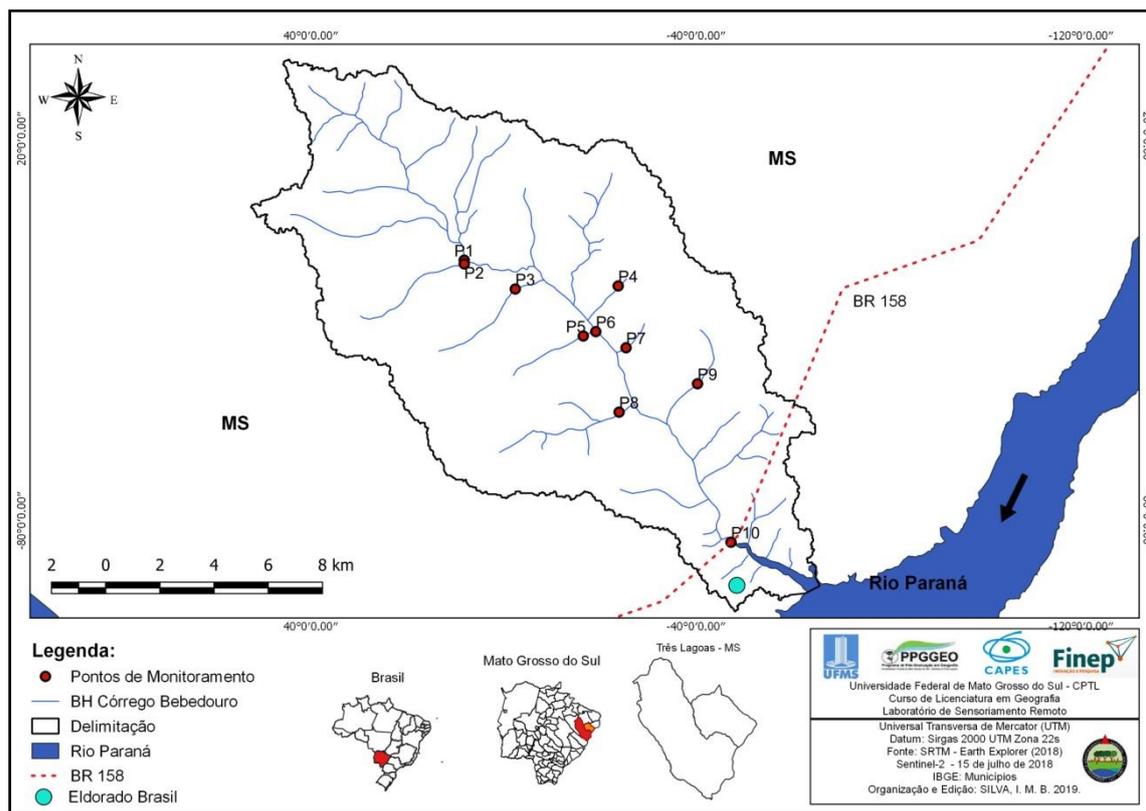
Para elaboração da carta de declividade foram também utilizadas as imagens SRTM importadas por download do site da Embrapa. Posteriormente, essas foram executadas em plataforma ArcGis, por meio da ferramenta *Slope*, a declividade da área foi gerada e classificada segundo Ross (1994). Junto a isto, foram empregadas também cartas topográficas: Ponto do Jofre folha (SF-22-V-B-II); Aparecida do Taboado folha (SF-22-V-B-III); Três Lagoas folha (SF-22-V-B-V); Rio Sucuriú folha (SF-22-V-B-I) com equidistância de 40 metros e escala 1:100.000.

A declividade é um fator importante a ser considerado quando realizamos estudos de fragilidade, já que essa influência diretamente na infiltração, escoamento superficial, perda de solos por erosão e conseqüentemente a redução da vazão e a alteração da qualidade das águas superficiais. As classes de declividade utilizadas possuem intervalos de

3,0%, baseadas nas metodologias de Lepsch (1983) e Ramalho Filho e Beek (1995), na busca pela relação entre tais classes e as atividades agrícolas presentes na área. E sua correlação com o mapa de qualidade/enquadramento, conforme a resolução 357 do Conselho nacional do Meio Ambiente – CONAMA, efetuado por Silva (2019), para a avaliação dos impactos na qualidade das águas superficiais da bacia, provocados pelo cultivo do eucalipto, gerando o mapa de fragilidade ambiental.

Em seguida, o mapa correlativo foi correlacionado com as exigências biofísicas para o cultivo do eucalipto e avaliado a adequação do cultivo ao longo da BHCB, no ano de 2019, como também a indicação de novas áreas para plantio dessa cultura na bacia.

Figura 01. Localização dos pontos de monitoramento da qualidade física química das águas superficiais da BHCB/MS, em 2019.



Fonte: Silva (2019).

Caracterização da Bacia Hidrográfica do Córrego do Bebedouro/MS

A bacia hidrográfica Córrego Bebedouro (BHCB), encontra-se entre as coordenadas geográficas 20° 24' 57" S e 20° 36' 12" S e 51° 48' 55" W e o 51° 32' 40" W, é

um córrego afluente pela margem direita do Rio Paraná, limite entre os municípios de Selvíria/MS e Três Lagoas/MS, com uma área estimada em aproximadamente 200,04 km² (PINTO *et al.*, 2019).

Sua nascente principal está localizada na latitude 20°26'12" Sul, longitude 51°44'59" Oeste e altitude de 394 metros. Sua foz está na latitude 20°35'43" Sul, longitude 51°35'03" Oeste e altitude de 284 metros. O curso principal da bacia hidrográfica do Córrego do Bebedouro possui 26,24 quilômetros de distância da nascente até a foz.

O comportamento climático na BHCB é definido, segundo Embrapa (2017) apud Koppen (1918), como clima tropical úmido - Aw, possuindo duas estações bem definidas, verão chuvoso e inverno seco.

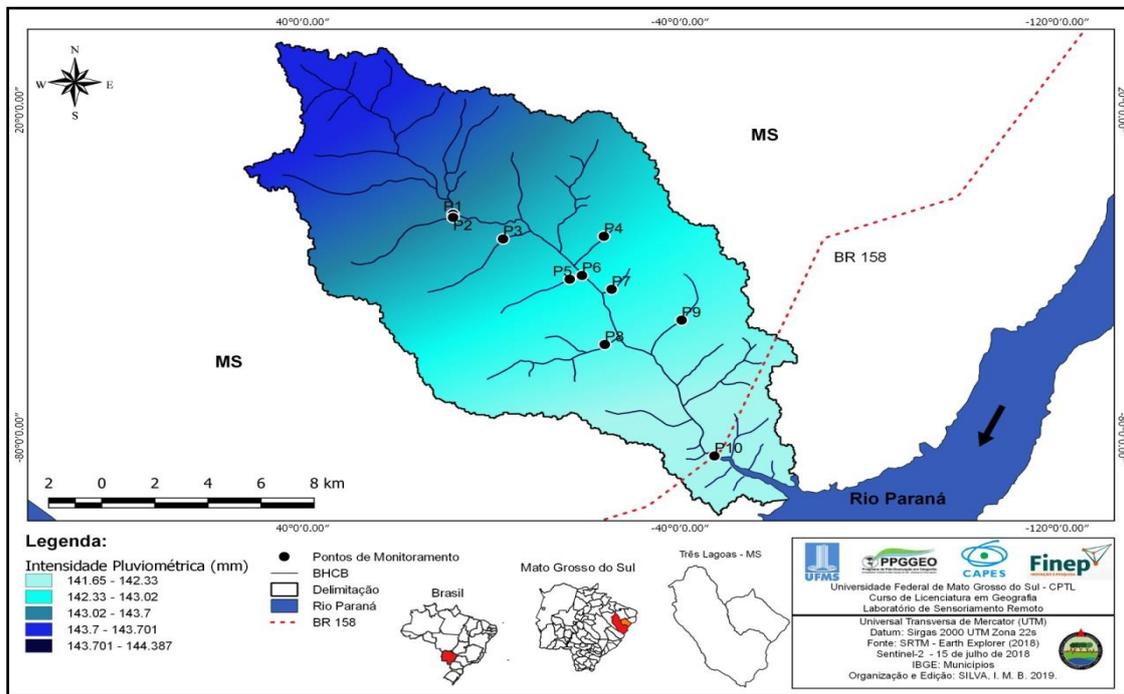
A BHCB recebeu peso 1,4, com grau de vulnerabilidade baixo, segundo Crepani *et al.* (2001), e peso 2, de fragilidade de Ross (1994), de acordo com a intensidade média pluviométrica aferida (Tabela 02 e Figura 03).

Tabela 02: Classes de Pluviosidade da BHCB, Três Lagoas/MS, em 2019.

Classes	Área (Km ²)	Área (%)	Grau de Fragilidade	Peso
1416,5 – 1423,3	15,23	7,61	Fraca	2
1423,3 – 1430,2	22,77	11,38		
1430,2 – 1437,0	76,23	38,10		
1437,0 – 1437,0	60,64	30,28		
1437,0 – 1443,9	25,18	12,58		
Total	200,04	100,00	-	-

Fonte: Silva, 2019.

Figura 03. Mapa de Intensidade Pluviométrica Média da Bacia Hidrográfica do Córrego Bebedouro, Três Lagoas e Selvíria/MS, no ano de 2019.



Fonte: Silva, 2019.

O eucalipto tem como fator limitante o estresse hídrico, que influencia na produtividade do eucalipto. Na condição tropical predominam os cultivos de eucalipto "*urograndis*", resultado do cruzamento entre *E. grandis* e *E. urophylla*. Na condição de clima tropical, além de *E. urophylla* e *E. cloeziana* produzidos por sementes, podem ser cultivados clones de domínio público, como AEC 0144, mais tolerantes à deficiência hídrica, e outros como o GG 100 (todos esses registrados como *E. urophylla*), COP 1277 (híbrido *E. grandis* x *E. camaldulensis*), GPC 23 (*E. grandis*), além de corímbias (*C. citriodora*). O *grandis*, o cultivado na BHCB, tem uma necessidade média de 350 mm ano (EMBRAPA, 2017).

Por isso que as principais plantações de eucalipto no Brasil situam-se em áreas de volume pluviométrico acima de 1.000 mm/ano, como Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Espírito Santo e no Pampa Gaúcho, o que garante que não haverá impacto ambiental no volume de água dos estados acima. Ao falar em consumo de água por florestas de eucalipto, devem-se levar em conta vários fatores, como o regime pluviométrico da região, a localização da plantação no contexto da bacia hidrográfica em que se encontra, a quantidade de água consumida pela floresta (evapotranspiração) e o índice de área foliar (RESENDE *et al.*, 2011).

Recomendações para plantio de *Eucalyptus grandis*, que predomina na BHCB e que ocupa 14,47% do total do uso e cobertura da terra da bacia. E que necessita de: clima de modo geral, quente e úmido, variando, segundo a EMBRAPA (2017) entre:

- temperatura média máxima do mês mais quente: 24-32 °C;
- temperatura mínima do mês mais frio: 3-17 °C;
- temperatura média anual: 14-22 °C;
- precipitação média anual: 690-2.480 mm.

Portanto, a intensidade média pluviométrica na BHCB é de 1.430,2 mm, ficando no meio entre as recomendações da EMBRAPA e bem acima do consumo médio anual de 350 mm, necessário para o seu ciclo de crescimento, preconizado por ela.

Segundo a EMBRAPA (2017), já faz mais de 50 anos que há o plantio de eucaliptos no país e em nenhum local (ao se respeitar os limites de distância das áreas de preservação permanentes) secou o solo. A cada sete anos é renovado o plantio do eucalipto na mesma área e ela produz do mesmo jeito. Inclusive, se quiser mudar para qualquer outra cultura ela se desenvolverá muito bem nos locais em que foram plantados no eucalipto.

Na área em questão, foram identificados dois tipos de solos, os Latossolos Vermelhos, que predominam em 62,56% da bacia e os Argilssolos Vermelho-amarelo, encontrados em 37,4% da área, (Tabela 03 e Figura 04).

Tabela 03. Classes de Fragilidade dos Solos da BHCB, Três Lagoas e Selvíria/MS, em 2019.

Classes de Solos	Área Km ²)	Área (%)	Classes de Fragilidade	Peso
LEa - Latossolo Vermelho, textura média	125,16	62,56	Baixa	1
PVa - Argissolo Vermelho	74,88	37,44	Forte	4
Total	200,04	100	***	***

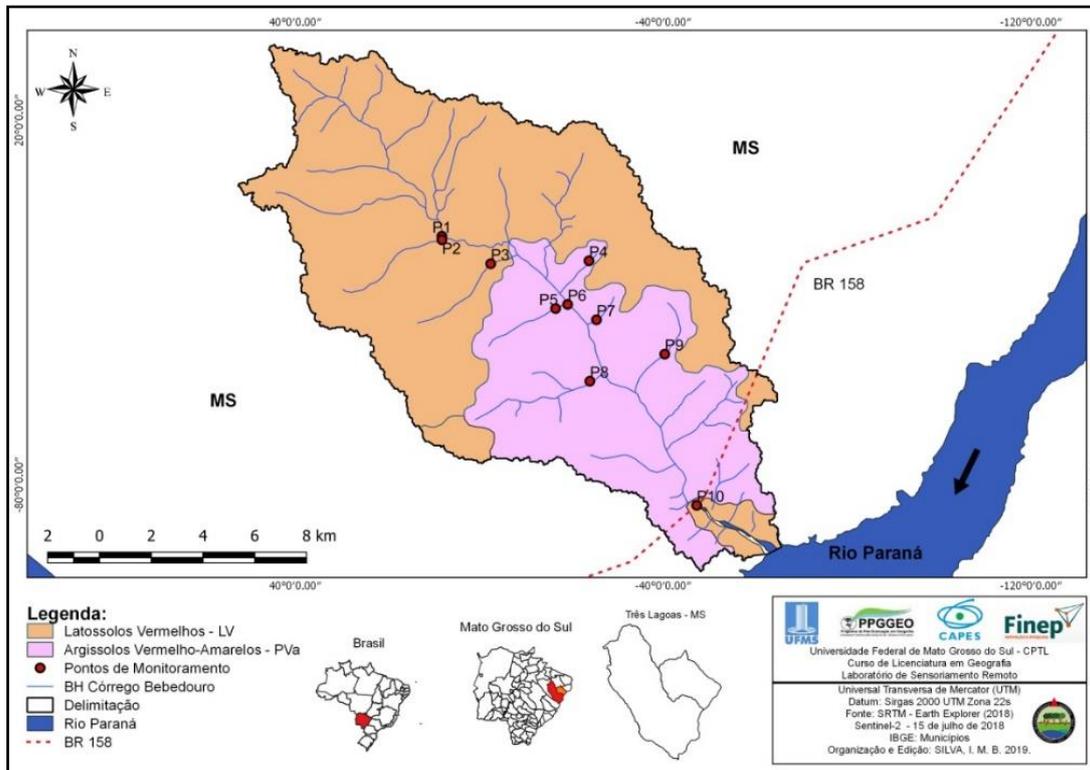
Fonte: SISLA (1985)

De acordo com dados da EMBRAPA (2014), essa classe de Latossolo Vermelho caracteriza-se por horizontes profundos, bem desenvolvidos e porosos, composto com minerais, sendo considerado um solo maduro de horizonte B latossólico. Sendo esse predominante na BHCB, principalmente nas áreas de nascente no alto curso, recebeu peso de fragilidade (1) - (muito fraco), segundo Ross (1994).

Já os argilssolos, localizam-se no médio e baixo curso (região da foz), têm profundidade variante, podem ter sua drenagem caracteriza de forte a fraca, compostos,

sobretudo por argila em seu horizonte B. Recebeu grau de fragilidade forte (4), segundo Ross (1994). Em sua antiga nomenclatura era chamado de Podzólico.

Figura 04. Mapa de Solos da Bacia Hidrográfica do Córrego Bebedouro, Três Lagoas e Selvíria/MS.



Fonte: Silva, 2019.

O eucalipto não se desenvolve em solos rasos, com camadas subsuperficiais compactadas, pedregosos, com afloramentos de rocha ou, ainda, naqueles solos sujeitos a encharcamentos, independentemente da cultura utilizada. Portanto, deve ser avaliado o tipo de solo e as condições de fertilidade no local onde se planeja realizar o plantio. Realizar o plantio de preferência em solos profundos e bem drenados, o que irá favorecer o desenvolvimento adequado das árvores (EMBRAPA, 2017).

Dentre as classes de declividade da bacia, a mais encontrada é de 0-6%, com área total de 26,09%. Essa recebeu peso de fragilidade (1) muito fraca, segundo Ross (1994). Por conseguinte, as classes entre 6-12% que receberam peso (2) de fragilidade (fraca). Juntas totalizam 48,47% da área. Então, pode-se dizer que na BHCB as classes de declividades predominantes, na BHCB, enquadram-se entre muito fraca e fraca, (Tabela 04 e Figura 05).

A classe (5) muito forte (mais de 30% de declividade) representa 20,3% da área da bacia, espacializadas de forma aleatória por toda sua extensão. Encontrada principalmente

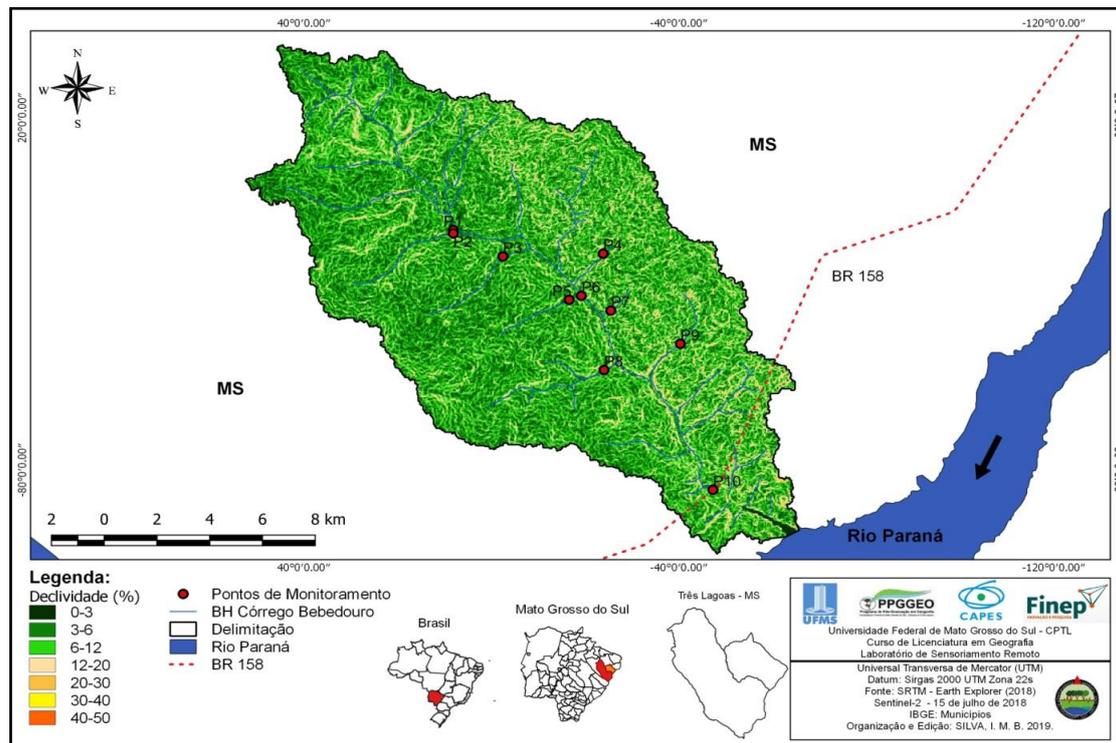
nas nascentes, no médio e baixo curso, nos divisores de águas e por entre o canal principal e afluentes. Essa dispersão, sobretudo no baixo curso, deve-se ao represamento e construção do lago da Usina Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias (Jupiá).

Tabela 04. Classes de Declividade e de Fragilidade da BHCB, Três Lagoas e Selviria/MS.

Categorias Hierárquicas	Área (Km²)	Área (%)	Classes de Fragilidade	Peso
0-3	11,83	5,91	Muito Fraca	1
3-6	40,37	20,18		
6-12	44,78	22,38		
12-20	35,22	17,60	Média	3
20-30	27,27	13,63	Forte	4
30-40	21,46	10,75	Muito Forte	5
40-50	19,11	9,55		
Total	200,04	100,00	-	-

Fonte: Silva, 2019.

Figura 05. Mapa de Declividade da Bacia Hidrográfica do Córrego Bebedouro - BHCU, Três Lagoas e Selviria/MS.



Fonte: Silva (2019).

Santos (2006), em seu zoneamento edáfico para eucalipto, preconiza as seguintes classes de declividade como limitantes ao cultivo comercial do eucalipto, (Quadro 03).

Quadro 03. Classes de relevo empregadas na avaliação da aptidão edáfica do eucalipto na Região do Corede Sul, RS.

Classes Declividades	(%)
Plano	0 – 3
Suave ondulado	3 – 8
Ondulado	8 – 20
Forte ondulado	20 – 45
Montanhoso	45 – 75
Escarpado	> 75

Fonte: Santos, 2006.

A informação de declividade pode fornecer subsídios ao emprego de implementos e máquinas agrícolas, nas diversas fases do cultivo, além de inferir a respeito da susceptibilidade à erosão. Por essa razão, Santos (2006) recomenda declividades até no máximo de 20%, que na BHCB engloba 66,07% de sua área total e apenas 9,5% tem declividades acima de 40%, predominado relevos planos a ondulados, com fragilidade fraca a média.

Fragilidade Potencial Natural, Uso e Cobertura da terra e Qualidade da água na BHCB

O grau de fragilidade potencial natural da bacia mais expressivo encontrado foi (2) baixo, representando 59,44% da área, seguido do grau (3) médio. Ambos totalizaram 93,31% da área total da bacia. A classe (1) de fragilidade muito baixa não foi registrada (Tabela 05 e Figura 06).

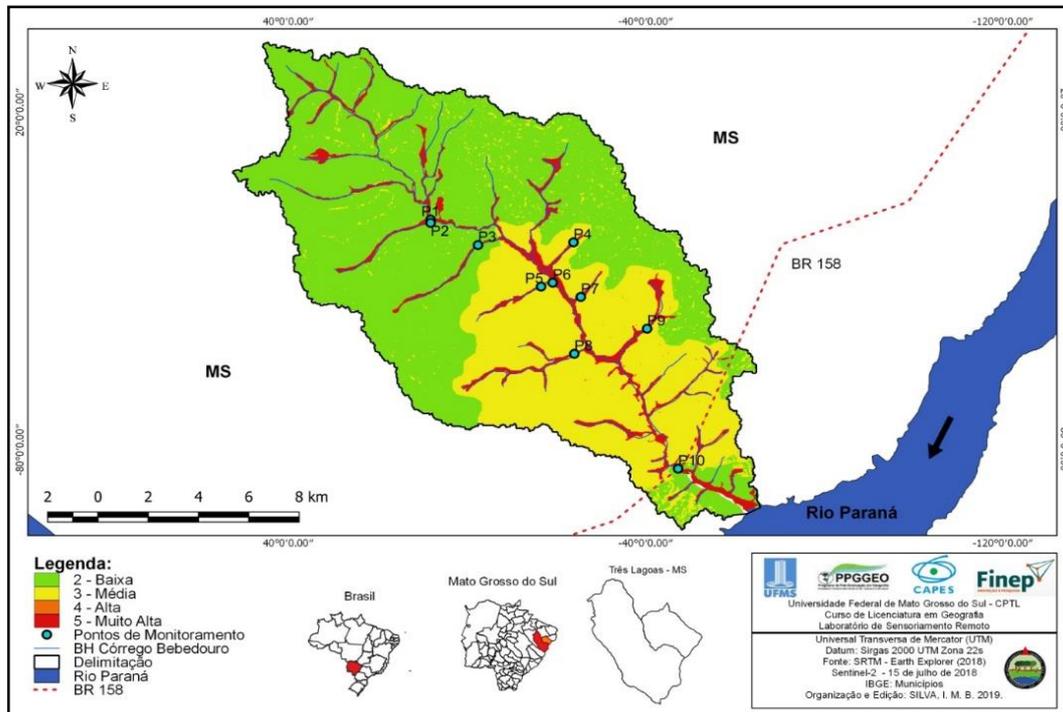
O grau de fragilidade (4) alto mostrou-se quase inexpressivo, com apenas 0,04% da área total. Já o grau (5) muito alto (em 6,65% de área) recebeu peso 5, segundo Ross (2012), pois foi encontrado ao longo de toda a planície de inundação.

Tabela 05. Classes de Fragilidade Potencial Natural da BHCB, nos municípios de Três Lagoas e Selviria/MS, em 2019.

Grau de Fragilidade Potencial	Área (km ²)	%	
1	Muito Baixa	0,00	0,00
2	Baixa	118,90	59,44
3	Média	67,76	33,87
4	Alta	0,08	0,04
5	Muito Alta	13,29	6,65
Total		200,04	100,00

Fonte: Silva, 2019.

Figura 06. Mapa de Fragilidade Potencial Natural da Bacia Hidrográfica do Córrego Bebedouro, Três Lagoas



e Selvíria/MS.

Fonte: Silva (2019).

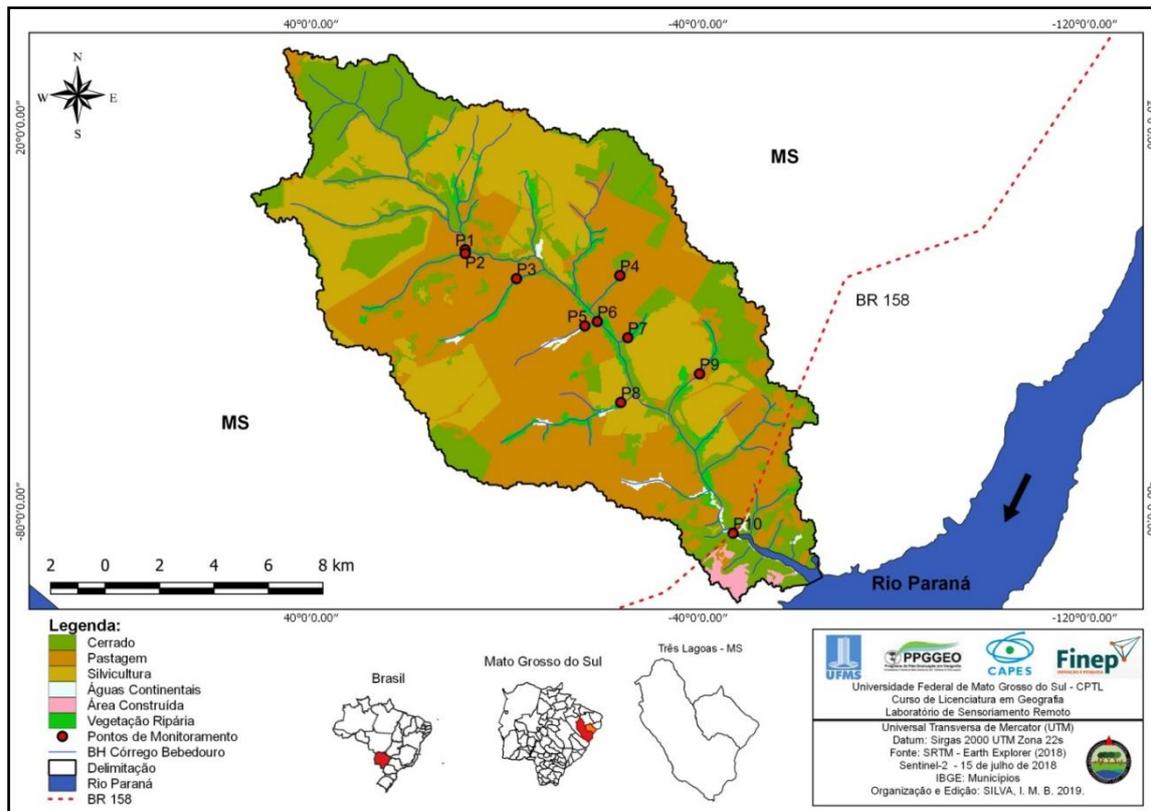
Os valores e classes temáticas de uso e cobertura da terra encontrada na BHCB no verão de 2019 são representados na Tabela 06, Figuras 07 e 08, e nos permite uma interpretação conjunta com as demais análises executadas.

Tabela 06. Classes de Uso e Cobertura da terra na BHCB, Três Lagoas e Selvíria/MS, no verão de 2019.

Classes	Área (Km ²)	Área (%)	Grau de Proteção
Pastagem	80,08	69,58	3 – Média
Silvicultura	57,33	14,47	3 – Média
Cerrado	53,47	13,50	2 – Alto
Água	1,96	0,49	5 – Muito Baixo
Área Construída	1,59	0,40	
Vegetação Ripária	6,13	1,55	1 – Muito Alto
Total	200,04	100	***

Fonte: Silva, 2019.

Figura 07. Mapa de Uso e Cobertura da Bacia Hidrográfica do Córrego Bebedouro, Três Lagoas e Selvíria/MS, no verão de 2019.



Fonte: Silva (2019).

No verão de 2019, a classe mais encontrada foi de pastagem, que ocupou cerca de 80,08km² da área da bacia, cerca de 69,58% do total. Tais áreas necessitam de um cuidado especial, pois pecuária e agricultura são responsáveis, em sua grande parte, por processos de erosivos, desmatamentos e assoreamento de cursos de água, causando colapso aos ecossistemas. Possui grau de proteção (3) médio.

Ainda no verão de 2019, a segunda classe mais expressiva foi silvicultura, ocupando cerca de 57,33 km², 14,47% do total. Em sua maioria, essas propriedades estão arrendadas ou pertencem à Empresa de Celulose Eldorado Brasil, dedicadas ao cultivo comercial de eucalipto para extração e processamento da celulose. Os plantios em linhas possuem espaçamento e caixas de retenção para auxiliar no escoamento das águas pluviais, evitando assim formação de processos erosivos. Possui grau de proteção (3) médio.

A classe de cerrado abrange cerca de 53,47km² e compreende 13,50% da área da BHCB, composta por árvores de galhos secos e retorcidos, encontradas de forma dispersa

pela bacia se intercalando com as áreas de pastagem. Classificada como grau de proteção (2) alto.

Já a classe de vegetação ocupa cerca de 6,13km², 1,55% da área total, e compreende as porções de mata ciliar e planície de inundação da BHCB, encontradas sobretudo ao longo do canal principal e de seus afluentes. Recebeu grau de proteção (1) muito alto.

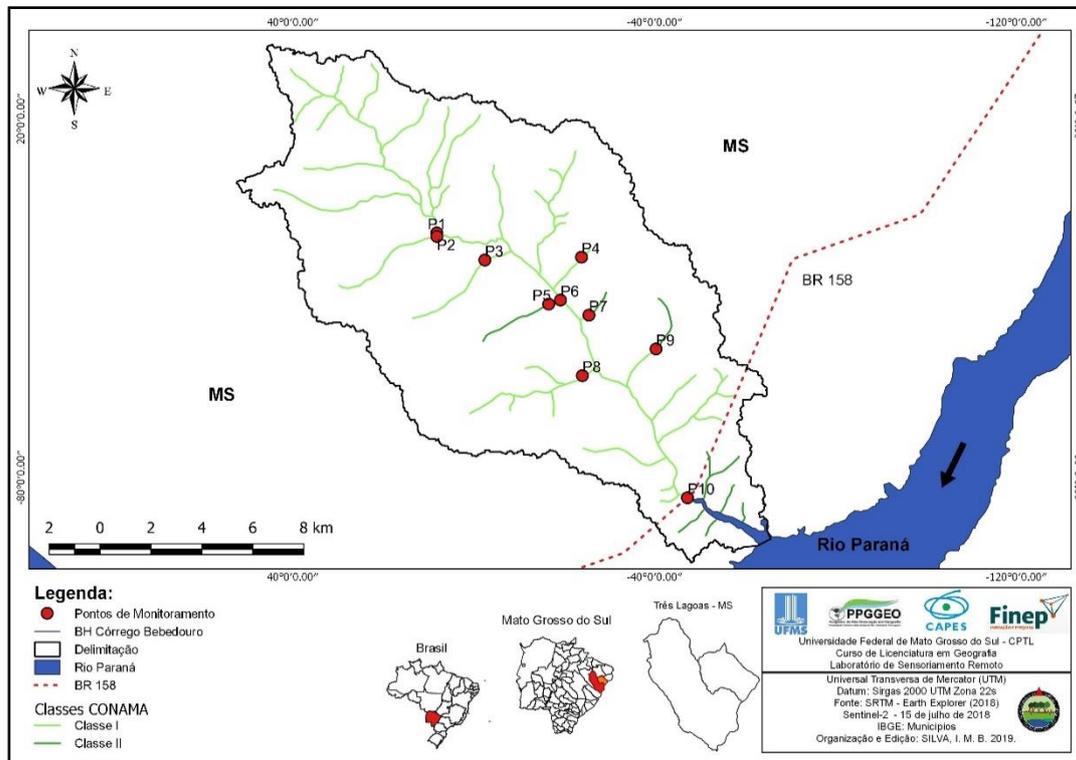
As águas continentais representam 1,96km² e 0,49%, uma vez que seus valores reais são encobertos pelo topo das áreas da Vegetação Ripária, sendo encontradas, sobretudo, em alguns afluentes do córrego Bebedouro. Recebeu grau de proteção (5) muito baixo.

As quantificações de área construída na BHCB se referem quase que totalmente a área ocupada pela planta da Fábrica de Celulose Eldorado Brasil, com cerca de 1,59km² e 0,40%, sendo essa a de menos expressividade quanto ao uso e cobertura. Não lhe foi atribuído nenhum grau de proteção, pois segundo as metodologias de Ross (1994) e Crepani et al. (2001) essas não devem ser consideradas neste momento.

Na bacia hidrográfica tem-se a predominância da monocultura de eucalipto (silvicultura), seguida pelo uso pastagem. Assim, é necessário aprofundar as pesquisas sobre os efeitos da implementação da silvicultura, principalmente com o crescente cultivo de eucalipto na região.

O enquadramento médio das águas superficiais da BHCB (Figura 08) estabeleceu-se como classe I, e segundo as preconizações da Resolução CONAMA n357/05 essas águas podem ser destinadas: ao abastecimento para consumo humano, após tratamento simplificado à proteção das comunidades aquáticas; à recreação de contato primário, tais como natação, esqui aquático e mergulho; à irrigação de hortaliças que são consumidas cruas e de frutas que se desenvolvam rentes ao solo e que sejam ingeridas cruas sem remoção de película; à proteção das comunidades aquáticas em terras Indígenas.

Figura 08. Enquadramento e classes da BHCB/MS, em março/2019, de acordo com o CONAMA.



Fonte: Silva (2019).

Conforme a análise dos parâmetros físico-químico da água, realizado por Silva (2019), no ponto 5 tem-se o afluente enquadrado na classe 2. Conforme a Resolução CONAMA nº 357/05, essas águas podem ser destinadas: ao abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional; à proteção das comunidades aquáticas; à recreação de contato primário, tais como natação, esqui aquático e mergulho, conforme Resolução CONAMA no 274, de 2000; à irrigação de hortaliças, plantas frutíferas e de parques, jardins, campos de esporte e lazer, com os quais o público possa vir a ter contato direto; à aquicultura e à atividade de pesca (BRASIL, 2005).

Conclusões

Os elementos na bacia hidrográfica passam por transformações a todo momento, principalmente em relação ao uso, cobertura e tipo de manejo da terra. Isso influencia os parâmetros físico, químicos e biológicos, podendo ocasionar desequilíbrios nesses sistemas.

Através do mapeamento e monitoramento da qualidade das águas superficiais é possível identificar essas mudanças. Assim, com a elaboração da carta de fragilidade

ambiental da BHCB adaptado das propostas metodologias quanto a fragilidade ambiental de Ross (1994) e Crepani et al. (2001) e correlação com as variáveis de qualidade da água segundo o CONAMA, verificou-se que a classe de fragilidade ambiental de maior ocorrência é a média (3).

As alterações sob os parâmetros analisados também ocorrem devido as mudanças estacionais e as constantes alterações de uso e cobertura da terra que ocorrem na BHCB, com os cortes de talhões de eucalipto e aplicação de produtos químicos. O eucalipto ocupa apenas 14,47% da área da bacia hidrográfica e não há impedimento a nível de clima/precipitação, solo, declividade e de qualidade da água.

Assim, considera-se que a fragilidade ambiental é um importante instrumento para o planejamento e gestão ambiental, principalmente de bacias hidrográficas. É necessário um contínuo monitoramento ambiental dos recursos naturais (hídricos) da BHCB considerando as alterações no uso, cobertura, manejo e qualidade das águas superficiais. Portanto, a presente pesquisa continua em andamento para maiores considerações e contribuição para expansão do eucalipto nas melhores áreas, de maneira a contribuir com o equilíbrio ambiental do ecossistema.

Referências

ABRAF. **Anuário Estatístico da ABRAF**: ano base 2014. Brasília - DF; Abraf, 2014.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA. **Portal da Qualidade das Águas**. Disponível em; <<http://pnqa.ana.gov.br/indicadores-indice-aguas.aspx>>. Acessado em 8 de abril de 2019.

BOTELHO, RGM; SILVA, AS da. Bacia hidrográfica e qualidade ambiental. Cap. 6, 2004 In: VITTE, Antônio Carlos e GUERRA, Antônio José Teixeira (org.). **Reflexões Sobre a Geografia Física no Brasil**. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 2004.

BRASIL. Decreto nº94.076, de 05 de março de 1987. Institui o Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 mar. 1987. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=516716&id=14249997&idBinario=15646970>>. Acesso 24 jul. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.727**, de 17 de outubro de 2012. Estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal. Brasília, 17 de outubro de 2012; 191ª da Independência e 124ª da República. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12727.htm>. Acessado 20/03/2019.

CRIADO, R. C. **Análise do uso da terra nas áreas de preservação permanente dos corpos d'água da bacia do córrego espraído como subsídio para o pagamento por serviços ambientais.** Presidente Prudente, 2012. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 118p.

CALHEIROS, R. de OLIVEIRA. et al. **Preservação e Recuperação das nascentes.** Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá PCJ-CTRN, Piracicaba - SP, 2004.

BRASIL, **Resolução CONAMA nº357**, de 17 de março de 2005. Classificação de águas, doces, salobras e salinas do Território Nacional. Publicado no D.O.U. Alterada pela Resolução 410/2009 e pela 430/2011. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=459>. Acessado em 15 de out. 2019.

CREPANI, E. et al. **Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento Aplicados ao Zoneamento Ecológico Econômico e ao Ordenamento Territorial.** São José dos Campos: Inpe, 2001.

CRIADO, R. C. **Análise de uso e ocupação da terra nas áreas de preservação permanente dos corpos d'água da bacia do córrego espraído como subsídio para pagamentos por serviços ambientais.** Presidente Prudente: [s.n.], 2012. 118 f. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia: dissertação de mestrado.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia.** 2ª Edição. São Paulo: Edgard Blücher, 1974. 150p.

CHRISTOFOLETTI, A. Impactos no meio ambiente ocasionados pela urbanização no mundo tropical. In: SOUZA, M. A. A. (Org.). **Natureza e Sociedade hoje: uma leitura geográfica.** 3ª Edição. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1997.

CHRISTOFOLETTI, A. Aplicabilidade do conhecimento geomorfológico nos projetos de planejamento. In: GUERRA, A.J.T. et al. (Org.) **Geomorfologia uma atualização de bases e conceitos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 9ª ed. 2009, p. 415-437.

DIBIESO, Eduardo Pizzolim. **Planejamento ambiental e gestão dos recursos hídricos: estudo aplicado à bacia hidrográfica do manancial do alto curso do Rio Santo Anastácio/SP.** 2013. 283 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/105072>>.

EMBRAPA. **Embrapa Florestas** - Documentos (INFOTECA-E). 2017.

FERNANDES, André Luís Valverde. **As transformações da paisagem nas bacias hidrográficas influenciadas pelo complexo celulósico: Três Lagoas e Selvíria, MS.**

2013. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <

<https://repositorio.ufms.br:8443/jspui/handle/123456789/2544>>.

GUERRA, Cláudio. **Meio ambiente e trabalho no mundo do eucalipto**. Belo Horizonte. SEGRAC, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Manual Técnico de Uso Da Terra**. Rio de Janeiro, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Dados Demográficos dos Municípios Brasileiros**, 2000 e 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em 15 set 2014.

LIMA, W. de P. **Impacto ambiental do eucalipto**. São Paulo: EdUSP, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Manual Técnico de Uso da Terra**. 3ª ed. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Rio de Janeiro. IBGE, 2013. 1-171 p. (Manuais Técnicos em Geociências).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Manual Técnico de Pedologia**. 3ª ed. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Rio de Janeiro. IBGE, 2015. 1-425 p. (Manuais Técnicos em Geociências).

MATO GROSSO DO SUL. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul**: Elementos para construção da sustentabilidade do território sul-mato-grossense. Segunda Aproximação. Campo Grande, MS, 2015.

LIMA, W. de P. **Impacto Ambiental do Eucalipto**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1996.

PENTEADO, J. F. et al. **Cultivo de eucalipto em propriedades rurais**: diversificação da produção e renda. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 138 p.

PINTO, A.L. [org.] Et al. **Monitoramento Ambiental das bacias hidrográficas do Córrego do Bebedouro, Córrego Urutú e Ribeirão das Cruzes/MS**. Três Lagoas/MS: 1º Relatório técnico a Eldorado Brasil. 2019.

RAMALHO-FILHO, A.; BEEK, K. J. **Sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras**. 3. ed. Rio de Janeiro: EMBRAPA-CNPQ, 1995. 65 p.

RESENDE, M.D.V. **Melhoramento genético de plantas de propagação assexuada**. Colombo: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. 130 p.

ROSS, J. L. S. **Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados**. Revista do Departamento de Geografia. n. 8, p.63-74. 1994.

ROSS, J. S. **Geomorfologia: ambiente e planejamento**. São Paulo, Contexto, 2008, 8.ed., 84 p.

ROSS, J. S. **Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental**. São Paulo, Oficina de Textos, 2009, 207 p.

SAMPAIO, B. D. S.; ARAÚJO, R. R.; LEAL, A. C. **Cobertura vegetal e características geomorfológicas na bacia do Ribeirão Vai-e-Vem, UGRHI- Pontal do Paranapanema, São Paulo, Brasil**. Anais VIII Simpósio Nacional de Ciência e Meio Ambiente - SNCM, 2017.

SANTOS, R. F. dos. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SANTOS, M. R. R.; RANIERI, V. E. L. **Critérios Para Análise Do Zoneamento Ambiental Como Instrumento De Planejamento E Ordenamento Territorial**. Revista Ambiente & Sociedade. São Paulo v. XVI, n. 4, p. 43-62, out.-dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v16n4/04.pdf>>. Acesso em: <21/06/19>.

SANTOS, H. G. dos. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2006. 306 p.

SILVA; I. M.B. **Fragilidade Ambiental da Bacia Hidrográfica do Córrego Bebedouro (BHCB), Três Lagoas e Selvíria/MS, no período do Verão de 2019 a primavera de 2019**. Três Lagoas/MS, 2019.

Sobre os autores (Informações coletadas do Lattes em 2019-12-27)

Bruna Dienifer Souza Sampaio

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS-CPTL. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) Campus de Presidente Prudente - SP (Capes 7). Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela FCT-UNESP (2015 e 2016).

André Luiz Pinto

Graduação em Geografia Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1983), mestrado em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1994) e doutorado em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998). Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no campus de Três Lagoas, departamento de Ciências Humanas- DCH. Tem experiência na área de Geociências/Geografia Física/Hidrogeografia, com ênfase em Hidrogeografia, atuando principalmente nos seguintes temas: planejamento e gestão ambiental, saneamento ambiental, qualidade das águas, Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos.

Como citar esse artigo

SAMPAIO, B. D. S.; PINTO, A. L. Análise da fragilidade ambiental na bacia hidrográfica do Córrego do Bebedouro, Mato Grosso do Sul. In: **Revista Geografia em Atos** (GeoAtos online) - 60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios - v. 08, n. 15, p. 55-78, dez/2019. DOI: 10.35416/geoatos.v8i15.7007

Recebido em: 2019-11-25

Enviado para correção em: 2019-12-22

Aceito em: 2019-12-26

AS TRANSFORMAÇÕES CAMPO-CIDADE FRENTE À MOBILIDADE DO TRABALHO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REALIDADE DE BELO CAMPO/BA

Silmara Oliveira Moreira

<https://orcid.org/0000-0001-9961-7868>
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
E-mail: moreira.sillmara@gmail.com

Eliane Pereira Almeida Vale

<https://orcid.org/0000-0002-8836-9026>
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
E-mail: eliane.pav@gmail.com

DOI: 10.35416/geoatos.v8i15.7011

Resumo

A relação campo-cidade regida por uma efervescente difusão da indústria, e consequentemente, de um processo fragmentador/segregador socioespacial, é marcada pela intensa mobilidade do trabalho. Trata-se de um movimento integrante a um reordenamento econômico de escala global, o qual atribui-se função e funcionalidade a diferentes territórios e lugares, e transforma a sociabilidade entre esses e os sujeitos. Sendo assim, o objetivo do presente trabalho é suscitar o debate acerca do contexto histórico da construção desse “antagonismo” entre campo-cidade, no que concerne às suas peculiaridades socioeconômicas, e fazer uma leitura de como esse processo se apresenta no século XXI frente à mobilidade do trabalho e a reestruturação produtiva do capital. Para subsidiar tal discussão foi realizada pesquisa bibliográfica no intuito de abarcar um arcabouço teórico que validasse a abordagem da temática. Já os dados apresentados no texto são oriundos do trabalho final de dissertação de Moreira (2018) que analisou, dentre outros aspectos, o envolvimento de homens e mulheres, em diferentes faixas etárias, no processo da mobilidade do trabalho, no município de Belo Campo, Bahia, Brasil.

Palavras-chave: Precarização; Reestruturação Produtiva; Antagonismo

THE TRANSFORMATIONS IN THE RURAL AREAS AND IN THE CITIES FACING THE MOBILITY OF LABOUR: AN ANALYSIS FROM THE REALITY OF BELO CAMPO/BA

Abstract

The relationship between rural areas and city is governed by an effervescent diffusion of the industry, and consequently, of a fragmenting/socio-spatial insurer process, is marked by intense labor mobility. It is a movement that integrates an economic reordering of global scale, which assigns function and functionality to different territories and places, and transforms the sociability between these and the subjects. Thus, the objective of the present work is to raise the debate about the historical context of the construction of this "antagonism" between the city and rural areas, regarding its socioeconomic peculiarities, and make a reading of how this process presents itself in the 21st century facing the mobility of labor and the productive restructuring of capital. In order to support this discussion, a literature search was

conducted in order to cover a theoretical framework that validated the approach to the theme. The data presented in the text come from the final dissertation of Moreira (2018) that analyzed, among other aspects, the involvement of men and women, in different age groups, in the process of labor mobility, in Belo Campo, Bahia, Brazil.

Key words: Precarization; Productive Restructuring; Antagonism.

EL CAMBIO DEL CAMPO E DE LA CIUDAD FRENTE A LA MOVILIDAD LABORAL: UN ANÁLISIS A PARTIR DE LA REALIDAD DE BELO CAMPO/ BA

Resumen

La relación campo-ciudad, que se regirá por la efervescencia de la difusión de la industria y, por lo tanto, de un proceso de fragmentador/segregador socioespacial, está marcada por una intensa movilidad del puesto de trabajo. Se Trata de un mecanismo integral de un reordenamiento económico mundial, en el cual se le asigna la función y la funcionalidad de los distintos territorios y lugares, y se convierte en la facilidad de uso y entre éstos y los sujetos. Por lo tanto, el objetivo del presente trabajo es plantear el debate acerca de los antecedentes históricos de la construcción de ese "antagonismo", entre lo urbano y lo rural, en lo que se refiere a las peculiaridades socio-económicas, y de hacer que la lectura de este procedimiento se presenta en el siglo XXI, frente a la movilidad del trabajo y de la reestructuración productiva del capital. Para financiar dicha discusión se ha realizado la investigación bibliográfica, con el fin de abarcar un marco teórico en el que validasse el abordaje de la temática. Los datos que aparecen en el texto provienen de lo trabajo final de tesis de maestría de Moreira (2018), que ha analizado, entre otros aspectos, la participación de los hombres y de las mujeres en los diferentes grupos de edad, en el proceso de la movilidad en el trabajo, en el municipio de Belo Campo, estado de Bahía, en Brasil.

Palabras clave: Precarización; Reestructuración Productiva; Antagonismo.

Introdução

Ousar entender a relação campo-cidade, é permitir-se adentrar nos meandros das interpretações difundidas sobre sua gênese. Comumente na Geografia, a discussão acerca desse assunto apresenta uma relação antagônica, que se apresenta como complementaridade e/ou pautada nas diferenciações desses espaços. O que se percebe é que os intelectuais da Geografia, ainda, no século XXI, estão no caminho do desvendamento das nuances acerca dessa imbricada relação na construção, destruição, e reconstrução do espaço em todas essas dimensões.

O processo histórico de consolidação do entendimento atual sobre campo e cidade, é o que permite-nos compreender as formatações sociais e a difusão ideológica caracterizadora do que significa essas dimensões espaciais de reprodução da vida. Rotta (1997) ao tratar dessa temática elabora uma discussão com o foco na importância de se ter a consciência de que a realidade concreta a qual se insere todos os sujeitos sociais, não se

trata de um processo dado, e/ou naturalizado, mas se refere a um processo construído, paulatinamente, sob o viés ideológico inerente à própria evolução humana, e correspondente aos intuítos de uma classe que exerce o domínio das decisões e situações, geralmente, uma sobreposição de interesses.

A partir desse entendimento que é possível maturar como o ser humano consolida ao longo da sua jornada evolutiva, e nos diferentes modos de produção, o conceito de antagonismo entre campo-cidade, até a atualidade existente. No Brasil, por exemplo, especificamente desde a segunda metade do século XX, na efervescência do processo de industrialização, oriunda de um reordenamento da economia mundial, a relação campo-cidade foi, e ainda é marcada pela forte mobilidade do trabalho que se caracteriza pelo intenso deslocamento de trabalhadores por todo o território, num movimento que se configura como um incessante ir e vir em busca de “oportunidades” e garantia de sobrevivência dos sujeitos. Esse processo se revela como uma das expressões da plasticidade do trabalho, marcada pela adequação dos sujeitos à demanda do mercado na busca por um espaço com condições mínimas de reprodução da vida.

A mobilidade do trabalho, diante do processo de reestruturação produtiva do capital apresenta-se como um processo com novas nuances que traz profundas transformações nos espaços de realização da vida e na configuração dos espaços urbanos e rurais. Por isso, deve ser compreendida como um processo que está para além do deslocamento de pessoas pelo território dadas às condições econômicas, mas que precisa ser analisado na concretude do contexto de expropriação da classe trabalhadora dos meios de produção e a partir da transformação da força de trabalho em mercadoria.

De acordo com as proposições de Santos (2006) os deslocamentos de pessoas pelo território não decorrem de uma simples vontade do trabalhador, ainda que essa possa ocorrer, mas, o que determina o aumento desses deslocamentos é a dinâmica do mercado de trabalho. Esse, por conseguinte, apresenta condições cada vez mais distintas para os trabalhadores e molda os sujeitos às condições postas. Ao trabalhador, portanto, não lhe resta alternativa e este é levado incessantemente a adaptar-se a essas condições impostas pelo mercado.

Diante do exposto, objetiva-se realizar neste artigo um debate sobre o contexto histórico de construção ideológica do antagonismo entre campo-cidade e fazer uma leitura de como esse processo se apresenta no século XXI frente à mobilidade do trabalho e a

reestruturação produtiva do capital tendo como recorte empírico a realidade de comunidades urbanas e rurais do município de Belo Campo na Bahia.

Dentre os procedimentos realizados para construção deste trabalho fez-se a pesquisa bibliográfica definida por Severino (2007) como aquela que se realiza com base em registros disponíveis, oriunda de investigações anteriores, e apresenta contribuições de autores que já se debruçaram sobre determinada temática. Para tanto, os referenciais consultados servirão de base para as análises que por ora serão apresentadas nas discussões a seguir.

Os dados que serão apresentados foram coletados para a composição do trabalho final de dissertação de Moreira (2018) e foram obtidos através da pesquisa de campo, que consiste naquela a qual o objeto/fonte é abordado em seu ambiente próprio, sem qualquer manuseio, e a coleta dos dados é concretizada no ambiente em que os fenômenos incidem (SEVERINO, 2007). Sendo assim, foram feitas entrevistas semiestruturadas com amostragem selecionada e questionários com vista a englobar homens e mulheres, em diferentes faixas etárias, que saíram para trabalhar em outras regiões e/ou municípios nos últimos cinco anos e que permaneceram pelo período igual ou superior a um mês.

A pesquisa considerou os sujeitos que se deslocaram em caráter sazonal dentro do recorte temporal entre 2012 e 2018. Para isso, elegeu-se para a aplicação de questionários e entrevistas trabalhadores das comunidades rurais de Marimondo e Sussuarana e na área urbana os bairros Cidade Nova e Alvorada. É importante salientar que os questionários constaram com perguntas objetivas e subjetivas. Com a intenção de qualificar os dados do questionário, as perguntas subjetivas foram gravadas.

A opção pela pesquisa qualitativa justifica-se por possibilitar uma leitura para além da concretude materializada nos espaços, que, segundo Minayo (2002, p.21-22) “[...] trabalha com o universo de significados, [...], o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos [...]”. Por isso, a escolha por essa modalidade investigativa visa em não comprometer a interpretação do cerne da problemática no espaço socialmente construído com base em relações adversas, contraditórias, mas também complementares.

O uso de entrevistas semiestruturadas, caracterizadas por Minayo (2002) pela articulação entre a entrevista estruturada e a não estruturada contribuíram para analisar, dentre outros aspectos, as relações de trabalho existentes no município de Belo Campo.

Cabe ressaltar que também fizeram parte da pesquisa de campo as observações feitas durante a aplicação de entrevistas para compor o texto, substanciados pelo uso de uma caderneta de campo. As observações foram feitas de maneira participante durante a ida às comunidades para a realização das entrevistas e teve como objetivo tomar nota das impressões da realidade e da vida dos trabalhadores.

Campo-Cidade enquanto unidade dialética.

Uma análise positivista do campo e da cidade na qual se desconsidere essas duas instâncias enquanto espaços de reprodução social dos sujeitos, pode não contribuir para uma densidade analítica de sua correlação, o que pode direcionar a equívocos sobre o real. Entende-se que, Campo-cidade e/ou Cidade-campo são partes de uma totalidade social, não de maneira cartesiana, mas cada qual com suas inerentes especificidades e complexidades. Por isso, a relevância de compreender quando e porque a consolidação de uma ruptura socioespacial ideologicamente difundida, mas concretamente equivocada.

Para contribuir com o entendimento é que se utiliza o escrito de Rotta (1997), que amparado nas leituras de “O Capital” de Marx, explana sobre a configuração da sociedade primitiva e sua reprodução social. Essa sociedade, segundo o autor, se reproduzia em um espaço ruralizado de processos produtivos com destino definido e racionalizado, sob a égide da possibilidade da existência. O que significa dizer, que se tratava de uma sociedade onde a importância produtiva pautava-se na manutenção da vida, e, mesmo em regime de sujeição, era eminentemente de subsistência, de valor de uso. Não havia uma abundância de produção para se ter excedente.

Essa formatação social da relação dos sujeitos com os meios naturais disponíveis foi denominada por Rotta (1997) de “economia natural”. A intermediação dessa relação se dá pelo trabalho, que é a condição ontológica do ser, e fundamento universal na apropriação da natureza. Nas relações sociais, econômicas e culturais consolidadas no modo de produção capitalista, por exemplo, o trabalho enquanto condição ontológica, é substituído por outra lógica de reprodução social, a lógica do mercado.

Ainda dentro do debate marxista, “trabalho significa intercâmbio orgânico entre o Homem e a natureza” (ALVES, 2007, p.71). Para Alves, o homem, em função de suas necessidades vitais adquiriu a capacidade de modificar, através do trabalho, a matéria e transformá-la em segunda natureza. Entretanto, essa troca entre homem e natureza se

tornou possível através do intermédio de três fatores: os objetos de trabalho, a dominação da técnica e a interação social. É, através dos objetos, ferramentas de trabalho, da dominação da técnica, do conhecimento adquirido acerca da produção de materiais, da cooperação social e da experiência em sociedade que o homem transforma a natureza e produz as condições de sua existência.

Engels (1984) também elucida que, quando novos elementos foram inseridos ao cotidiano das antigas comunidades primitivas, como foi o caso das trocas de excedentes da produção e também de animais, gradativamente esse movimento culminou na determinação dos valores das coisas – valor mercadológico. Isso quando, o ato de produzir para existir foi subsumido pela necessidade da troca. A troca de produtos foi, historicamente, a precursora do comércio e, conseqüentemente, do comerciante (pequena burguesia) – aquele que nada produz, mas intermedeia às trocas, um “elo” entre produtores e compradores. O dinheiro surge, novas necessidades são criadas, e os produtores vão se distanciando de suas raízes gentílicas - da produção para subsistência.

[...] O surgimento da propriedade privada dos rebanhos e dos objetos de luxo trouxe o comércio individual e a transformação dos produtos em mercadorias [...]. Quando os produtores deixaram de consumir diretamente seus produtos, desfazendo-se deles pelo comércio, deixaram de ser donos dos mesmos (ENGELS, 1984, p. 121).

O trabalho, diante das relações capitalistas de produção, tornou-se estranhado com mera busca de valor e, portanto, ele perde a sua condição ontológica, exterminado da relação homem-natureza é subvertido e torna-se trabalho abstrato (ALVES, 2007). O trabalho enquanto realização da vida não interessa à modernidade, pois interessa ao modo de produção em vigência o valor gerado pelo trabalho.

As novas práticas sociais e econômicas ocorrem imbricadas na separação campo-cidade, cada qual exercendo uma função no capitalismo mercantil, onde a cidade emerge enquanto o *locus* do negócio, da compra, venda e circulação das mercadorias. O campo é transformado no ideário como espaço secundarizado, embora considerado o espaço da produção, frente ao frenesi da vida urbana.

Rotta (1997, p. 465-466) explicita ainda sobre a “especialização espacial e produção de mercadoria”, e deixa claro como as cidades se ascendem em detrimento do campo. As cidades passam a ser consideradas espaço de circulação de mercadorias, e também de produção. A produção de outrora era atribuída ao campo, e nesse novo contexto histórico e social, ao campo se destina a produção agrícola, e quaisquer outra que

se vincule ao trato com a terra, ou as denominadas “atividades tradicionais”. Trata-se da divisão social e espacial do trabalho.

Ainda nessa perspectiva, Lefebvre (2008) aclara sobre essa aparente sobreposição/dicotomia intensificada a partir do século XX, refere-se ao movimento inerente ao modo de produção emergente.

Atualmente, a relação cidade-campo se transforma, aspecto importante de uma mutação geral. Nos países industriais, a velha exploração do campo circundante pela cidade, centro de acumulação do capital, cede lugar a formas mais sutis de dominação e de exploração, tornando-se a cidade um centro de decisão e aparentemente de associação. Seja o que for, a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o. [...] A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definham em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centros de decisão etc.) (LEFEBVRE, 2008, p. 74).

O referido autor levanta a hipótese da urbanização completa da sociedade e traz como argumento o fato de a produção agrícola ter perdido sua autonomia nos países industriais, bem como sua transformação em um setor da produção industrial. Para tanto, “*O tecido urbano* prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária”. Ainda de acordo com o mesmo, essas palavras, “*o tecido urbano*”, não designam de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo (LEFEBVRE, 1999, p. 15, grifos do autor). As relações urbanas penetram no campo e transformam o conteúdo das relações nele estabelecidas.

A realidade social que começa a se compor diante do intenso processo de urbanização tem um tecido urbano caracterizado por um “modo de viver” que ultrapassa os limites da cidade. Nas palavras do autor: [...] “trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos” (LEFEBVRE, 1991, p. 11).

Esse modo de vida designado por Lefebvre como sociedade urbana, que deve, portanto, ser entendida como fruto da urbanização, mas que ainda está em formação, ou seja, [...] “não se encontra acabada. Ela se faz. É uma tendência que já se manifesta, mas que está destinada a se desenvolver” (LEFEBVRE, 2008, p. 81). A sociedade que nasce da industrialização, a sociedade urbana contém em si um conteúdo próprio, o modo de vida urbano que não se limita ao espaço da cidade, mas que se espalha pelo território transformando o conteúdo das relações, adentra nos modos de vida e transforma o espaço das cidades e do campo.

Percebe-se, também, um espaço urbano aglutinador de diferentes setores produtivos, o que permite inferir que se trata de um espaço onde há uma movimentação/circulação latente de mercadorias, pessoas, dinheiro, técnica; onde a política se desdobra, os acordos se firmam, a industrialização se desenvolve, e a vida moderna se consolida.

Nessa conjuntura de desdobramentos processuais de uma nova perspectiva das relações humanas, e essas relações imbricadas há uma reestruturação produtiva, é que se apresenta uma nova organização social, a qual tem-se no campo e na cidade a precarização das condições laborais dos trabalhadores, durante a venda da sua força de trabalho. O trabalho ontológico torna-se trabalho assalariado, vinculado à dinâmica capitalista de apropriação daquilo que é imaterial, mas que garante a materialidade para a existência dos sujeitos.

As relações campo-cidade no século XXI: Mobilidade do trabalho e reestruturação produtiva do capital.

Conicionados aos preceitos do capitalista, a classe trabalhadora, do campo e da cidade, se vê obrigada a vender sua força de trabalho em troca do salário. O trabalho regular no contexto de reestruturação produtiva do capital começou a perder espaço para o trabalho em tempo parcial e subcontratado, conforme afirma Harvey (2013). Os postos de trabalho não oferecem estabilidade, pelo contrário, o mercado se tornou flexível e cresce gradualmente a demanda de trabalhadores também flexíveis que sejam capazes de ofertar sua mercadoria força de trabalho em espaços diferentes e de executar diversas funções.

Nesse ínterim os trabalhadores se adequam às mais diversas relações de trabalho em atividades cada vez mais precarizadas, e às diversas formas de precarização. Seja pela renda obtida, pela extensa carga horária exercida, a não garantia de direitos ou pelas condições de trabalho, conforme aponta Moreira (2018). Essas formas de precarização, portanto, se acentuam quando os sujeitos estão inseridos no processo da mobilidade.

Os dados obtidos em pesquisa realizada nas comunidades rurais (Marimbondo e Sussuarana) e na área urbana (bairros Alvorada e Cidade Nova) de Belo Campo revelam que a não existência de renda para os trabalhadores no município é fator determinante para que os mesmos se desloquem pelo território para vender sua força de trabalho. Constatou-

se que 40% dos trabalhadores entrevistados tinham renda familiar mensal de até ½ salário mínimo e para outros 40% essa renda compreendia entre 1 e 2 salários.

Além disso, há uma reprodução constante que atravessa gerações, ao longo dos anos, da condição de força de trabalho mobilizada e essa condição é essencial para que se amplie a acumulação capitalista e para a sua manutenção, pois reduz os custos da força de trabalho e a mantém controlada. Um trabalhador entrevistado relatou que começou a se deslocar para trabalhar em outros municípios quando tinha apenas 12 anos para ajudar o pai a criar os irmãos e hoje com 49 anos continua indo para manter a sua família.

Relatos de uma vida inteira marcada pela mobilidade são corriqueiros em comunidades rurais do município de Belo Campo, na Bahia, sendo eles deslocamentos temporários e marcados por uma diversidade nas atividades laborais. Muitos trabalhadores não conseguem mensurar quantas vezes ao longo de suas vidas precisaram sair para trabalhar em outros municípios.

Oliveira (2008) denomina essas estratégias de sobrevivência do camponês de trabalho acessório, sendo o termo empregado para os trabalhos periódicos desenvolvidos pelos indivíduos para suplementação da renda obtida na propriedade. Compreende-se esse processo à luz das ideias propostas por Thomaz Jr. (2006) como a plasticidade do trabalho que pode ser entendida:

como um processo em que a classe trabalhadora é obrigada a se adaptar às condições impostas pelo mercado (leia-se os capitalistas), não só com relação a ocupação de diferentes postos de trabalho, mas a condições e relações de trabalho que degradam suas vidas, coisificam a sua humanidade e elevam ao mais alto grau a exploração da sua força de trabalho (MOREIRA, 2018, p.135).

Esse processo apresenta-se como resultado das mudanças na forma de organização do trabalho frente à reestruturação produtiva e está intrinsecamente ligada à mobilidade que traz à tona as faces da precariedade nas condições de vida dos trabalhadores, bem como nas relações de trabalho que se estabelecem. Os sujeitos inseridos na mobilidade e plasticidade do trabalho têm como condicionantes a negação da reprodução da vida que os impele a se colocarem nesse movimento constante.

As relações de trabalho dentro e fora do município de Belo Campo, conforme aponta pesquisa, se mostram precarizadas, seja pelo baixo valor pago pelas atividades desempenhadas pelos trabalhadores da área urbana e as extensas jornadas de trabalho ou pelas condições de trabalho que esses sujeitos enfrentam quando se deslocam para outras

regiões e/ou municípios para vender sua força de trabalho. Nas comunidades rurais essa precarização se revela via expropriação e expulsão dos trabalhadores que ocorre pela falta de terra, água e insumos para produção. É importante lembrar que a realidade encontrada em Belo Campo está relacionada a um amplo processo de reestruturação do capital que espolia a classe trabalhadora incessantemente (MOREIRA; SANTOS, 2018).

A mobilidade é, portanto, resultado da expropriação de trabalhadores para assim transformá-los em mercadoria e essa expropriação é condição para a permanência do capitalismo, conforme propõe Alves (2007). Essa realidade é muito clara no campo. Refere-se aqui especificamente ao município de Belo Campo e às comunidades onde foram realizadas pesquisas, mas que não se difere da realidade do restante dos municípios brasileiros.

Nas comunidades rurais de Marimondo e Sussuarana as propriedades camponesas são pequenas, resultado de uma forte concentração fundiária inerente ao território brasileiro. Normalmente, os pais que possuem um pedaço de terra a divide com os seus filhos que constituíram família e ao dividir a terra se torna insuficiente para que a família toda trabalhe e dela retire o seu sustento, o que faz os camponeses serem impelidos a procurar trabalho em outros municípios.

Assim, da forma como o espaço do campo é produzido, pautado em investimentos prioritários para os grandes latifundiários e a existência de poucas e/ou ineficientes políticas públicas que beneficiem os camponeses, este não oferece perspectiva para os jovens, nem condições de reprodução das suas condições de vida. Logo, deslocar-se das suas comunidades é a única alternativa para se reproduzir enquanto ser, de garantir sua sobrevivência e as suas condições objetivas de existência. Além disso, é marcado pelo discurso da modernização que acentua a expulsão do povo camponês.

Ao retratarmos a realidade brasileira a partir de 1950, no que tange a industrialização, como elucida Souza (2010), pode-se compreender que, o que ocorreu foi um processo que alude a um condicionamento condicionante, imbricado ao desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista, na objetivação de produção e reprodução do capital (lucro). Para tanto,

A indústria se espalha em direção ao campo, a partir dos complexos agroindustriais, onde a produção já sai do campo manufaturada, com destino às grandes cidades e a exportação. O modelo de desenvolvimento implementado no campo ocorre com a difusão de equipamentos, adubos e defensivos químicos, utilizados sem o menor

controle, muitas vezes, inadequados à nossa realidade climática, ao tipo de solo, ocasionando a destruição de vários ecossistemas. Verifica-se a ascensão do paradigma do agronegócio (SOUZA, 2010, p.201).

Nota-se, portanto, que a apreensão da relação campo-cidade também é ideológica, e no modo de produção capitalista é funcional. Nessa perspectiva Oliveira (2004) denomina essa relação supracitada como “unidade dialética” perante o contraditório e desigual desenvolvimento no campo sob o viés da indústria. O campo e a cidade antes distintamente separados, em um dado momento configuram uma nova organização social pautada na divisão social e espacial do trabalho, tornam-se imbricados de tal forma que amplia e aprofunda a complexidade acerca de sua conceituação.

O que ocorreu no Brasil na segunda metade do século XX, com a expansão e consolidação das indústrias por meio de instrumentos estatais, como foi o caso da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a revolução verde com a mecanização do campo, é um claro exemplo de como o campo se insere na lógica do capital mundial, e, intrinsecamente, o lugar que ocupa na nova configuração das forças produtivas, perdendo nesse processo de sujeição suas características essenciais, no que tange ao seu modo de viver.

Para Oliveira (2004) a relação tríade entre capitalistas da indústria - proprietários de terra - capitalistas da agricultura, é um dos exemplos de contradição diante da relação campo-cidade, bem como da relação intrínseca nesse processo que é o da relação sociedade x natureza. A tríade supracitada quebra o limite imaginário que separa a cidade do campo e vice-versa, pois nessa relação também há latente o uso da força de trabalho assalariado de trabalhadores da cidade.

Trata-se do que o autor denomina “territorialização do capital monopolista” e “monopolização do território pelo capital” (p.42). No primeiro caso o capital tem todos os elementos para a sua plena reprodução, que permeia entre a expulsão dos camponeses, muitas vezes velada, e esses sujeitos deslocam-se para as cidades, ou retornam ao campo enquanto assalariados; no segundo caso, trata-se de uma reprodução bem mais velada de relação de dominação, isso porque o capital por meio de discursos hegemônicos cria, recria, define ou redefine as formatações de como, o quê, e para quê, o campo irá produzir, e nesse processo como se configurará o trabalho familiar. Não há, de fato, uma expropriação dos camponeses da terra, a permanência é garantida junto com a sua existência, porém, às

vezes sem a percepção de que perdem total, ou parcialmente, a autonomia do processo produtivo em sua própria terra.

Sob o mesmo viés interpretativo do autor supracitado, Sposito (2010) em análise da “unidade dialética” já aclarada anteriormente, porém a partir da cidade, também sinaliza que parte dos estudos realizados no desvendamento dos espaços urbanos tendem a diferenciá-los do espaço rural por meio dos atributos que os caracterizam, e que essa opção metodológica e ideológica contribui, de certa forma, no fortalecimento da ideia da existência de um “antagonismo” entre essas duas dimensões espaciais da reprodução social da vida.

No caso desse atributo, a oposição *cidade x campo* (para designar a cidade *versus* o campo) aparece como pano de fundo para a análise, ou seja, a cidade é o que o campo não é. As diferenças entre esses espaços é o que os distingue e os define (SPOSITO, 2010, p. 113, grifo da autora).

O uso considerável dos dados demográficos populacionais para se caracterizar espaços rurais e urbanos, numa perspectiva quantitativa, também se desdobra na compreensão do que vem a ser a urbanização. Essa por sua vez, reduzida à dinâmica populacional no espaço, e sendo utilizada enquanto elemento caracterizador da cidade e do campo, impossibilita avançar nas análises inerentes a articulação existente entre essas duas dimensões de reprodução socioespaciais (SPOSITO, 2010).

É importante salientar, que se compreende a urbanização como um processo que assume no modo de produção capitalista determinadas especificidades inerentes ao nível de desenvolvimento do sistema capitalista e que concomitante à urbanização a industrialização trouxe transformações não somente para as cidades, mas para a sociedade como um todo.

Singer (1973), afirma que pensar na urbanização em uma sociedade que se industrializa significa investigar qual o papel das classes sociais nesse contexto para não incorrer no erro de compreender a urbanização como um processo autônomo, o que pode levar a perda do seu sentido principal para o conjunto da sociedade. O processo de industrialização implica também numa ampla mudança de atividades e pessoas do campo para as cidades. No capitalismo esse processo ocorre em direção apenas a algumas regiões do país, o que ocasiona no esvaziamento das demais.

Essas transformações refletem na divisão técnica e social do trabalho entre cidade e campo, pois o processo de urbanização provocou mudanças significativas na organização do trabalho. Os grandes movimentos de trabalhadores do campo que foram destituídos de

seus meios de produção para as cidades se orientavam pela lógica capitalista que precisava de força de trabalho excedente na cidade para constituir o exército industrial de reserva. Essa mesma lógica se repetia entre diferentes regiões de um mesmo país, pois para o capital era interessante o deslocamento da força de trabalho disponível em direção às regiões onde as indústrias seriam instaladas.

Pequenos municípios, como o de Belo Campo, têm no seu histórico uma intensa relação campo-cidade claramente demonstrada pela mobilidade entre esses dois espaços e pela intensa precarização do trabalho. Os camponeses, desapropriados de seus meios de produção, diante do trabalho desvalorizado e da forte propagação da ideologia da cidade como o sinônimo de “desenvolvimento”, tenderam a largar sua terra e ir viver na área urbana, bem como em outros estados. Dados¹ apontam que, enquanto a população rural diminuía no município, aqueles que continuavam a residir no campo enfrentavam problemas relacionados ao acesso a serviços básicos de saúde, educação, transporte e energia elétrica, além das precárias condições de trabalho dos camponeses.

Sposito (2010) esclarece que analisar o campo e a cidade para além da concentração demográfica, é, um adensamento de bens e serviços, estruturas, valores e ideias, por isso, focar somente nos dados quantitativos restringe o entendimento da dimensão cidade-campo numa perspectiva sintética de explicação, a qual a definição de uma é inversamente a condição da outra.

Assim, ao considerar o campo e cidade como um par dotado em si de dialética, e não antagonismo, entende-se que nos meandros de suas configurações estão as relações que o diferencia e que também o complementa, concomitantemente. A diferenciação social dos espaços em discussão, apresenta-se tanto para o campo, como para a cidade, mas, porém, numa perspectiva de se compreender esses espaços da vida a partir da política, economia e cultura. Ou seja, na diferenciação social do campo e da cidade o que se tem é

[...] a compreensão de um em suas relações com o outro; o foco está, assim, na compreensão da dinâmica que os articula e do processo que os engendra, o que exige não apenas a apreensão de fatos, mas uma teoria, no âmbito da qual os conceitos de urbano e rural constituem-se em ferramentas fundamentais para se compreender cidade e campo (SPOSITO, 2010, p.115-116).

O urbano e o rural é a dimensão do cotidiano, das relações entre os sujeitos, entre esses e a natureza, num processo de construção e configuração socioespacial. Trata-se do

¹ Consultar Moreira (2018).

modo de vida desses sujeitos, o conteúdo por eles produzidos, porém, deve-se salientar, que também é passível de intervenções externas, sejam elas política, econômica e/ou cultural.

Conforme aponta Souza (2008), o intenso processo de reestruturação das forças produtivas tem no discurso do antagonismo entre a relação cidade-campo, a estratégia perfeita de difusão da vida urbana enquanto sinônimo do que é “moderno”, e o campo brasileiro enquanto o *locus* do “atraso”, um modo de vida ultrapassado. E ao analisar a realidade brasileira, a concepção supracitada é embasada em um contexto político e econômico que engendrou relações estruturantes, até então existente, como elucida a autora:

[...] Após a Segunda Guerra Mundial, o Governo brasileiro passa a criar todas as condições para a expansão capitalista investindo em uma política efetiva de industrialização, fato que se concretiza a partir da década de 1950. Tal política é então acompanhada de um acelerado processo de urbanização, por meio do qual verifica-se a ascensão do urbano enquanto modo de vida, o que representa a condição de “moderno”, em detrimento do campo, que passa a ser visto como “atrasado”, sinônimo de “subdesenvolvido” [...] (SOUZA, 2008, p.255).

E, mais uma vez, faz-se salutar compreender que o antagonismo difundido entre a relação cidade-campo e campo-cidade, se insere como uma combinação dentro do sistema das contradições inerente ao modo de produção capitalista. O campo, assim como as práticas agrícolas são alvos de depreciações, e o não investimento nos setores alimentícios também tem sua racionalidade dentro do sistema.

Conclusões

A cidade e o campo com os seus conteúdos são para os sujeitos, espaços de reprodução da vida imbricados em significados para além das materialidades que lhes dão forma. Por isso, a contribuição dos autores aqui mencionados na maturação da “unidade dialética” e espacial dessas duas dimensões, ratifica que, pautar a análise sob procedimentos metodológicos de perspectiva positivista não dá conta de entender as vicissitudes que permeiam a configuração do campo e da cidade, bem como as relações engendradas entre si, sejam elas conflituosas ou não.

A urbanização agregada à industrialização ocorreu de maneira distinta e teve rebatimentos diferentes em amplas dimensões do território brasileiro. Trouxe

transformações econômicas e sociais que mudaram o rearranjo espacial do país desde os pequenos municípios até as grandes metrópoles e demarcou o início de um novo período de acumulação do capital que modificou as relações campo-cidade. Sua expressão mais recente do início do século XXI requer uma leitura mais aguçada e que dê conta de explicar a atual fase de reestruturação do capital que se revela nas microescalas da reprodução da classe trabalhadora e no aguçamento da exploração da força de trabalho.

As transformações latentes no mundo do trabalho, no contexto atual, com base na flexibilidade é uma realidade que enfraquece as lutas dos trabalhadores e desarticula os movimentos. A atual conjuntura após a retomada do poder no Brasil de um governo neoliberal faz recuar as poucas ações existentes para os camponeses e as relações de trabalho pautadas na profunda precarização, tendem a se ampliar e refletir o emaranhado de amplas transformações do contexto atual de reestruturação produtiva do capital.

Referências

ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva:** ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Tradução de Ciro Mioranza. São Paulo/SP: Editora Escala, 1984.

HARVEY, D. **A Condição pós-moderna.** São Paulo: Editora Loyola, 2013.

LEFEBVRE, H. Cidade e Campo. In: **O Direito à Cidade.** Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Centauro, 2008.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: UFMG. 1999.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** 1 ed. Moraes. São Paulo: Editora Moraes. 1991.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, Técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21ª ed. Petrópolis-RJ, Editora Vozes, 2002. p. 9-29.

MOREIRA, S. O. **Mobilidade e plasticidade do trabalho:** a reprodução da vida dos trabalhadores no município de Belo Campo/BA. 2018, 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2018.

MOREIRA, S. O.; SANTOS, J. L. de J. Mobilidade e plasticidade do trabalho: reflexões teóricas. **Pegada** (UNESP Online), v. 19, p. 319-346, 2019.

OLIVEIRA, A. U. Geografia Agrária: Perspectiva no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O Campo no século XXI: território de vida e de concentração da justiça social.** São Paulo. Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004, p. 29-70.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista - O Ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, A. Migração e força de trabalho: notas para debate. In: **Revista Pegada,** Presidente Prudente, v. 7, n. 2, p. 07-25, 2006.

SEVERINO, J. A. **Metodologia do trabalho científico.** 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SINGER, P. **Economia política da urbanização.** 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SOUZA, S. T. Relação Campo-cidade: em busca de uma leitura dialética para a compreensão desses espaços na atualidade. In: FERLIM, D. M. L.; HENRIQUE, W. (org). **Cidades Médias e Pequenas: Teorias, Conceitos e Estudos de caso.** Salvador/BA. Publicações SEI, 2010, P. 195-207.

SOUZA, S. T. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro.** Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Departamento de Geografia. São Cristóvão, 2008.

SPOSITO, M. E. B. “A questão cidade-campo: perspectiva a partir da cidade”. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (org). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 111-130

ROTTA, J. H. Sobre a oposição entre o rural e o urbano em Marx e sua atualidade. In: **Anais do II Encontro Nacional de Economia Política.** PUC/SP, 27 a 30 de maio de 1997, p. 459-477. Tradução de Javier González-Pueyo.

THOMAZ JUNIOR, A. Os limites da teoria e a plasticidade do trabalho. Repensar auto-crítico sobre as classes trabalhadoras no Brasil. In: **Revista Pegada,** v 07, n. 1, p. 07- 40, 2006. Disponível em:< <http://br.monografias.com/trabalhos-pdf900/classe-trabalhadora-brasil/classe-trabalhadora-brasil.pdf>>, acesso em 11 de jun. 2017.

Sobre as autoras (Informações prestadas pelas autoras)

Silmara Oliveira Moreira

Mestra em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (2018), Especialista em Análise do Espaço Geográfico - UESB (2014). Graduada em Licenciatura Plena em Geografia - UESB (2011).

Eliane Pereira Almeida Vale

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGeo) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB; Especialista em Docência na Educação Superior pelo Centro Universitário Claretiano. Graduada em Licenciatura plena em Geografia pela UESB.

Como citar esse artigo

MOREIRA, S. O. VALE, E. P. A.; As transformações campo-cidade frente à mobilidade do trabalho: uma análise a partir da realidade de Belo Campo/BA. In: **Revista Geografia em Atos** (GeoAtos online) - 60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios - v. 08, n. 15, p. 79-95, dez/2019. DOI: 10.35416/geoatos.v8i15.7011

Recebido em: 2019-11-21

Devolvido para correções: 2019-12-17

Aceito em: 2019-12-25

**APONTAMENTOS SOBRE A MEMÓRIA DA CIDADE: A PRESENÇA
DOS ORIENTAIS NA AVENIDA MANOEL GOULART EM
PRESIDENTE PRUDENTE (SP)**

Mariana Aparecida Gazolla

orcid.org/0000-0001-6299-6729

Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente (FCT/UNESP)

E-mail: marianagazolla@hotmail.com

DOI: 10.35416/geoatos.v8i15.6987

Resumo

Este trabalho tem como objetivo fazer apontamentos iniciais acerca da presença de orientais como proprietários de lotes na Avenida Manoel Goulart, em Presidente Prudente (SP). Tais apontamentos são parte dos resultados de uma pesquisa maior, que trabalha com as mudanças no uso e ocupação do solo, ao longo do tempo, na mesma via de circulação, e que resultará em uma dissertação de mestrado. Não traremos um aprofundamento teórico e/ou analítico neste trabalho, mas sim alguns elementos e inquietações que esses dados nos provocaram, a fim de pensarmos em novos problemas de pesquisa.

Palavras-chave: Geografia Urbana Histórica; Memória da Cidade; Orientais; Avenida Manoel Goulart.

**NOTES ON CITY MEMORY: THE PRESENCE OF
ORIENTALS IN MANOEL GOULART AVENUE IN
PRESIDENTE PRUDENTE (SP)**

Abstract

This paper aims to make initial notes about the presence of Orientals as owners of lots on Avenida Manoel Goulart, in Presidente Prudente (SP). These notes are part of the results of a larger research, which works with changes in land use and occupation over time, along the same road, and which will result in a master's dissertation. We will not bring a theoretical and / or analytical deepening in this work, but some elements and concerns that these data provoked us, in order to think about new research problems.

Key-words: Historical Urban Geography; Memory of the City; Orientals; Manoel Goulart Avenue.

**NOTAS SOBRE LA MEMORIA DE LA CIUDAD: LA
PRESENCIA DE ORIENTALES EN LA AVENIDA MANOEL
GOULART EN EL PRESIDENTE PRUDENTE (SP)**

Resumen

Este documento tiene como objetivo tomar notas iniciales sobre la presencia de orientales como propietarios de lotes en la Avenida Manoel Goulart, en Presidente Prudente (SP). Estas notas son parte de los resultados de una investigación más amplia, que trabaja con cambios en el uso de la tierra y la ocupación a lo largo del tiempo, a lo largo del mismo camino, y que dará como resultado una disertación de maestría. No aportaremos una profundización teórica y / o analítica en este trabajo, sino algunos elementos y preocupaciones que estos datos nos provocaron, para pensar en nuevos problemas de investigación.

Palabras-clave: Geografia Urbana Histórica; Memoria de la ciudad; Orientales; Avenida Manoel Goulart.

Introdução

Os resultados apresentados e discutidos neste trabalho fazem parte de uma pesquisa maior, a nível de mestrado¹. Tal pesquisa articula tempo, espaço e memória, a partir da Geografia Urbana Histórica, como uma forma de tentar reconstruir fragmentos da Memória da Cidade de Presidente Prudente (SP). Para tal, temos como objeto de estudo uma das principais vias de circulação da cidade, a Avenida Manoel Goulart, e sua importância no contexto histórico de surgimento e expansão da cidade de Presidente Prudente.

O município de Presidente Prudente está localizado na região oeste do estado de São Paulo (figura 01) e, de acordo com o IBGE, em 2018, ocupava uma área de aproximadamente 560 km², sendo que cerca de 16 km² estavam em perímetro urbano. O censo de 2010 contou com uma população de 207.610 habitantes, sendo estimada para o ano de 2019, em 228.743 habitantes. Sua taxa de urbanização, em 2009, segundo o site da Prefeitura Municipal, era da ordem de 97, 91%.

Figura 01. Mapa de localização da cidade de Presidente Prudente



Fonte: elaborado por Cardoso e Gazolla (2017).

¹ O trabalho faz parte de requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia, dentro do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT-Unesp, e se encontra em fase final de elaboração. *Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, (60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios), n. 15, v. 8, p. 96-111, dez/2019. ISSN: 1984-1647*

Quando o núcleo inicial da cidade foi desenhado e implantado, o projeto da Avenida Manoel Goulart já se encontrava lá. Levando em conta nossa vivência na cidade de Presidente Prudente e a proximidade com a via, pela qual passamos todos os dias, surgiram algumas questões e inquietações, que serviram como base para a elaboração dos objetivos da nossa pesquisa e, sendo um deles, a significativa presença de orientais na Avenida. Aos organizarmos e sistematizarmos todos os dados coletados e produzidos para a realização dos objetivos de nossa pesquisa, nos deparamos com um que confirmava tal hipótese: a presença de orientais como proprietários de lotes na Avenida Manoel Goulart.

Tendo em vista que não aprofundaremos essa discussão na dissertação, resolvemos apresentar esses dados neste trabalho, assim como trazer alguns elementos para o início do debate sobre o tema. Deixamos claro que, não é nosso objetivo trazer um aprofundamento teórico/analítico sobre o tema, mas sim, apresentar inquietações que surgiram frente a esses dados, pensando na possibilidade de uma agenda de pesquisa.

Procedimentos Metodológicos

Para a realização da pesquisa de mestrado, no âmbito da temática da Geografia Urbana Histórica, que relaciona tempo e espaço, precisamos nos utilizar de diversas metodologias, a fim de alcançarmos nosso objetivo, que é a reconstrução de fragmentos da Memória da Cidade de Presidente Prudente, tendo como foco a Avenida Manoel Goulart. Para tal feito, os procedimentos utilizados para sua elaboração foram: construção de um quadro descritivo com os principais acontecimentos da cidade de Presidente Prudente, a partir da referência bibliográfica consultada para a pesquisa; trabalhos de campo na Avenida; pesquisa documental; pesquisa iconográfica; confecção de produtos cartográficos e croquis; e questionários realizados com comerciantes da Avenida.

Para os dados que apresentamos e discutimos neste trabalho, utilizamos a pesquisa documental. Um dos procedimentos adotados na pesquisa de mestrado, a fim de visualizarmos as mudanças no uso e ocupação do solo da Avenida Manoel Goulart em um passado recente, foi trabalhar com os dados do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Fomos informados pela Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Habitação de que, apesar de serem informações de domínio público, teríamos que entrar com um processo interno através do site da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente e esperarmos eles entrarem em contato conosco. Tal processo foi aberto no segundo

semestre do ano de 2017. Entretanto, não obtivemos resposta até o presente momento. No ano de 2018 conseguimos contatos² diretos dentro dessa Secretaria Municipal, o qual nos cedeu os arquivos do IPTU referentes aos anos de 2007 a 2018, ou seja, uma série temporal de 12 anos³.

Desses arquivos, identificamos e organizamos em planilhas eletrônicas⁴ somente os dados referentes à Avenida Manoel Goulart, de modo a organizar esses dados de uma forma mais apreensível. Após a organização desses dados, convertimos essas planilhas eletrônicas em arquivos *Portable Document Format*⁵ (PDF). Através de *softwares* que fazem a leitura de arquivos em formato PDF, selecionando a ferramenta “localizar”, fizemos uma busca nome a nome⁶ para verificarmos a duplicidade dos mesmos, a fim de identificarmos os proprietários que possuíam mais de um lote na Avenida.

Ao organizarmos e sistematizarmos esses dados do IPTU, tivemos uma hipótese, que foi levantada através de nossa experiência enquanto cidadãos da cidade de Presidente Prudente (SP), confirmada: a significativa presença de orientais como proprietários de lotes na Avenida Manoel Goulart.

Atribuímos uma classificação para todos os proprietários que possuíssem sobrenomes de origem oriental em nossa lista impressa. Esses novos dados foram compilados para uma planilha eletrônica, onde posteriormente foram trabalhados em produtos cartográficos⁷ apresentados neste trabalho. Lembrando que o trabalho de campo foi essencial para a obtenção do número dos lotes, para que todas as informações produzidas pudessem ser transformadas em produtos cartográficos.

² Manteremos o nome do nosso informante em sigilo, nos resguardando no artigo 5º, XIV, da Constituição Federal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XIV – e assegurando a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

Informação obtida através do site: jus.com.br – acessado em 24/09/2019.

³ Neste trabalho, optamos por trazer os dados referentes ao ano de 2018, mostrando assim, a atual configuração da Avenida, no que diz respeito aos proprietários de lotes.

⁴ A planilha utilizada foi a do *software* Excel, da Empresa Microsoft.

⁵ Formato Portátil de Documento. É um formato de arquivo criado pela empresa *Adobe Systems* para que qualquer documento seja visualizado, independente de qual tenha sido o programa que o originou. Informação obtida através do site: www.significados.com.br.

⁶ Foram agrupados também os proprietários que possuíam o mesmo sobrenome, exceto os que possuem sobrenomes mais comuns como Silva, Ferreira, Sousa, etc.

⁷ Os produtos cartográficos foram elaborados através da combinação de *softwares* de desenho e de edição gráfica.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, (60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios), n. 15, v. 8, p. 96-111, dez/2019. ISSN: 1984-1647

Tendo em vista que trabalhamos com uso e ocupação do solo na Avenida, nossa menor unidade de medida para análise é o lote. Devido a essa escala de análise, optamos por fazer “recortes” por toda a extensão da Avenida, de modo que nossos dados pudessem ser visualizados nos produtos cartográficos. Dessa forma, optamos por dividir a Avenida em quatro recortes. Entretanto, para a espacialização dos dados propostos neste trabalho, a presença de orientais na Avenida, apresentaremos somente dois recortes da via de circulação.

Resultados e Discussão

A cidade de Presidente Prudente, situada no oeste do estado de São Paulo, deve sua fundação principalmente à chegada da rodovia e ao complexo cafeeiro. Assim como em outras cidades pontas de trilho⁸, quando a ferrovia chegava, instalava-se um núcleo urbano a fim de atender as demandas dos novos moradores da zona rural, que vinham em busca de novas terras para o plantio de café.

Quando a ferrovia chega nas proximidades da região, mais especificamente na cidade de Indiana (SP), começou um movimento em direção ao que hoje compõe o município de Presidente Prudente, no sentido de desbravar tal área, e começar a loteá-la, a partir de pequenas propriedades, para o cultivo do café. Portanto, antes de mais nada, Presidente Prudente constituiu-se a partir da especulação de terras⁹.

A cidade produz-se a partir da especulação de terras dos coronéis Francisco de Paula Goulart e José Soares Marcondes, que fundaram duas vilas, a Vila Goulart (1917) e a Vila Marcondes (1919), respectivamente. A junção das duas vilas nos dá a cidade inicial. A Avenida Manoel Goulart nasce junto com a Vila Goulart, já em 1917, tendo em vista que na primeira planta¹⁰ (figura 02) seu traçado já consta¹¹.

O processo de urbanização da cidade de Presidente Prudente não se deu e nem se dá em consequência de um processo de industrialização, nem tampouco na mesma progressão do aumento populacional. Mas sim, responde a processos de intensificação das atividades econômicas urbanas (SPOSITO, 1983), como os setores de comércio e serviços

⁸ As cidades que eram fundadas em frente às estações onde a ferrovia acabava, eram chamadas cidades pontas de trilhos.

⁹ Para maiores informações ver Abreu (1972).

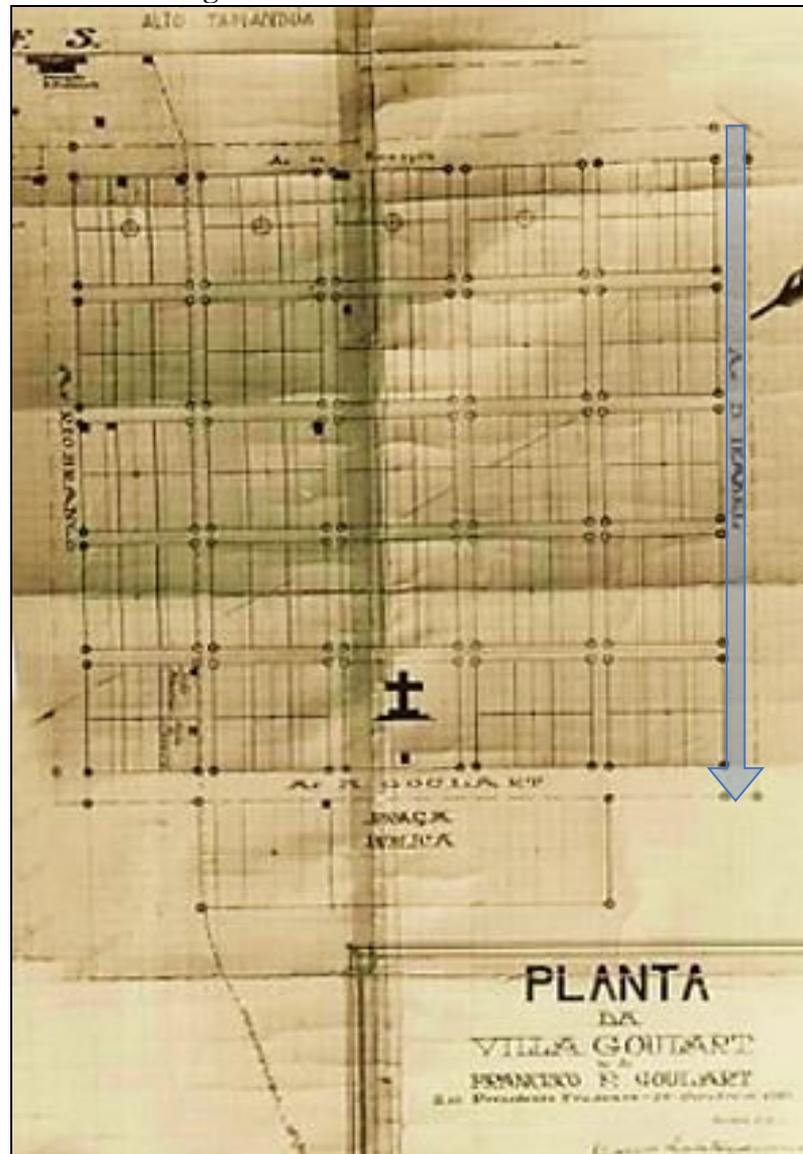
¹⁰ Nessa planta a Avenida levava o nome de Dona Izabel, em homenagem à Izabel Dias Goulart, esposa do Coronel Goulart.

¹¹ Sobre a planta original foi feita, pela autora, uma demarcação para o leitor melhor localizar a Avenida Manoel Goulart.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, (60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios), n. 15, v. 8, p. 96-111, dez/2019. ISSN: 1984-1647

e de mudanças no campo, com modernização da atividade agropecuária, mudança na estrutura fundiária e nos principais produtos da região.

Figura 02. Planta da Vila Goulart – 1919



Fonte: Abreu (1972).

O mundo vive um processo contraditório onde, quanto mais os lugares se mundializam através da globalização, tanto mais, eles tornam-se únicos, singulares e específicos. Para Santos (1996, p. 34), essa especialização desenfreada do espaço se deve:

[...] à dissociação sempre crescente dos processos e subprocessos necessários a uma maior acumulação do capital, à multiplicação das ações que fazem do espaço um campo de forças multidirecionais e multicomplexas, onde cada lugar é extremamente distinto do outro, mas também claramente ligado a todos os demais por um nexo único, dados pelas forças motrizes do modo de acumulação hegemonicamente universal.

As relações sociais, por mais simples que possam parecer, contêm partes das relações que se dão em uma escala maior, a global. Ou seja, a história da produção de uma ação desencadeia um processo bem mais amplo, se inserindo num fenômeno em um contexto cada vez mais complexo (SANTOS, 1996).

De acordo com Santos (1996), é só através dessas relações sociais, que nos dão as particularidades da análise, que não nos enganamos diante das coisas que possuem a mesma aparência:

Cada pessoa, cada objeto, cada relação é um produto histórico. Dessa maneira, conseguimos compreender como nossa disciplina estuda as relações, que se dão através dos objetos. Há uma interdependência entre os objetos e as relações. (SANTOS, 1996, p. 58).

De acordo com Abreu (2012), para a busca dessa singularidade dos lugares, o passado, esteja ele materializado na paisagem, preservado em instituições de memória ou vivo no cotidiano da cultura e dos lugares, é uma das suas dimensões mais importantes. Nesse sentido, a Memória da Cidade é um elemento fundamental nessa busca pelas singularidades.

Seemann (2002) argumenta que, embora a memória seja um processo interno de cada indivíduo, a sua projeção não se dá em um plano vazio, ela precisa de um espaço para ser ativada e estimulada.

Nesse sentido, entendemos que a Memória da Cidade nada mais é do que a memória de um lugar. Para Santos (1994, p. 36), o lugar é a extensão do acontecer solidário, visto que é compartilhado por um conjunto de sujeitos e agentes que coexistem no tempo e no espaço.

Essa busca por uma Memória da Cidade pode se dar ao analisarmos uma rua, por exemplo. Segundo Cordova, Iubel e Stoiev (2014, p. 17), cada rua tem vida própria através das práticas e representações sociais cotidianas. De acordo com os autores, as “ruas são e não são todas iguais. [...] cada rua tem seus próprios fios de lembrança e esquecimentos, que se ligam ao emaranhado das memórias que compõem as cidades”. Portanto, estudar a Avenida Manoel Goulart é uma forma de entender, por outros meios, a história da cidade de Presidente Prudente.

A Avenida Manoel Goulart (figura 03) foi uma das primeiras vias implantadas na cidade e é uma das principais vias de circulação e de acesso ao centro urbano de Presidente Prudente (SP). Nascendo na confluência com a Avenida Brasil, ela estende-se, por seus 5,2

km de extensão¹², até chegar à Rodovia Raposo Tavares, passando por áreas/equipamentos de grande centralidade na cidade, como o quadrilátero central, o Parque do Povo, a Unesp¹³ e o Prudenshopping.

Dessa forma, desenvolvemos uma pesquisa a nível de mestrado onde tentamos recuperar fragmentos de uma memória espacial da Avenida Manoel Goulart, em Presidente Prudente, a fim de trazeremos uma contribuição à Memória da Cidade. Desenvolvemos tal objetivo por meio da análise das mudanças no uso e ocupação do solo nessa via de circulação, através de dados, plantas, mapas, fotografias aéreas, fotografias, recortes de jornais, entre outros documentos. Um dos dados trabalhados foi o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).

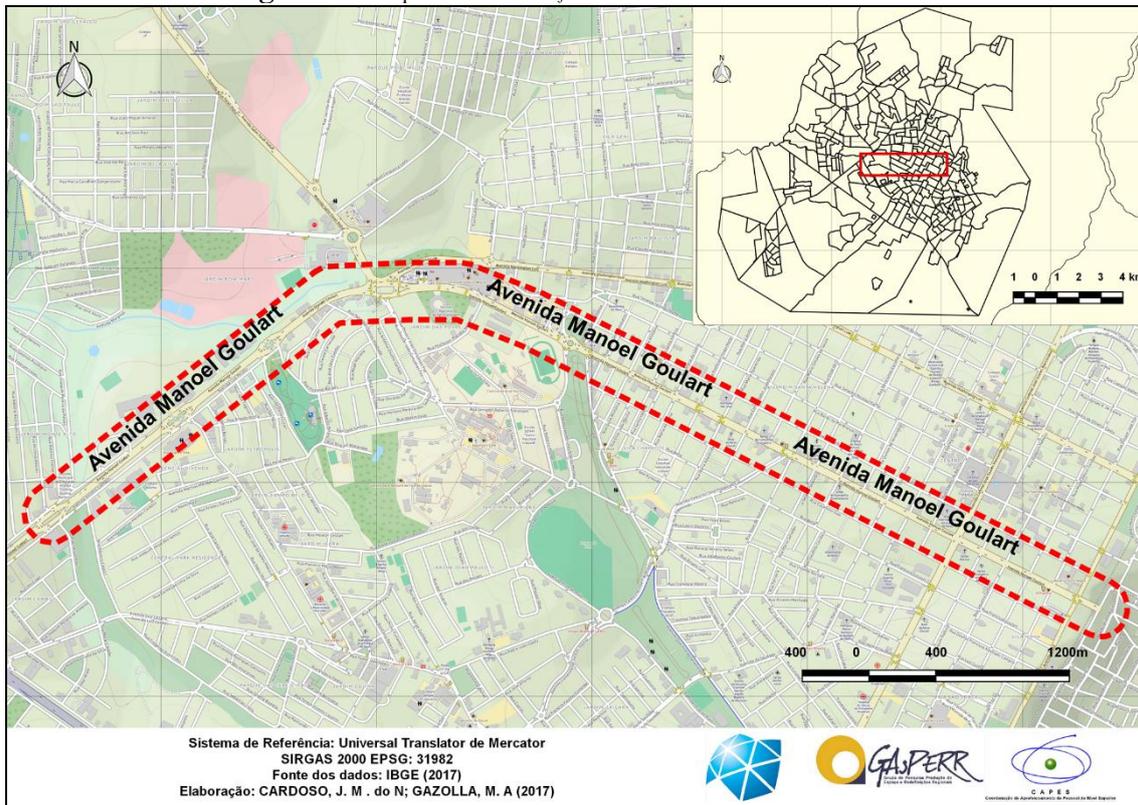
Trabalhando com os dados do IPTU da cidade, surgiu uma outra informação que nos chamou a atenção a partir da análise da sistematização dos quadros, que é a forte presença de sobrenomes orientais na Avenida, sobretudo de origem japonesa. Resolvemos, então, espacializar esses dados em produtos cartográficos a fim de melhor visualizá-los (figuras 04 e 05).

As figuras 04 e 05 são produtos cartográficos que mostram em destaque os lotes onde os proprietários possuem sobrenomes orientais. Podemos ver a grande relevância dos dados onde, principalmente na parte mais antiga da Avenida (figura 04), eles são donos de mais de um lote em quase todas as quadras, diminuindo sua abrangência conforme chegamos perto do Prudenshopping (figura 05).

¹² Dado obtido através do aplicativo Google Maps.

¹³ Passa pela parte norte do campus, que compreende a pista de atletismo.

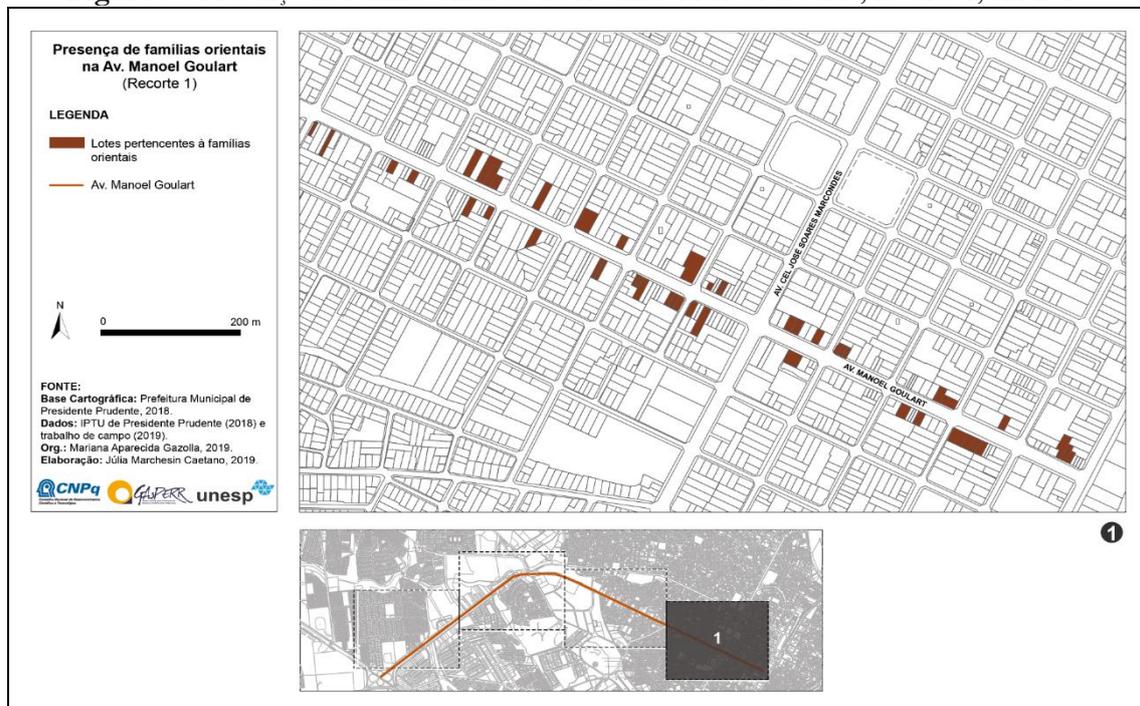
Figura 03. Mapa de localização da Avenida Manoel Goulart



Sistema de Referência: Universal Transator de Mercator
SIRGAS 2000 EPSG: 31982
Fonte dos dados: IBGE (2017)
Elaboração: CARDOSO, J. M. do N; GAZOLLA, M. A (2017)

Fonte: elaborado por Cardoso e Gazolla (2017).

Figura 04. Presença de famílias orientais na Avenida Manoel Goulart, recorte 1, em 2018



Presença de famílias orientais
na Av. Manoel Goulart
(Recorte 1)

LEGENDA

- Lotes pertencentes à famílias orientais
- Av. Manoel Goulart



0 200 m

FONTE:
Base Cartográfica: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2018.
Dados: IPTU de Presidente Prudente (2018) e trabalho de campo (2019).
Org.: Mariana Aparecida Gazolla, 2019.
Elaboração: Júlia Marchesini Caetano, 2019.



Fonte: organizado por Gazolla (2019) e elaborado por Caetano (2019).

Figura 05. Presença de famílias orientais na Avenida Manoel Goulart, recorte 2, em 2018.



Fonte: organizado por Gazolla (2019) e elaborado por Caetano (2019).

A imigração japonesa para o Brasil, de acordo com Sousa (2019), ocorreu a partir do ano de 1908, quando o navio Kasato Maru saiu do porto de Kobe, no Japão, com destino ao porto de Santos, no nosso país. Desembarcaram cerca de 800 pessoas que, em sua maioria, foram encaminhadas às fazendas de café para trabalhar, nas regiões Mogiana, Oeste Paulista e Vale do Ribeira.

De acordo com Suzuki (1973), essa migração, direcionada para o trabalho nipônico no Brasil, tinha como finalidade o desejo por uma independência financeira, tendo em vista que eles se mudavam para novas regiões promissoras, onde haviam uma oferta de lotes mais produtivos a um menor custo. Esse deslocamento se deu, principalmente, para a região oeste do estado de São Paulo, após a chegada da estrada de ferro nesse local.

A 'boca do sertão' ou o 'novo oeste' era uma região despovoada até o início do século. Existia somente o núcleo de Bauru, município que data do século passado. Lins, Birigüi, Araçatuba, Cafelândia são municípios criados após a chegada da estrada de ferro Noroeste do Brasil, e após a ida de famílias japonesas. Atrai fazendeiros pelos baixos preços das terras que são retalhadas em lotes para a exploração do café. [...] A região da Alta Sorocabana como outro pólo de fixação que vai num crescendo até meados da década de 1940, em função da presença dos trilhos da estrada de ferro Sorocabana. Inclui municípios como Assis, Presidente Prudente,

Rancharia, Presidente Epitácio, criados praticamente com o avanço da ferrovia. Essa região é formada por núcleos de arrendatários que basicamente se dedicam ao cultivo do algodão, após o período nas fazendas de café, muitas vezes na própria região. A Alta Paulista se caracteriza pela presença maciça de famílias japonesas a partir do final da década de 1930. Da mesma forma que a região Noroeste, a Alta Paulista atrai pequenos proprietários que compram lotes às margens da ferrovia para o plantio do algodão. A Alta Paulista e a Noroeste são regiões onde a fixação nas condições descritas foram mais significativas (SAKURAI, 1995, p. 39).

De acordo com Sousa (2019), os dados do IBGE, do ano de 1951, revelam que os municípios com a maior concentração de famílias japonesas estão na “boca do sertão”, ou nas palavras do autor, “na frente agrícola denominada marcha pioneira” (SOUSA, 2019, p. 76).

Monbeig (1984) diz que, em menos de duas décadas, os imigrantes japoneses saíram da condição de colonos, nas lavouras de café, em 1920/1930, para proprietários e produtores em pequenos lotes rurais. Essa “ascensão” econômica e social, geralmente, acontecia após um período de 4 a 6 anos.

Em suma,

[...] a participação do japonês na produção agrícola tem centralidade na produção de café, algodão, amendoim e hortelã. Paulatinamente, a partir de 1950, a produção agrícola na escala local/regional perde espaço para novas formas de acumulação do capital para as atividades ligadas a criação de gado com a pecuária de corte/leite, para a especulação de terras urbana/rural e para a indústria de transformação. De fato, a queda no setor agrícola se deu pelos baixos preços dos produtos agrícolas internacionais da monocultura. No entanto, os nipo-brasileiros continuaram produziram e ganhando dinheiro, pois tinha como foco de cultura agrícola os hortifrutigranjeiros (produtos de feiras livres), a soja (shoyu) e a granja avícola (carne de frango e ovo) (SOUSA, 2019, p. 78).

A significativa presença dos imigrantes japoneses em cidade do oeste do estado de São Paulo se deu, sobretudo, porque as cidades pontas de trilho se tornaram espaços de concentração de população, da produção e dos serviços. Por conta de sua “ascensão” econômica e social, eles procuraram trabalho autônomo e não o assalariado, procurando assim consolidar sua independência financeira (SOUSA, 2019).

O núcleo urbano prudentino, em meados de 1950, fixou os japoneses que buscavam o trabalho autônomo no comércio ou no serviço, sendo que o município era pólo regional, concentrava população híbrida e produção industrial (beneficiamento) e serviços gerais (manutenção e conserto). Desses autônomos nipo-brasileiros alguns se estabeleceram como micro-empresários constituindo aqui oficinas, lojas, bares,

armazéns e pensões. Entre os pequenos empreendimentos *nikkeis*¹⁴ haviam empresas bancárias (inter) nacionais japonesas (SOUSA, 2019 p. 87).

A concentração de atividades comerciais e de serviços na Avenida se deu de tal forma, que podemos classificá-la como um eixo de desdobramento do centro principal da cidade (WHITACKER, 1997; FERREIRA, 2018). Atualmente, na Avenida, podemos verificar a presença de estabelecimento comerciais e de serviços que atuam tanto no âmbito local e regional, quanto no nacional, tendo até redes mundiais, como o Hotel Ibis e Mc Donalds.

Um notável imigrante japonês, o senhor Hiroshi Yoshio, representa bem esse processo que desenhamos até agora.

O Homem. Seja ele italiano ou japonês ou oriundo de qualquer continente, ele evoca a sua terra. Não foi diferente com Hiroshi. No silêncio de sua alma, lembrar lhe faz bem. Evocação de Tóquio, sua cidade natal, do Imperador, dos Samurais, dos templos budistas. Da Tóquio de sua infância, dos familiares reunidos em múltiplos festejos; dos meninos, seus colegas, após os brinquedos, no meio da rua, todos se despedindo: ‘Sayonara’. Evocação da viagem de navio, no ‘Sanuki Maru’; no desembarque, no porto de Santos; nas terras cobertas de florestas, nas lavouras de algodão; e dos pais e irmãos, no duro trabalho do agricultor. Evocação da primeira propriedade, do primeiro armazém de secos e molhados. [...] (RESENDE, 2012 p.113).

O senhor Hiroshi Yoshio, após desenvolver atividades nos ramos da agricultura, pecuária e comércio, todas empreitadas bem-sucedidas, se aventurou no ramo do empresariado, assumindo a direção de uma empresa que tinha sua sede na Avenida Manoel Goulart.

[...]. Em 1964, assume a direção da empresa VIMASA – Viaturas e Máquinas Ltda., em sociedade com seus irmãos, Takeshi, Arthur e Kiyoshi, com sede na Avenida Brasil, 662, concessionária dos veículos DKW VEMAG, mais tarde, com sede na Avenida Manoel Goulart, nº 662; esquina com a Ribeiro de Barros, nº 1976, em prédios próprios, modernos e confortáveis; posteriormente adquirida pela Volkswagen do Brasil, cuja representação a VIMASA permaneceu até 1969; continuando, contudo, com representação de produtos e equipamentos agrícolas e assistência técnica, inclusive, concessão de vendas dos tratores Valmet. [...] (RESENDE, 2012, p. 115).

Mas não é só empresas, de propriedade de orientais, que se localizavam na Avenida Manoel Goulart. Havia residências também. Sousa (2019, p. 135), cita um trecho de uma entrevista, realizada no dia 28 de agosto de 2017, com a senhora Márcia Hideko

¹⁴ Segunda geração de imigrantes japoneses.

Sakuma Ohashi, dentista, *sansei*¹⁵, moradora de Presidente Prudente nos dias atuais. Neste trecho, a entrevistada relata a dificuldade de mobilidade dentro da cidade de São Paulo, onde foi estudar na década de 1990, e como era essa mobilidade na cidade de Presidente Prudente, em período anterior. O trecho da entrevista que nos chama a atenção, é quando a senhora Márcia cita que a casa de sua família se localizava na Avenida Manoel Goulart, e por ali permaneceram um bom tempo.

Talvez mais porque tinha um lugar para ficar (a casa da minha avó), não sei. Mas, não era fácil não, a gente aqui está acostumado que o pai vai levar na escola de carro. E lá em SP teria que pegar um ônibus e um metro, me virar sozinha, acordar cedo, entre outras coisas. As aulas eram muito intensas, o colégio era muito puxado. Várias atividades, aulas à tarde, laboratório. O fato assim, de você tinha que se locomover e pegar um ônibus, pegar um metro, coisas que eu nunca tinha feito aqui em Prudente. Aqui eu morava na Manoel Goulart, mas meu pai levava de carro dificilmente a gente ia a pé ou de ônibus. Qualquer coisa que precisava ele levava e buscava, tinha comodidade. Morávamos bem no centro, quatro quadras da Cel. Marcondes, ali em frente ao supermercado que era a referência, mas o mercado fechou, onde tem um Frango Bom era ali na esquina. Sempre moramos ali. Pelo menos nesse período aí. Mas, agora eles não moram mais para lá estão em um apartamento.

Sabemos que a colônia japonesa teve grande importância na cidade de Presidente Prudente. Importância essa demonstrada até em desfiles cívicos na cidade, como o desfile do cinquentenário, realizado na Avenida Manoel Goulart, no ano de 1967. Ao observarmos as figuras 06 e 07, podemos notar que esta parte do desfile faz menção à colônia japonesa na cidade, onde muitos foram pioneiros, como a família Kodama em cima de uma réplica do navio Kasato Maru.

¹⁵ Terceira geração de imigrantes japoneses.

Figura 06: Fotografia do desfile do cinquentenário da cidade, na Avenida Manoel Goulart, mostrando membros da colônia japonesa, em 1967.



Fonte: Museu e Arquivo Histórico de Presidente Prudente.

Figura 07: Fotografia do desfile do cinquentenário da cidade, na Avenida Manoel Goulart, com a família Kodama, em 1967.



Fonte: Museu e Arquivo Histórico de Presidente Prudente.

Segundo Correia (2007), Rioichi Kodama, pioneiro da colonização japonesa em Presidente Prudente, chegou na cidade em 1926. Aqui constitui família, deixando filhos e netos. O senhor Kodama foi um dos primeiros motoristas profissionais habilitados no país, adquirindo um Ford de bigode 1927, em São Paulo, que utilizava para a realização de fretes, para o sustento da família.

Sabendo da importância que a colônia japonesa tem para a cidade de Presidente Prudente, assim como para as demais cidades do oeste do estado de São Paulo, e tendo os dados sobre os proprietários de lotes na Avenida Manoel Goulart, referentes ao ano de 2018, ficam algumas inquietações e possíveis problemas de futuras pesquisas: esses lotes pertenceram sempre ao mesmo proprietário ou família, ao longo do tempo? Como e quando esses proprietários adquiriram os lotes? A aquisição desses lotes possuía alguma relação com o preço ou pela proximidade com os seus familiares? Os donos desses lotes residem e/ou utilizam esses imóveis ou são alugados?

Em suma, o que propomos aqui não é um trabalho pronto e nem respostas a essas perguntas, mas sim, a apresentação de dados e inquietações que surgiram através dos mesmos, para que futuras pesquisas possam ser realizadas.

Considerações Finais

A Avenida Manoel Goulart, em Presidente Prudente, é uma das mais antigas e importantes vias de circulação da cidade. Ao estudar as mudanças do uso e ocupação do

solo na mesma ao longo do tempo, nos deparamos com dados que nos provocaram inquietações: a significativa presença de orientais como proprietários de lotes na Avenida.

Através desses dados, podemos fazer algumas perguntas que podem servir como base para uma futura agenda de pesquisa, a fim de trazer novos elementos para a história e a memória da cidade de Presidente Prudente: esses lotes pertenceram sempre ao mesmo proprietário ou família, ao longo do tempo? Como e quando esses proprietários adquiriram os lotes? Tinha alguma relação com o preço dos lotes ou pela proximidade com os seus familiares? Os donos desses lotes residem e/ou utilizam esses imóveis ou são alugados?

Sabendo da expressiva importância que a colônia japonesa possui na cidade, assim como nas demais cidades do oeste do estado de São Paulo, e como decidimos não nos aprofundarmos nos dados apresentados, achamos relevante apresentá-los aqui, assim como nossas indagações e inquietações, a fim de trazer elementos para o debate.

Referências Bibliográficas

ABREU, D. S. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista**: Presidente Prudente. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1972.

ABREU, M. A. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.de; SPOSITO, M. E. B. (org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2012. p.19-39.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo demográfico (2010), Projeção oficial da população (2019) e área da unidade territorial (2018). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: dez. 2019.

CORDOVA, D. Z.; IUBEL, A. F.; STOIEV, F. **As muitas vistas de uma rua**: histórias e políticas de uma paisagem – Curitiba e Ria Riachuelo. Curitiba: Máquina de Escrever, 2014.

CORREIA, A. Kodama, o exemplo de um pioneiro. In: D'INCAO, M. A. (org.). **Presidente Prudente**: Capital Regional. São Paulo: Letras à margem, 2007. p.69-74.

FERREIRA, H. M. **O centro preexistente e o centro principal nas cidades policêntricas**: transformações e permanências em Marília, Presidente Prudente e São Carlos – SP. 2018. 448 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

RESENDE, B. **Raízes Prudentinas 3**. Presidente Prudente: Editora do autor, 2012.

SAKURAI, C. Primeiros pólos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: **Revista USP**, n. 27, set/out/nov, p. 32-45, 1995.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEEMANN, J. O espaço da memória e a memória do espaço: algumas reflexões sobre a visão espacial nas pesquisas sociais e históricas. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 4/5, p. 43-53, 2002/2003.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em Presidente Prudente**: a lógica da expansão territorial urbana. 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1983.

SOUSA, A. A. de. **Território e mobilidade social**: o Nikkei como profissional liberal no município de Presidente Prudente/SP. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019.

SUZUKI, T. Mobilidade geográfica de imigrantes japoneses. In: **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.

WHITACKER, A. M. **A produção do espaço urbano em Presidente Prudente**: uma discussão sobre a centralidade urbana. 1997. 318 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 1997.

Sobre a autora (Informações coletadas do Lattes em 2019-12-23)

Mariana Aparecida Gazolla

Licenciada e bacharela em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Presidente Prudente. Atualmente é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da mesma unidade, pesquisando nas áreas de Geografia Urbana Histórica, Memória da Cidade e Produção do Espaço Urbano. Membro de Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR).

Como citar esse artigo

GAZOLLA, M. A. Apontamentos sobre a memória da cidade: a presença dos orientais na Avenida Manoel Goulart em Presidente Prudente (SP). In: **Revista Geografia em Atos** (GeoAtos online) - 60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios - v. 08, n. 15, p. 96-111, dez/2019. DOI: 10.35416/geoatos.v8i15.6987

Recebido em: 2019-11-20

Devolvido para correções: 2019-11-27

Aceito em: 2019-12-15

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, (60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios), n. 15, v. 8, p. 96-111, dez/2019. ISSN: 1984-1647

**O PAPEL DO PODER PÚBLICO NO PROCESSO DE INTERAÇÃO NA
FORMAÇÃO DE AMBIENTES INOVADORES: O CENTRO
INCUBADOR DE EMPRESAS (CIE) E O PARQUE TECNOLÓGICO DE
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SÃO PAULO)**

Gabriel Mendes Araújo

orcid.org/0000-0003-4350-4615
Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP
E-mail: mendesaraujo83@gmail.com

Maria Terezinha Serafim Gomes

orcid.org/0000-0002-8897-9844
Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP
Email: terezinha.serafim@unesp.br

DOI: 10.35416/geoatos.v8i15.7008

Resumo

No Brasil os parques tecnológicos e incubadoras de empresas de base tecnológicas ganharam dimensão com a Lei de Inovação, em 2004 e o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos (PNI), criado em 2009. Em São José do Rio Preto há a formação de um ambiente de inovação a partir da criação do Centro Incubador de Empresa (CIE) de base tecnológica e também do Parque Tecnológico. O objetivo deste artigo é analisar a interação entre a incubadora de empresas de base tecnológica e a formação do Parque tecnológico de São José do Rio Preto, destacando a atuação do poder público. A elaboração deste trabalho baseou-se em revisão bibliográfica sobre o tema, coleta de dados e informações em órgãos públicos (IBGE, Fundação Seade) e pesquisa de campo realizada junto às sete empresas do Centro Incubador de Empresas, a APETI (Associação dos Profissionais e Empresas de Tecnologia da Informação), e as instituições de ensino superior e de pesquisa vinculadas ao Partec (UNESP-IBILCE, FATEC), bem como visita ao Parque Tecnológico e a Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto. A pesquisa revelou que há forte participação e articulação do poder público municipal no Centro de Incubadora de empresas e na formação do parque tecnológico de São José do Rio Preto.

Palavras-chave: Inovação; Poder Público; Parques Tecnológicos; Incubadora de empresas.

**THE ROLE OF PUBLIC POWER IN THE PROCESS OF
INTERACTION IN FORMATION OF INNOVATIVE
ENVIRONMENTS: THE BUSINESS INCUBATOR CENTER
(CIE) AND THE TECHNOLOGICAL PARK OF SAO JOSÉ
RIO PRETO (SÃO PAULO)**

Abstract

In Brazil, technology parks and incubators of technology-based companies have gained dimension with the Innovation Law in 2004 and the National Program for Support to Business Incubators and Technology Parks (PNI), created in 2009. In São

Jose do Rio Preto there are the formation of an innovation environment through the creation of the technology-based Enterprise Incubator Center (CIE) and also the Technology Park. The aim of this paper is to analyze the interaction between the incubator of technology-based companies and the formation of the São José do Rio Preto Technology Park, highlighting the performance of the public power. The preparation of this work was based on a literature review on the subject, data collection and information in public agencies (IBGE, Seade Foundation) and field research conducted with the six companies of the Business Incubator Center, the APETI (Association of Professionals and Information Technology Companies), and Partec higher education and research institutions (UNESP-IBILCE, FATEC), as well as a visit to the Technological Park and the São José do Rio Preto City Hall. The research revealed that there is a strong participation and articulation of the municipal government in the Business Incubator Center and in the formation of the São José do Rio Preto technology park.

Key words: Innovation; Public Power; Technology Parks; Business Incubator.

EL PAPEL DEL PODER PÚBLICO EN EL PROCESO DE INTERACCIÓN EN LA FORMACIÓN DE ENTORNOS INNOVADORES: EL CENTRO DE INCUBADOR CORPORATIVO (CIE) Y EL PARQUE TECNOLÓGICO DE SAO JOSÉ RIO PRETO (SÃO PAULO)

Resumen

En Brasil, los parques tecnológicos y las incubadoras de empresas de base tecnológica han ganado dimensión con la Ley de Innovación en 2004 y el Programa Nacional de Apoyo a Incubadoras de Empresas y Parques Tecnológicos (PNI), creado en 2009. En São José do Rio Preto hay la formación de un entorno de innovación a través de la creación del Centro de Incubadora de Empresas (CIE) de base tecnológica y también del Parque Tecnológico. El objetivo de este trabajo es analizar la interacción entre la incubadora de empresas de base tecnológica y la formación del Parque Tecnológico São José do Rio Preto, destacando el desempeño del poder público. La preparación de este trabajo se basó en una revisión de la literatura sobre el tema, la recopilación de datos y la información en agencias públicas (IBGE, Seade Foundation) y la investigación de campo realizada con las seis empresas del Centro de Incubadoras de Empresas, la APETI (Asociación de Profesionales y Empresas de Tecnología de la Información), y parte de instituciones de educación superior e investigación (UNESP-IBILCE, FATEC), así como una visita al Parque Tecnológico y al Ayuntamiento de São José do Rio Preto. La investigación reveló que existe una fuerte participación y articulación del gobierno municipal en el Centro de Incubadora de Empresas y en la formación del parque tecnológico São José do Rio Preto.

Palabras-clave: Innovación; Poder público; Parques Tecnológicos; Incubadora de empresas.

Introdução

A partir da metade do século XX, alguns autores entre eles, Bell (1979), Ascher (2004) afirmaram estar ocorrendo a passagem da sociedade industrial para sociedade da informação e do conhecimento.

Deste modo, segundo Ascher (2004), esse movimento de passagem do capitalismo industrial ao capitalismo cognitivo¹ sem apontar para o desaparecimento da indústria, mas, demonstrando que, assim como a agricultura passou a depender do modelo industrial no capitalismo industrial, agora a produção industrial depende cada vez mais das lógicas e dos poderes da economia cognitiva. Assim, vale dizer que, os resultados de uma empresa industrial dependem muito mais do conhecimento dos mercados, da utilização dos conhecimentos técnicos e científicos e do desenvolvimento de inovações.

Neste sentido, a inovação torna-se fundamental para busca de competitividade. Sendo assim, a inovação pode estar relacionada à criação de produtos, à implementação de processos, até mesmo ligada à marketing. Neste sentido, de acordo Melo (2014), “[...] a inovação pressupõe o surgimento do novo e pode revelar no momento de sua manifestação até então inédito”(MELO, 2014, p. 31).

Já Glauco Arbix (2007) define inovação como “todos os processos capazes de transformar uma ideia em um produto ou processo com diferencial de mercado, seja na indústria, seja nos serviços, no comércio ou na agricultura” (ARBIX, 2007, p.29). Compreende-se, portanto, que a inovação está pautada na comercialização e produção do conhecimento a partir de potencialidades julgadas pertinentes ao ponto de vista criativo e inovador.

Assim, quando se fala em inovação, em primeiro lugar se pensa e se constrói a ideia de algo novo, segundo Lencioni (2015), a ideia de novo pode ser relacionada a qualquer atividade, a qualquer bem e, mesmo, um serviço tecnologicamente novo, ou pelo menos bastante aprimorado.

Neste sentido, o novo significa, segundo a autora:

[...] o que aparece como novo pode ser novo para o mercado, mas pode ser novo para uma dada empresa, quando ela adota algo que já existe no mercado, sendo novo apenas para ela. Em todos esses casos trata se de inovação. Em outros termos, a inovação pode se relacionar a algo inteiramente novo ou algo novo apenas para uma empresa. Em síntese, a inovação pode se dar em relação a um produto ou a um processo (LENCIONI, 2015, p. 23).

Desde modo, a inovação envolve a criação de novos projetos, conceitos, formas de fazer as coisas, sua exploração comercial ou aplicação social e a consequente difusão para o restante da economia ou sociedade. Assim, como explicita Audy (2017), a inovação

¹ Segundo Ascher (2004), o capitalismo cognitivo é a lógica de que na atual conjuntura do sistema capitalista, toda a prática no modo de produção se passa no âmbito do conhecimento científico.
Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, (60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios), n. 15, v. 8, p. 112-135, dez/ 2019. ISSN: 1984-1647.

sempre deve ser analisada em um determinado contexto, pois o que pode ser considerado inovação em um contexto pode não ser em outro.

De acordo com Antonnelli (2000 apud Ferrão, 2002), a produção de novos conhecimentos resulta de uma interação complexa, que envolve uma multiplicidade maior ou menor de agentes (universidades, instituições de investigação, empresas e outros tipos de organizações) e é condicionada por diversos fatores:

- O tipo de informação tecnológica disponível no meio envolvente ou no mercado, que pode revelar disparidades substanciais tanto por domínios como por regiões;
- A qualidade dos canais de comunicação entre os diferentes agentes, que define oportunidades de aprendizagem diversificadas para cada um deles;
- As competências e as capacidades de cada um dos agentes, que condicionam o modo como estes organizam o conhecimento a que acedem ou que produzem em função dos objetivos que prosseguem. (ANTONNELLI, 2000, apud FERRÃO, 2002, p.19).

Assim, busca-se, através da aproximação entre empresas de base tecnológicas, universidades e instituições públicas, a criação de uma estrutura capaz de gerar uma sinergia que impulse a formação de redes de cooperação para a inovação.

Dentro desta concepção sistêmica de inovação, os processos de criação de novos conhecimentos por parte das organizações são indissociáveis aos “meios” em que estes se inserem, tanto do ponto de vista físico como funcional.

O termo “meio” surge da concepção de um local, no qual as ideias inovadoras são produzidas, repensadas e colocadas em prática, portanto são locais propícios à produção de inovação.

O conceito de *meio inovador* foi formulado pelo economista francês Philippe Aydalot no início dos anos 1980. O autor considera o meio (caracterizado como o local de origem dos projetos inovadores) como um elemento propulsor no surgimento de inovações nas empresas, evidenciando as condições externas à empresa responsáveis pela adoção de inovações, e também pelo surgimento de empresas (AYDALOT, 1986 apud MELO, 2014, p.43).

Desde modo, cabe destacar como exemplo de “meio inovador” e local de geração de inovação, os parques tecnológicos, que se constituem em um complexo produtivo industrial e de serviços de base científico-tecnológica. Eles são planejados e têm caráter formal, concentrado e cooperativo, agregando empresas cuja produção se baseia em P&D

(Pesquisa e Desenvolvimento). Assim, os parques atuam como promotores da cultura da inovação, da competitividade e da capacitação empresarial, fundamentados na transferência de conhecimento e tecnologia, com o objetivo de incrementar a produção de riqueza de uma determinada região.

De acordo com Lunardi (1997) e Medeiros (1997), os parques tecnológicos constituem ambientes devidamente formulados, num loteamento apropriadamente regularizado para as atividades fim, possuindo como características básicas: ligações formais com universidades ou centros de pesquisa; presença de empresas inovadoras em fase de formação ou desenvolvimento; presença de entidade coordenadora que realize as funções de gerência e estimule a transferência de tecnologia (LUNARDI, 1997; MEDEIROS, 1997).

No mundo as primeiras experiências sobre parques tecnológicos surgiram na década de 1950, e no Brasil as primeiras iniciativas surgiram na década de 1980 e ganharam dimensão nos anos 2000.

A incubadora de empresas de base tecnológica é outro exemplo de meio inovador, ela tem como o objetivo de oferecer suporte a empreendedores para que eles possam desenvolver ideias inovadoras e transformá-las em empreendimentos inovadores. Para isso, oferece infraestrutura e suporte gerencial, orientando os empreendedores quanto à gestão do negócio e sua competitividade (ANPROTEC, 2017).

O objetivo deste artigo é analisar a interação (parcerias) entre a incubadora de empresas de base tecnológica e a formação do Parque tecnológico de São José do Rio Preto, estado de São Paulo, destacando a atuação do poder público. Para elaboração deste texto, foi realizado levantamento bibliográfico nas bibliotecas da UNESP (Universidade Estadual Paulista), da USP (Universidade de São Paulo), UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), entre outras fontes de pesquisas como sites de revistas acadêmicas envolvendo os seguintes temas: inovação, meio inovador, rede de cooperação, parques tecnológicos, incubadoras tecnológicas, etc. Além disso, foi realizada uma pesquisa de campo no parque tecnológico e na incubadora de empresas para realizar entrevistas e aplicar questionários junto às empresas e aos representantes do parque, bem como visita à Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto.

Este artigo está organizado em três seções, além desta introdução. A primeira faz uma breve contextualização sobre a noção de inovação e meio inovador, bem como sobre

o surgimento de parques tecnológicos e de incubadora de empresa de base tecnológica no mundo e no Brasil. A segunda trata da formação do meio inovador em São José do Rio Preto a partir do Centro Incubador de Empresas e do Parque Tecnológico de São José do Rio Preto. E, por último, apresentamos as considerações finais.

Parques tecnológicos e incubadoras de empresas: breve contextualização

Como ponto de partida para o debate, antes mais nada, é de extrema importância entender as diferentes definições sobre parques tecnológicos. Neste sentido, os parques tecnológicos podem ser definidos como empreendimentos implantados em grandes áreas públicas ou privadas, tendo em sua área de abrangência instituições científicas e tecnológicas – universidades e institutos de pesquisas – e tornando-se sede de unidades de P&D&I (pesquisa, desenvolvimento e inovação) de empresas privadas. (STEINER, CASSIM e ROBAZZI, 2013).

Para Spolidoro (1997, p. 22) Parque Tecnológico é:

uma iniciativa com base numa área física, com uma gleba ou um conjunto de prédios, destinada a receber empresas inovadoras ou intensivas em conhecimentos e de promover sua interação com instituições de ensino e pesquisa.

De acordo com a *International Association of Science Parks* (IASP), parque tecnológico (*Science Park*):

é uma organização gerida por profissionais especializados, cujo objetivo fundamental é aumentar a riqueza da comunidade em que se insere mediante a promoção da cultura da inovação e da competitividade das empresas e instituições intensivas em conhecimento associadas à organização... Estimula e gerencia o fluxo de conhecimento e tecnologia entre universidades, instituições de pesquisa e desenvolvimento, empresas e mercado; Provê espaços e instalações de qualidade e outros serviços de valor agregado (SPOLIDORO e AUDY, 2008, p. 36).

No Brasil, a definição de Parque Tecnológico, segundo a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC, 2015):

Um parque tecnológico é um complexo produtivo industrial e de serviços de base científico- tecnológica, planejado, de caráter formal, concentrado e cooperativo, que agrega empresas cuja produção se baseia em pesquisa tecnológica desenvolvida nos centros de P&D vinculados ao parque. Trata-se de um empreendimento promotor da cultura da inovação, da competitividade, do aumento da capacitação empresarial, fundamentado na transferência de conhecimento e tecnologia, com o

objetivo de incrementar a produção de riqueza de uma região (ANPROTEC, 2015, p. 24).

Após essas definições sobre parques tecnológicos podemos perceber que são diversas, nesse sentido, segundo Pereira (2014, p. 121), há certa dificuldade quanto ao conceito de parques tecnológicos por conta da diversidade de definições adotadas pelos institutos, associações e diferentes autores que trabalham com a iniciativa. Cabe ressaltar que a discussão sobre os parques tecnológicos, sua origem, finalidade e atuações foram diferentes em cada país no decorrer da história, pois cada um deles sofreu um processo distinto da criação e desenvolvimento.

A história do parque tecnológico está atrelada na origem da famosa região conhecida como do Vale do Silício (Estados Unidos), por sua vez teve relação com o surgimento do Parque Industrial de Stanford (*Stanford Industrial Park*), planejado pelo diretor da faculdade de engenharia da Universidade de Stanford em 1951.

Segundo Melo (2014, p.73) relata que “[...] há de que o próprio diretor patrocinou seus alunos de pós-graduação para a criação de empresas, como o ocorrido com William Hewlett e David Packard, fundadores da Hewlett- Parckard (HP)”. Desde modo, a presença da universidade de Stanford, incentivou o desenvolvimento de novas tecnologias, advinda de pesquisas desenvolvidas pelos próprios alunos da universidade, que encontravam condições propícias (o espaço do próprio campus auxiliava como instrumentos nessas pesquisas) para o desenvolvimento de seus projetos.

Esta iniciativa com o passar de alguns meses foi atraindo e abrigando diversas empresas eletrônicas, dessa forma, o Parque Industrial foi contribuindo para o surgimento e acordos de outras novas empresas, que se estabeleceram na região. Devido a esse fato, Castells (2000) discorre que através dos novos conhecimentos tecnológicos gerados na região do parque (posteriormente ao Vale do Silício) facilitou a presença de engenheiros investidores que se dispuseram para financiamento, junto com a atuação institucional da Universidade proporcionou grande dinamismo na estrutura industrial do parque, garantindo a vinda e geração de novas empresas no complexo, contribuindo com trocas de experiências e difusão do conhecimento.

Em outros países com a evolução e o desenvolvimento do Vale do Silício, tentaram reproduzir artificialmente ambientes tão favoráveis ao desenvolvimento da inovação e da tecnologia quanto aos que foram produzidos no Vale do Silício, como o caso

do Parque Sophia Antipolis na França, que tem por finalidade valorizar a presença de campus universitário e de pesquisa para construir uma nova industrialização a partir de empresas de alta tecnologia. Essa iniciativa de parque tecnológico é denominada de *technôpole*, que segundo Benko (1999), são aglomerados de empresas que realizam desde pesquisa em laboratório, à fabricação e à comercialização de produtos (BENKO,1999).

A estrutura de *technôpole* é “um espaço preciso, o ponto singular de um território onde se concentram e se irrigam mutuamente as atividades econômicas estreitamente ligadas às novas técnicas, fundadoras por seu caráter inovador, do desenvolvimento futuro” (BENKO 1999, p. 154).

Outro exemplo emblemático de parque tecnológico é os Science Parks (parques científicos e tecnológicos) do Reino Unido, em que as primeiras experiências para se criar ambientes propícios ao desenvolvimento de indústrias de alta tecnologia ocorreram nos anos 1970, nas Universidades de Cambridge (Inglaterra) e de Heriot-Watt University (Edimburgo, Escócia).

No Japão também, buscou-se criar ambientes de inovação similares ao do Vale do Silício em seu território, em 1979 a partir da ação do MITI (Ministério de Comércio Exterior e Indústria do Japão). Segundo Castells e Hall (1994), a intenção do planejamento do ministério japonês de criar novas “cidades da ciência” em zonas periféricas do país (realizando uma integração entre os locais mais afastados dos grandes centros), com o objetivo de criar novas tecnologias e ao mesmo tempo desenvolver as regiões atrasadas.

No Brasil, as iniciativas de parques tecnológicos, segundo a autora Melo (2014) é bastante associado às ideias de Science Park e de *Technôpole*. Melo (2014) analisa e revela que a conformação inicial das experiências de reprodução de um determinado modelo e sua fase de implantação apresenta diferenciações. Desse modo, a autora complementa que a partir das experiências geradas em outros países e levando em consideração o espaço temporal do surgimento efetivo dos parques brasileiros (meados de 1990) em relação as outras experiências, o conceito e o modo de implantação aqui ganha contornos específicos.

No final da década de 1980 para meados de 1990, algo que mudou e renovou a produção científica no Brasil, foi aproximar inovação e desenvolvimento, implementando as políticas de fomento científico, tecnologia e inovação para uma perspectiva regional. Os autores que vão focar nesse debate são Veloso Filho e Nogueira (2006).

Esses autores afirmam que os estados e municípios deveriam acompanhar a evolução no setor tecnológico e atender as demandas que essas atividades exigem.

Concluindo:

Essa linha regional compreendeu, entre outros, programas de cadeias produtivas, incubadoras de empresas e parques tecnológicos; plataformas tecnológicas, arranjos produtivos locais e redes de tecnologia, implementados por todas as unidades da federação, com grandes mobilizações e expectativas de resultados promissores na promoção econômica de regiões e localidades (VELOSO FILHO e NOGUEIRA, 2006, p. 112-113).

Após os anos 2000, intensificou-se ainda mais os projetos de parques e as fases de implementação e efetiva atuação. Miranda (2011) salienta que no governo Lula:

Com o governo Lula inaugurado em 2003, houve uma importante inflexão ao debate sobre inovação. As ações voltadas para a área de CT&I foram intensificadas significativamente desde então, ocorrendo mudanças no espaço institucional, no estabelecimento de novos termos legais e na aplicação de recursos destinados a esta (MIRANDA, 2011, p. 35).

É importante destacar que, no Brasil teve uma considerável evolução no que se refere às iniciativas de parques tecnológicos, segundo a ABIDI e ANPROTEC (2008), nos anos 2000 identificou cerca de dez projetos de parques tecnológicos. Com a iniciativa do Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI) juntamente com a ANPROTEC e ABIDI, foi realizado um estudo que demonstra que no ano de 2008 o número de iniciativas de parques saltou para 74. Recentemente, de acordo com MCTI e o Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/Brasília2013) revela que de 74 passou para 94 as iniciativas de Parques tecnológicos no território brasileiro. No Brasil, além das experiências de parques tecnológicos, também há diversas incubadoras de empresas de base tecnológicas.

No mundo, o modelo precursor do processo de incubação de empresas, como conhecemos hoje, surgiu em 1959 no estado de Nova Iorque (EUA), quando uma das fábricas da Massey Ferguson fechou, deixando um significativo número de nova-iorquinos desempregados. Joseph Mancuso, comprador das instalações da fábrica, resolveu sublocar o espaço para pequenas empresas iniciantes, que compartilhavam equipamentos e serviços.

Além da infraestrutura física das instalações, Mancuso adicionou ao modelo um conjunto de serviços que poderiam ser compartilhados pelas empresas instaladas no local, como secretaria, contabilidade, vendas, marketing e outros, o que reduzia os custos

operacionais das empresas e aumentava a competitividade. Uma das primeiras empresas instaladas na área foi um aviário, o que conferiu ao prédio a designação de “incubadora”.

Como resultado desse movimento, em 1985 foi criada, por lideranças industriais, a *National Business Incubation Association* (NBIA), com a missão de promover treinamento, desenvolvimento e apoio à gestão de empresas com alto potencial de crescimento.

No Brasil, as primeiras iniciativas de “parques tecnológicos” surgem a partir da criação de um Programa do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), em 1984, que passou a apoiar essa iniciativa. A partir desse programa foram criadas cinco fundações tecnológicas para a geração de *spin-offs* nas cidades de: Campina Grande (PB), Manaus (AM), Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC) e São Carlos (SP). Daí tomando como modelo, as experiências americana e europeia, no final dos anos 1980 surgem os primeiros parques tecnológicos, o ParqTec na cidade de São Carlos (SP) e o PaqTcPB em Campina Grande (PB). Também, destaca-se que após a implantação da Fundação Parque de Alta Tecnologia de São Carlos (ParqTec) começou a funcionar na cidade a primeira incubadora no país (ARAGÃO, 2005).

No primeiro Seminário Internacional de Parques Tecnológicos, realizado no Rio de Janeiro (RJ), em 1987, surgia a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC), com o objetivo de apoiar instituições e articulação de parques e incubadoras, ou seja, passou a representar não só as incubadoras de empresas, mas todo e qualquer mecanismo de promoção do empreendedorismo inovador no Brasil.

Mas foi a partir dos anos 2000, que foram criadas diversas leis voltadas para o apoio à inovação, como a Lei da Inovação, a Lei 10.973/04, em 2004, o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos (PNI), em 2009 com objetivo de fomentar e consolidar o surgimento de incubadoras de empresas e parques tecnológicos para suporte às empresas inovadoras. Em 2004 foi criado pelo governo federal a Política Industrial Tecnológica e do Comércio Exterior (PITCE) teve seu período de atuação entre 2004 a 2008, e segundo Melo (2014) teve o objetivo de aumentar a capacidade inovadora das indústrias brasileiras, a partir da atuação de três eixos:

[...] Ações horizontais (inovação e desenvolvimento tecnológico, inserção externa, modernização industrial e ambiente institucional); setores estrangeiros (software, semicondutores, bens de capital, fármacos e medicamentos) e “atividades portadoras do futuro” (biotecnologia, nanotecnologia, energias renováveis). (MELO, 2014, p.160)

Atualmente, o Brasil conta com 363 incubadoras de empresas de base tecnológica (ANTROPEC, 2019), sendo que 61,4%, do total são mantidas pelas universidades, em sua maioria atua nas áreas de tecnologia da informação e comunicação (TIC), agronegócios, saúde e ciência da vida.

Especificamente no estado de São Paulo, o governo do estado estabelece uma política de parques tecnológicos. Em 2006, foi criado o SPTec - (Sistemas Paulista de Parques Tecnológicos) com objetivo de fomentar, impulsionar e apoiar as iniciativas de Parques Tecnológicos no estado. Além disso, o governo estadual aprovou a Lei de Inovação Paulista, a Lei Complementar nº 1.049, de 19 de junho de 2008,² que estabelece medidas de incentivo à inovação tecnológica, à pesquisa científica e tecnológica e ao desenvolvimento tecnológico.

Outra lei trata-se do Decreto estadual nº 56.424, de 23 de novembro de 2010, institui a Rede Paulista de Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica - RPITec, de que trata o artigo 24 da Lei Complementar nº 1.049, de 19 de junho de 2008, observando-se em sua organização o disposto neste decreto.

Em 2014, o governo do Estado de São Paulo cria Sistema Paulista de Ambientes de Inovação – SPAI. O SPAI é formado pelo Sistema Paulista de Parques Tecnológicos (SPTec), pela Rede Paulista de Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (RPITec), pela Rede Paulista de Centros de Inovação Tecnológica (RPCITec) e pela Rede Paulista de Núcleos de Inovação Tecnológica (RPNIT), visando o apoio aos projetos de parques tecnológicos, incubadoras de empresas de base tecnológica, Centros de Inovação Tecnológica e Núcleos de Inovação Tecnológica.

Assim, observa-se que no estado de São Paulo, há uma política de incentivos à formação de Parques Tecnológicos e incubadora de base tecnológica, conforme mostra a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (2019). Além disso, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo possui um programa de apoio à pesquisa científica e/ou tecnológica para micro, pequenas e médias empresas, o PIPE – Pesquisa Inovativa em pequenas empresas³. Tais iniciativas contribuem para a implementação de parques tecnológicos e incubadoras de empresas de base tecnológica no

²Fonte: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2008/lei.complementar-1049-19.06.2008.html>. Acesso em: 20 jul. 2018.

³ Fonte: <http://www.fapesp.br/pipe/>. Acesso em: 20 out. 2019)

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, (60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios), n. 15, v. 8, p. 112-135, dez/2019. ISSN: 1984-1647.

estado de São Paulo, em alguns casos esses ambientes inovadores possuem um espaço *coworking*, ou seja, o espaço compartilhado para as empresas startups. Vale destacar que esse apoio tem contribuído para o crescimento dos startups.

Deste modo, no estado de São Paulo, o SPTec (Sistema Paulista de Parques Tecnológicos) dá apoio e suporte aos parques tecnológicos, promovendo o surgimento de várias iniciativas, entre elas: 1) Parque Tecnológico de São José dos Campos (PqTec); 2) Parque Tecnológico da Univap (São José dos Campos); 3) Parque Tecnológico de Sorocaba (Empts); 4) Parque Tecnológico de Ribeirão Preto (Supera); 5) Parque Tecnológico de Piracicaba; 6) Parque Tecnológico de Botucatu; 7) Parque Tecnológico CPqD – Campinas; 8) Technopark – Campinas; 9) Parque Científico e Tecnológico da Unicamp; 10) Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer – Parque Tecnológico CTI-TEC – Campinas; 11) Fundação Parque Tecnológico de São Carlos (ParqTec); 12) Parque Tecnológico de São José do Rio Preto, localizados em áreas que apresentam fatores locais vantajosos para reprodução do capital, condições gerais de produção necessárias para a implantação e operação do parque tecnológico.

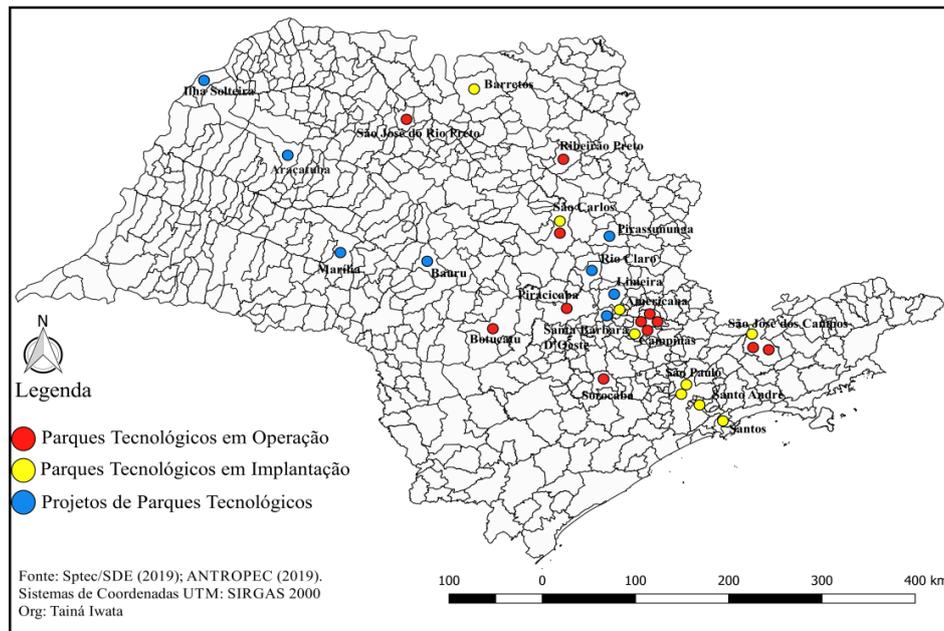
Além desses parques, ainda há aqueles que estão em implantação com credenciamento provisório no Sistema Paulista de Parques Tecnológicos: 1) Parque Tecnológico de Santos; 2) Parque Tecnológico de Santo André; 3) Parque Eco-Tecnológico Damha (São Carlos); 4) Parque Tecnológico de Barretos; 5) Parque Tecnológico de São Paulo (Jaguará – São Paulo capital); 6) Parque Tecnológico de Campinas – Ciatec; 7) Parque Tecnológico de São Paulo (Zona Leste) (GOMES, 2019).

Também há alguns projetos de criação de parques tecnológicos em outras regiões do estado de São Paulo: 1) Parque Tecnológico de Rio Claro; 2) Parque Tecnológico de Americana; 3) Parque Tecnológico de Santa Bárbara D'Oeste; 4) Parque Tecnológico de Pirassununga; 5) Parque Tecnológico de Bauru; 6) Parque Tecnológico de Ilha Solteira; 7) Parque Tecnológico de Marília; 8) Parque Tecnológico de Araçatuba; 9) Parque Tecnológico de Limeira, conforme pode ser visualizado na Figura 01 (GOMES, 2019).

Vale destacar que há uma seletividade espacial no que diz respeito à projetos e implantação de parques tecnológicos no estado de São Paulo. Para sua implantação é necessário a presença de condições gerais de produção favoráveis a sua instalação, além de possuir um ambiente de inovação que atenda os pré-requisitos do Sistema Paulista de Ambientes Inovadores (SPAI). A título de exemplo em Presidente Prudente, na região

Oeste Paulista, em 2013 aconteceu a discussão de implantação de um parque tecnológico, porém o projeto não teve êxito. Todavia, em 2018 foi criada a Agência de Inovação, a Fundação Inova pelo poder público municipal para criar um ambiente de inovação para atender os pré-requisitos do SPAI.

Figura 01. Parques tecnológicos do estado de São Paulo-2019.



Fonte: Sptec/SDE(2019);ANPROTEC(2019); GOMES (2019,p.187)

Vale destacar que, em sua maioria os parques tecnológicos são implantados a partir de investimentos públicos, ou seja, há uma forte participação do poder público em políticas de incentivo à inovação. De acordo com que foi demonstrado na figura 1 e nos parágrafos anteriores, os parques se organizam em três etapas para a sua implementação, nas quais pode se observar essa concentração da capital paulista e em seu entorno, na região metropolitana e em cidades próximas de centro administrativo.⁴

A seguir abordaremos o caso de São José do Rio Preto, a formação do meio inovador com a implementação da incubadora de empresas de base tecnológica e do parque tecnológico.

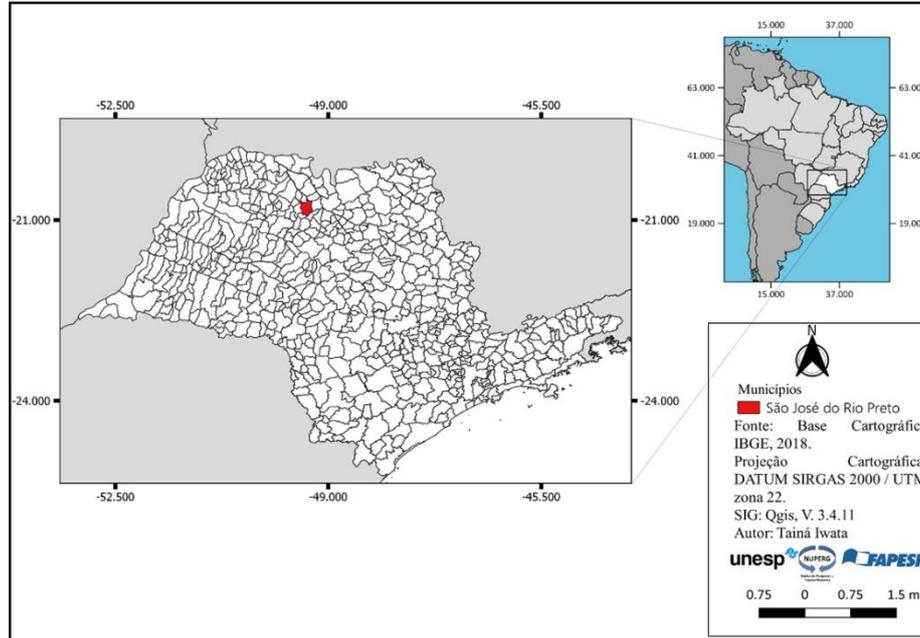
⁴ Nessa discussão sobre a instalação e concentração dos parques tecnológicos está ligada a uma seletividade espacial, devido ao fato do local a ser implantado o parque deve conter condições gerais de produção Lencioni(2007), ao mesmo tempo o interesse do poder público para que o projeto se inicie. *Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, (60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios), n. 15, v. 8, p. 112-135, dez/ 2019. ISSN: 1984-1647.*

A formação do meio inovador em São José do Rio Preto: Centro de incubadora de empresas-CIE e o Parque tecnológico

O município de São José do Rio Preto está localizado na região noroeste do estado de São Paulo (Figura 02), segundo os estudos do IBGE municípios (2018), conta com o contingente populacional estimado de 456.245 habitantes.

De acordo com a Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico Ciência Tecnologia e Inovação do município de São José do Rio Preto, o PIB (produto interno bruto) municipal em 2015 foi R\$14.951.112 milhões de reais. De acordo com IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a participação da indústria no total do valor adicionado era de 15,22%, enquanto os setores de comércio e serviços era de 84,43% do total. A agropecuária obteve a menor participação no valor adicionado com 0,32%. Além disso, o município conta com Estação Aduaneira do Interior, Aeroporto Regional, Universidades (UNESP, FAMERP), escolas técnicas (FATEC, ETEC).

Figura 02. Localização do município de São José do Rio Preto



Fonte: Base de dados IBGE (2018).

São José do Rio Preto possui aglomerações de empresas, com destaque a especialização produtiva na área da tecnologia da informação, mantendo articulação,

interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

O município de São José do Rio Preto conta com um Centro de Incubador de Empresas (CIE), criado em 1998, localizado no distrito Industrial Waldemar de Oliveira, com objetivo de apoiar a criação de micro e pequenas empresas, de gerar empregos e renda, além de agregar tecnologia a sua cadeia produtiva. O CIE possui parcerias com a Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto por meio da Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico, Ciência, Tecnologia e Inovação, com a ACIRP - Associação Comercial e Empresarial de Rio Preto e com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

De acordo com informações obtidas por meio de entrevista junto à gestão do Centro Incubador de empresas e do Partec (Pesquisa de campo, 2017), a Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto firmou acordo com o CIE e, em 2007 ofertou uma estrutura nova para os empresários, que buscavam auxílio para a fase inicial da empresa fundada no CIE e no funcionamento da mesma. Sendo assim, o Centro Incubador de Empresas dispõe de infraestrutura para empresas, entre elas: salas de escritório, sala de reuniões, um espaço para firmar acordos corporativos, além de possuir isenção fiscal, entre outros benefícios.

Neste contexto, a estrutura inovadora do CIE serviu como sinergia para avançar no projeto da instalação do Parque Tecnológico do município, pois a estrutura que aloca empresas de base tecnológica auxiliou na formação do parque tecnológico no âmbito empresarial e de base tecnológica.

Ainda, de acordo com a pesquisa em campo realizada em 2017, o Centro Incubador de Empresas - CIE possuía 28 empresas⁵ vinculadas direta ou indiretamente a ele (direta no sentido de utilizarem o espaço do centro). Do total, foram entrevistadas 6 empresas.

⁵Atualmente, o CIE (Centro Incubador de Empresa) Professor Rui Dezani conta com 11 empresas de base mista instaladas, devido ao fato de que 10 empresas de base tecnológica, anteriormente instaladas no CIE foram alocadas no Partec (Parque Tecnológico de São José do Rio Preto) fundando outro centro incubador de empresas. Além de outras empresas que foram se graduando e não utilizando mais das estruturas cedidas pelo CIE. (Fonte: Pesquisa de Campo, 2019). Essa informação foi coletada no segundo trabalho de campo realizado em 2019 para atender ao projeto de iniciação científica em andamento: *“Meio inovador: uma análise da incubadora de empresa de base tecnológica de São José do Rio Preto-SP”, financiado pela FAPESP- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.*

A Tabela 01 mostra a motivação das empresas para sua instalação no CIE e no Partec a partir de informações obtidas na pesquisa de campo realizada junto às empresas. Deste modo, a maioria das empresas entrevistadas destacou o espaço físico e o ambiente para inovação, como sendo os motivos determinantes para sua instalação no Centro Incubador de Empresas e no Parque Tecnológico.

Tabela 01. Os motivos determinantes para empresas se instalar no CIE e no Partec em São José do Rio Preto.

Requisitos determinantes para instalação no CIE e no Partec					
Empresas	Espaço Físico	Ambiente p/inovação	Cultura Empreendedora	Colaborativismo/cooperação	Motivo Familiar
A	X	X		X	X
B	X	X	X	X	
C	X	X		X	X
D	X	X			X
E	X		X		X
F	X	X			

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017. **Organização:** (ARAUJO, 2017).

A tabela 01 mostra a motivação das empresas em se instalarem no município de São José do Rio Preto e, posteriormente no parque tecnológico. Analisando as informações obtidas na pesquisa de campo, observa-se que o fator fundamental que facilita e incentiva as atividades dessas empresas é o espaço físico, seja no Centro Incubador de Empresas, seja no parque tecnológico em formação, juntamente com o centro empresarial e novo centro incubador, instalado no distrito industrial do Parque Tecnológico.

As empresas instaladas no Centro Incubador são, em sua maioria, pertencentes ao ramo de base tecnológica com as mais variadas áreas de atuação: setor de biotecnologia (empresas de adubos orgânicos, biocolágeno), tecnologia da informação bancos de dados entre variações dessa área), mecânica e automação, equipamentos médicos, robótica, entre outros segmentos. Dentre os setores mencionados que fazem parte do CIE, o de TI (Tecnologia da Informação) é o que mais se destaca, agregando a outros setores e realizando parcerias.

O Centro Incubador de Empresas de São José do Rio Preto distingue entre empresas residentes e empresas graduadas, as primeiras são aquelas que utilizam o espaço físico do Centro Incubador para realizar suas atividades, como: salas de escritórios, sala de

reuniões; já as empresas graduadas são que já conseguiram um espaço físico próprio, porém mantém contato com o Centro Incubador através de reuniões com as empresas residentes, treinando – as e, montando projetos inovadores.

Neste contexto, fica claro que a atuação do poder público está presente na implantação, à formação e ao funcionamento do CIE, tanto auxiliando com recursos financeiros quanto em parcerias de projetos e ações. Vale também ressaltar que a gestão do Partec e do CIE é realizada pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico juntamente com uma empresa pública do setor de TI (Tecnologia da Informação).

No que diz respeito à atuação do poder público na implantação do Partec - Parque Tecnológico de São José do Rio Preto observa-se investimentos do poder público nas diferentes esferas. O governo do Estado destinou um montante de R\$ 7.200.000,00 milhões de reais para construção de um dos prédios, por meio do convênio estadual GSA 018/11⁶; já a Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto destinou recursos para construção da infraestrutura no parque, como prédios da sede administrativa, a estrutura da incubadora e o centro empresarial, tais investimentos abarcaram um montante de R\$11.193.737,36 milhões de reais.

Somando os valores mencionados anteriormente, o Partec recebeu o montante de R\$18.393.737,36 milhões de reais, juntos os valores investidos pelo estado e pelo município, sendo que este último ficou responsável cerca de 60% pelos investimentos relacionados à infraestrutura.

Além disso, destaca-se o investimento realizado para a compra do terreno (ou lote) para localização do Partec, com os três prédios já mencionados e para receber as empresas que irão se instalar no parque tecnológico de São José de Rio Preto.

Para as futuras empresas que se instalarem no parque (além do espaço cedido pelo centro empresarial), ele disponibiliza 240 lotes (sendo que esses lotes são para receber incubadoras dentro do parque), no qual cada lote contém 1000 m². Toda essa área citada pela entrevistada custou dos cofres públicos (principalmente do município) R\$74.000.000,00 de reais desde a compra dos lotes até as reformas e questões burocráticas dos prédios do parque, ou seja, um valor total R\$92.393.737,36 milhões de reais.

⁶GSA -Consultoria e Pesquisas em Instituições Públicas – GSA – CONCURSOS.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, (60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios), n. 15, v. 8, p. 112-135, dez/2019. ISSN: 1984-1647.

Neste contexto, observa-se que o poder público tem papel fundamental na implantação e funcionamento dos ambientes inovadores, seja na implantação de infraestrutura, seja na organização e gestão de incubadoras e parques tecnológicos.

Segundo a Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico, Ciência, Tecnologia e Inovação (2017), de São José do Rio Preto, o parque tecnológico (Partec) possui uma área total de 668.346,00 m².

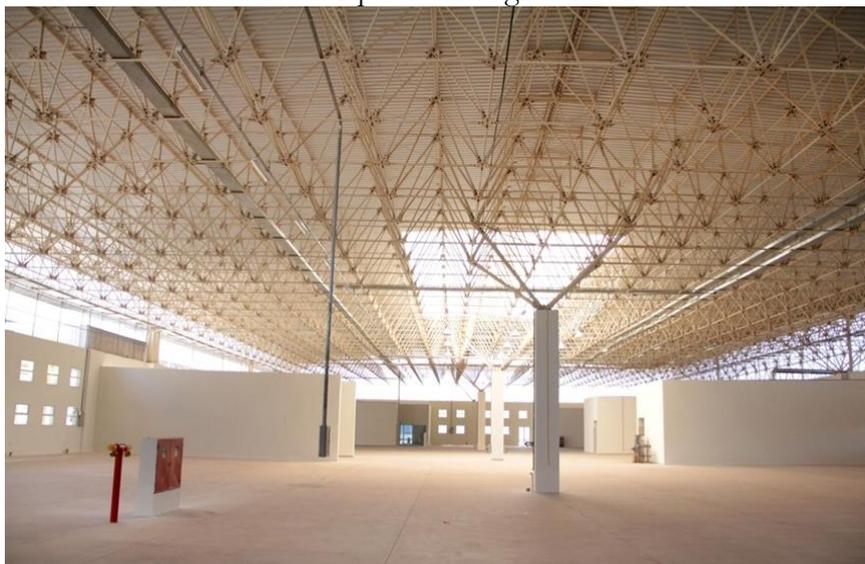
As figuras 03 e 04 mostram a estrutura do parque tecnológico de São José do Rio Preto, localizado no Distrito Industrial Parque Tecnológico.

Figura 03. Parte externa do Partec (parque tecnológico de São José do Rio Preto).



Fonte: Trabalho de campo, 2017. Foto: (Araujo, 2017).

Figura 04. Estrutura interna do Parque Tecnológico: local da incubadora de empresas.



Fonte: Trabalho de Campo, 2017. **Foto:** (ARAUJO, 2017).

As figuras acima mostram as estruturas internas e externas até então recém-finalizadas no Partec. De acordo com as informações obtidas pela gestão do Parque e do CIE (2017), parte de suas empresas localizadas no Centro Incubador de Empresas, localizado no Distrito Industrial Waldemar Oliveira foram deslocadas para o Partec (a maioria delas é empresas de base Tecnológica). Sendo assim, inaugurou-se outra incubadora de empresa no município, o CIE Vanda Karina Simei Bolçone juntamente na estrutura do Parque Tecnológico.

Antes das empresas consolidarem – se na incubadora do parque tecnológica, elas passam por um processo de pré-incubação, onde estão sendo formadas de instruções e recursos, utilizando um espaço único com outras empresas nos quais estão dividindo experiências e conhecimentos. Tal espaço ofertado antes de chegar à incubação é o chamado *coworking*, ou seja, um espaço compartilhado entre elas, o que contribui para a interação e cooperação.

Essa nova instalação do novo centro de incubadora de empresas no parque tecnológico, demonstra a lógica da interação entre incubadora e parque, no sentido de troca de experiências e conhecimentos, utilização do espaço como cursos, palestras, reuniões e instruções. Além disso, o poder público está totalmente presente nessa interação, já que fez parte praticamente em todas as etapas: do projeto (o planejamento inicial do parque, destacando as áreas de atuação, as parcerias, o financiamento, as estruturas, a localização); da implantação - compra do terreno, estrutura, material, ou seja, a efetiva construção da estrutura; e a fase operação – na qual o poder público atua na operação e gestão das atividades do parque Tecnológico e do CIE.

Contudo, o foco ainda continua sendo o primeiro CIE Professor Rui Dezani, onde foi uma estrutura inovadora primordial que serviu para alavancar os projetos de instalação do parque tecnológico. Além de empresas de bases tecnológicas terem sido alocadas para o parque, outras empresas foram graduadas nessa incubadora e as mesmas detêm do interesse de instalarem no parque tecnológico. Deste modo, não como empresa incubada, mas como entidade que realizará projetos inovadores com maior complexidade, com auxílio de diversas instituições presentes no Parque (instituições de ensino e pesquisa, empresas privadas, profissionais do parque, poder público).

A figura 05 mostra a estrutura da incubadora de empresa de Rio Preto (CIE), localizada no distrito Waldemar Oliveira.

Figura 05. Lado externo da recepção e sala de reuniões do Centro Incubador de Empresas de São José do Rio Preto/SP-BR



Fonte: Trabalho de campo, 2017. Foto: (Araujo 2017).

De acordo com a Gestão do CIE – Centro Incubador de Empresas, as empresas que ocupam as áreas do CIE recebem auxílio, para que depois de um tempo de atuação elas consigam atuar sozinhas, como é o caso de diversas empresas que fazem seus projetos e depois conseguem autonomia. Deste modo, há uma categorização das empresas do CIE, são graduadas, aquelas empresas que não necessitam diretamente de auxílio do centro incubador, ou seja, são aquelas que já alcançaram seus objetivos e conseguem manter sua autonomia; já as residentes, são aquelas empresas que ainda precisam desse auxílio.

Podemos concluir que espaço oferecido pelo Centro Incubador de Empresas dando apoio às empresas, promovendo a inovação, a pesquisa e o desenvolvimento (P&D), dialoga com a criação do meio inovador, conceito elaborado por Aydalot. Segundo o autor, a inovação está ligada ao território, juntamente com as características do lugar. Neste sentido, Peyrache-Gadeau (2006) diz que “o desenvolvimento endógeno é fundamentalmente o resultado de uma sociedade inovadora. Em outros termos, a inovação é função do meio que engendra e é o motor de seu desenvolvimento” (PEYRACHE-GADEAU, 2006, p. 51).

Considerações finais

Nos dias atuais, a produtividade está associada às bases da competitividade a partir da ciência, da tecnologia e dos polos tecnológicos, no âmbito do desenvolvimento territorial, assumindo significativa relevância nos processos econômicos, além de propiciar mudanças na produção de bens materiais e imateriais. Deste modo, segundo Tessari (2014), tal situação possibilita a dinamização das estruturas organizacionais de produção e de acúmulo de riqueza, com base na aprendizagem e na inovação, com processos, no atual período da globalização, coletivos e interativos entre agentes do desenvolvimento, figurando-se no centro das transformações econômicas.

Neste contexto, cada vez mais há uma tendência de criação de ambientes propícios à geração de inovação, como são os casos das incubadoras de empresas de base tecnológicas e parques tecnológicos analisados neste artigo.

A formação de ambientes inovadores contribui para gerar inovação e P&D estabelece uma rede de cooperação entre os agentes produtores da inovação (universidades, instituições de pesquisas, empresas), gerando uma sinergia, que favorece a atração de novas empresas para esses locais propícios à inovação.

Nessa perspectiva, a empresa não atua isolada no processo de inovação, assim como foi observado, no caso de São José do Rio Preto, devido ao apoio do Centro Incubador junto às empresas e a cooperação delas entre si. Deste modo, o meio inovador formado por diferentes agentes envolvidos no processo de inovação, torna-se fundamental para estabelecer a cooperação entre eles, contribuindo para a geração de sinergia e o desenvolvimento da inovação. Esses lugares onde a inovação constitui (Parque tecnológico, Centro Incubador de Empresas, Universidades) como características marcantes, são chamados *de meios inovadores* (MELO, 2014).

Neste sentido, a sinergia entre os diversos agentes da inovação, universidades, empresas e governo, formando o que Etzkowitz (2009) denominou de hélice tríplice, é fundamental para geração, difusão do conhecimento e produção da inovação, tornando-se importante no processo desenvolvimento e implantação de ambientes inovadores, como incubadoras de empresas e parques tecnológicos, conforme o observado em São José do Rio Preto.

Em suma, observou-se que o Centro de Incubadora de Empresas tem papel significativo na formação do Parque Tecnológico de São José do Rio Preto, já que o CIE

serviu como estrutura essencial para o avanço científico e tecnológico, graças às empresas e projetos ali desenvolvidos, contribuindo, assim, para o projeto de implantação do Partec.

Referências

ANPROTEC (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores); SEBRAE. **Estudo de impacto econômico segmento de incubadoras de empresas do Brasil**. 2016. Disponível em:

http://www.anprotec.org.br/Relata/18072016/%20Estudo_ANPROTEC_v6.pdf. Acesso em: 9 nov. 2018.

ANPROTEC (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores); SEBRAE **Estudo de Projetos de Alta Complexidade: Indicadores de Parques Tecnológicos**. 2014. Disponível em:

http://www.anprotec.org.br/Relata/PNI_FINAL_web.pdf . Acesso em: 21 fev.2019.

ARAGÃO, I. M. **Pós incubação de empresas de base tecnológica**. 2005, 97 f. Tese (Doutorado em Administração) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, USP, 2005. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-19122005-173518/publico/Iracema.pdf> . Acesso em: 10 nov. 2019.

AYDALOT, P. **Mileux Innovateurs en Europe**. Paris: GREMI, 1986.

ARBIX G. **Inovar ou inovar: a indústria Brasileira entre o passado e o futuro**. São Paulo Editora Papagaio, USP, 2007.

ASCHER, F. **Les nouveaux principes de l'urbanisme**. Éditions de l'Aube, Paris. 2004.

AUDY, J. **A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade**. São Paulo v.31 n. 90 ago.2017, disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000200075. Acesso em:22 de mar.2019.

BENKO,G. **Economia, Espaço e Globalização na aurora do século XXI**. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999.

BELL, D .The Social Framework of the Information Society. Dertoozos, M. L., Moses, J. (eds.), **The Computer Age: A 20 Year View**, Cambridge, MA: MIT Press, p. 500-549, 1979.

CASTELLS.M. **A sociedade em rede**. 4ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____, HALL, P. **Technopoles of the world – the making of 21st century industrial complexes**,Routledge, 1994.

ETZKOWITZ, H. **Hélice Tríplice: universidade-indústria-governo: inovação em movimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, (60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios), n. 15, v. 8, p. 112-135, dez/ 2019. ISSN: 1984-1647.

FERRÃO, J. Inovar para desenvolver: o conceito de gestão de trajetórias territoriais de inovação. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 3, n. 4, p. 17-26, Mar. 2002. Disponível em: <http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/573/611>. Acesso em: 23 de set. 2018.

GOMES, M.T.S. Espaço, inovação e novos arranjos espaciais: algumas reflexões. In: OLIVEIRA, F. G. *et al.* **Espaço e Economia: Geografia Econômica e a economia política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p.163-196.

LENCIONI, S. Estado de São Paulo: lugar de concentração da inovação e da intensidade tecnológica da indústria brasileira. In: SPOSITO, E.S., (org.) **O novo mapa da indústria no início do século XXI: diferentes paradigmas para leitura das dinâmicas territoriais do Estado de São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 2015, p.13-34. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/6y9nc/pdf/sposito-9788568334669.pdf>. Acesso em: 5 de nov. 2017.

LUNARDI, M.E. **Parques Tecnológicos: estratégias de localização em Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba**. Curitiba: Ed. do autor, 1997.

MEDEIROS, J. Estruturas e espaços voltados à inovação e parceria: papel dos polos e parques tecnológicos. In: PALADINO, G.. G., MEDEIROS, L. A. (orgs) **Parques Tecnológicos e Meio Urbano: artigos e debates**. Brasília: ANPROTEC, 1997.

MELO, R. de C. N. **Parques Tecnológicos no estado de São Paulo: incentivo ao desenvolvimento regional**. 2014. 252 f.. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo (USP). São Paulo. Disponível em: http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=20&Itemid=96&lang=pt-br&cx=011662445380875560067%3Acack5lsxley&cof=FORID%3A11&hl=pt-br&q=parque+tecnologico&siteurl=www.teses.usp.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_jumi%26fileid%3D20%26Itemid%3D96%26lang%3Dpt- Acesso em: 29 mar. 2016.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI; ANPROTEC. **Parques e Incubadoras para o Desenvolvimento do Brasil- Estudo de Práticas de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.anprotec.org.br/Relata/EstudoMelhoresPraticasParquesIncubadoras.pdf>. Acesso em : 13 set. 2018.

MIRANDA, I. M. **Brasil: em busca de um novo padrão de desenvolvimento**. 2011. 176 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2011.

PEREIRA, M. J. Origens dos parques tecnológicos e as contribuições para o desenvolvimento regional brasileiro. **Latin American Journal of business Management**. v. 7 n. 1, Taubaté, São Paulo, 2016. Disponível em <http://www.lajbm.net/index.php/journal/article/view/332>. Acesso em: 27 ago. 2016.

PEYRACHE-GADEAU, V. La contribution de Philippe Aydalot à l'édification de la théorie des milieux innovateurs. CAMAGNI, R. ; MAILLAT, D. (éds) **Milieus Innovateurs: théorie et Politique**. Paris: Economica, Anthropos, 2006, p.42-61.

SPOLIDORO, R. A Sociedade do Conhecimento e seus impactos no meio urbano. In: PALADINO, G. (org.), MEDEIROS, L. A. (org.). **Parques Tecnológicos e Meio Urbano: artigos e debates**. Brasília. ANPROTEC, GTU Internacional, 1997.

SPOLIDORO, R.; AUDY, J. **Parque Científico e Tecnológico PUCRS**. Porto Alegre: EDIRS, 2008.

STEINER, J. E., CASSIM, M. B. e ROBAZZI, A. C. **Parques Tecnológicos: Ambientes de Inovação**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade São Paulo – USP, São Paulo 2013. Disponível em: <http://www.ica.usp.br/ica/textos/steiner-cassim-robaZZi-parquestec.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2016.

TESSARI, L. M. **Dinâmica territorial do conhecimento e da inovação: uma análise da Incubadora Tecnológica de São Carlos (SP)**. 2014. 226 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2014.

VELOSO FILHO, F.A; NOGUEIRA, J. M. Sistemas de inovação e promoção tecnológica regional, e local Brasil. **Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 8, n. 13, p. 107-117, setembro, 2006.

Sobre os autores (Informações prestadas pelos autores/coletadas do Lattes 2019-12-27)

Gabriel Mendes Araujo

Graduando do curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Câmpus de Presidente Prudente.

Maria Terezinha Serafim Gomes

Graduação em Bacharelado Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998), graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1996), mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2007). Atualmente é professora da Universidade Estadual Paulista - UNESP. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, Geografia Econômica e Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: espaço urbano, centralidade urbana, cidades médias, reestruturação produtiva, dinâmica econômica e Desenvolvimento regional.

Como citar esse artigo

ARAUJO, G. M.; GOMES, M. T. S. O papel do poder público no processo de interação na formação de ambientes inovadores: o Centro Incubador de Empresas (CIE) e o Parque Tecnológico de São José do Rio Preto (São Paulo). In: **Revista Geografia em Atos** (GeoAtos online) - 60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios - v. 08, n. 15, p. 112-135, dez/2019. DOI: 10.35416/geoatos.v8i15.7008

Recebido em: 2019-11-26

Devolvido para correções em: 2019-12-22

Accito em: 2019-12-26

QUE MOVIMENTO É ESSE: UMA LEITURA HISTÓRICA E SOCIOESPACIAL DO MOVIMENTO LGBT DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP

Wilians Ventura Ferreira Souza

<https://orcid.org/0000-0002-6166-0059>
Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)
E-mail: wiliansventura98@gmail.com

Carlos Alberto Feliciano

[Orcid.org/0000-0003-1682-7996](https://orcid.org/0000-0003-1682-7996)
Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)
E-mail: cacafeliciano@gmail.com

DOI: 10.35416/geoatos.v8i15.6990

Resumo

Os movimentos sociais são importantes expressões que de início já nos revelam alguns produtos da relação entre sujeito-estado-sociedade, se materializam em busca de espaços e territórios, esta intencionalidade, por sua vez, revela a nós, qual o cerne de atuação de um determinado movimento. O que diferencia um movimento A de um movimento B é, portanto, a sua intencionalidade, a sua forma de ação e suas estratégias que estão impressas no espaço num constante movimento progressivo e antagônico ao mesmo tempo. O presente trabalho está contido em uma abordagem qualitativa, evidenciando diferentes processos geográficos, históricos e sociais acerca do Movimento LGBT de Presidente Prudente - SP, foram diferentes os procedimentos metodológicos utilizados até aqui, como a aplicação de uma abordagem geográfica dos movimentos sociais identificadas como movimentos socioespaciais e socioterritoriais, bem como, levantamento bibliográfico, aplicação de entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental. Esta pesquisa vem sendo desenvolvida há três anos (2017-2019), caminhando em diferentes ritmos e sentidos, para afinar e compreender melhor o estudo e leitura geográfica sobre os movimentos sociais. Esses movimentos são identificados neste trabalho como movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Dentro do seio dessa discussão que vem sendo desenvolvida e afinada num coletivo de pensamento, colorimos a história do Movimento LGBT de Presidente Prudente - SP, identificado como um movimento socioespacial a partir de suas práticas e intencionalidades. Além de recompor seu histórico, realizamos também uma discussão socioterritorial a partir do corpo e trazemos para o debate: seria o corpo um território, um espaço, uma ferramenta de luta, ou apenas um conjunto de símbolos expressos socioespacialmente?

Palavras-chave: Movimento LGBT; Movimentos Socioespaciais; Movimentos Socioterritoriais.

WHAT MOVEMENT THIS IS: A HISTORICAL AND SOCIOESPATIAL READING OF THE LGBT MOVEMENT OF PRESIDENTE PRUDENTE/SP

Abstract

Social movements are important expressions that already reveal to us some products of the relationship between subject-state-society, materialize in search of spaces and territories, this intentionality, in turn, reveals to us, what is the core of a certain movement. What differentiates a movement A from a Movement B is, therefore, its intentionality, its form of action and its strategies that are printed in space in a constant progressive and antagonistic movement at the same time. The present work is contained in a qualitative approach, evidencing different geographical, historical and social processes about the LGBT Movement of Presidente Prudente - SP, the methodological procedures used so far were different, such as the application of a geographical approach of social movements identified as socio-spatial and socio-territorial movements, as well as bibliographic survey, application of semi-structured interviews and documentary research. This research has been developed for three years (2017-2019), walking at different rhythms and senses, to better fine-tune and better understand the study and geographical reading of social movements. These movements are identified in this work as socioterritorial movements and socio-spatial movements. Within this discussion that has been developed and tuned in a collective of thought, we color the history of the LGBT Movement of Presidente Prudente - SP, identified as a socio-spatial movement from its practices and intentionalities. In addition to recomposing its history, we also conduct a socioterritorial discussion from the body and bring to the debate: would the body be a territory, a space, a tool of struggle, or just a set of symbols expressed sociospatially?

Keywords: LGBT Movement; Socio-spatial Movements; Socio-territorial Movement

LO MOVIMIENTO ESTO ES: UNA LECTURA HISTÓRICA Y SOCIOESPATIAL DEL MOVIMIENTO LGBT DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP

Resumen

Los movimientos sociales son expresiones importantes que ya nos revelan algunos productos de la relación entre sujeto-estado-sociedad, se materializan en busca de espacios y territorios, esta intencionalidad, a su vez, nos revela, ¿cuál es el núcleo de un cierto movimiento. Lo que diferencia un movimiento A de un Movimiento B es, por lo tanto, su intencionalidad, su forma de acción y sus estrategias que se imprimen en el espacio en un movimiento progresivo y antagonico constante al mismo tiempo. El presente trabajo está contenido en un enfoque cualitativo, evidenciando diferentes procesos geográficos, históricos y sociales sobre el Movimiento LGBT de Presidente Prudente - SP, los procedimientos metodológicos utilizados hasta ahora fueron diferentes, como el aplicación de un enfoque geográfico de los movimientos sociales identificados como movimientos socioespaciales y socioterritoriales, así como encuestas bibliográficas, aplicación de entrevistas semiestructuradas e investigación documental. Esta investigación se ha desarrollado durante tres años (2017-2019), caminando a diferentes ritmos y sentidos, para afinar mejor y comprender mejor el estudio y la lectura geográfica de los movimientos sociales. Estos movimientos se identifican en esta obra como movimientos socioterritoriales y movimientos socioespaciales. Dentro de esta discusión que se ha desarrollado y sintonizado en un colectivo de pensamiento, coloreamos la historia del Movimiento LGBT de Presidente Prudente - SP, identificado como un movimiento socioespacial de sus prácticas e

intencionalidades. Además de recomponer su historia, también llevamos a cabo una discusión socioterritorial desde el cuerpo y llevamos al debate: ¿sería el cuerpo un territorio, un espacio, una herramienta de lucha o simplemente un conjunto de símbolos expresados socioespacialmente?

Palabras-clave: Movimento LGBT; Movimientos socioespaciales; Movimientos socioterritoriales.

Introdução

Que movimento é esse que se pinta de arco-íris e que sai às ruas reivindicando a liberdade? Que movimento é esse que, em pleno século XXI, continua a reivindicar direitos como saúde, moradia, trabalho e educação, todos eles sumariamente garantidos pela constituição de 1988. Que movimento é esse que lutou contra a ditadura militar e contra as suas mais dolorosas imposições: a tortura, a perseguição, o silêncio. Em troca de toda luta recebeu um espaço muito menor do que o necessário para o seu desenvolvimento pleno e para o exercício de sua cidadania.

Ainda hoje, neste século, neste ano e neste dia, vemos e ouvimos hora após hora, comentários e notícias de que mais um LGBT foi vítima da lesbo-homo-bi-transfobia, a vítima não somente teve sua vida arrancada em nome de qualquer deus, de qualquer moral ou regra, como também teve sua cabeça esmagada, seu coração arrancado, suas genitálias deformadas, tudo em nome de alguma coisa alicerçada e legitimada pelo patriarcado e pela heteronormatividade.

Identificamos esse processo de violência e imposição de uma única sexualidade, a heterossexualidade, como uma norma que segue, é aceita e legitimada desde as bases de organização do mundo, mundo que também expressa desigualdades entre gêneros impostas pelo patriarcado, entre sexualidades expressas na heteronormatividade e entre os sexos contidos no heterossexismo.

A heterossexualidade-patriarcado-heterossexismo-racismo e a lesbo-homo-bi-transfobia, expressam-se na materialidade do espaço de diferentes formas, sob diferentes intencionalidades e atinge a cada um de nós (ou não) também de forma variada. Neste instante, reconhecemos e introduzimos o discurso, sobretudo, político deste trabalho, num tom de reconhecimento das vidas que lutaram por essa tal liberdade e que foram ceifadas em nome de uma ordem, são corpos e vidas que subverteram um sistema, um conjunto de regras e leis impostos pela religião, pelo patriarcado, pelo racismo e pela heteronormatividade.

Neste trabalho realizaremos uma discussão sobre alguns aspectos que permeiam a escala do corpo, entendendo-o como expressão da vida, como símbolo das vivências, das trocas e das experiências, o corpo fala. É importante salientarmos que já existem diferentes autoras e autores brasileiros que já trabalham e debruçam-se sobre o estudo das sexualidades, das práticas espaciais de sujeitos LGBTs, mas, principalmente, a respeito do corpo.

Para tanto, utilizamos Ornat (2007), Silva, Ornat e Júnior (2016), Silva e Ferreira (2017) e Barbosa (2017), como pontapé inicial já que trazem uma leitura mais afinada a respeito do tema estudado, ao mesmo tempo, o corpo aqui trabalhado, isto é, partir da abordagem socioespacial e socioterritorial, está contido na escala da atuação, da militância¹, dos ativismos², das mudanças espaciais provocadas pelas manifestações, pelas ocupações, pela mudança da dinâmica de uma via/rua/rodovia de importante circulação e simbolismo político, a exemplo da Parada do Orgulho LGBT/Diversidade, compreendida como uma manifestação socioespacial.

Este debate ao redor da escala do corpo, do corpo como ferramenta de luta e expressão socioterritorial, estará contido numa discussão ainda maior: a formação histórica do movimento LGBT brasileiro que assumirá neste trabalho um espaço secundário, visto que pretendemos primariamente discutir a formação socioespacial/socioterritorial do Movimento LGBT de Presidente Prudente - SP.

Desta forma, fomos na base de formação do movimento em escala nacional, exatamente por entendermos e identificarmos na fala dos sujeitos entrevistados que suas vidas e suas conquistas fazem parte de uma construção ainda maior e que foi inscrita nas linhas do passado através da vida de militantes LGBTs que se doaram em nome de uma causa, de uma luta, mas, principalmente, em nome da liberdade.

A partir da exposição da relevante trajetória percorrida pelo movimento LGBT nacional, realizaremos um recorte escalar muito importante e que expõe de uma forma

¹ Entendemos militância como uma ação política organizada, planejada, fruto de estudo e preparação, é, portanto, produto de uma organicidade, de um movimento ou coletivo, geralmente está ligado a luta revolucionária, que visa mover e movimentar processos de exploração e opressão, lutam pela transformação social.

² O ativismo, diferentemente, da militância, pode ser compreendido como uma prática que se adequa e que “cabe” dentro da vida particular/pessoal do indivíduo, ele/ela não precisa, necessariamente, abdicar de seus interesses pessoais em prol de uma luta maior, dessa forma, o indivíduo desenvolve uma forma específica de atuação, mais pragmática e carregada de símbolos que se manifestam na forma de se alimentar, vestir, morar, de se comportar, etc.

diversa e colorida a trajetória do movimento LGBT de Presidente Prudente - SP, identificando os elementos históricos que fizeram parte da sua formação e do seu desenvolvimento, como também, a realização de uma leitura geográfica da atuação desse(s) movimento(s) que criam e recriam, destroem e constroem espaços menos desiguais e mais libertários em nome de suas vidas e de uma comunidade tão complexa e diversa como é a comunidade LGBT.

O caminho para chegarmos até aqui não foi fácil, toda essa construção é resultado de anos de pesquisa (2017-2019) e da criação de uma ampla rede de colaboração desempenhada por grupos de pesquisas e sujeitos que compõem os coletivos (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, Rede DATALUTA) e movimentos sociais (Grupo Somos LGBT de Presidente Prudente - SP, Levante Popular da Juventude). Toda essa construção que não é individual, mas sim, coletiva, será materializada em poucas páginas, desta forma, reconhecemos a enorme importância do pesquisar, do conhecer e do ir além do que se vê, identificando este trabalho como um produto da relação aluno-universidade-sociedade, relação essencial para a construção de pesquisas que dialoguem com a realidade de diferentes sujeitos e comunidades.

Ressaltamos também as importantes trajetórias metodológicas percorridas até o presente momento, já que a construção científica necessita de um rigor teórico, metodológico e científico para que seja aceita, compreendida e lida pela comunidade acadêmica, ao mesmo tempo, o nosso ato de escrever, é também, um ato político e poético. Ao falar de sujeitos, de corpos, de vidas, de maneiras de pensar e sentir o mundo, falamos direta ou indiretamente de poesia(s) que podem lidar a partir dos símbolos que esses corpos carregam durante sua caminhada.

As etapas metodológicas foram essenciais, sem elas este trabalho não seria possível. Realizamos a construção de um banco de dados completo e significativo a partir da nossa temática de investigação agrupando números e informações acerca das Paradas organizadas em Presidente Prudente - SP (quadro 2), a partir do levantamento bibliográfico alcançamos a seleção de diferentes palavras-chaves que fizeram parte da nossa busca e contribuíram para o reconhecimento de um total de 59 obras que permearam temas relacionados a diversidade sexual e o movimento LGBT³.

³ Para aquisição das 59 obras em torno dos temas relacionados a comunidade LGBT aplicamos palavras-chave como: diversidade sexual, LGBT, Movimento LGBT, Sexualidade e Corpo. Utilizamos a plataforma Minerva (UFRJ), Banco de Teses e Dissertações da CAPES, Catálogo ATHENA e Plataforma Scielo.

Realizamos também a construção de um banco de dados sobre as diferentes formas de violência e violação contra a população LGBT brasileira utilizando dados do Disque 100 – módulo LGBT – e, também, dados do Grupo Gay da Bahia, identificado como uma das principais organizações que denunciam crimes motivados pela lesbo-homobi-transfobia.

Construímos uma plataforma importante de contato com os militantes e ativistas que fizeram parte da construção do Movimento LGBT de Presidente Prudente - SP e de sua principal ação socioespacial identificada pelas Paradas da Diversidade que foram construídas no município. Essa plataforma pode ser identificada a partir das entrevistas semiestruturadas que foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Uma das principais particularidades da entrevista semiestruturada é que ela segue um roteiro previamente elaborado e que esteja em consonância com os objetivos e intencionalidades do pesquisador em relação ao seu objeto de estudo.

Nosso objetivo neste roteiro foi o de compreender como os movimentos sociais LGBTs de Presidente Prudente – SP se manifestam espacialmente, quais as relações estabelecem com os mais diferentes espaços, quais são as dificuldades enfrentadas no dia a dia, como compreendem seus corpos, mas, sobretudo, realizar através da oralidade desses sujeitos que pertencem aos movimentos sociais a construção histórica do movimento LGBT através das paradas LGBTs realizadas no município, identificadas como uma importante ação socioespacial.

Por fim, realizamos uma importante pesquisa documental através da biblioteca da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – campus de Presidente Prudente - SP, que disponibiliza um enorme acervo de jornais de diferentes décadas que circularam desde uma escala local até estadual. A partir deste acervo, inserimo-nos numa constante busca de notícias que retratassem a atuação dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, sobretudo, do movimento LGBT de Presidente Prudente - SP. Nos debruçamos durante meses, até encontrar as primeiras manifestações socioespaciais e, em alguns momentos até socioterritoriais, do movimento LGBT de Presidente Prudente - SP, intitulado inicialmente como movimento gay.

A nossa corrente teórica está alinhada à leitura dos Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais realizada por Fernandes (2005; 2012), que traz elementos e características

geográficas para essa discussão evidenciando categorias e elementos da geografia, como o espaço e o território.

Os (as) autores (a) como Camarotti (2009), Coletto (2013), Facchini (2002; 2018), Freire (2015), Nogueira (2018), Vianna (2015), levantados, foram essenciais para a leitura a respeito da história do Movimento LGBT brasileiro, já que demonstram através de diferentes perspectivas e posicionamentos, as passagens realizadas pelo movimento durante o seu processo de construção histórica.

Esperamos que apreendam e identifiquem os importantes passos do movimento LGBT seja nacional ou local (Presidente Prudente - SP), que além da obtenção do conhecimento e da apreensão destas histórias, sejam tocados pela luta desses sujeitos e pela liberdade de ser quem se é, como disse o poeta Paulo Leminski “isso de ser quem se é, ainda vai nos levar além”, que essa viagem de preferência ultrapasse o arco-íris, tenham uma excelente leitura.

Não Somos só um Conjunto de Letrinhas: abordagem histórica do Movimento LGBT brasileiro

Desde o processo de redemocratização é possível observar o surgimento de amplos territórios e espaços que estão sendo disputados pelos Movimentos Sociais, como aponta Camarotti (2009), são em sua grande maioria denominados de movimentos populares, que se atentam para a redistribuição. Ao mesmo tempo que surgem movimentos que buscam uma distribuição mais igualitária, isto é, a redistribuição, também se faz presente os movimentos sociais que lutam por outras demandas, consideradas mais específicas, pautadas no direito a diferença, na construção de suas identidades que há tanto tempo vêm sendo violadas, por fim, buscam novos direitos que estão intrinsecamente ligados a uma nova cidadania.

Junto com o surgimento dos movimentos sociais contemporâneos como o Movimento Negro, o Movimento Feminista, surge pouco tempo depois “o movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), que apenas recentemente, alcançou uma visibilidade incontestável e passou a compor o cenário de lutas políticas no Brasil” como aponta Camarotti (2009, p. 12).

É evidente e cabe destacar que o Movimento Homossexual não é tão recente assim, surge no Brasil em 1978 através da formação do Somos – Grupo de Afirmação

Homossexual, todavia, passa por diferentes etapas e processos que culminam no enfraquecimento da sua força social e das suas redes de sociabilidade e dos militantes LGBTs. Essa diminuição está contida na bibliografia citada anteriormente em dois grandes tópicos: 1) surgimento da epidemia da AIDS 2) redemocratização e necessidade da criação de um novo ideário, que além de passarem a viver em um novo contexto democrático diferente das etapas de sua criação, observam a explosão das grandes discussões em torno da AIDS, que acaba sendo associada as práticas homoafetivas.

O movimento Homossexual ou Movimento LGBT, inicialmente possuía uma luta/causa específica na caracterização dos seus corpos, das suas formas de ser e de existir, viam a necessidade de se afirmarem enquanto sujeitos homossexuais, viam a necessidade de saírem do armário (termo utilizado no contexto popular). Portanto, neste primeiro início das lutas travadas pelo Movimento LGBT e pelos sujeitos LGBTs, havia uma característica central, a luta pela afirmação e reafirmação de suas identidades e busca pelo reconhecimento das mesmas, a relação com o Estado nessa etapa se fazia quase que nula, fraca e inexistente, no entanto, com o surgimento da epidemia da AIDS essa relação é abruptamente aproximada, já que os homens homossexuais representavam uma categoria de risco, a partir desse momento as relações entre o Movimento LGBT e o Estado se tornam mais intensas e mais próximas na busca pela criação de políticas públicas e políticas de prevenção que atendessem a população e garantissem a estagnação da epidemia.

As lutas e demandas travadas pelo Movimento LGBT ao redor do Estado, possibilitou a criação no ano de 2004 de um programa com pautas e especificidades no que diz respeito a vida dos sujeitos LGBT, conhecido como “Brasil sem homofobia – combate a violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual”, como aponta Camarotti (2009, p. 13), essa foi a primeira ação desencadeada pelo poder executivo federal especificamente dirigida aos homossexuais.

A dificuldade do Estado em elaborar soluções para os problemas que emergiam na sociedade fez surgir novos atores sociais e políticos na busca pela criação de políticas públicas, espaços menos desiguais, divisão de poderes e esferas, no que tange o público LGBT essa dificuldade sempre foi denunciada desde o ano da criação do movimento organizado (1978) até a presente data.

Podemos compreender o surgimento de grupos, coletivos, mais especificamente de movimentos sociais, um produto gerado pelo discurso ineficiente do Estado em relação

ao suprimento e auxílio destinado a essas populações e grupos sociais específicos, que não satisfeitos com a condição em que viviam, se organizam enquanto sujeitos políticos e sociais na busca pela disputa daquilo que certamente corresponde a sua sobrevivência.

Como aponta Melucci (1989) é percebido um aumento significativo no número de grupos capazes de se organizar, representando seus interesses e extraindo vantagens do processo de troca política. A resposta do Movimento LGBT a ineficiência do Estado, surge, de forma massiva na década de 1990 e passa atuar num formato mais pragmático e sobre as vias institucionais através das Organizações Não Governamentais (ONGs), o Grupo Gay da Bahia e o Triângulo Rosa são identificados como os grupos mais expressivos nessa nova forma de atuação do movimento, se na década de 1980 o I Encontro Brasileiro de Homossexuais (IBH) reuniu 19 grupos organizados pelo Brasil, na década de 1990 o mesmo evento reuniu 180 grupos e organizações espalhados/espalhadas pelo Brasil, número que evidencia uma nova organização e atuação.

Num primeiro momento Camarotti (2009) faz uma análise da atuação e dos mecanismos políticos exercidos por diferentes instituições e movimentos sociais que acabam por criar uma nova relação entre Estado – Sociedade Civil, logo, surgem conceitos como o da participação cidadã, que coloca a sociedade civil numa relação com o Estado completamente diferente da que havia no passado a partir do surgimento das ONGs na década de 1990.

Gohn (1997), realiza uma leitura sobre os paradigmas desenhados sobre os Movimentos Sociais, aplicando uma leitura especificamente latino-americana, compreendendo os processos históricos de consolidação da sociedade, não como processos únicos em todo o mundo, mas que possuem especificidades e particularidades, que devem ser respeitadas para que se faça uma análise correta da atuação desses grupos, logo, compreender os Movimentos Sociais da América Latina, implica, necessariamente exercer constantemente uma leitura da realidade latino-americana, elaborando, por fim, uma leitura específica para cada contexto espacial.

No contexto brasileiro, as questões sobre os Direitos Humanos, tem permeado a criação de redes de solidariedade entre os movimentos sociais e que de certa forma mobilizam apenas pequenas parcelas das camadas médias da população. No que se refere ao Movimento LGBT brasileiro, a característica intrínseca ao seu surgimento se dá pela pauta do reconhecimento, com pouquíssimas relações acerca de demandas econômicas. A

igreja católica (mais especificamente a ala progressista) desempenha um papel interessante na construção das narrativas sobre as disputas entre espaços e poderes, já que ela teve um papel muito importante na década de 60, promovendo a inserção de políticas públicas e negociações em torno de movimentos sociais específicos como por exemplo o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) que praticam sua luta em direção ao trunfo do território. No entanto, com o os “novos Movimentos”, mais especificamente o Movimento LGBT, o sentido é oposto, já que diante dos dogmas praticados pela igreja e do que consideram pecado a população LGBT seria um alvo a ser atacado.

Em todos os lugares do mundo o Movimento LGBT, encontra-se sobre a luta pelo reconhecimento de suas identidades. “Assiste-se, de algumas décadas para cá, paralela à existência de demandas relacionadas à classe, a emergência e consolidação de reivindicações referentes ao status, nas quais, muitas vezes, as questões econômicas estão em posição secundária, e o foco do discurso dirige-se às questões identitárias”, como aponta Camarotti (2009, p. 35). O surgimento de pautas, lutas e bandeiras que são erguidas no contexto atual, estão intrinsicamente ligadas primariamente com as questões de identidade e do reconhecimento do ser.

A construção da luta LGBT se dá pela identidade e pelo projeto que o coletivo/movimento carrega, como aponta Camarotti (2009), a luta pela identidade surge no aspecto imaterial que normatiza suas vidas, isto é, o heterossexismo, já o projeto também está ligado com os aspectos da identidade do Movimento LGBT, no entanto é macroestrutural, corresponde as estratégias adotadas pelo movimento em busca da desconstrução de estruturas milenares que correspondem a um processo de opressão, a luta gira ao redor da libertação dos corpos.

A construção de agendas de luta no centro do Movimento LGBT, seja em âmbito internacional como nacional, se dá inicialmente pela necessidade de ressignificar o sentido da palavra homossexualidade.

A partir da década de 1960 os LGBTs lutavam para que a categoria homossexual deixasse de ser ligada a ideia de doença ou crime, desejando, portanto, que a homossexualidade fosse reinventada e ganhasse o sentido ou papel de designar o seu sentido a partir da perspectiva do desejo. A afirmação do ser homossexual como uma característica de identidade e de orgulho ocorre em Nova York, em um evento marcado pelo enfrentamento e reafirmação no bar Stonewall Inn. Como aponta Camarotti (2009,

53) “o episódio ocorreu em uma noite de sexta-feira, 28 de junho de 1969, como respostas aos constrangimentos a que eram submetidos os homossexuais por parte da polícia”.

A autora aponta que há um consenso de que o Movimento LGBT brasileiro tenha surgido com o lançamento do Jornal “Lampião da Esquina” na cidade do Rio de Janeiro, a produção do material jornalístico envolvia homossexuais intelectuais, acadêmicos, jornalistas e artistas, contribuindo para que o Jornal Lampião da Esquina se tornasse um importante instrumento e referência para o Movimento.

As identidades hegemônicas foram questionadas, colocando em evidência a pluralidade do social que antes se encontrava obscurecida pela centralidade das questões de classe, conforme já mencionado, permitindo, assim, a emergência das demandas e insatisfações de mulheres, índios, negros e homossexuais, os quais passaram a exigir o reconhecimento de sua especificidade no campo da cidadania universalizante (CAMAROTTI, 2009, p. 54).

O reconhecimento de suas identidades sexuais, era marcada pelo Jornal Lampião da Esquina como um ato político, isto é, uma saída significativa dos guetos. No entanto, o primeiro grupo homossexual brasileiro surgiu em São Paulo no ano de 1978, as características como aponta Camarotti (2009) adotadas pelo grupo tomava um sentido oposto aquela estética de militância da esquerda, fazendo a pauta macroestrutural das classes se tornar uma discussão secundária, já que afirmação de suas identidades se constituía como principal ato político adotado pelo Grupo.

É importante realizarmos essa leitura em torno dos aspectos das redes criadas entre os movimentos sociais diversos e suas respectivas disputas narrativas e ideológicas, tendo vista que no primeiro momento da luta LGBT a ala da esquerda ortodoxa considerava a luta do Movimento LGBT e de outras pautas consideradas “minorias” não tão importantes quanto a luta de classes, logo, o movimento denunciava as atuações da esquerda brasileira como praticas homofóbicas que iam exatamente no sentido oposto ao que os coletivos propositavam, isto é, a busca pelo reconhecimento de suas identidades.

A materialização da luta desses sujeitos/movimentos sociais LGBTs, começa a ser percebida em torno das duras críticas dos movimentos à forma como a sociedade estava estruturada e organizada (o que convertia as plurais sexualidades e formas de ser em desordem), isto é, dentro de normas rígidas e muito antigas, portanto, são pelas ações estratégicas representadas pelas passeatas, que posteriormente são convertidas em “paradas”, que ocorrem em todo mundo.

As primeiras passeatas acontecem em meados dos anos 1980, em resposta as duras repressões sofridas pelos policiais, no entanto, como aponta Camarotti (2009, p. 56), “entretanto, foi somente quando a International Lesbian and Gay Association (ILGA) realizou a sua 17ª Conferência Internacional no Brasil, em junho de 1995, que aconteceu a primeira parada gay brasileira na cidade do Rio de Janeiro-RJ”.

A respeito da construção das paradas que posteriormente ganham mais visibilidade, Camarotti (2009, p. 56), aponta:

A partir de 1997, o movimento homossexual de São Paulo passou a organizar paradas anuais, imprimindo-lhes uma conotação mais política; ao mesmo tempo, aproveita estrategicamente o caráter festivo do evento para aglutinar um grande número de homossexuais não-militantes, heterossexuais simpatizantes (CONDE, 2004) e, mais recentemente, até mesmo “curiosos”, que acabam por conferir legitimidade à bandeira de luta LGBT. A maior visibilidade desses eventos tem aberto espaços na mídia e na sociedade para as bandeiras homossexuais. Entretanto, muitas vezes, o processo de organização das paradas envolve discordâncias que dão origem a dissidências no movimento, ainda que temporárias, principalmente pelo caráter excessivamente festivo e pouco politizado do evento, segundo parte da militância, e à acusação de que falta transparência na destinação dos recursos advindos de patrocinadores.

Inicialmente podemos realizar uma leitura acerca das paradas LGBT como um evento que envolve milhares de pessoas, entre elas, sujeitos não LGBT mas que por se tratar de um evento apresentado de forma pública e com uma estrutura consideravelmente grande, se aproximam das discussões e compreendem as lutas estabelecidas em torno da bandeira levantada pelo Movimento.

Como exposto anteriormente o Movimento LGBT possuía uma estrutura diferente dos movimentos de esquerda atuantes na época, ao mesmo tempo que reproduzia o machismo e a desigualdade de gênero, já que o movimento não recebia as pautas e lutas levantadas pelas mulheres lésbicas, travestis e transexuais.

Essa problemática centrada na falta de visibilidade dentro do movimento que lutava pela visibilidade e pela pluralidade, fez surgir uma cisão como aponta Camarotti apud Fry (2009, p. 57) “ex-integrantes do grupo “Somos” fundaram o “Grupo de Ação Lésbico-Feminista” (GALF) e integrantes insatisfeitos com a vinculação do “Somos” à política partidária tradicional deram origem ao grupo “Outra Coisa”. O grupo Somos se coloca como primeiro Grupo/Coletivo/Movimento LGBT do Brasil, no entanto dois anos após a sua fundação já era possível identificar 17 grupos homossexuais espalhados pelo Brasil.

Um dos questionamentos que surgem durante a leitura do movimento está centrado na representatividade que o movimento é capaz de abarcar e, de fato, representar. Se os sujeitos que compõem o Movimento LGBT são sujeitos que diferem uns dos outros, o que os faz se unirem em torno da luta? Como aponta Camarotti (2009, p. 58), “de modo geral, gays, lésbicas e transgêneros são alvos da mesma discriminação e intolerância, o que faz com que reivindiquem juntos na arena política, a sua cidadania e condição humana”.

Por volta da década de 1980, é possível observar um enfraquecimento da força social exercida pelo Movimento LGBT brasileiro, as divergências que eram criadas a respeito das opiniões e das alianças estabelecidas com partidos políticos, sobretudo, o Partido dos Trabalhadores (PT), fez com que o movimento de certa forma se enfraquecesse nos aspectos da autonomia que antes tinha, ao mesmo tempo que pessoas do Movimento LGBT acabaram se filiando a partidos, tornando-se quadros partidários.

A dicotomia entre os sujeitos que compunham o Movimento LGBT, só veio se enfraquecer com o ressurgimento da AIDS, que colocava os LGBTs em uma situação de estigma ainda maior, sobretudo, os homens gays, população que estava sendo atingida de forma letal pela doença. É evidente que o campo das leis é ainda um espaço muito lesbo-homo-bi-transfóbico, que tem negado a esses sujeitos os direitos comuns a todo e qualquer cidadão.

Quadro 01. Conteúdo das atuações desempenhadas pelo Movimento LGBT

1. De visibilidade – Manifestações Socioespaciais	1.1 A realização de Paradas
	1.2 A realização de eventos culturais de estímulo ao respeito à diversidade e valorização da identidade LGBT
	1.3 A realização de manifestações e protestos
2. De denúncia	2.1 A documentação e acompanhamento de casos de violência contra LGBTs
	2.2 O acompanhamento da mídia e tomada de providências nos casos considerados de discriminação aos LGBTs
3. Da presença no campo político formal	3.1 A proposição e pressão para aprovação de leis
	3.2 A proposição, execução e monitoramento de políticas públicas
	3.3 A candidatura a cargos legislativos e executivos e o estabelecimento de alianças com políticos favoráveis à causa LGBT
	3.4 A atuação junto ao poder judiciário visando assegurar direitos dos LGBTs
4. De articulação	4.1 A criação de redes LGBTs transnacionais, nacionais e locais
	4.2 O incentivo ao surgimento de novas organizações LGBT
	4.3 O estabelecimento de redes com outros movimentos sociais

Fonte: Camarotti, 2009

Org: Wilians Ventura Ferreira Souza; Carlos Alberto Feliciano

Como demonstrado no Quadro 01, o movimento LGBT possui diferentes repertórios de atuação e ação coletiva, que permeiam a luta pela visibilidade, da denúncia das violências e dos Crimes de ódio praticados contra a população LGBT, da presença no campo político formal, isto é, na luta pela aprovação de leis que garantam direitos básicos e da articulação, que estrategicamente pensa na criação e aprimoramento de redes de coletivos LGBT.

Produção e Disputa pelo Espaço a partir do Corpo: luta e formação do Movimento LGBT de Presidente Prudente/SP

Assim como o surgimento do Movimento LGBT em âmbito internacional e nacional, o movimento LGBT de Presidente Prudente - SP, nasce marcado pela resposta as múltiplas formas de violência direcionadas a seus corpos e as suas vidas. As normas vigentes, correspondentes as práticas heteronormativas e heterossexistas, que limitam e proíbem que os corpos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, transitem pelos espaços de forma livre e pacífica.

Para o seguinte resultado, realizamos entrevistas semiestruturadas com 5 sujeitos, que participaram ativamente da construção do movimento LGBT de Presidente Prudente - SP em seus diferentes momentos históricos. Alguns dos entrevistados constituem-se como os primeiros a organizarem algum tipo de ação coletiva ou manifestação socioespacial no município, outros fazem parte da atuação mais recente do Movimento LGBT. Identificaremos quando for preciso as particularidades, os formatos de resistências e lutas desempenhados por esses militantes.

Quadro 02. Características dos entrevistados⁴

Nº	Nome	Identidade de Gênero	Orientação Sexual	Idade	Religião	Tempo de Atuação
1	Charles	Cisgênero	Homossexual	48	Candomblecista, Umbandista e Espírita	2015
2	Renata	Cisgênero	Heterossexual	47	Católica	(2007 a 2012 e 2015)
3	Tauan	Homem Transexual	Heterossexual	27	Evangélico	(2016 a 2019)
4	Talita	Travesti	Heterossexual	35	Católica	(2007 a 2012 e 2015)
5	Vagner	Cisgênero	Homossexual	41	Católico	(2016 a 2019)

Org. Wilians Ventura Ferreira Souza e Carlos Alberto Feliciano

⁴ Todos os entrevistados após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) autorizaram e reivindicaram a utilização de seus nomes como um ato político e importante, já que contribuíram de forma substancial para a construção da história do movimento no município.

Através da aplicação das entrevistas semiestruturadas, foi possível unir o quebra-cabeça histórico de atuação de ativistas e militantes do Movimento LGBT de Presidente Prudente - SP. Identificamos, portanto, as primeiras ações e manifestações socioespaciais, expressas em ocupações, manifestações, atos políticos, como também, a distribuição de guetos e redes de sociabilidade.

Todas essas características que compõem o movimento LGBT, serão expressas a partir da oralidade dos sujeitos entrevistados, como também do ato de colorir a história das Paradas realizadas em Presidente Prudente - SP, entendendo-as como um importante instrumento de luta, que modifica a dinâmica da cidade, ainda que de forma efêmera.

Ao indagarmos os sujeitos sobre a história das Paradas da Diversidade/Gay/Parada LGBT de Presidente, foram poucas/os aquelas/es que souberam responder com precisão questões sobre datas, quantidade de participantes, local de realização, entre outras questões que consideramos de imensa importância, até pelo motivo de não haver nada documentado pelos ativistas, militantes e movimentos sociais. No entanto, ressaltamos que a história desse movimento, que é tão rica e complexa, não se perdeu.

Através do nosso esforço, em buscar entender e conectar as peças do quebra-cabeça que pareciam não fazer parte do jogo, jogamo-nos em busca das possibilidades de encontrar algo, que pelo menos nos ajudasse a entender melhor a atuação desses sujeitos e de outros movimentos, como também recompor o seu histórico de luta e ação.

A partir desse movimento de ir em busca de algo desconhecido, nos defrontamos com a hemeroteca presente na biblioteca da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Presidente Prudente - SP, onde após dias e dias de reflexão e busca das matérias jornalísticas a respeito das manifestações/Paradas/Ocupações do Movimento LGBT e dos ativistas, tivemos a exultação de encontrar todos os anos das manifestações socioespaciais – reconhecidas em alguns momentos como Parada do Orgulho Gay, em outros como Parada da Diversidade e até Parada do Orgulho LGBT – exceto de alguns anos em que a Parada não ocorreu.

Por esse motivo, escrevemos este artigo em clima de resistência, principalmente por duas questões: 1) Pelo esforço desempenhado durante a construção desta pesquisa e pelos reconhecidos avanços em diferentes temáticas, seja elas conceituais, teóricas e também do fazer ciência, isto é, da prática da ação científica. 2) Por estarmos escrevendo e

realizando um trabalho jamais feito e, que sem dúvida, entra para a história do Movimento LGBT de Presidente Prudente - SP e de todas e todos aqueles/aquelas que fizeram parte dessa construção e que devem se sentir representados por cada palavra distribuída neste texto.

Realizaremos a partir de agora a exposição da história do Movimento LGBT de Presidente Prudente - SP, partindo de seus primórdios, das suas bases, do início dessa história tão rica, colorida e importante para o município e todas e todos aqueles/aquelas que hoje se encontram dispostos na luta pelas suas vidas e corpos.

O processo de construção do movimento LGBT em Presidente Prudente - SP é muito recente. Renata, militante na área da saúde, uma de nossas entrevistadas, iniciou por volta da década de 2000 a participação em diferentes conselhos de saúde e treinamentos em torno das temáticas de saúde que englobassem temas como acessibilidade e inclusão no Sistema Único de Saúde (SUS).

Desses conselhos, caracterizados como espaços de formação, ela saía cada vez mais preocupada com a criação e o fortalecimento de uma rede de atuação no município de Presidente Prudente - SP centrada na saúde e em seus meandros compostos pela diversidade, seja de negras e negros, idosos, como também de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. É importante destacarmos que essa rede composta por estas temáticas ainda era inexistente.

O incentivo do Estado sobre as políticas públicas de acesso à saúde, programas de prevenção as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), educação acerca das temáticas sexuais nas escolas, se constituem como ações propositivas e que produzem ótimos resultados.

Ao participar de um desses encontros, a ativista da área da saúde identificou uma lacuna no município de Presidente Prudente - SP, visto que ainda não havia na região alguma organização da saúde, mais especificamente, em torno das temáticas que envolvessem LGBTs. Neste momento, vê-se a necessidade de buscar sujeitos que a partir de suas vivências e experiências pudessem construir algo sólido e representativo no município, além da criação de uma rede centrada na diversidade.

O foco principal do curso (Tecendo Redes) realizado em Belo Horizonte - MG, era de que os participantes saíssem de lá com o objetivo de construir novas redes ao redor da saúde e, também, de se inserirem nos conselhos municipais de saúde (CMS).

A ativista passa a conhecer as estruturas do Conselho Municipal de Saúde de Presidente Prudente - SP, onde identifica diferentes problemáticas, sobretudo, em relação a representatividade. Ela reconhece a partir de sua fala que o Conselho de Presidente Prudente - SP não obtinha uma paridade visto que era formado apenas por gestores e trabalhadores, faltava, portanto, a participação dos usuários dos sistemas de saúde.

Após o contato com diferentes gestores e a exposição de sua insatisfação em relação ao Conselho Municipal de Saúde de Presidente Prudente - SP, já que a realidade do município não condizia com o que ela havia aprendido no curso realizado, ela recebe algumas orientações de pessoas próximas e entra com um processo direcionado ao município para que houvesse a construção de um Conselho Municipal adequado às bases regimentais e representativas.

A partir desse movimento de busca de representatividades LGBTs para compor o Conselho Municipal de Saúde (CMS), a ativista Renata conhece Sérgio Aparecido dos Santos, identificamos a atuação do Sérgio como essencial para a construção e consolidação do Movimento LGBT de Presidente Prudente - SP, identificado, inicialmente, como um movimento homossexual e até mesmo gay, visto que as discussões a respeito das diferenças, das identidades e das interseccionalidades ainda era muito insípida e efêmera.

Sérgio passa a partir dos encontros realizados em âmbitos estaduais, participar do Tecendo Redes e, sai de lá, muito entusiasmado para construir novas redes e espaços de discussão no município de Presidente Prudente - SP.

[...] O Fórum LGBT fazia fóruns itinerantes e aí eu falava assim pro Sérgio: “Sérgio, eu quero caminhar na saúde, na defesa do SUS. Caminha comigo, mas como LGBT”. E o Sérgio pegou com unhas e dentes, ele participava de tudo, ele conheceu todas as lideranças, ele se fortaleceu, ele defendia como ninguém. Eu me lembro que ele tentou se articular com a OAB, porque aí ele já tinha aprendido os caminhos, de onde é que ele tinha que atuar e ele veio na OAB e falou o termo “homofobia” na OAB pela primeira vez e ele diz que todo mundo ficou olhando pra ele. Ele falava assim: “Renata, ninguém sabe o que é homofobia”. Aí eu disse pra ele: “não? Então, ensina!” (risos) E assim, todo o encontro que ele voltava, ele me trazia material, me trazia as coisas que era distribuídas, me mostrava vídeos que ele assistia nos encontros e a gente trocou muitas experiências juntos, né. Essa história toda começou de 2000 pra cá (RENATA, 2019).

É portanto, no início dos anos 2000, que ativistas e militantes, representados pela Renata, pelo Sérgio e outros, que começam a tecer uma rede de atuação em torno de temáticas que englobavam a diversidade sexual e de gênero, as discussões sobre as Doenças

Sexualmente Transmissíveis (agora compreendidas como ISTs), em torno das oportunidades para a população LGBT Prudentina, bem como da violência direcionada aos corpos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais do município, etc.

A partir dos encontros Sérgio recebia mais e mais orientações, uma delas, baseava-se na construção de uma teia de atuação, portanto, não era interessante que ele atuasse sozinho, como representante único do movimento no município. É, portanto, a partir desse momento que se dá a aproximação do Sérgio com a Cura Diocesana de Presidente Prudente - SP – espaços que eram caracterizados por uma abertura mais progressista. Havia já nesses espaços discussões em torno de raça, gênero, sexualidade, visto que se formavam e estruturavam movimentos como: o Movimento Negro, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), etc.

Identificamos a partir da entrevista a primeira atuação socioespacial em torno da diversidade no município de Presidente Prudente - SP, representada pela ação de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores, Rurais Sem Terra (MST), Movimento Negro e, também a representatividade expressa em Sérgio que atuava nessas frentes e que contribuiu com a organização da manifestação representada pelo “Grito dos Excluídos”.

A entrevistada Renata verbaliza que Sérgio reconheceu o Grito dos Excluídos como a primeira Parada, no entanto, ela alerta que não é possível considerar como primeira Parada LGBT, pelo fato de ser composta por diferentes segmentos, todos eles unidos ali por um objetivo, a luta por mais direitos e igualdades.

A partir da primeira participação do Sérgio na marcha do Grito dos Excluídos, ele sente um enorme desejo de realizar a construção da primeira Parada de Presidente Prudente - SP e, no ano seguinte, cria uma rede de sujeitos interessados em compor essa construção.

A partir das buscas documentais tão importantes, encontramos a notícia da primeira Parada da Diversidade de Presidente Prudente - SP, realizada no dia 27 de outubro de 2007. O evento foi marcado por diferentes objetivos, um deles de discutir a diversidade sexual e propagar à cidadania. Um dia antes da realização da Parada da Diversidade, ocorreu o II Seminário de Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)/Aids e diversidade sexual, cerca de 100 pessoas participaram do evento que fora

organizado pelo Grupo de Estudos sobre Sexualidade e Cultura (GESC), coordenado pelo principal organizador da Parada da Diversidade Sérgio Aparecido.

Conforme o coordenador do Gesc, Sérgio Aparecido dos Santos, o tipo de preconceito mais latente enfrentado pelo público GLBTT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) é justamente a homofobia. “Esse ódio às pessoas inclusas no segmento GLBTT é uma doença social, e a única forma de minimizá-lo e cura-la, é com informação. Por isso esse tipo de debate realizado é tão importante”, ressalta (O IMPARCIAL, 27 de out. de 2007).

As fontes representadas pelos jornais (O Imparcial e Oeste Notícias), informaram que a Parada reuniu aproximadamente 350 pessoas e teve início no Parque do Povo na altura da rua Donato Armelino e seguiu após a execução do Hino Nacional até as proximidades do Prudenshopping. Havia a presença de trios elétricos, cartazes, gritos de manifestação, etc.

Figura 01. Imagem da primeira Parada da Diversidade de Presidente Prudente – SP



Fonte: O Imparcial.

Org: Wilians Ventura Ferreira Souza e Carlos Alberto Feliciano

A Parada da Diversidade, que teve sua descrição exposta acima, representa além de um movimento socioespacial, um movimento também socioterritorial, visto que muitos dos militantes, ativistas, Drag Queens ali presentes, utilizam o seu corpo como instrumento

político ao reconhecerem que seus corpos são também seus territórios. É necessário avançarmos nessa discussão, no entanto, a faremos no próximo tópico.

A organização do evento realizada pelo Sérgio, Renata e Talita, se constitui como um marco histórico, representando uma abertura de espaços antes impenetráveis, disputados e que se apresentavam de maneira hostil a essa população.

As manifestações realizadas nesse dia, mesmo que identificadas a partir de sua efemeridade, isto é, sua atuação e espacialização se dá em apenas um dia, em poucas horas, devemos ir além dessa compreensão, sendo que a luta pela liberdade, igualdade e criação de políticas públicas, adentra em outros espaços e territórios, provocam movimentos na imaterialidade, no pensamento hegemônico, atinge em cheio o sistema heteronormativo presente no município.

Houve uma aproximação maior com outros movimentos sociais do município, como também da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de Presidente Prudente – SP que cederam o espaço para que as reuniões fossem feitas de forma mais segura e cômoda.

Nestes espaços, eram desenvolvidas e criadas redes de discussão, mesas de debates de temas relacionados ao movimento LGBT. A saúde, era, portanto, espaços também de capacitação e formação, havia sim, o conteúdo festivo presente nas Paradas, no entanto, havia também os espaços caracterizados pela troca de conhecimentos e pela experimentação de diferentes vivências presentes na concretude do movimento LGBT e na interação com outros setores da sociedade civil.

Os movimentos sociais surgem como forma de protesto e embate as normas vigentes que, por vezes, atuam impondo diferentes formas e tipos de opressões. O ativismo LGBT que surge nesse sentido, marcado pelo enfrentamento a lesbo-homo-bi-transfobia, se distribui pelos mais diferentes espaços assumindo como principal objetivo o combate a essas formas de opressão.

A parada LGBT surge como expressão dos movimentos sociais e ativistas, que utilizam a organização política como forma de luta e disputa espacial. A Parada como uma expressão do movimento social, surge nos Estados Unidos, ocupando posteriormente diferentes outros espaços, como Paris, Berlim e Londres.

Com base nessa breve contextualização, permite-se pensar as paradas como movimentos sociais e, ao mesmo tempo, entendê-las como possibilidades de ativismo, de participação política e de organização social dos indivíduos que podem representar a inversão das atuais formas de poder, aquelas relacionadas ao campo institucionalizado. Trazer esse

diálogo é um esforço em construir uma base teórico-conceitual e metodológica que parte das forças do indivíduo que luta por direitos e por visibilidade social, ou por atores/atrizes sociais que foram marginalizados e ignorados pela sociedade, mesmo com uma Constituição que garante a liberdade, a justiça e a igualdade independente de cor, raça, sexo e orientação sexual (MOREIRA, 2016, p. 35).

A luta do Movimento LGBT de Presidente Prudente - SP possui diferentes fragmentos e dissidências que precisam ser lidos com muito cuidado e situado em seu tempo e contexto histórico, como assim o fizemos ao recortar ano a ano a história de cada Parada, como também as mudanças de coordenação e direção da Parada.

Desde o início, nos perguntávamos: qual seria o principal ensejo para que esses sujeito se organizassem no formato de movimentos socioespaciais?

A luta do movimento em Presidente Prudente - SP pode ser entendida a partir da união de diferentes sujeitos, que compreendem o sentido da militância e da atuação ativa para o caminho em direção a transformação social.

É necessário ressaltar que, no contexto atual de atuação do movimento, existem diferentes linhas de ação, identificadas a partir de múltiplas leituras da realidade. Existem aqueles que participam das manifestações socioespaciais (Parada LGBT) sem estarem organizados em movimentos socioespaciais ou socioterritoriais, existem aqueles que atuam como simpatizantes da luta e da causa como o caso de alguns militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - movimento socioterritorial, existem aqueles que atuam num sentido contrário a partidarização, como também aqueles que atuam mais próximos dos partidos e sindicatos que aderem essa plataforma.

Identificamos a partir da oralidade desses sujeitos que o que os atinge de forma mais violenta e cruel, é a violência. Todos eles através da aplicação das entrevistas, identificaram diferentes processos de estigmatização, subalternização e marginalização direcionada a seus corpos.

Assim sendo, mesmo que a Parada possua uma característica pontual e efêmera, ela tem atingido diferentes espaços, culminando na criação de coletivos, espaços de formação, de debates, setores de discussão dentro de movimentos socioterritoriais como é o caso do MST, coletivos dentro de universidades (públicas e privadas), etc.

O Grupo Somos criado no ano de 2015, através da união de diversos delegados (pessoas eleitas para representarem o município em diferentes estâncias), que representaram as diversidades presentes no Movimento. Esses delegados reuniram-se

inicialmente em uma conferência municipal que foi muito representativo no sentido de inflamar as discussões sobre as pautas específicas como: organização, trabalho, saúde, violência, educação, etc.

Após a realização da conferência municipal e a inflamação das discussões a respeito dessas pautas específicas, ocorreu a conferência estadual, onde também foi necessário a representação do movimento através dos delegados do município de Presidente Prudente - SP. E, por fim, houveram militantes que foram escolhidos para representar o município em âmbito nacional.

Assim, o Somos tem a sua gênese dentro dessa movimentação em torno das conferências (municipal, estadual e nacional), que inflamaram discussões e provocaram uma repentina organização desses sujeitos, que a identificaram como Grupo Somos LGBT.

É muito importante compreendermos a construção e consolidação do Movimento LGBT de Presidente Prudente - SP e situa-lo dentro de um conjunto de elementos socioespaciais e históricos que se diferenciam e, de certa maneira, produzem o movimento existente na atualidade. Portanto, é fundamental lermos a escala do movimento analisado, as suas projeções e a sua evolução dentro do espaço e do tempo.

Através do tópico anterior foi possível compreender o processo de construção das Paradas (Gay, Diversidade e LGBT), desde a primeira parada realizada no ano de 2007 até a última parada realizada no ano de 2019.

Identificamos também quais foram os protagonistas e principais organizadores desse evento, como também dos delegados selecionados para representar o município em diferentes esferas e escalas de atuação, surgindo nomes como: Sérgio, Renata, Talita, Charles, Waleria, Vagner, Tauan, Tom, etc.

Identificamos também que a atuação desses sujeitos foi importante para a criação de um discurso baseado em suas vivências, ora dotado de aspectos políticos, ora de aspectos relacionados a diversidade, as festas, etc.

As Paradas modificam, pelo menos por um dia, a dinâmica espacial do município de Presidente Prudente - SP, sobretudo, na Avenida 14 de Setembro que se localiza próxima ao Parque do Povo. O percurso realizado durante a Parada foi se alterando com o tempo e alguns dos entrevistados relatam que antes o percurso era um pouco mais extenso.

Quadro 03. Descrição de todas as Paradas realizadas no município de Presidente Prudente - SP

Nº	Nome	Quantidade de Pessoas	Lema	Data
1ª	I Parada da Diversidade	3000	Geral	2007
2ª	II Parada Gay de Presidente Prudente - SP	3500	“Homofobia é crime, contamina e pode matar”	2008
3ª	III Parada Gay de Presidente Prudente - SP	3500	“Cidadania, Direito teu e meu também”	2009
4ª	IV Parada Gay de Presidente Prudente - SP	7000	“Ser ou não ser, não é essa a questão”	2010
5ª	V Parada Gay de Presidente Prudente - SP	10000	“Se o teu amor pode, o meu também pode – chega de homofobia”	2011
6ª	VI Parada Gay de Presidente Prudente - SP	1200	“Por um país laico e sem homofobia”	2012
7ª	Não houve	Não houve	Não houve	2013
8ª	Falecimento do organizador principal do evento – Hélio Cruz	Não houve	Não houve	2014
9ª	IX Parada do Orgulho Gay de Presidente Prudente - SP	3000	“Tudo pela Igualdade”	2015
10ª	X Parada do Orgulho LGBT de Presidente Prudente - SP	1000	“Nossa luta é todo dia contra a LGBTfobia”	2016
11ª	XI Parada do Orgulho LGBT de Presidente Prudente - SP	5000	“Lutando por uma sociedade de cores: em defesa da vida de todos e todas LGBT”	2017
12ª	XII Parada do Orgulho LGBT de Presidente Prudente - SP	10000	“Ocupando a educação para colorir com democracia”	2018
13ª	XIII	6000	“Se nossa existência te incomoda o problema está em você. SOMOS contra a LGBTfobia”	2019

Fonte: Hemeroteca/O Imparcial/ CUT

Org: Wilians Ventura Ferreira Souza e Carlos Alberto Feliciano

A partir do exposto é possível identificar três mudanças substanciais na construção do movimento LGBT de Presidente Prudente - SP, como também das Paradas:

O primeiro momento é marcado pela atuação do já falecido Sérgio Aparecido dos Santos, que através de uma relevante capacitação, tornou-se um importante quadro e referência nas temáticas que englobavam a comunidade LGBT. A partir de sua participação com bases da igreja, como a Cura Diocesana e da relação criada com outros movimentos sociais como o MST, é encorajado e realiza a Primeira Parada da Diversidade do Município (2007), no entanto, no mesmo ano ele falece, deixando uma enorme lacuna.

O segundo momento, surge a partir do agente penitenciário Hélio Cruz, que assume a responsabilidade de organizar a Parada do município. Hélio também explora os

diferentes espaços, cria uma rede de atuação com atores importantes no município: Drags queens e ativistas de outros segmentos.

Hélio também traz uma nova ferramenta para a Parada, ele foi o primeiro a criar uma semana de discussões sobre os mais diversos temas, essa semana antecedia o evento maior, a Parada, que era realizada aos domingos.

No entanto, em 2013, por falta de apoio e de ajuda, Hélio Cruz juntamente com outros companheiros e companheiras, cabe destaque para Renata Souza, que esteve junto na construção desde a primeira Parada, não realizaram a construção do evento.

Em 2014 ocorre novamente mais uma ruptura, a morte de Hélio Cruz. Novamente o Movimento LGBT Prudentino se vê num beco sem saída, cria-se uma lacuna e diferentes outras questões surgem a partir de seu falecimento, a principal era a de quem iria organizar a próxima Parada.

Novamente, Renata Souza, se apresenta como um importante articuladora do Movimento LGBT Prudentino, mesmo não sendo LGBT. Ela comunica Charles Francisco, homem gay, que assume a responsabilidade de construir a próxima Parada do município.

Charles traz novas formas de luta para a comunidade, também cria uma enorme rede de contato com Drag queens, travestis, lésbicas, gays e bissexuais, realizava diferentes eventos festivos que antecederam a Parada no município. Charles, por motivos pessoais, vai embora de Presidente Prudente - SP e, novamente a comunidade LGBT fica sem um organizador da Parada.

A partir do Surgimento do Grupo Somos, através das relevantes conferências, municipal, estadual e Nacional, os militantes e ativistas deste coletivo se sentem preparados para assumir a responsabilidade e organizam a Parada do Orgulho LGBT de Presidente Prudente - SP. É importante ressaltar que o conteúdo político sempre existiu desde a primeira Parada, no entanto, o Grupo Somos traz isso de uma forma mais explícita, através dos temas das Paradas que foram construídas coletivamente, da rede de grupos, instituições, universidades e frentes que foram anexadas a organização da Parada, como também da criação das Semanas da Diversidade, que assim como desenvolvidas por Hélio Cruz, tinham como objetivo debater temas importantes como: violência, saúde, trabalho, ativismos, etc.

Uma expressão importante para descrever essa nova fase do Movimento LGBT Prudentino, são os temas que foram debatidos durante a construção da Paradas. Em 2016, quando o Grupo Somos assume a organização, o lema era “Nossa luta é todo dia contra a LGBTfobia”, realizando uma importante reflexão a respeito dos crimes de ódio direcionados a população LGBT brasileira.

No ano de 2017, o grupo adotou o lema “Lutando por uma sociedade de cores: em defesa da vida de todos e todas LGBT”, novamente aplicando uma discussão sobre os processos de violação que essa população sofre diariamente.

Em 2018, ano de eleição presidencial, o Grupo Somos adotou o lema “Ocupando a educação para colorir com democracia”, realizando uma importante reflexão em torno do papel da escola na luta contra a lesbo-homo-bi-transfobia.

Em 2019, o tema foi “Se nossa existência te incomoda o problema está em você. SOMOS contra a LGBTfobia”, novamente trazendo a questão da violência como um importante tema a ser debatido e combatido.

É importante delimitarmos os anos de atuação referentes a cada etapa do processo de construção das Paradas no município. Sergio Aparecido, o primeiro organizador da Parada de Presidente Prudente - SP, organizou apenas a Parada do ano de 2007, que reuniu aproximadamente 3000 pessoas.

Hélio Cruz e Renata Souza, que assumem a organização da Parada depois do falecimento de Sérgio a organizam de 2008 a 2012. Durante este período a parada cresceu e diminuiu de um ano para o outros, atingindo seu maior público em 2011, onde reuniu cerca de 10000 mil pessoas.

Charles Francisco e Renata Souza, que assumem a organização após o falecimento de Hélio Cruz, organizam apenas a Parada de 2015, que reuniu aproximadamente 3000 pessoas.

O Grupo Somos organizou as paradas de 2016 a 2019, atingindo seu maior público no ano de 2018 onde reuniu cerca de 10000 mil pessoas.

Salientamos que todas as informações referentes ao público participante das Paradas foram retiradas das fontes jornalísticas consultadas.

Alguns dos ativistas e organizadores da Parada, alertam dizendo que em alguns anos o público foi maior do que o registrado, havendo, portanto, um conflito de dados.

Optamos por utilizar como fonte as matérias jornalísticas, visto que identificamos algumas incongruências na fala de alguns militantes.

O percurso da Parada de Presidente Prudente - SP se alterou com o passar do tempo, como expresso no mapa 1, houve a implementação de dois diferentes trajetos, o primeiro relacionado a Primeira Parada de Presidente Prudente - SP e foi utilizado de 2007 a 2010 e o segundo adotado a partir de 2011 até a atualidade.

No primeiro percurso, a manifestação socioespacial representada pela caminhada, acontecia a partir da Avenida Brasil, localizada a Oeste do município, numa região de grande movimento e dinâmica econômica, até o final da Avenida 14 de Setembro próximo ao Prudenshopping, todo o percurso possui aproximadamente 2,7 km.

No segundo percurso adotado a partir de 2011 (5ª Parada) até a atualidade, a manifestação ocorre também nas proximidades do Parque do Povo, no entanto, ele se encurta, logo, todo o percurso representa aproximadamente 1,64 km.

Figura 02. Percurso da Parada de Presidente Prudente - SP



Org: Wilians Ventura Ferreira Souza e Carlos Alberto Feliciano

É importante, discutirmos os impactos positivos causados pelas manifestações socioespaciais representadas pelas Paradas realizadas e que continuam sendo construídas ano após ano. A ocupação dos espaços realizada pelos movimentos sociais, aqui especificamente o movimento LGBT, deve ser lido a partir da intencionalidade inscrita

naquele espaço, que está em evidente disputa. A ocupação e, em alguns momentos, a transformação dos espaços, está alocada em debates centrais realizados pelos movimentos que historicamente lutam pela transformação social, respeito e visibilidade, como é o caso do movimento LGBT brasileiro e prudentino.

A parada LGBT, assume, a partir do exposto, uma centralidade de disputa espacial que atua em diferentes escalas, até mesmo nas corporeidades. No entanto, além de compreender a parada LGBT como um ato político, como de fato é, alguns autores como Moreira (2016), apontam os elementos da festividade muito presentes nas discussões realizadas pelos movimentos sociais que antecedem o ato da parada propriamente dito, como na consumação do ato, representado pela ocupação de vias de circulação importantes em determinadas cidades, modificando assim a dinâmica espacial das mesmas.

É evidente que as Paradas LGBTs imprimem um papel de festividade, criticado e visto por alguns como algo negativo ao movimento e a luta, no entanto, Moreira (2016, p. 37) aponta que “o festar, é entendido por muitos participantes como uma festividade, um momento de descontração e socialidade”. Os movimentos e os articuladores da Parada LGBT, se utilizam daquele momento efêmero, para marcar no espaço-tempo, suas reivindicações, disputas, debates e diálogos. É, portanto, um espaço de extrema relevância, seja pela busca incessante de visibilidade, seja pela disputa realizada pelas tidas “minorias” a um espaço da cidade.

Os corpos inseridos naquele espaço transmitem diferentes informações, estas por sua vez são lidas em alguns momentos como subversivas, já que fogem de um padrão construído e consolidado, isto é, a heteronormatividade, são, portanto, corpos contra-heteronormativos. Durante a aplicação das entrevistas é possível evidenciar uma série de exposições acerca do corpo como território (socioterritorial) e como ação socioespacial.

Vimos que a ação socioespacial pode ser compreendida como o ato de modificar a dinâmica, transformar de forma efêmera determinada estrutura, provocar reflexão, potencializar a cidadania e a manutenção de direitos e privilégios, mas, o que representa então a ação socioterritorial ou a leitura em torno do corpo como território?

A partir de diferentes leituras, iniciamos a compreensão do corpo como uma escala geográfica de atuação política, ora como espaço (socioespacial) – um corpo inserido na multidão diversa e heterogênea da Parada -, ora como território (socioterritorial) – um corpo que não se reconhece (transgêneros) e luta pela mudança e liberdade ao assumir que

o seu corpo é o seu território exercendo o que Fernandes (2012) insiste em colocar em sua leitura feita a partir desses conceitos. Os territórios estão contidos nos espaços, logo, todo movimento socioterritorial é também socioespacial, os corpos ocupam uma dimensão da realidade, todos os corpos ocupam uma dimensão espacial da realidade, como também atuam de forma política na defesa de seus corpos assumindo-os como territórios particulares.

Considerações Finais

É muito difícil concluir uma pesquisa como essa, sobretudo, por dois motivos. O primeiro é que a materialização do Movimento LGBT de Presidente Prudente - SP possui uma fluidez muito relevante, que se manifesta em diferentes mudanças estruturais em períodos curtos de tempo, o movimento muda e se transforma ano após ano, por este motivo identificamos algumas problemáticas em classificar e dizer o que representa ou não o movimento.

O segundo motivo pode ser compreendido a partir da quantidade de sujeitos presentes no movimento, que possuem pensamentos muito diferentes e que possibilitam uma discussão rica, intensa e até decisiva para a constituição e linha política exercida pelo movimento em determinado período, portanto, poderíamos seguir o rito e expressar que o Movimento LGBT de Presidente Prudente - SP apresenta X características e por este motivo o lemos de tal forma. Não faremos desta forma, a pesquisa que vem sendo realizada há aproximadamente três anos, evidenciou diferentes processos e estes foram lidos em determinado período e concretude do movimento, hoje o lemos de outra forma, eis o movimento dialético da realidade.

Ao mesmo tempo que reconhecemos essas mudanças estruturais tão presentes na estrutura ideológica e de atuação do movimento, também evidenciamos algo jamais feito, isto é, colorimos a história do movimento LGBT, composta por diferentes sujeitos que foram essenciais para a fundação de um movimento organizado, a existência de um movimento está intimamente relacionado com a existência do outro, o movimento fundado em 2007 a partir das Paradas se apresenta como uma importante ação e produz novas ações de resistência, o movimento LGBT atual é resultado da sucessão de tempos históricos representados por uma luta socioespacial.

Referências

- BARBOSA, A. C. S. As trans-formações dos corpos travestis e o espaço escolar: uma leitura que não cabe no masculino e feminino. In: SILVA, J. M; ORNAT, M. J; JUNIOR, A. B. C. (Org.). **Diálogos ibero-latino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades**. Ponta Grossa: Toda palavra, 2017. p. 67-83
- CAMAROTTI, R. **A trajetória do Movimento LGBT**: a luta por reconhecimento e cidadania no contexto brasileiro e baiano. 2009, 154 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação do departamento de ciências sociais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- COLETTI, L. H. **O movimento LGBT e a mídia**: tensões, interações e estratégias no Brasil e nos Estados Unidos. Rio de Janeiro, 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013, 278p.
- EFREM F. R. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. **Cad. Pagu** [online]. 2016, n.46, pp.311-340.
- FERNANDES, B. M. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Ed. Especial. São Paulo: **Revista NERA**, 2012. p. 07-17.
- FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. En: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: **CLACSO**, 2005.
- FACCHINI, R. **“Sopa de Letrinhas”?** – movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. Campinas, 2002.
- FREIRE, L. **A máquina da cidadania**: uma etnografia sobre a requalificação civil das pessoas transexuais. 2015. 192 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- GOHN, M. da G. **Teorias dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2007.
- MACRAE, E. **Os respeitáveis militantes e as bichas loucas**. In: EULÁLIO, A. et al. Caminhos Cruzados. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982
- MOLINA, L. P. P. A homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual. **Revista Antíteses**, v. 4, n. 8, p. 949-962, jul/dez, 2011.

ORNAT, M. J. **Território da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa – Paraná.** Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007. 160 f.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; JUNIOR, A. B. C. Sobre as desobediências epistemológicas e o testamento intelectual de Milton Santos. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; JUNIOR, A. B. C. (Org.) **Geografias feministas e das sexualidades: encontros e diferenças.** Ponta Grossa: Toda palavra, 2016. p. 13-31

SILVA, M. J.; FERREIRA, E. Abordagens corporizadas: gênero, sexualidades e tecnologias. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; JUNIOR, A. B. C. (Org.). **Diálogos ibero-latino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades.** Ponta Grossa: Toda palavra, 2017. p. 31-45.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

Sobre os autores (Informações prestadas pelos autores)

Wilians Ventura Ferreira Souza

Graduando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP campus de Presidente Prudente
Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.

Carlos Alberto Feliciano

Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA

Como citar esse artigo

SOUZA, W. V. F.; FELICIANO, C. A. Que movimento é esse: uma leitura histórica e socioespacial do movimento LGBT de Presidente Prudente/SP. In: **Revista Geografia em Atos** (GeoAtos online) - 60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios - v. 08, n. 15, p. 136-165, dez/2019. DOI: 10.35416/geoatos.v8i15.6990

Recebido em: 2019-11-20

Devolvido para correções: 2019-12-17

Aceito em: 2019-12-25

**COMPORTAMENTO ESPAÇO-TEMPORAL DA PRECIPITAÇÃO
PLUVIOMÉTRICA DISTRIBUÍDA NO OESTE DO ESTADO DE SÃO
PAULO – BRASIL**

Karla Leticia Seviero Rampazzi

orcid.org/0000-0003-3552-8289
Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP
E-mail: karlarampazzi@hotmail.com

Edilson Ferreira Flores

orcid.org/0000-0001-7385-6705
Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP
E-mail: edilson-ferreira.flores@unesp.br

DOI: 10.35416/geoatos.v8i15.7003

Resumo

Tendo em vista a importância da água para vida, este trabalho visa apresentar um estudo voltado à precipitação pluviométrica distribuída no Oeste do Estado de São Paulo durante um período de 11 anos. Dessa forma, apoiado na metodologia dos “anos padrão” de Monteiro (1973), foram estabelecidas classes de ano padrão seco, habitual e chuvoso, nas quais foram selecionados para análise de dados, os anos representativos com distintos comportamentos de 2012, 2014 e 2017. Dessa maneira constatou-se em 2014 ano considerado seco uma produção de cana-de-açúcar abaixo daquela observada em 2017 ano chuvoso, onde houve maior produção como esperado. Para isso, foram aplicadas técnicas de geoestatística apoiada à tecnologia SIG (Sistema de Informação Geográfica) a fim de espacializar estes dados, assim como dados da área plantada e da produção de cana-de-açúcar, tendo o intuito de expor a variabilidade espacial destes dois fenômenos e correlacioná-los.

Palavras-chave: Cana-de-açúcar; Climatologia; Geoestatística.

**SPACE-TIME BEHAVIOR OF DISTRIBUTED
PLUVIOMETRIC PRECIPITATION IN THE WEST OF SÃO
PAULO STATE - BRAZIL**

Abstract

Given the importance of water for life, this paper aims to present a study focused on rainfall distributed in the west of the state of São Paulo over a period of 11 years. Based on Monteiro "standard years" methodology (1973), dry, usual and rainy standard year classes were established, in which the representative years with different behaviors of 2012, 2014 and 2017 were selected for data analysis. Thus it was found in 2014 considered dry year a sugarcane production below that observed in 2017 rainy year, where there was higher production as expected. For this, geostatistical techniques supported by GIS (Geographic Information System) technology were applied in order to spatialize these data, as well as data on planted area and sugarcane production, in order to expose the spatial variability of these data two phenomena and correlate them.

Key words: Sugar cane; Climatology; Geostatistics.

COMPORTAMIENTO EN EL TIEMPO ESPACIO DE LA PRECIPITACIÓN PLUVIOMÉTRICA DISTRIBUIDA EN EL OESTE DEL ESTADO DE SÃO PAULO – BRASIL

Resumen

Dada la importancia del agua para la vida, este artículo tiene como objetivo presentar un estudio centrado en la lluvia distribuida en el oeste del estado de São Paulo durante un período de 11 años. Con base en la metodología de Monteiro “años estándar” (1973), se establecieron clases de año estándar seco, habitual y lluvioso, en el que se seleccionaron los años representativos con diferentes comportamientos de 2012, 2014 y 2017 para el análisis de datos. Por lo tanto, en 2014 se consideró que el año seco era una producción de caña de azúcar inferior a la observada en el año lluvioso de 2017, donde hubo una mayor producción como se esperaba. Para esto, se aplicaron técnicas geoestadísticas respaldadas por la tecnología SIG (Sistema de Información Geográfica) para espacializar estos datos, así como datos sobre el área plantada y la producción de caña de azúcar, para exponer la variabilidad espacial de estos datos dos fenómenos y correlacionarlos.

Palabras-clave: Caña de azúcar; Climatología; Geoestadística.

Introdução

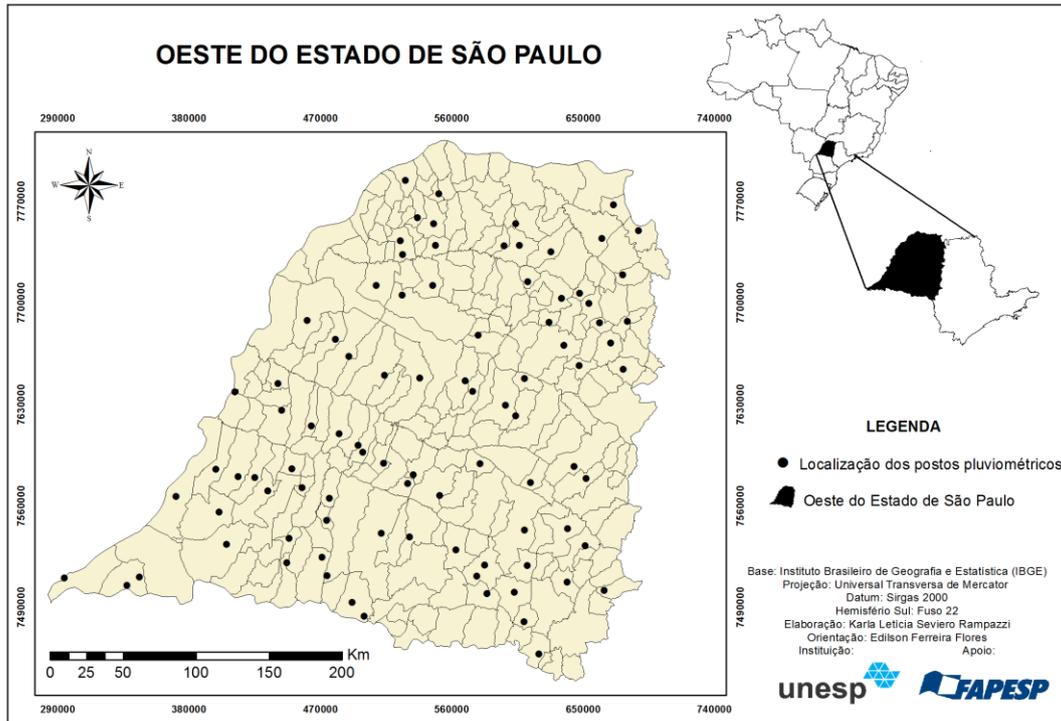
O estudo da precipitação pluviométrica não é recente, é algo que já vem sendo observado há muitos séculos. Sendo este um elemento climático fundamental em relação à vida, e tendo sua manifestação condicionada pela diversidade geográfica, torna-se indispensável seu estudo para diagnosticar sua dinâmica, e assim contribuir ao dimensionamento de projetos que vão desde a agricultura até a engenharia.

A variação espacial das chuvas pode causar repercussões diretas nos espaços, no ambiente rural, especialmente na abordagem da agricultura. A produção sofre interferências diretas, principalmente no calendário agrícola, pois o excesso de chuva pode ocasionar a saturação do solo e posteriormente a lixiviação do mesmo, consequentemente perdendo grande quantidade de nutrientes, e a seca por sua vez, pode gerar déficit hídrico no solo, afetando diretamente o desenvolvimento da planta.

Na área urbana os eventos extremos de precipitação pluviométrica, são episódios que geram grandes consequências, pois normalmente estes espaços possuem pouca capacidade de infiltração ou de escoamento, podendo ainda ser acompanhadas de inundações e alagamentos. A escassez de precipitação pluviométrica mostra dimensões muito negativas para o ambiente urbano, pois com a diminuição de água, tem-se a crise no abastecimento de água, e a distribuição da mesma torna-se racionalizada, problema esse que gera muitos outros, tornando-se um ciclo.

Desta forma, foi definido o Oeste do Estado de São Paulo (Figura 01) como recorte espacial e temporal, para coleta dos dados, tendo em vista que a precipitação pluviométrica é uma das maiores influências da expansão da cana-de-açúcar nesta área.

Figura 01. Localização da área de estudos.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

As condições climáticas no território brasileiro, especialmente no Oeste do Estado de São Paulo têm favorecido a expansão da produção de cana-de-açúcar, gerando impactos ambientais e acentuando as desigualdades sociais, porém deve-se considerar se este espaço tem uma capacidade ecológica de suporte a essa produção em massa que continuamente vem avançando ao interior do estado de maneira desequilibrada. Logo, os agentes envolvidos a esse processo reconhecem que a precipitação pluviométrica é um dos elementos determinantes para o sucesso deste tipo de empreendimento, porém devem ser reconhecidas as necessidades dos estágios fenológicos da planta em relação à necessidade hídrica que a mesma necessita, para adquirir um bom desenvolvimento e boa produtividade, logo, evitando o desperdício da mesma através dos sistemas de irrigação.

Logo, a água doce, substância essa fundamental à vida, torna-se algo cada vez mais escasso, devido sua má gestão e utilização. É então fundamental entender seu ciclo, e aproveitar de forma eficiente e consciente uma de suas fases, ou seja, a precipitação, pois só

entendendo sua dinâmica é possível a realização de análises geográficas a fim de amenizar os impactos tanto à vida humana quanto à própria agricultura.

Portanto, o principal objetivo deste trabalho é aplicar técnicas de geoestatística a fim de espacializar dados de precipitação pluviométrica, assim como dados da cana-de-açúcar, tendo o intuito de expor a variabilidade espacial destes fenômenos e correlacioná-los, por meio da tecnologia SIG.

Referencial Teórico

A cana-de-açúcar é uma planta tipicamente tropical, necessitando, segundo Fernandes (1990, p. 32), “[...] de uma época quente e chuvosa para o desenvolvimento vegetativo, e uma época fria para e/ou seca para o enriquecimento em açúcares”.

Segundo Sant’Anna Neto (1995, p. 162), o Oeste do Estado de São Paulo:

Apesar da imensa extensão territorial ocupada por esta unidade pluvial, existe uma certa uniformidade, tanto no que se refere ao regime de chuvas, quanto em sua distribuição sazonal e anual. As variações que ocorrem em seu interior estão muito mais vinculadas a fatores de ordem local, como altimetria, a posição latitudinal e de continentalidade, do que determinadas pela dinâmica atmosférica.

A chuva então consome por meio da evapotranspiração em torno de 5 milímetros de água por dia, e no período de estiagem cerca de 3 milímetros e ao longo do período das chuvas chega a 9 milímetros diários (FERNANDES, 1990), Tendo em vista estes dados, a cana-de-açúcar possui necessidades hídricas que variam de 1500 a 2500 milímetros segundo Doorenbos e Kassam (1979, *apud* AVILEZ et al. 2018), que devem ser bem distribuídos.

Embasados nesta discussão, neste estudo foram utilizadas técnicas de geoprocessamento associando as tecnologias do SIG à Geoestatística, objetivando a obtenção de melhores resultados em relação à variabilidade espacial tanto da precipitação pluviométrica quanto da produção da cana-de-açúcar.

Logo, o Geoprocessamento é um termo amplo, que se refere a um conjunto de tecnologias que são utilizadas para manipular informações espaciais e de desenvolvimento (RODRIGUES, 1990), tendo como uma de suas ferramentas o SIG, que é composto por procedimentos para obtenção e manipulação de dados gráficos e não gráficos.

Num país de dimensão continental como o Brasil, com uma grande carência de informações adequadas para a tomada de decisões sobre os problemas urbanos, rurais e ambientais, o Geoprocessamento apresenta um enorme potencial, principalmente se baseado em tecnologias de

custo relativamente baixo, em que o conhecimento seja adquirido localmente (CÂMARA, DAVIS; 2001 p. 1).

O Sistema de Informação Geográfica, segundo Câmara *et al.* (1996, p. 21), “são sistemas de informação construídos a fim de armazenar, analisar, e manipular dados geográficos, nas quais comportam diferentes tipos de dados e aplicações”. Mas para isso os dados devem estar georreferenciados, ou seja, localizados na superfície terrestre.

A geoestatística por sua vez, é uma particularidade da Estatística Aplicada que segundo Camargo (1997), leva em consideração a localização geográfica e a dependência espacial, e que tem como objeto de estudo as Variáveis Regionalizadas. Ela é uma técnica onde são estudados fenômenos contínuos no espaço e/ou no tempo, a qual oferece um conjunto de ferramentas voltadas para o entendimento e modelagem da variabilidade e comportamento espacial.

Desde então, a Geoestatística vem sendo cada vez mais utilizada por pesquisadores das mais diversas áreas, principalmente pelos seus métodos de interpolação espacial e estimação de dados, na qual se destaca neste trabalho a Krigagem.

Na Geoestatística a ferramenta mais utilizada para descrever a relação entre amostras é o coeficiente de variograma, este por sua vez, indica o quanto as amostras são diferentes. Baseado neste coeficiente é construído o gráfico de semivariograma, um dos instrumentos indispensáveis para o estudo das variáveis regionalizadas.

Segundo Huijbregts (1975, *apud* CAMARGO 1997, p. 11), o variograma ou semivariograma é uma ferramenta de suporte às técnicas de Krigagem, que permite representar quantitativamente a variação de um fenômeno regionalizado no espaço, a partir do grau da de sua dependência espacial.

Os semivariogramas ainda apresentam os seguintes parâmetros segundo Camargo (1997): Alcance (**a**): distância na qual as amostras apresentam-se correlacionadas espacialmente; Patamar (**C**): é o valor do semivariograma, que corresponde ao seu alcance; Efeito Pepita (**C_0**): valor que o semivariograma assume à medida que **h** (o valor da distância) tende a zero pela direita, **$\gamma(h)$** se aproxima de um valor positivo, revelado uma descontinuidade, porém essa descontinuidade pode ser derivada por erros de medição; e a Contribuição (**C_1**) que é diferença entre o Patamar e o Efeito Pepita.

A Krigagem por sua vez, é constituída por um conjunto de técnicas e métodos de estimação de superfície baseada na modelagem da estrutura de correlação espacial.

Segundo Landim (1998, p. 167) a Krigagem pode ser utilizada para:

Previsão do valor pontual de uma variável regionalizada em um determinado local dentro do campo geométrico; é um procedimento exato de interpolação que leva em consideração todos os valores observados e, que pode ser a base para a cartografia automática por computador quando se dispõe de valores de uma variável regionalizada dispostos por uma determinada área; cálculo médio de uma variável regionalizada para um volume maior que o suporte geométrico; estimação do *drift*, de modo similar à análise de superfícies de tendência.

Em qualquer uma destas três utilizações a mesma irá apresentar os valores estimados e o erro de tal processo. A Krigagem utiliza informações do Semivariograma definido e modelado de acordo com o comportamento e a distribuição espacial da variável em estudo para encontrar os pesos adequados a serem associados às amostras que irão estimar um ponto, área ou volume. Existem muitos tipos de Krigagem, porém as mais usuais são: Krigagem Simples, Krigagem Ordinária, Krigagem Universal e Cokrigagem. Neste trabalho será enfatizada a Krigagem Ordinária. Na Krigagem Ordinária no caso de estacionaridade de segunda ordem a média é desconhecida, ou seja, a mesma possibilita a estimação de algum elemento em determinado lugar sem a necessidade de se ter o conhecimento prévio da média.

Pode-se então estabelecer uma forte relação entre SIG e Geoestatística, pois o SIG irá dar o suporte necessário para a aplicação das técnicas de Geoestatística, pois nesta área são utilizadas ferramentas para a modelagem da variabilidade espacial de atributos, o SIG, por sua vez, possibilita que dados espaciais do mundo real sejam inseridos, consultados, analisados, transformados e apresentados para um conjunto particular de propósitos. A utilização do mesmo permitirá a rapidez na manipulação e garantia dos resultados fundamentais nesta pesquisa.

Procedimentos metodológicos

Foi definido no estudo, o Oeste do Estado de São Paulo tendo no total 250 municípios, como recorte espacial e temporal para obtenção de dados dos postos pluviométricos, porém nem todos os municípios atenderam aos requisitos da pesquisa, ou seja, possuir dados referentes a série temporal de 11 anos (2007 a 2017), além disso possuírem uma quantidade razoável de dados sem muitos dados ausentes, foram então selecionados 90 municípios que atenderam a tais requisitos.

Os dados referentes à precipitação pluviométrica provêm do Banco de Dados Pluviométricos do Estado de São Paulo, distribuídos pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), sendo este um órgão gestor de recursos hídricos do Estado de São Paulo, igualmente do Agritempo - Sistema de Monitoramento Agrometeorológico, site esse governamental, desenvolvido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil. Os dados foram obtidos em escala mensal na primeira instituição, na segunda em escala diária e posteriormente transformados em escala mensal.

Foi utilizado o *Microsoft Office Excel*, aplicativo esse criado pela *Microsoft* para padronização dos dados, e para o preenchimento das falhas dos dados mensais da precipitação pluviométrica.

Através de uma análise minuciosa e atenta dos dados foram identificadas falhas, que por meio da média aritmética, uma técnica estatística muito utilizada para este tipo de procedimento, obteve-se a média mensal, a mesma foi realizada de forma manual, optando pela proximidade entre os municípios, utilizando sempre de dois a três municípios vizinhos.

Os dados mensais precipitação pluviométrica foram transformados em dados anuais no *software Minitab 16*, sendo este um programa voltado também a edição e padronização de planilhas, porém ele possui mais ferramentas voltadas para fins estatísticos.

Desta forma, baseado nos anos padrão proposta por Monteiro (1973) na qual o mesmo visa uma classificação de chuvas no Estado de São Paulo, onde foram delimitados no período de 1941 a 1957 anos padrão representativos de padrão habitual, seco e chuvoso. Utilizou-se a análise de *cluster*, sendo esta uma técnica multivariada que trata de diferentes tipos de variáveis, e tem como objetivo buscar medidas de “similaridade”, “proximidade”, “semelhança” ou “associação”.

Existem várias metodologias para ligação entre os *clusters*, nesta pesquisa foi utilizado o método de ligação *ward* e a medida de distância euclidiana, na qual utiliza-se da variância para avaliar as distâncias entre os *clusters*.

Gerou-se a partir desta técnica no *Minitab 16* o dendograma, tendo como base a similaridade entre os totais anuais de precipitação pluviométrica de cada município, foi possível então estabelecer as três classes de similaridade: anos secos, anos habituais e anos chuvosos.

Os dados das áreas plantadas e da produção da cana-de-açúcar referentes ao mesmo período (2007 a 2017) foram coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo este um instituto público da administração federal brasileira, considerado como o principal provedor de dados e informações do País, foi então através do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) que se teve acesso aos dados. Para obter a produção de tonelada por hectare foi necessário realizar a divisão entre a área plantada pelo total de produção do município.

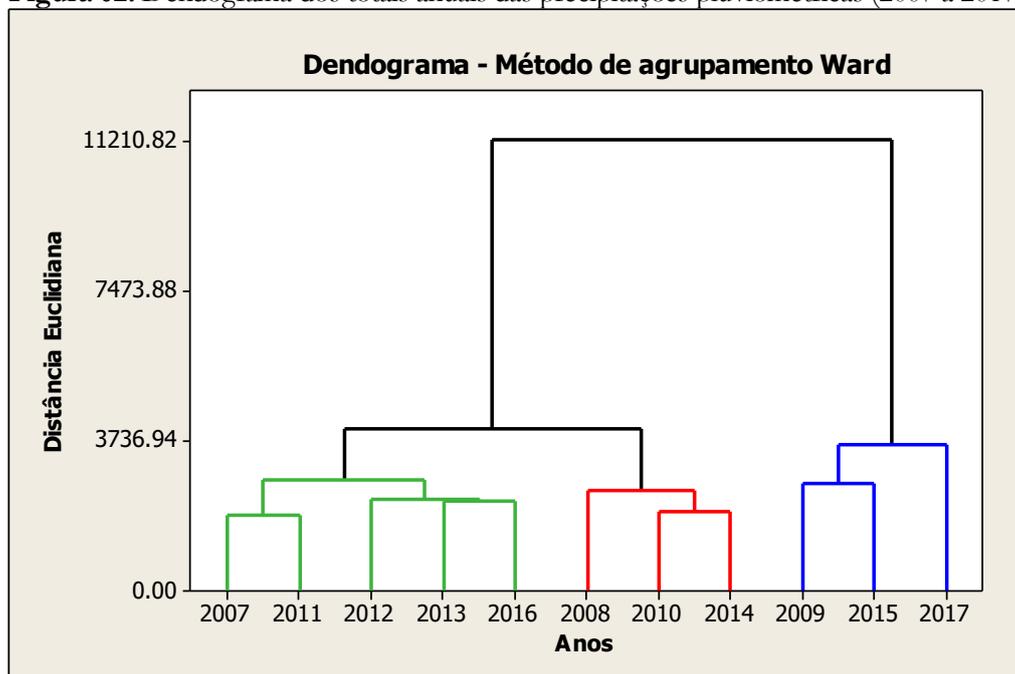
O *ArcGIS software* esse produzido pela empresa *ESRI (Environmental Systems Research Institute)*, onde são fornecidas ferramentas para análise espacial, assim como armazenamento, manipulação e processamento de dados, foi utilizado na espacialização dos dados. A extensão *Geostatistical Analyst*, uma ferramenta deste *software* permitiu gerar e determinar superfícies de interpolação de dados, assim como analisar o conjunto de dados a fim de mostrar tendências dos dados pluviométricos a partir das técnicas de Krigagem Ordinária.

O *Stanford Geostatistical Modeling Software (SGeMS)* é livre, o mesmo possui uma interface de fácil comunicação e possui uma ampla gama de ferramentas capazes de auxiliar pesquisadores em Ciências da Terra. Este *software* foi utilizado com o objetivo de representar os dados em um ambiente tridimensional.

Resultados e Discussões

Para estabelecer os anos neste trabalho foram estabelecidas três classes de similaridade através da técnica de cluster: anos secos, anos habituais, e os anos chuvosos. A partir do dendograma (Figura 02) obteve-se o agrupamento dos anos padrão, onde: 2008, 2010 e 2014, foram considerados anos secos, 2007, 2011, 2012, 2013 e 2016 foram considerados anos habituais e os anos de 2009, 2015 e 2017 anos chuvosos. A partir deste procedimento foram definidos os anos de 2012, 2014 e 2017 para serem representados e analisados na pesquisa.

Figura 02. Dendograma dos totais anuais das precipitações pluviométricas (2007 a 2017).



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Tomando-se como base a média de precipitação pluviométrica em milímetros de 2007 a 2017 (Tabela 1), nota-se como os índices tiveram diferentes comportamentos. É importante ainda destacar a média de 2012 ano habitual, com cerca de 1420 milímetros, 2014 ano seco, com cerca de 1204 milímetros e 2017 ano chuvoso com 1609 milímetros em média.

Tabela 01. Média da Precipitação Pluviométrica do Oeste do Estado de São Paulo.

Ano	Média da precipitação (mm)
2007	1329.34
2008	1186.68
2009	1805.89
2010	1212.63
2011	1360.18
2012	1423.84
2013	1362.77
2014	1204.31
2015	1715.10
2016	1382.30
2017	1608.90

Fonte: Elaborado pelos autores.

Utilizando o *ArcGIS*, calculou-se respectivamente os parâmetros (Efeito Pepita, Alcance, Contribuição e Patamar) dos semivariogramas Omnidirecional da precipitação pluviométrica anual dos anos padrão de 2012, 2014 e 2017, que foram ainda ajustados no modelo Gaussiano (Tabela 02).

Tabela 02. Parâmetros dos semivariogramas.

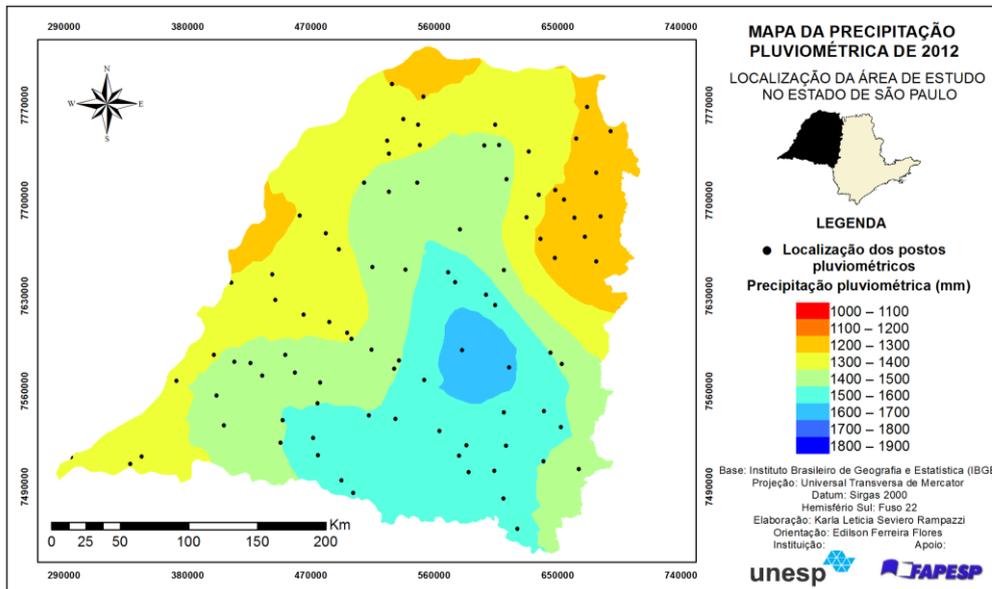
Precipitação Pluviométrica	2012	2014	2017
Modelo	Gaussiano	Gaussiano	Gaussiano
Nugget / Efeito Pepita (C_0)	29500	19000	49836
Range / Alcance (a)	134547.7	177856	173402.2
Sill / Contribuição (C_1)	17000	27000	27801
Patamar (C)	46500	46000	77637
Separação dos Lags	40000	30000	40000
Número de Lags	5	7	5

Fonte: Elaborada pelos autores.

Dessa forma, com os parâmetros definidos, foram elaborados mapas pelo método da estimação por Krigagem Ordinária, para analisar não só o volume, mas toda a distribuição espacial da precipitação pluviométrica neste recorte.

Pode-se notar que o padrão dos índices pluviométricos de 2012, ano habitual, (Figura 03) estão mais concentrados na região Sul – Sudeste com volumes que variam de 1400 a 1700 milímetros anuais, a porção Oeste – Noroeste – Norte - Nordeste apresentam índices que variam de 1200 a 1500 milímetros.

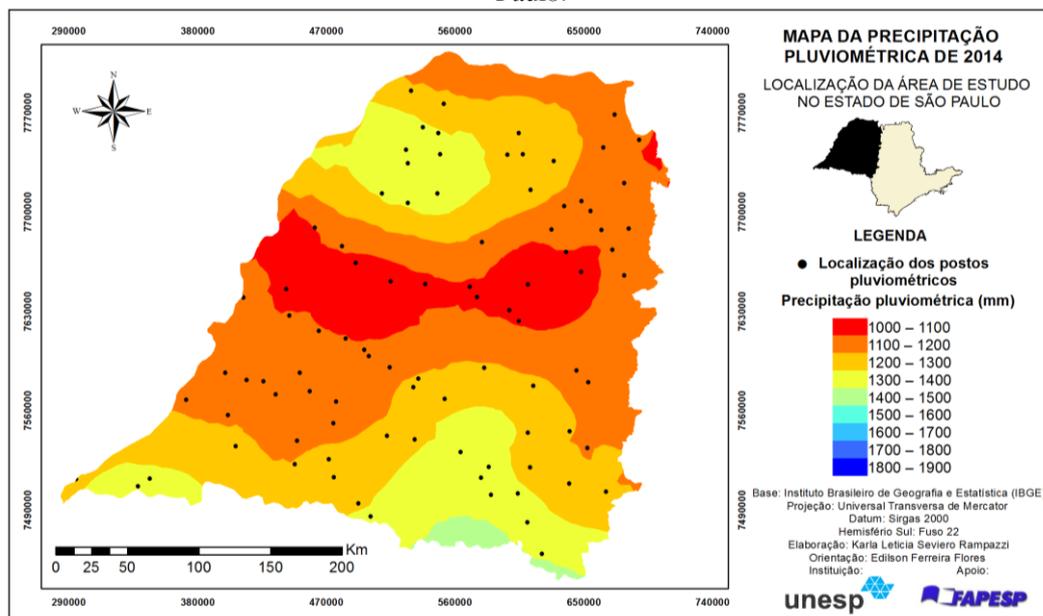
Figura 03. Distribuição espacial da precipitação pluviométrica de 2012 no Oeste do Estado de São Paulo.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Tido 2014 como ano representativo seco, observa-se a partir da estimativa (Figura 04), volumes de precipitação mais concentrados na região Sudoeste-Sul-Sudeste com índices que variam 1200 a 1500 milímetros anuais, e a Noroeste com índices de 1200 a 1400 milímetros, as áreas mais secas estão localizadas a Leste-Oeste do mapa, com cerca de 1000 a 1200 milímetros.

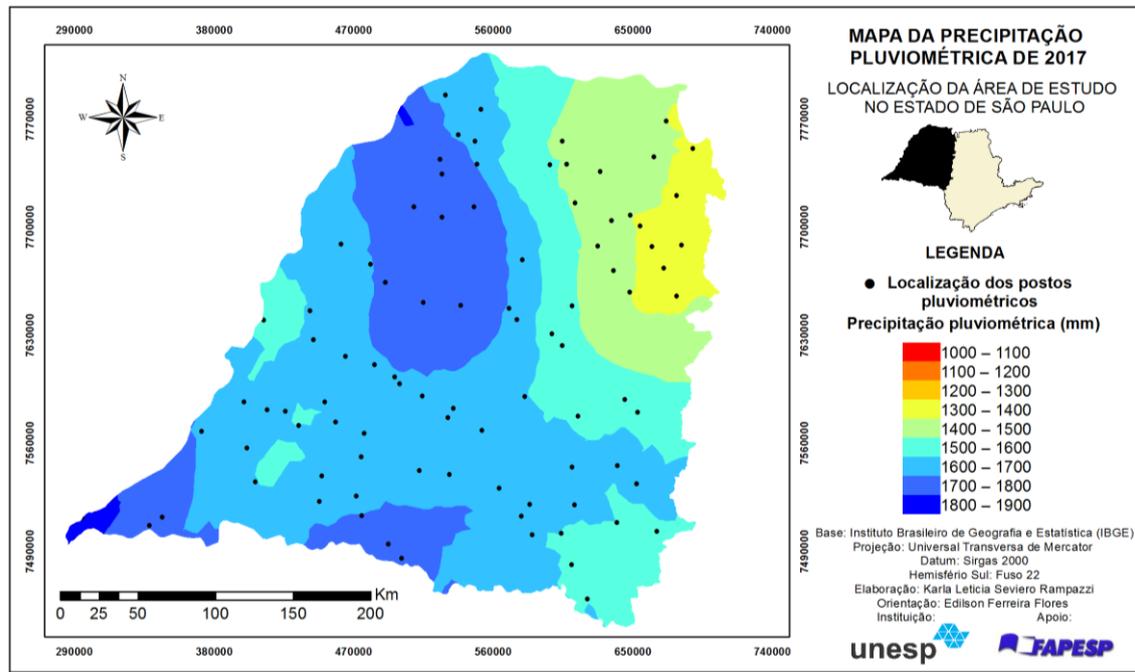
Figura 04. Distribuição espacial da precipitação pluviométrica de 2014 no Oeste do Estado de São Paulo.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Em 2017 ano considerado chuvoso (Figura 05), é possível visualizar valores pluviométricos excepcionais em comparação com os anos de 2012 e 2014, com índices que variam 1500 a 1900 milímetros na porção Sudoeste-Noroeste. O Nordeste apresenta-se como a área mais seca neste ano com índices que variam de 1300 a 1500 milímetros.

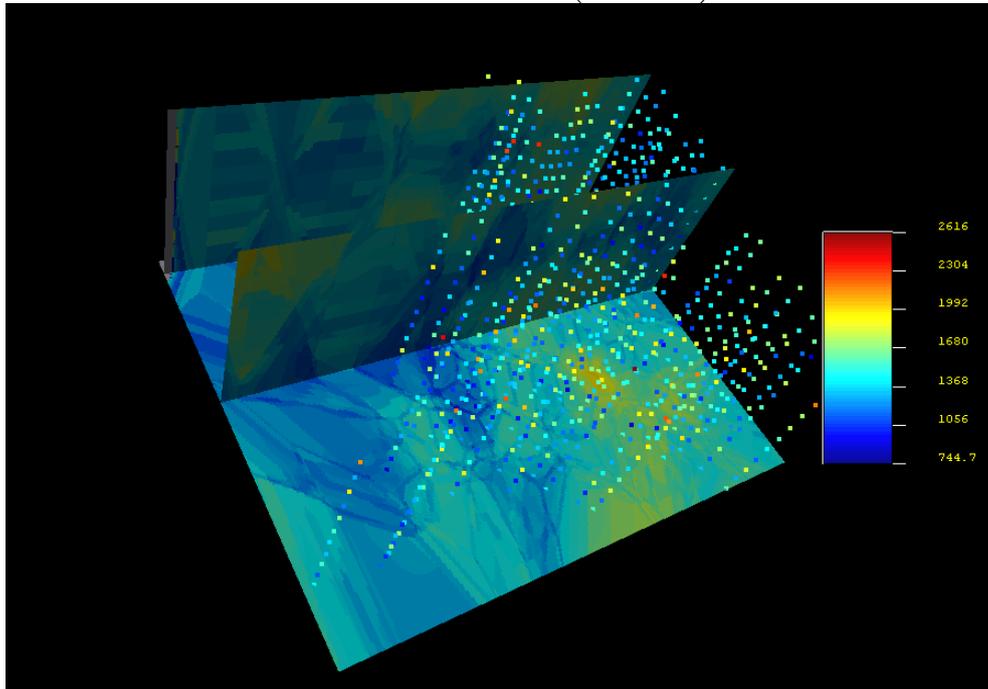
Figura 05. Distribuição espacial da precipitação pluviométrica de 2017 no Oeste do Estado de São Paulo.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

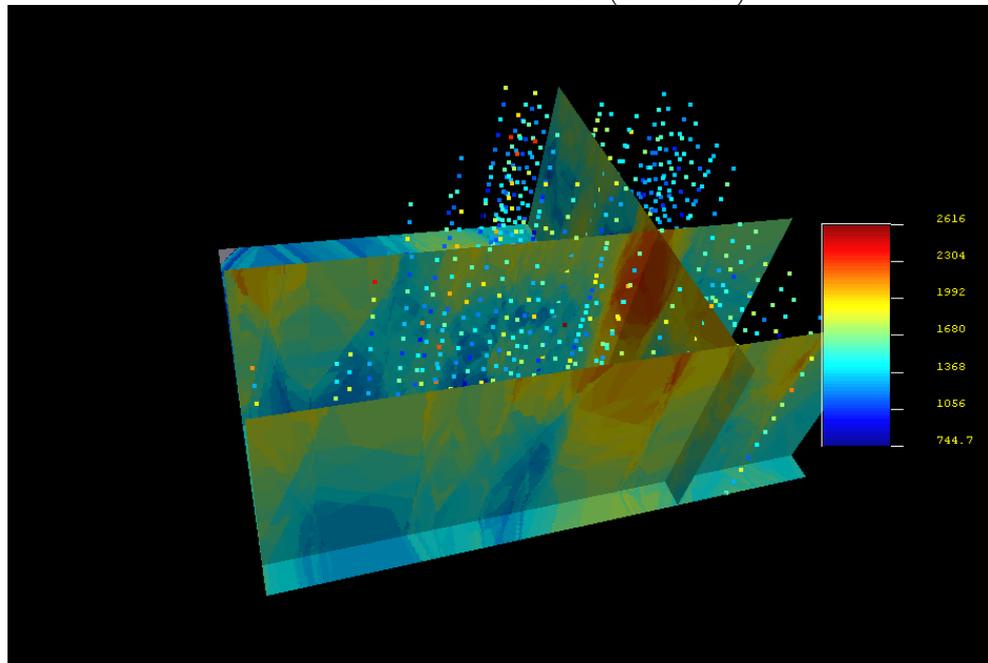
Os mapas produzidos no *software* SGeMS revelam as áreas mais secas e mais úmidas dos 11 anos de estudo. As cores mais quentes referem-se às áreas mais chuvosas, e as mais frias demonstram as áreas mais secas. Nota-se na Figura 06, que a área mais seca deste recorte encontra-se na parte Noroeste-Norte-Nordeste, e a região mais úmida (Figura 07) está localizada mais a Sul-Sudeste-Leste.

Figura 06. Mapa das áreas mais secas em relação a precipitação pluviométrica distribuída no Oeste do Estado de São Paulo (2007-2017).



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Figura 07. Mapa das áreas mais úmidas em relação a precipitação pluviométrica distribuída no Oeste do Estado de São Paulo (2007-2017).

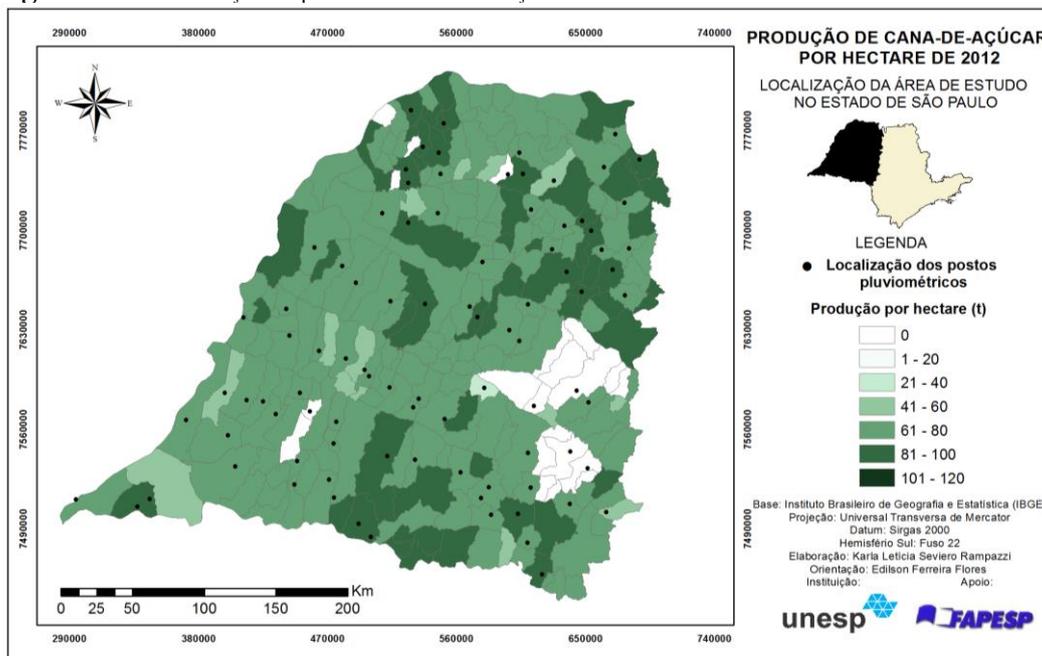


Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Os mapas da produção de cana-de-açúcar por hectare revelam as necessidades hídricas da planta em relação a precipitação pluviométrica, refletindo assim áreas com baixa produtividade em períodos mais secos.

Segundo Sentelhas (2014) a agricultura é a atividade econômica mais dependente das condições meteorológicas, tendo o clima e sua variabilidade como principal fator de risco para o agronegócio. Em média 80% da variabilidade da produtividade agrícola é resultado da variabilidade climática sazonal e interanual, e os outros 20% estão ligados a questões econômicas, de infraestrutura, e sociais. Em 2012, ano habitual, destacam-se as produções que variam entre 61 a 80 e 81 a 100 toneladas por hectare (Figura 08).

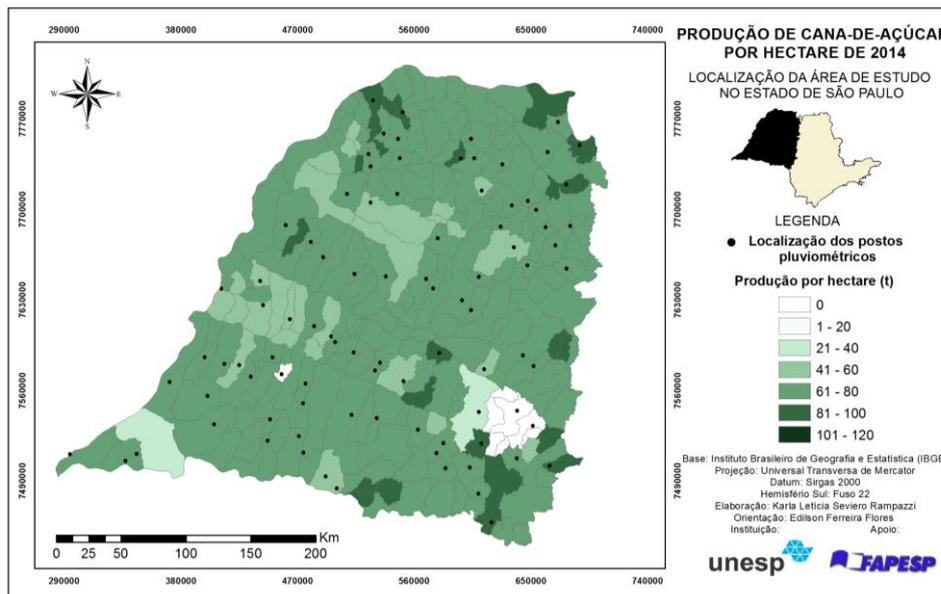
Figura 08. Distribuição espacial da cana-de-açúcar de 2012 no Oeste do Estado de São Paulo.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

O ano de 2014, considerado seco, possui maior concentração de produções que variam de 61 a 80 toneladas por hectare, poucos foram os municípios que apresentaram produção acima de 81 a 100 toneladas por hectare (Figura 09).

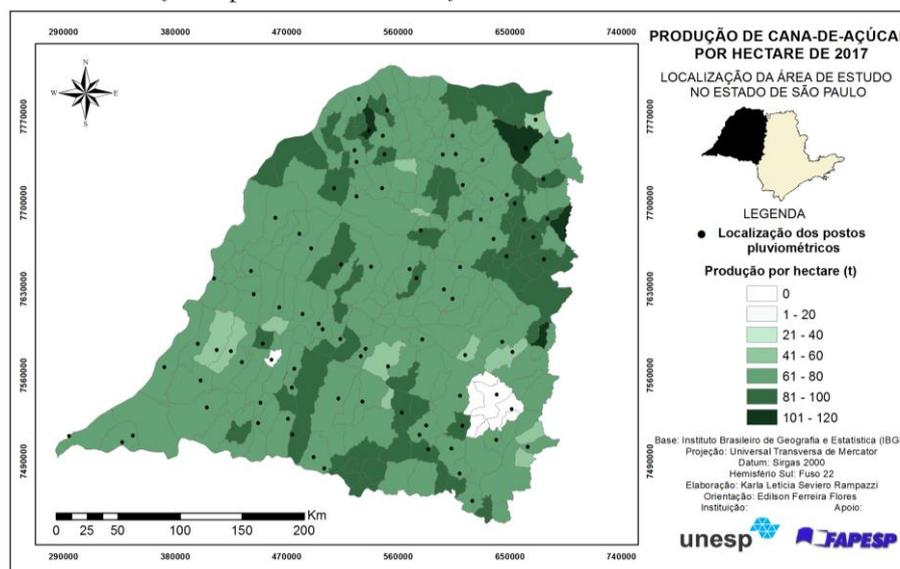
Figura 09. Distribuição espacial da cana-de-açúcar de 2014 no Oeste do Estado de São Paulo.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Em 2017, ano chuvoso, é possível visualizar uma grande quantidade de municípios que produziram em torno de 61 a 80 toneladas por hectare, porém muitos outros apresentaram produção de 81 a 100 toneladas por hectare, e ainda é marcante a presença de produções que variam de 101 a 120 toneladas por hectare (Figura 10).

Figura 10. Distribuição espacial da cana-de-açúcar de 2017 no Oeste do Estado de São Paulo.

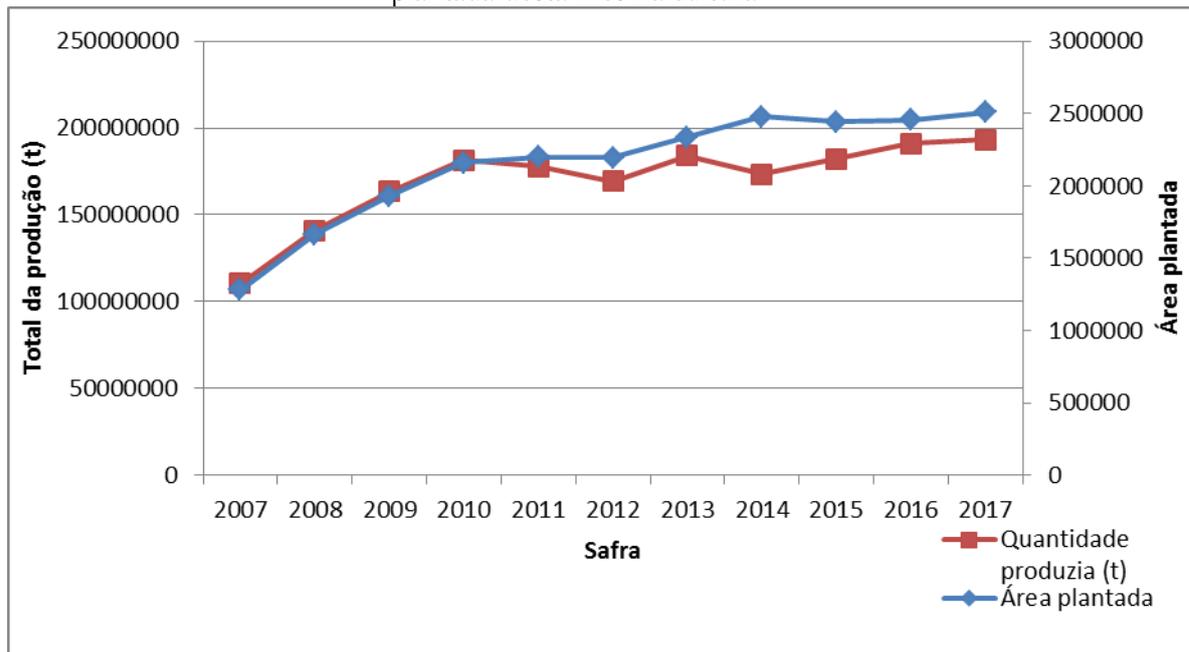


Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Observa-se a partir do Gráfico 11, a evolução da área plantada de cana-de-açúcar no Oeste do Estado de São Paulo nos últimos anos. No início do período a área plantada seguiu mesma evolução que a área a colhida, porém no ano de 2012 nota-se uma queda na área plantada e conseqüentemente na quantidade produzida, mas essa queda demonstra que a tonelada média (Tabela 03) por hectare também caiu, em comparação com os anos anteriores.

O ano seco de 2014 apresenta uma área plantada alta, porém sua produção média por hectare em comparação com todo o período foi a mais baixa (Tabela 03), por fim o ano de 2017, considerado chuvoso, apresenta a maior quantidade de hectares plantados, também tendo uma maior produção, porém a tonelada por hectare não foi superior aos primeiros anos do período.

Figura 11. Relação entre o total da produção de cana-de-açúcar em toneladas e a área plantada desta mesma cultura.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 03. Dados anuais da cana-de-açúcar do Oeste do Estado de São Paulo.

Ano	Área plantada (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)	Toneladas por hectare (média)
2007	1282269	110585114	86,24
2008	1665456	140820013	84,55
2009	1930572	163362287	84,61
2010	2159734	181308448	83,94
2011	2199113	177948931	80,91
2012	2193670	169477978	77,25
2013	2335867	184200206	78,85
2014	2476015	173514224	70,07
2015	2442552	182036349	74,52
2016	2458186	191008648	77,70
2017	2508718	193323342	77,06

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conclusões

O presente trabalho permitiu notar as disparidades dos índices pluviométricos durante os três anos padrão analisados a partir das técnicas de estimação por Krigagem Ordinária no Oeste do Estado de São Paulo. As áreas plantadas e a produção de cana-de-açúcar neste mesmo recorte espacial e temporal apresentaram variações significativas em relação a estes mesmos anos analisados, podendo afirmar que ambas variáveis estão interligadas, pois o resultado da produção desta cultura denota um comportamento influenciado pela dinâmica climática, e principalmente pelos índices de precipitação pluviométrica.

Porém, cabe destacar que as produções elevadas de cana-de-açúcar se dão principalmente pelos regimes pluviométricos bem distribuídos ao longo de cada safra, além disso, outros fatores como o solo, disposição de nutrientes, temperatura e radiação solar, contribuem para esse aumento. É importante salientar que podem ser conseqüências também do uso da tecnologia avançada como a disseminação da irrigação em canaviais, que se apresenta num crescimento acelerado.

Referências

- AGRITEMPO. Disponível em: <<https://www.agritempo.gov.br/>>. Acessado em: novembro de 2018 a abril de 2019.
- CÂMARA, G.; CASANOVA, M. C.; HEMERLEY, A.S.; MAGALHÃES, G. C.; MEDEIROS, C. M. B. **Anatomia de Sistema de Informações Geográficas**. Instituto de Computação. Campinas: UNICAMP, 1996. 193p. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/anatomia.pdf>>. Acesso em: 27 jan. de 2019.
- CÂMARA, G.; DAVIS, C. Introdução. IN: CÂMARA, G.; DAVIS, C.; MONTEIRO, A. M. **Introdução à Ciência da Geoinformação**. São José dos Campos, 2001. v.1. p. 01-05. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro>> Acesso em: 22 jan. 2019.
- CAMARGO, E.C.G. **Desenvolvimento, Implementação e Teste de Procedimentos Geoestatísticos (Krigagem) no Sistema de Processamento de Informações Georreferenciadas (SPRING)**. 1997. 106f. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto) – Ministério da Ciência e Tecnologia, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 1997.
- DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica. Disponível em: <<http://www.dae.sp.gov.br/>>. Acessado em: Novembro de 2018 a Abril de 2019.
- AVILEZ, A.M.A.; HERNANDEZ, F.B.T.; BISPO, R.C.; GIOVANELLI, L.B. **Necessidade hídrica da cana-de-açúcar no Noroeste Paulista. Irriga Botucatu**. v.1. n.1. p. 171-188. Edição Especial 30 anos PG Irriga, 2018. Disponível em: <http://www2.feis.unesp.br/irrigacao/pdf/necessidade_hidrica_cana_np.pdf>. Acesso em: 18 out. 2019.
- FERNANDES, A.J. **Manual da cana-de-açúcar**. Piracicaba: Livrocetes, 2ª.ed. 1990. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acessado em: novembro de 2018 a abril de 2019.
- LANDIM, P.M.B. **Análise Estatística de dados Geológicos**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- MONTEIRO, C.A.F. **A dinâmica climática e as chuvas no Estado de São Paulo: Estudo geográfico sob a forma de atlas**. USP/IG, São Paulo, 1973.
- RODRIGUES, M. **Introdução ao Geoprocessamento**. In: Simpósio Brasileiro de Geoprocessamento. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Maio, 1990. p. 1-26.
- SANT'ANNA NETO, J.L. **As chuvas no Estado de São Paulo: contribuição ao estudo da variabilidade e tendência da pluviosidade na perspectiva da análise geográfica**. São Paulo, 1995.
- SENTELHAS, P. C. **Clima e Agricultura, os desafios da variabilidade climática**. Casa do produtor rural. ESALQ/USP. 2014. Disponível em: <<http://www.esalq.usp.br/cprural/artigos/mostra/86/clima-e-agricultura-os-desafios-da-variabilidadeclimatica.html>>. Acesso: 12 jan. 2019.

Agradecimento

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio financeiro (Processo número 2018/11829-0).

Sobre os autores (Informações prestadas pelos autores)

Karla Leticia Seviero Rampazzi

Graduanda em Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista/Câmpus de Presidente Prudente. Tem experiência na área de Geociências.

Edilson Ferreira Flores

Professor Doutor do Departamento de Estatística da Faculdade de Ciência e Tecnologia/FCT da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Campus de Presidente Prudente.

Como citar esse artigo

RAMPAZZI, K. L. S.; FLORES, E. F. Comportamento espaço-temporal da precipitação pluviométrica distribuída no oeste do estado de São Paulo – Brasil. In: **Revista Geografia em Atos** (GeoAtos online) - 60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios - v. 08, n. 15, p. 166-184, dez/2019. DOI: 10.35416/geoatos.v8i15.7003

Recebido em: 2019-11-25

Devolvido para correções em: 2019-12-17

Aceito em: 2019-12-20

**POTENCIALIDADES DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NAS
CIDADES: EXPERIÊNCIAS DE AGRICULTURA URBANA NO
MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO – SÃO PAULO**

Daiara Batista Mendes

orcid.org/0000-0001-7984-0923
Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP
E-mail: daiaramendes@outlook.com

DOI: 10.35416/geoatos.v8i15.6995

Resumo

O presente artigo busca identificar as principais potencialidades intrínsecas à prática da agricultura urbana desenvolvida em Pirapozinho, um município de pequeno porte na região Oeste paulista, dando enfoque ao uso para alimentação e, sobretudo, econômico. Para tal análise, partiu-se de uma revisão bibliográfica sobre o tema agricultura urbana, agricultura de proximidade, entre outros, além de fontes de dados primários na área de estudo, tais como pesquisas de campo, entrevistas, observações participantes, dentre outras. Com base nestes resultados, nota-se que a prática de agricultura urbana tem se constituído como uma maneira de obter o acesso rápido a produtos de qualidade, visto sua proximidade com o consumidor que, na maioria das vezes, vive nos arredores dos locais de cultivo, ocasionando uma estreita ligação entre agricultor-consumidor, assim como entre o consumidor e o produto final. Verificou-se também que as práticas agrícolas em áreas urbanas não têm tido a devida atenção do ponto de vista governamental, tanto em escala nacional quanto em escala local, visto as suas potencialidades como uma atividade produtora de alimentos.

Palavras-chave: Produção de alimentos; agricultura urbana; Pirapozinho.

**POTENTIALITY OF FOOD PRODUCTION IN CITIES:
URBAN AGRICULTURE EXPERIENCES IN PIRAPOZINHO
- SÃO PAULO**

Abstract

This paper seeks to identify the main potential intrinsic to the practice of urban agriculture developed in Pirapozinho, a small municipality in the western region of São Paulo, focusing on the use for food and, above all, economic. For such analysis, we started from a literature review on the theme urban agriculture, proximity agriculture, among others, as well as primary data sources in the study area, such as field research, interviews, participant observations, among others. Based on these results, it is noted that the practice of urban agriculture has been constituted as a way to obtain quick access to quality products, given its proximity to the consumer, who most of the time lives near the cultivation sites. , leading to a close link between farmer and consumer as well as between the consumer and the final product. It has also been found that agricultural practices in urban areas have not been given due attention from the governmental point of view, both nationally and locally, considering their potential as a food producing activity.

Key words: Food production; urban agriculture; Pirapozinho.

POTENCIALIDADES DE LA PRODUCCIÓN DE ALIMENTOS EN LAS CIUDADES: EXPERIENCIAS DE LA AGRICULTURA URBANA EN PIRAPOZINHO - SÃO PAULO

Resumen

Este artículo busca identificar el principal potencial intrínseco a la práctica de la agricultura urbana desarrollada en Pirapozinho, un pequeño municipio en la región occidental de São Paulo, centrándose en el uso para alimentos y, sobre todo, económico. Para tal análisis, comenzamos con una revisión de la literatura sobre el tema agricultura urbana, agricultura de proximidad, entre otros, así como fuentes de datos primarios en el área de estudio, como investigación de campo, entrevistas, observaciones de participantes, entre otros. Con base en estos resultados, se observa que la práctica de la agricultura urbana se ha constituido como una forma de obtener un acceso rápido a productos de calidad, dada su proximidad al consumidor, que la mayoría de las veces vive cerca de los sitios de cultivo. , lo que lleva a un vínculo estrecho entre el agricultor y el consumidor, así como entre el consumidor y el producto final. También se ha encontrado que las prácticas agrícolas en las zonas urbanas no han recibido la debida atención desde el punto de vista gubernamental, tanto a nivel nacional como local, considerando su potencial como actividad productora de alimentos.

Palabras-clave: Producción de alimentos; agricultura urbana; Pirapozinho.

Introdução

O presente artigo busca apresentar reflexões sobre a produção de alimentos nas cidades baseadas nas discussões realizadas no âmbito da pesquisa de iniciação científica intitulada “As práticas de agricultura urbana como estratégia de garantia da segurança alimentar e de geração de renda no município de Pirapozinho/SP”.

Para tal análise, esse estudo se direciona para a identificação das principais potencialidades intrínsecas à prática da agricultura urbana desenvolvida em Pirapozinho, dando enfoque nessa atividade do seu ponto de vista econômico, a partir de conceitos como agricultura de proximidade e canais curtos de produção e consumo, além de suas contribuições no que tange à garantia de segurança alimentar da população local.

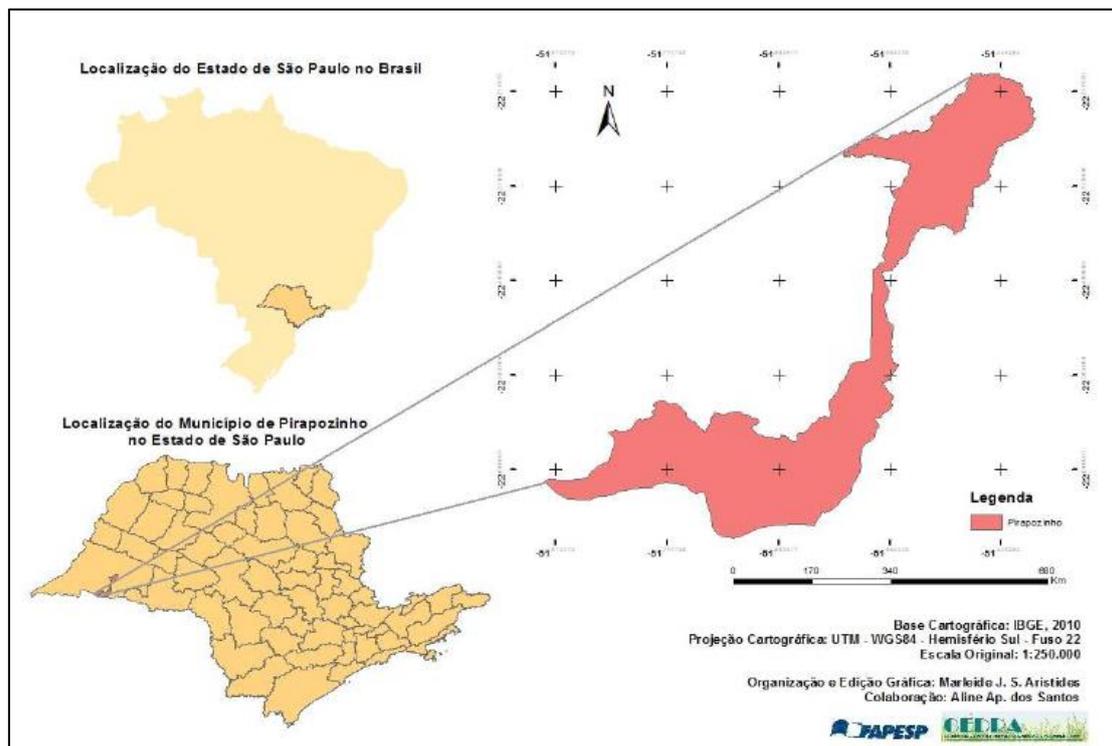
De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), essas práticas referem-se à utilização de pequenas superfícies situadas dentro das cidades ou em suas respectivas periferias para a produção agrícola e criação de pequenos animais, destinados ao consumo próprio ou a venda em mercados locais (MELO, 2016).

Embora se constitua como um campo de pesquisa relativamente novo, considerando que a agricultura urbana tenha ganhado relevância no cenário mundial a partir da década de 1980, enquanto “estratégia de sobrevivência das populações mais

pobres atingidas pela crise econômica” (Castelo Branco; Alcântara, 2011, p. 421), sofrida por países da América Latina, Ásia e África, a prática agrícola urbana é prática bastante antiga, surgindo concomitantemente com as primeiras cidades identificadas na história, e bastante habitual no cotidiano das populações de cidades de diferentes níveis no Brasil e no mundo.

O município de Pirapozinho, que tem como sede a cidade de Pirapozinho, é considerado como um município de pequeno porte¹ do oeste do estado de São Paulo (Figura 01) formado por cerca de 24.694 habitantes, de acordo com dados do último Censo Demográfico, realizado em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Figura 01. Localização do município de Pirapozinho no Estado de São Paulo.



Fonte: ARISTIDES (2013, p.110).

Esse sempre se constituiu como um município essencialmente agrícola, em que grande parte da sua população se estabelecia no campo, sobretudo até a década de 1960, período marcado por um forte êxodo rural (Tabela 01), e que a sua economia estava

¹Conforme a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE-, municípios com menos que 25 mil habitantes podem ser considerados de pequeno porte (IBGE, 2017).
Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, (60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios), n. 15, v. 8, p. 185-197, dez/2019. ISSN: 1984-1647.

voltada estritamente para a agricultura, conforme apontam Andrade e Hespanhol (2010, p.06).

Tabela 01. Evolução demográfica total urbana e rural, e grau de urbanização do município de Pirapozinho, 1950-2010.

	População Total	População Urbana	População Rural	Grau de Urbanização (%)
1950	28666	2378	25711	10,3
1960	28073	2689	20418	9,57
1970	16014	8563	7133	53,47
1980	17462	13883	3579	80,03
1990	20676	18545	2131	89,69
2000	22093	20705	1388	93,72
2010	24671	23440	1231	95,01

Fonte: SPOSITO (1982); Censos Demográficos do IBGE (1980, 1990, 2000 e 2010).
Organização: Daiara B. Mendes.

A partir dos resultados da pesquisa, analisou-se que, em Pirapozinho, desenvolvem-se diferentes iniciativas de agricultura urbana, na qual a sua produção baseia-se, sobretudo no cultivo de hortaliças, legumes e frutas, seja nos quintais das residências; em escolas de educação infantil, como parte de atividades de educação alimentar e nutricional, ou para suplementar a merenda escolar; como elemento terapêutico no tratamento de dependentes químicos; entre outras práticas.

Com uma produção voltada ao autoconsumo ou à comercialização, essa prática tem se constituído como uma maneira de obter o acesso rápido a produtos de qualidade, visto sua proximidade com o consumidor que, na maioria das vezes, vive na cidade, por meio de formas de comercialização informal, uma vez que a atividade não é regulamentada no município, sendo desenvolvida principalmente pelo segmento pobre da população dessa área.

Para o desenvolvimento deste estudo, foram elencados como procedimentos metodológicos: a realização de um levantamento bibliográfico sobre as principais temáticas trabalhadas na pesquisa, sendo elas: a agricultura urbana e a segurança alimentar, bem como a obtenção de dados de fontes secundárias em *sites* de órgãos oficiais do governo, a fim de caracterizar a área de estudo e resgatar informações a respeito da prática no país.

Em um primeiro momento, voltou-se à realização de entrevistas semiestruturadas com os principais agentes públicos municipais ligados às atividades agrícolas (engenheiro agrônomo, engenheira ambiental, nutricionista responsável pela alimentação escolar,

vereador e gerente de um dos principais mercados do município), buscando a partir dessas informações traçar um perfil inicial da prática da agricultura urbana em Pirapozinho.

Após esse entendimento, partiu-se para a realização de entrevistas e de trabalhos de campo, simultaneamente, com uma amostra delimitada de 10 (dez) praticantes de agricultura urbana distribuídos em diferentes pontos do município e os responsáveis por 2 (duas) instituições públicas que desempenham estas práticas no município.

A amostra escolhida derivou de inúmeros fatores. O primeiro deles foi a facilidade de acesso aos praticantes de agricultura urbana, visto que em algumas áreas encontradas na cidade não foram possíveis a identificação e a localização dos seus cultivadores. Além disso, foram recebidas indicações por meio das redes sociais, dos agentes públicos, dos próprios praticantes que iam sendo entrevistados e de outras pessoas que tiveram conhecimento da pesquisa que estava sendo realizada.

Para atingir a compreensão proposta para este artigo, ele está estruturado em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, apresenta-se uma caracterização geral das práticas agrícolas urbanas no que tange ao perfil dos praticantes de agricultura urbana; às suas tipologias; e às contribuições sociais, econômicas e alimentares que perpassam a sua produção.

Em um segundo momento, volta-se para a análise da ocorrência da agricultura urbana no município de Pirapozinho, identificando, a partir dos resultados das metodologias aplicadas na pesquisa, as potencialidades da produção de alimentos em seu perímetro urbano, sobretudo nas iniciativas voltadas para a comercialização, buscando realizar articulações entre os conceitos de agricultura de proximidade e canais curtos de produção e consumo.

A prática da agricultura urbana: algumas considerações

Na literatura científica, a prática da agricultura urbana é frequentemente associada à redução dos níveis de insegurança alimentar, sobretudo nas populações em situação de vulnerabilidade social. Isso se dá diante de um cenário de “expansão das grandes cidades [que] é sempre acompanhada pela indispensável necessidade de fornecimento de alimentos para a população” (SANTOS, 2011, p.172), revelando, assim, a necessidade da agricultura urbana ser pensada enquanto uma política pública que associe a sua prática como uma estratégia de sobrevivência, seja da perspectiva alimentar ou econômica, para as populações

pobres urbanas em países subdesenvolvidos, que vem sofrendo os efeitos mais nocivos do neoliberalismo.

Nesse sentido, essa atividade vem tendo o seu advento nas últimas décadas como “estratégia de aumento da produção de alimentos, contribuindo para a segurança alimentar e melhoria da nutrição da população” (SANTOS, 2011, p. 173). Desde as grandes metrópoles até as cidades de pequeno porte, esse fenômeno é uma prática comum de produção de alimentos e apresenta dinâmicas próprias, que se baseiam quase sempre na preocupação intrínseca com a qualidade e disponibilidade dos alimentos por parte da população inserida.

Em cidades interioranas brasileiras, como no município de Pirapozinho, as práticas agrícolas urbanas estão amplamente ligadas ao êxodo rural, considerando que grande parte dos seus praticantes trazem para as cidades os antigos hábitos do campo, como a produção de seus próprios alimentos.

A princípio, nota-se que a prática da agricultura urbana se volta a uma produção de hortícolas, em suas mais variadas espécies, e, em menor escala, no cultivo de legumes, frutas e ervas medicinais, além da criação de animais de pequeno porte, sobretudo, galinhas.

De acordo com Moreira (2008, p.248), a prática tem sido desenvolvida em “[...] espaços privados (quintais), públicos (escolas, hospitais, asilos), áreas verdes (parques e jardins) áreas urbanas *non edificant* (margem de rodovias, ferrovias, rios e lagos, faixas de redes de linhas de transmissão”, onde ocorrem sob diferentes sistemas e escalas de produção, seja elas micro, pequenas e médias empresas, individuais ou familiares (MOUGEOT, 2000, n.p.), que relacionam-se estritamente com o tipo de área onde está é praticada, sejam elas voltadas à comercialização ou ao autoconsumo.

Mattos *et. al.* (2015, p. 08) apresentam dois sujeitos distintos que se voltam à produção de alimentos nas cidades. O primeiro deles são os “moradores urbanos de diferentes classes sociais que não tiveram vivência anterior no campo, se interessam e passam a se dedicar às práticas agrícolas”. Nessa categoria de praticantes da agricultura urbana encontramos pessoas cujas profissões não estão ligadas à dinâmica agrícola como empresários e profissionais liberais, nas iniciativas individuais, e até mesmo responsáveis por instituições, nas iniciativas coletivas, que se voltam à prática da agricultura urbana com fins específicos conforme o seu público alvo. Esses praticantes se debruçam nessa prática a

partir de motivações como o lazer, a terapia ocupacional, educação alimentar e nutricional, a partir da necessidade de obterem alimentos frescos ou “como uma de suas estratégias de subsistência” (ARRUDA, 2011, p.29).

Outro perfil de praticante da agricultura urbana refere-se aos “camponeses que vieram para as cidades constituírem atividades urbanas e que continuam suas práticas agrícolas nos reduzidos espaços que ocupam” (MATTOS *et. al.*, 2015, p.08-09). Essa categoria é bem mais comum, sobretudo em cidades interioranas, que possuem ainda muitos elementos do rural em sua configuração, constituindo-se como verdadeiras ruralidades no espaço urbano, nitidamente observadas nessa área de estudos, surgindo, assim, essa prática como uma estratégia de perpetuação dos antigos hábitos rurais por parte desses produtores, a fim de manter o vínculo com o seu lugar de vivência anterior.

De um modo geral, a agricultura urbana apresenta várias dimensões enquanto prática de produção de alimentos nas cidades, seja na reutilização de terrenos ociosos; como atividade de educação alimentar e nutricional; na geração e complementação da renda da população urbana, em casos de comercialização ou autoconsumo; e, até mesmo, para como garantir um fácil acesso à alimentos frescos, com base na produção de seus próprios alimentos ou na proximidade com o consumidor final, revelando, assim, a multiplicidade desse fenômeno crescente em cidades do mundo inteiro.

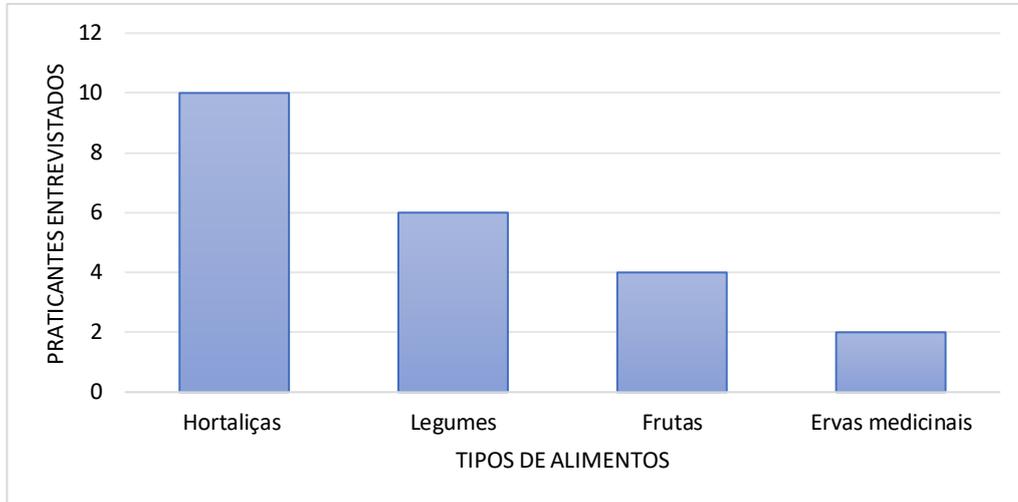
Potencialidades da agricultura urbana no município de Pirapozinho

Neste item, apresentar-se-á alguns dos resultados da pesquisa realizada no município de Pirapozinho que se propôs a compreender as diferentes práticas de agricultura urbana desenvolvidas no local e as suas contribuições no que tange à geração de renda e à segurança alimentar da população envolvida em sua produção. Buscou-se identificar as potencialidades da agricultura urbana no município como uma atividade produtora de alimentos nas cidades, no que se refere à aspectos nutricionais e de acesso à produção por parte do consumidor final.

Por se tratarem de iniciativas desencadeadas sobretudo por famílias, que tem como foco principal o autoconsumo, observa-se a princípio uma preocupação com a segurança alimentar familiar, evidenciada na atitude destes produtores em se voltarem a uma produção variada, sobretudo de hortaliças (Gráfico 1), na tentativa de realizar uma produção isenta de insumos químicos e pela disponibilidade de alimentos conforme a

necessidade dos membros da unidade familiar, considerando que, na maioria dos casos, o cultivo se dá nos quintais das próprias residências (Figura 02).

Figura 02. Tipos de alimentos produzidos pela agricultura urbana em Pirapozinho.



Fonte: Pesquisa de campo (outubro, 2018). Organização: Daiara B. Mendes.

Figura 03. Cultivo de verduras no quintal de uma residência.



Fonte: Pesquisa de campo (outubro, 2018). Arquivo pessoal.

As hortaliças, sobretudo, a couve, a alface, a cebolinha, a rúcula e o almeirão são os principais tipos de alimentos comercializados por esses agricultores. Soma-se a esses o

caso de um dos entrevistados que também produz legumes (cenoura e beterraba) para a comercialização.

Nos cinco casos identificados como produção para a comercialização no município, os produtos da agricultura urbana chegam até ao consumidor final através de sistemas de vendas informais, conforme será apresentado posteriormente, pois sua produção não adentra nos canais de comercialização formais (supermercados, quitandas, redes de distribuição etc.) por se tratar de uma prática não institucionalizada no município.

Na perspectiva do autoconsumo, de acordo com Zezza e Tasciotti (2010, p. 269), “[...] famílias que se envolvem na agricultura podem ter acesso à alimentos comparativamente mais baratos, com uma maior variedade e particularmente nutritivos, como vegetais e produtos de origem animal (leite, ovos, carne)”², considerando neste último caso que também se observa a criação de animais de pequeno porte nas iniciativas estudadas.

Outro ponto que revela a relação direta entre a agricultura urbana e a segurança alimentar das famílias refere-se na redução das despesas diárias e mensais com alimentação, pois conforme um praticante entrevistado “ [...] ‘a gente’ não vive sem o alimento, agora se você puder produzir o que você vai comer, você economiza” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018), considerando que ao produzirem as hortaliças, legumes e frutas para o autoconsumo, a renda *per capita* da família não fica comprometida quanto aos acesso de outras necessidades básicas.

Uma questão de extrema relevância ao se tratar da produção da agricultura urbana consiste na facilidade de acesso aos alimentos por parte da população residente na área urbana, tanto em termos logísticos quanto em quantidade e em valores monetários, conferindo o grau dessa atividade como agricultura de proximidade. De acordo com Ávila Sánchez (2018), esta se baseia fundamentalmente na produção de hortaliças e tem como premissa as distâncias de rápida transportação e o menor número de intermediários possíveis, conforme será apresentado ao abordar sobre os canais curtos de produção e consumo.

Esse termo está estritamente ligado à proximidade geográfica que consiste na “distância espacial entre empresas para intercâmbio de saberes e conhecimentos” (ÁVILA-SANCHES, 2018, p.01). No entanto, na perspectiva da agricultura urbana, a proximidade

²Tradução nossa.

geográfica pode estar relacionada quanto a distância entre os produtos e o seu consumidor final, que na maioria das vezes também reside do perímetro urbano, mais precisamente nos arredores dos locais de cultivo.

Na figura 04, apresenta-se os locais de comercialização elencados pelos praticantes entrevistados que se especializam na venda dos seus produtos, a partir dos quais o princípio da proximidade fica evidente na realidade estudada.

Figura 04. Locais de comercialização dos produtos da agricultura urbana no município de Pirapozinho.



Fonte: Pesquisa de campo (outubro, 2018). Organização: Daiara B. Mendes.

A partir dessa informação, identifica-se que no município de Pirapozinho os produtos da agricultura urbana chegam até o consumidor por meio de canais curtos de produção e consumo informais (Figura 2), devido ao fato de que essa prática não possui uma legislação que a regulamente do ponto de vista da certificação de seus produtos.

Figura 05. Comercialização de verduras porta a porta em Pirapozinho.



Fonte: Pesquisa de campo (outubro, 2018). Arquivo pessoal.

Algumas características básicas desses canais referem-se a uma estreita ligação entre agricultor-consumidor, principalmente quando a comercialização é realizada na própria horta, o que leva também ao menor número de intermediários possíveis, considerando que o próprio produtor é quem se encarrega de fazer a intermediação com os clientes. Neste sentido, um dos praticantes entrevistados que comercializa os seus produtos no local do cultivo, apresenta alguns aspectos que beneficiam esse processo através da proximidade agricultor-consumidor, ao apontar que “[...] se você quiser uma alface, alguma coisa que seja na hora, eu vou lá e busco, lavo, você me vê lavando e eu te entrego e você sai daqui com um produto que você escolheu na hora” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018).

Outros pontos que perpassam esses canais curtos são o conhecimento por parte do consumidor final dos alimentos cultivados, principalmente no que se refere às etapas da produção e higienização, e a menor distância física entre o produto e seu consumidor final, evidenciado pelo fato de que este também é morador da área urbana, entre outras características que reforçam o encurtamento do vínculo entre os envolvidos na produção e no consumo da agricultura urbana.

Considerações finais

De um modo geral, buscou-se apresentar a partir de uma articulação entre os conceitos de agricultura de proximidade e canais curtos de produção e consumo e os resultados de pesquisa, as potencialidades das práticas agrícolas urbanas, em sua perspectiva nutricional e do ponto de vista do acesso aos alimentos pelo consumidor.

Identificou-se a agricultura urbana como uma atividade voltada à segurança alimentar das famílias em relação às iniciativas que visam estritamente o autoconsumo, e como uma agricultura de proximidade, pelo fato de que seus produtos chegam até a destinação final por meio de estratégias que visam uma estreita relação entre produtor e consumidor.

Dessa forma, partindo da constatação de que a prática da agricultura urbana não é regulamentada por aparatos legais no município de Pirapozinho, identifica-se a necessidade de uma atenção mais efetiva do poder público para essa atividade em face de sua potencialidade na suplementação da alimentação das populações urbanas.

Considera-se a ausência da atuação efetiva de uma política pública em âmbito nacional que englobe a agricultura urbana em suas ações como um dos principais

Revista Geografia em Ações, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, (60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios), n. 15, v. 8, p. 185-197, dez/2019. ISSN: 1984-1647.

agravantes dessa invisibilidade com a qual é tratada a questão em cidades de pequeno porte, como o município de Pirapozinho. Por não encontrarem pressões advindas das demais instâncias governamentais e sem a representação dos interesses dessa categoria de produtores por meio de uma organização coletiva, a administração local não dá a devida atenção para essa atividade.

Entretanto, pela ausência de regulamentação da atividade por parte das legislações municipais, esses produtos ainda atingem o seu consumidor final por meio de formas de comercialização informal, como a entrega em domicílio do consumidor ou no próprio local de cultivo, não sendo inseridos nas quitandas e supermercados locais.

O fato em questão não é visto pelos seus produtores como uma dificuldade para a comercialização, visto que os compradores geralmente são moradores do entorno, como vizinhos e demais conhecidos, o que confere a essa atividade o grau de agricultura de proximidade, observando um estreito vínculo entre o consumidor final e o produtor, além de possibilitar ao primeiro um conhecimento maior a respeito da procedência dos alimentos que deseja adquirir.

Referências

- ÁVILA-SANCHES, H. Nuevas formas y procesos territoriales. In.: **Agricultura Urbana y Periurbana: conceptos y debates teóricos. Potencialidades para la sustentabilidad urbano-rural.** Curso. 2018. Notas da aula. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- ANDRADE, L. F. de; HESPAÑHOL, A.N. Políticas públicas e desenvolvimento rural: Os projetos de microbacias hidrográficas em Pirapozinho – SP. **GeoAtos**, Presidente Prudente, v.2, n.10, p. 54-63, jul./dez. 2010.
- ARISTIDES, M. de J. da S. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Pirapozinho (SP).** 2013. 194f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- ARRUDA, J. **Agricultura urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro: sustentabilidade e repercussões na reprodução das famílias.** 2011. 197 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- CASTELO BRANCO, M.; ALCÂNTARA, F. A. de. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? **Horticultura Brasileira**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 421-428, jul./set. 2011.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação.** 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>>. Acesso em: 25 dez. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades – Pirapozinho/SP.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/pirapozinho/>> Acesso em: 05 out. 2019.

MOREIRA, C. Trajetória contemporânea da agricultura urbana. In: HISSA, Carlos Eduardo V. (Org.). **Saberes ambientais: Desafios para o conhecimento disciplinar.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 243-258.

MATTOS, C.; MENDONÇA, M. M. de; MASELLI, M.; DUPRÁ, R. L. S. N. Panorama da agricultura urbana e a construção de políticas públicas no Brasil. **Revista Advir**, Rio de Janeiro, n.34, p. 07-17, dez. 2015.

MELO, L.P. Os benefícios da agricultura urbana e periurbana para a sustentabilidade da cidade de Macapá-AP. **Anais do 7o Congresso Luso-Brasileiro para o planejamento urbano, regional, integrado e sustentável - Contrastes, Contradições e Complexidades.** Maceió, Brasil. Paper 1342. 2016.

MOUGEOT, L. J.A. Agricultura urbana: conceito e definição. **Revista de Agricultura Urbana**, v.1, n.1, p. 01-08, jul. 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). **Cuestiones de la agricultura urbana.** 1999. Disponível em: <<http://www.fao.org/ag/esp/revista/9901sp2.htm>>. Acesso em: 28 out. 2019.

SANTOS, D. H.. Agricultura urbana e segurança alimentar. **Saber acadêmico**, Presidente Prudente, n. 11, p. 172-182, jun. 2011.

ZEZZA, A.; TASCIOTTI, L. Urban agriculture, poverty, and food security: Empirical evidence from a sample of developing countries. **FoodPolicy**, p. 265-273, abr. 2010.

Sobre a autora (Informações coletas no Lattes em 2019-12-27)

Daiara Batista Mendes

Licenciada e bacharela em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus Presidente Prudente. Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), entre os anos de 2015 e 2018, e bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), no ano de 2018. Atualmente é professora eventual da rede pública de ensino do Estado de São Paulo.

Como citar esse artigo

MENDES, D. B. Potencialidades da produção de alimentos nas cidades: experiências de agricultura urbana no município de Pirapozinho – São Paulo. In: **Revista Geografia em Atos** (GeoAtos online) - 60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios - v. 08, n. 15, p. 185-197, dez/2019. DOI: 10.35416/geoatos.v8i15.6995

Recebido em: 2019-11-22

Devolvido para correções em: 2019-12-16

Accito em: 2019-12-26

O CIRCUITO FINANCEIRO-IMOBILIÁRIO EM PRESIDENTE PRUDENTE: NOVOS CONDICIONAMENTOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, O ESTUDO DE CASO A PARTIR DE INSTRUMENTOS DE SECURITIZAÇÃO IMOBILIÁRIA

João Vitor de Souza Ferreira

orcid.org/0000-0002-0185-2147

Universidade Estadual Paulistas, Campus de Presidente Prudente/São Paulo - BR

E-mail: jvitorsferreira2@hotmail.com

DOI: 10.35416/geoatos.v8i15.7009

Resumo

Este trabalho tem como objetivo a análise dos processos e dinâmicas dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) na cidade de Presidente Prudente, buscando compreender suas dinâmicas gerais e seus processos de espacialização intraurbana. Utilizando como fonte principal os dados primários das emissões produzidas pela Caixa Econômica Federal. O recorte territorial circunscrito à cidade permitirá valorizar a articulação de escalas presentes nos processos de financeirização do imobiliário, na medida em que os CRIs, como instrumentos do sistema financeiro, afeitos sempre às escalas globais da valorização do capital, serão analisados, também, a partir das características dos mercados e das dinâmicas imobiliárias da cidade. Esta, por sua vez, será considerada a partir de dados e informações sobre as características das ofertas imobiliárias em diferentes áreas/bairros, principalmente em relação à terra urbana, a localização de suas ofertas e preços, buscando compreender suas dinâmicas imobiliárias. A articulação entre escalas geográficas dos processos, o foco sobre a terra urbana direciona o trabalho. Ao identificarmos a presença de instrumentos de securitização em cidades médias, percebemos o crescimento desses instrumentos e a dispersão dos mesmos pelo território, além verificarmos a importância da ação estatal na viabilização do mercado de títulos secundários.

Palavras-chave: Financeirização; Securitização Imobiliária; Mercado Imobiliário

THE REAL ESTATE FINANCIAL CIRCUIT IN PRESIDENTE PRUDENTE: NEW CONSTRAINTS IN THE PRODUCTION OF URBAN SPACE, THE CASE STUDY FROM REAL ESTATE SECURITIZATION INSTRUMENTS

Abstract

This paper aims to analyze the processes and dynamics of Real Estate Receivables Certificates (CRIs) in the city of Presidente Prudente, seeking to understand its general dynamics and its processes of intraurban spatialization. Using as primary source the primary data of emissions produced by Caixa Econômica Federal. The territorial cut circumscribed to the city will make it possible to value the articulation of scales present in the processes of financialization of real estate, as the CRIs, as instruments of the financial system, always affected by the global scales of capital appreciation, will also be analyzed from the characteristics of the markets and the real estate dynamics of the city. This, in turn, will be considered from data and information on the characteristics of real estate offers in different areas / neighborhoods, especially in

relation to urban land, the location of their offers and prices, seeking to understand their real estate dynamics. The articulation between geographic scales of processes, the focus on urban land directs the work. By identifying the presence of securitization instruments in medium-sized cities, we noticed the growth of these instruments and their dispersion throughout the territory, in addition to verifying the importance of state action in enabling the secondary bond market.

Key words: Financialization; Real Estate Securitization; Real Estate Market

EN EL CIRCUITO FINANCIERO-IMOBILIÁRIO EN PRESIDENTE PRUDENTE: NOVOS CONDICIONAMENTOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, O ESTUDO DE CASO A PARTIR DE INSTRUMENTOS DE SECURITIZAÇÃO IMOBILIÁRIA

Resumen

Este documento tiene como objetivo analizar los procesos y la dinámica de los Certificados de Créditos Inmobiliarios (CRI) en la ciudad de Presidente Prudente, buscando comprender su dinámica general y sus procesos de espacialización intraurbana. Utilizando como fuente primaria los datos primarios de emisiones producidos por Caixa Econômica Federal. La frontera territorial circunscrita a la ciudad permitirá valorar la articulación de escalas presentes en los procesos de financiarización de bienes inmuebles, ya que los CRI, como instrumentos del sistema financiero, siempre afectados por las escalas globales de apreciación del capital, también se analizarán a partir de las características de los mercados y la dinámica inmobiliaria de la ciudad. Esto, a su vez, se considerará a partir de datos e información sobre las características de las ofertas inmobiliarias en diferentes áreas / vecindarios, especialmente en relación con los terrenos urbanos, la ubicación de sus ofertas y precios, buscando comprender su dinámica inmobiliaria. La articulación entre escalas geográficas de procesos, el enfoque en suelo urbano dirige el trabajo. Al identificar la presencia de instrumentos de titulación en ciudades medianas, notamos el crecimiento de estos instrumentos y su dispersión en todo el territorio, además de verificar la importancia de la acción estatal para habilitar el mercado secundario de bonos.

Palabras-clave: Financiarización; Titulación de bienes inmuebles; Mercado inmobiliario

Introdução

Neste trabalho buscamos analisar um instrumento de securitização e financeirização, os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), e como eles se distribuem espacialmente. Para isso, utilizamos dados de emissões de CRIs da Caixa Econômica Federal (CEF), por meio do qual foi possível, além de analisar a distribuição espacial, iniciar a problematização das particularidades do caso brasileiro de financeirização.

Os CRIs surgem na década de 1970 nos Estados Unidos como uma forma dos bancos anteciparem seus lucros sobre as hipotecas. Entretanto, só chega ao Brasil no final dos anos 1990, com a criação do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), em 1997, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, Lei nº 9.514/1997.

Já no ano seguinte, 1998, surge a primeira companhia de securitização, a CIBRASEC. Apesar disso, os CRIs só se popularizam mais tarde, com a segunda emissão de CRIs da CEF, viabilizada por investimentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o que veio a ocorrer a partir do ano de 2008.

Esses CRIs são organizados em séries, cada uma contendo um conjunto de dívidas lastreadas que foram securitizadas. Devido aos lastros dos CRIs serem imóveis que foram objeto de financiamento por parte de bancos (seja para aquisição, seja para construção), quando emitidos os prospectos definitivos da emissão, que são como o “contrato” de emissão de CRIs, apresentam os dados de localização desses imóveis, os quais tiveram as dívidas securitizadas, possibilitando então seu mapeamento. Além das informações utilizadas também constam nos documentos algumas informações dos mutuários, tais como o CPF do mutuário, datas de assinatura e vencimento do contrato que não utilizamos para a análise. O CRI é um instrumento que securitiza uma dívida, oriunda de um financiamento imobiliário e o emite como ativo comercializável.

Utilizamos a definição de securitização de Melazzo e Abreu (2019):

Securitização é a denominação genérica para uma prática do mundo das finanças que consiste em transformar certos tipos de mercadorias em papéis. As mercadorias em questão e os rendimentos que potencialmente possam gerar passam a se constituir como lastro ou base dos papéis emitidos e a remuneração destes últimos fica assegurada pelo fluxo de rendimentos (ou fluxo de caixa) que a mercadoria gera durante um certo período de tempo futuro. (MELAZZO; ABREU, 2019, p. 25).

A definição aponta que a securitização deve ser analisada e considerada de acordo com a mercadoria que lhe confere lastro (que, no caso dos CRIs, são os imóveis), em suas condições próprias de produção e consumo, os rendimentos que dela possam advir ao longo de certo período de tempo (o que implica, ao mesmo tempo, em um fluxo de caixa futuro e em sua antecipação ao presente) e a criação do mercado específico em que tais rendimentos antecipados possam ser comercializados. Além disso, seu surgimento implicou

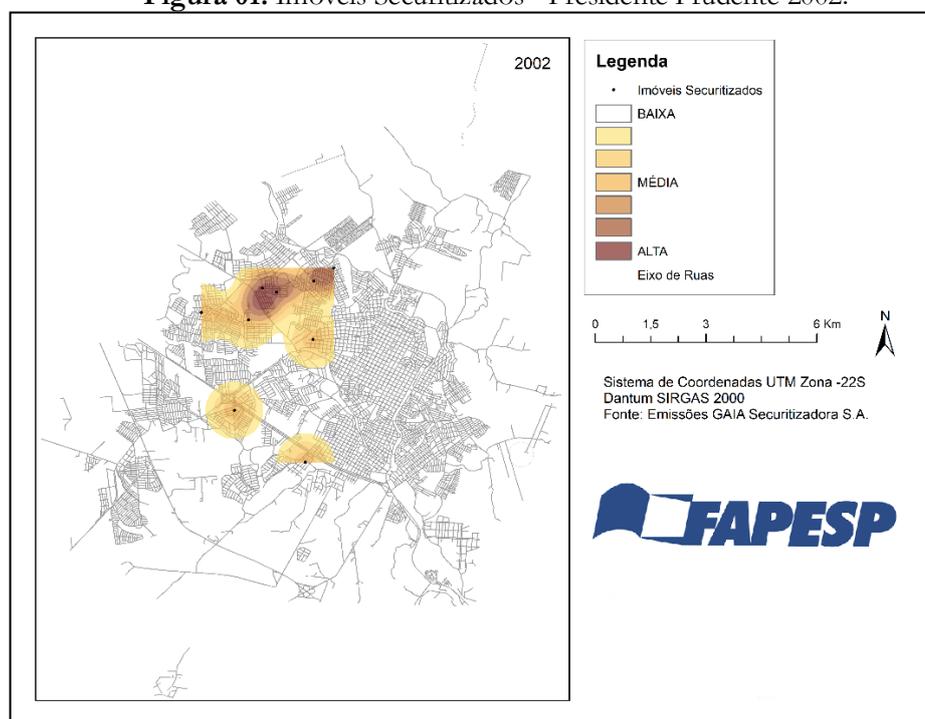
no aparecimento de novos agentes envolvidos na emissão de um produto tão único como o Certificado de Recebível Imobiliário (CRI).

A produção cartográfica e a análise empírica da securitização

A análise foi circunscrita à cidade de Presidente Prudente, a cidade foi escolhida por já ter sido analisada em estudos recentes dos grupos de pesquisa CEMESPP e GASPERR, que subsidiaram a pesquisa com os mapas de preço da terra da cidade, atualizados e utilizados para compará-los com as localizações dos imóveis securitizados.

Os mapas foram divididos a fim de não criar distorções na análise, pois os processos envolvidos na emissão de 2002 são muito diferentes dos envolvidos nos outros anos analisados.¹ Utilizamos, para os mapas, a ferramenta de Kernell, que elabora manchas de densidade, calculando a relação de proximidade entre os pontos e o número de pontos existentes na área. Essa ferramenta foi utilizada para melhor visualizar a concentração de imóveis securitizados dentro da malha urbana. As figuras 1 e 2 identificam os imóveis securitizados na cidade de Presidente Prudente para os anos analisados.

Figura 01. Imóveis Securitizados - Presidente Prudente 2002.

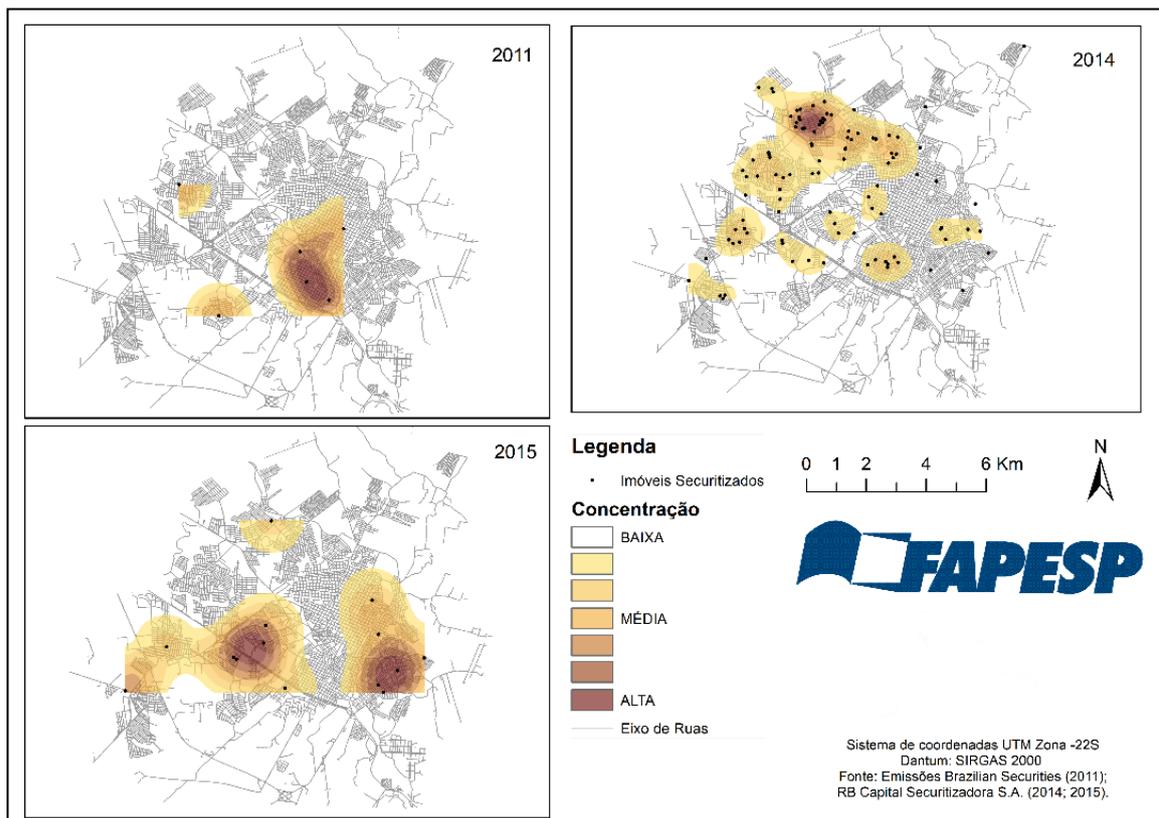


Elaboração: O próprio autor

¹ Os mapas utilizam a base cartográfica de 2010, isso se deve ao fato de não ter sido possível encontrar uma base mais condizente com a análise.

Em uma análise da figura 01 verifica-se, para Presidente Prudente, uma concentração relativa para o ano de 2002. Pode ser observada a concentração na zona noroeste da cidade, aglomerando a maior parte dos imóveis securitizados na cidade e dois pontos ao sul da cidade.

Figura 02. Imóveis Securitizados - Presidente Prudente 2011, 2014, 2015



Elaboração: O próprio autor

Em uma primeira aproximação com os Mapas da cidade de Presidente Prudente nos anos da análise é possível perceber uma concentração dos CRIs na parte central da cidade no ano de 2011. Já em 2014 percebe-se o espalhamento desses CRIs por quase toda a cidade, mas se concentrando, principalmente, na zona norte. Já no ano de 2015, percebe-se a desconcentração desses CRIs e a mudança do eixo para o centro-leste.

Ocorre o processo de aumento no número das emissões na cidade do ano de 2011 para 2014, saltando de 6 para 198 imóveis securitizados. Já no ano de 2015 ocorre o processo de redução do número de CRIs emitidos, que caem para 18.

Tabela 01. Valores das emissões de CRIs para Presidente Prudente nos anos de 2002, 2011, 2014 e 2015

Ano	2002	2011	2014	2015
Valor total da emissão na cidade	220.270,45	236.542,22	17.288.746,57	2.099.284,69
Média dos empréstimos securitizados	24.474,45	39.423,70	93.377,54	116.626,93

Fonte: Brazilian Securities (2011); R.B. Securitizadora S.A. (2014); RB. Securitizadora

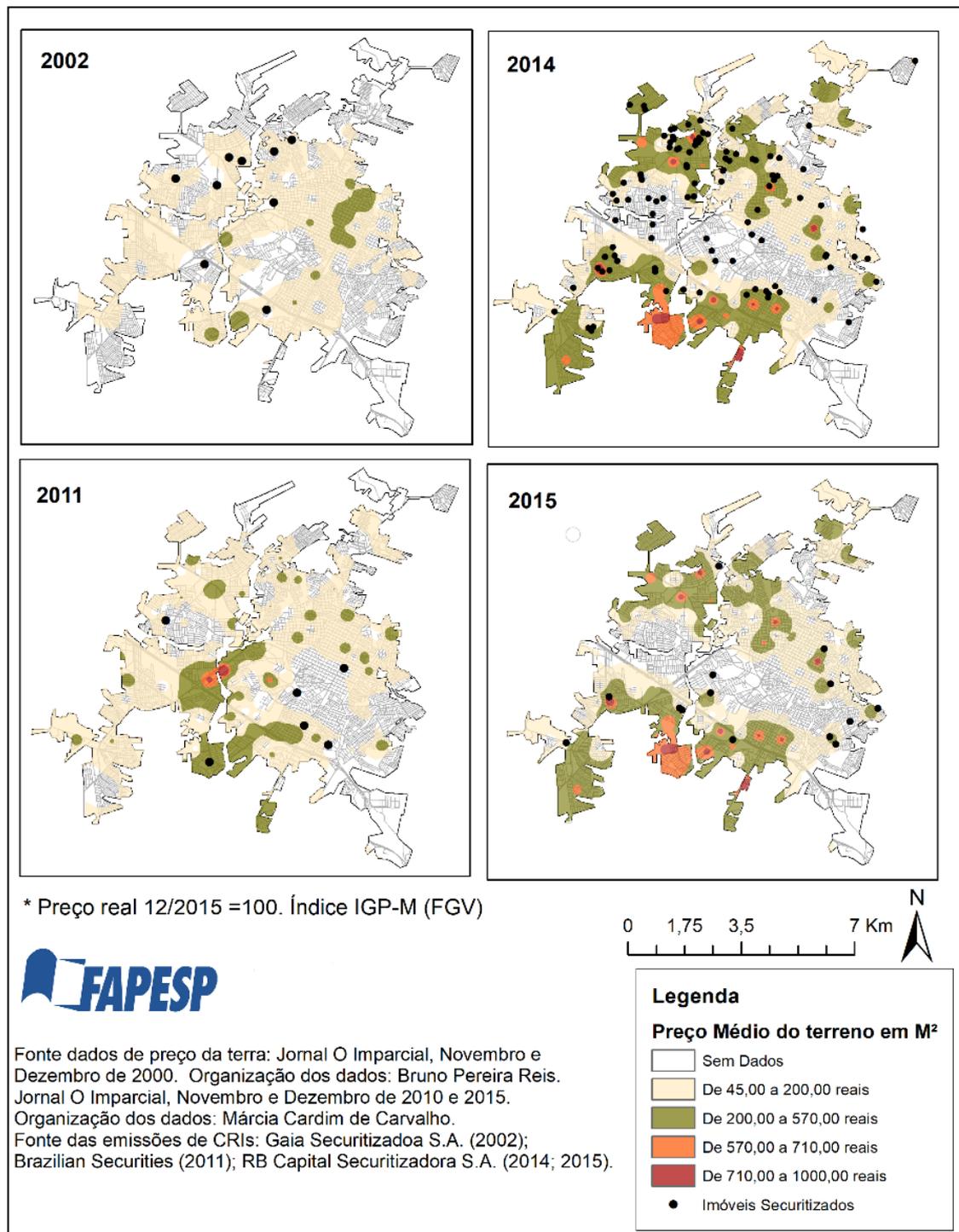
Apesar do crescimento no valor total da emissão na cidade, os valores médios dos empréstimos securitizados se mantêm relativamente baixos. Quando comparamos a localização dos CRIs analisados com outros trabalhos realizados junto ao grupo de pesquisa CEMESPP (CARVALHO, 2019; COIMBRA, 2019 e REIS, 2015, por exemplo) pudemos comparar os mapas de preço da terra com os CRIs e identificar como os mesmos se comportam frente ao mercado imobiliário local e se acompanham as lógicas de preço do mesmo.

A metodologia dos mapas de preço busca compreender como se comporta o mercado imobiliário analisado, para entender as dinâmicas valorização e reprodução dos preços, a metodologia já foi discutida e analisada em diversos trabalhos (ABREU, 2017, 2019; AMORIM, 2015; BARCELLA, 2018).

Após o cálculo dos preços, os mesmos são atualizados utilizando o índice geral de Preços calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IGP-M - FGV) correspondente ao mês de dezembro de 2015, o último ano da série. Como resultado é possível comparar os preços tendo como referência o valor da moeda em dezembro de 2015 e obtém-se uma sequência dos preços dos terrenos.

Para elaborarmos a figura 03, sobrepomos os mapas de preço da terra de Presidente Prudente para 2000, 2010 e 2015 e as emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) para os anos de 2002, 2011, 2014 e 2015. Comparamos as emissões com os mapas de preço mais próximos, sendo assim, a emissão de 2002 foi comparada ao mapa de 2000, a emissão de 2011 comparada ao ano de 2010 e as emissões de 2014 e 2015 foram comparados ao ano de 2015.

Figura 03. Localização dos imóveis securitizados face aos mapas de preço médio da terra urbana para os anos de 2000, 2010 e 2015 em Presidente Prudente

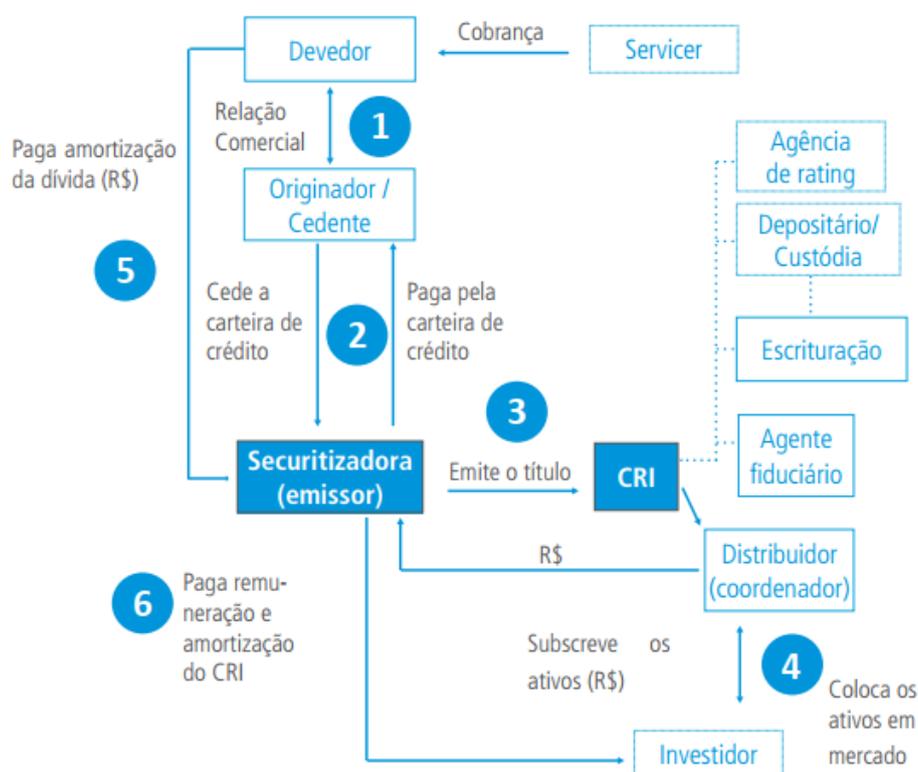


Elaboração: O próprio autor

Por meio do produto cartográfico podemos identificar que nas quatro emissões analisadas os imóveis securitizados na cidade de Presidente Prudente se apresentam, em sua maioria, nas áreas de preços médios de terrenos mais elevados, identificados no mapa pelas áreas mais escuras do mesmo. Percebe-se ainda que a localização dos imóveis securitizados na cidade de Presidente Prudente vai sendo alterada, acompanhando as mudanças ocorridas nas dinâmicas imobiliárias da cidade.

Neste trabalho buscamos analisar um dos instrumentos de securitização, os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e como eles se distribuem espacialmente. Desenvolvemos tal análise por meio dos mapas já apresentados, pelos quais foi possível, além de analisar a distribuição espacial, iniciar a problematização das particularidades do caso brasileiro de financeirização.

Figura 04. Etapas da emissão de um CRI



Fonte: AMBIMA (2015)

A emissão de um CRI envolve uma série de processos: Na etapa 1 é possível observar a cessão do crédito original pelo banco. Na segunda, após uma filtragem ou seleção dessas dívidas, as que forem selecionadas² pelo banco são cedidas à empresa securitizadora, que vai emitir o CRI.

Na terceira, a empresa securitizadora emite essas dívidas apoiada em vários outros agentes, entre eles a agência de Rating³, que verifica a qualidade das dívidas, além da seguradora e do agente fiduciário responsável pela escrituração que realizam todo o processo jurídico necessário à emissão.

Após todo esse processo, na etapa 4, os CRIs são entregues ao coordenador, que distribui as emissões ao mercado e aos investidores. Com o decorrer da amortização pelo devedor, a securitizadora recebe o montante e repassa ao investidor que adquiriu o CRI (etapas 5 e 6). Após a emissão, o CRI é comercializado como ativo e os pagamentos do empréstimo original são redirecionados ao investidor dono desse CRI.

Ao utilizar os CRIs como instrumento de análise buscamos valorizar as relações entre o capital financeiro e o imobiliário, trazendo para o debate as formas como o financeiro captura as rendas fundiárias e como o imobiliário tende a ser tratado como ativo financeiro (HARVEY, 1990). Vemos como uma inovação no debate a possibilidade que os CRIs apresentam de se analisar a escala urbana da financeirização.

As transformações legais e institucionais que viabilizaram os CRIs

Buscamos neste momento analisar como um produto tão próprio em suas características foi viabilizado por meio de leis que regulamentaram o mercado de títulos secundários. Para isso, elaboramos uma evolução cronológica dos marcos regulatórios e institucionais que culminaram na segurança jurídica e liquidez dos investidores e na alocação dos investimentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) na compra de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs).

Estes instrumentos e marcos regulatórios não apenas viabilizaram os CRIs, como também garantiram uma homogeneização dos produtos que lhes conferem o lastro, tanto pelos padrões espaciais quanto pelos valores envolvidos nos financiamentos securitizados.

² Não temos informações de como a seleção dos imóveis a serem securitizados é feita.

³ A agência de Rating classifica o risco dos CRIs que serão emitidos calculando o risco de calote daqueles CRIs

Para elaboração dessa linha do tempo utilizamos da bibliografia especializada (BOTELHO, 2007; ROYER, 2009, 2015) e de relatórios da CEF e do CCFGTS (Conselho Curador do Fundo e Garantia por Tempo de Serviço). Por meio destes também foi possível identificar que o FGTS surge como o principal comprador de CRIs do mercado brasileiro, viabilizando assim o mercado de títulos secundários.

Entre os anos de 1964 e 1991 houveram uma série de marcos institucionais e regulatórios, como a criação do FGTS, a criação e extinção do Banco Nacional da Habitação (BNH) e a transferência das contas vinculadas ao FGTS para a CEF. Tais marcos resultam na criação do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), em 1997, e na conseqüente criação de instrumentos que estabelecem relações entre o imobiliário e o financeiro, tais como os CRIs (MELAZZO E ABREU, 2019).

A Figura 05 localiza historicamente quando cada legislação foi alterada buscando a segurança jurídica e a viabilização dos instrumentos de securitização:

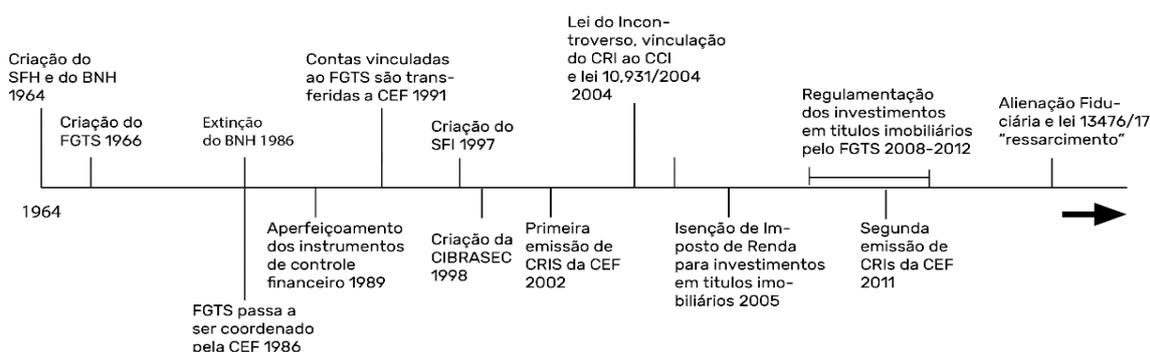


Figura 05. Série histórica - Evolução da regulamentação da legislação no tempo

Elaboração: O próprio autor

A criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro Habitacional (SFH), em 1964, tinham como objetivo viabilizar o financiamento habitacional. A criação do FGTS, em 1966, se tornou importante fonte de recursos para investimentos na área habitacional, vinculada ao BNH. Em um momento posterior, com a extinção do BNH, no ano de 1986, o FGTS é vinculado à CEF, tornando-a importante agente no financiamento habitacional no Brasil.

Com a criação no Brasil do SFI, em 1997 (Lei nº9514/97), além de instrumentos regulatórios necessários à sua operação e segurança jurídica, surgem novos instrumentos relacionados ao financiamento imobiliário, entre eles os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs). Já no ano seguinte à criação do SFI, em 1998, é criada a primeira empresa de securitização do Brasil, a Companhia Brasileira de Securitização (CIBRASEC), empresa responsável pela primeira série de emissões de CRIs da CEF, em 2002.

A fim de viabilizar a securitização imobiliária, várias reconfigurações foram realizadas na legislação vigente. Essas reconfigurações foram se dando, paulatinamente, a partir do ano de 2004, com a série de alterações na legislação que, além de viabilizar os CRIs, buscavam garantir a segurança jurídica dos investidores.

A partir do ano de 2004, como evidenciado pela Figura 5, as legislações foram sendo alteradas. No início, pela criação da lei do patrimônio de afetação, lei nº 10.931 de 2004, que garante a segurança jurídica e a separação entre os ativos de uma incorporação imobiliária e os bens que integram o patrimônio desse mesmo incorporador (PEREIRA, 2015; ROYER, 2009).

Além disso, a lei nº 10.931/04, vincula CRI ao CCI (Carta de Crédito Imobiliária) e não mais ao CCB (Carta de Crédito Bancária), permitindo que os bancos efetuem a securitização da dívida sem a consulta do mutuário. Tal alteração buscava agilizar o processo de securitização, visto que o próprio banco pode selecionar as dívidas a serem securitizadas, sendo que até então era necessário que o mutuário autorizasse o processo, o que significa que os processos vinculados as emissões de 2002 e as emissões subsequentes são diferentes na origem.

Art. 12. Os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira de crédito imobiliário, a Caixa Econômica Federal, as sociedades de crédito imobiliário, as associações de poupança e empréstimo, as companhias hipotecárias e demais espécies de instituições que, para as operações a que se refere este artigo, venham a ser expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil, poderão emitir, independentemente de tradição efetiva, Letra de Crédito Imobiliário - LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel, conferindo aos seus tomadores direito de crédito pelo valor nominal, juros e, se for o caso, atualização monetária nelas estipulados. (LEI nº 10.931/2004).

A mesma lei (10.931/04) também altera a lei do valor do incontroverso, garantindo juridicamente a continuidade do pagamento de parte dos valores, ou seja,

garante aos bancos que em caso de disputa o credor continue a pagar o valor incontroverso, representado pela parcela do empréstimo, exceto os juros. No ano seguinte, a lei nº 11.169/05 amplia a lucratividade do investidor, ao garantir a isenção de imposto de renda para investimentos em títulos imobiliários, tornando-os mais atrativos aos investidores (BOTELHO, 2007).

Entre os anos de 2008 e 2012 as séries de resoluções ou “considerandos”⁴ do CCFGTS (Conselho Curador do FGTS), é permitido ao FGTS realizar investimentos em títulos imobiliários, tais como o CRIs e até mesmo de CRIs que tem a CEF como cedente das hipotecas securitizadas. O mesmo período também é o momento em que é lançada a segunda emissão de CRIs da CEF.

As resoluções do CCFGTS nº 578/2008, 602/2009, 637/2010, 681/2012, 702/2012, 725/2013 foram editadas para regulamentar esse tipo de investimento, que cresceu significativamente durante o período 2008-2012. Em uma das resoluções, os ‘considerandos’ apontavam para a importância da alocação de recursos do FGTS nesse mercado. (ROYER, 2016. p. 44).

Esse período também marca a segunda série de emissões de CRIs da CEF. Tais emissões se dão no meio de um processo de reestruturação em que o governo vê necessária a realocação do FGTS para investimentos em CRIs e títulos imobiliários, visando o aumento de disponibilidade de crédito e liquidez ao mercado, destacado por Royer (2016) e pelo artigo primeiro o da resolução do CCFGTS nº 578/2008.

A normativa nº 578 de 2008 do CCFGTS autorizou a compra de cotas de FIIs (Fundos de Investimentos Imobiliários) e de FIDCs⁵ (Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios), além de regulamentar os investimentos do FGTS em títulos creditórios imobiliários, como os CRIs.

O texto da lei indica a necessidade de ampliação de crédito e liquidez no mercado imobiliário em momentos de crise, como no período indicado. O documento, assim como a bibliografia (ROYER, 2015, 2016), afirmam a importância do FGTS na alocação de recursos não apenas na cessão de crédito imobiliário, mas também no mercado de títulos

⁴ O termo considerando é referência ao texto das resoluções e à repetição da palavra considerando ao longo dos documentos.

⁵ FIDCs funcionam como uma união de investidores que realizam um investimento comum. No caso, em direitos creditórios, que são créditos que a empresa tem a receber, tais como alugueis e parcelamentos no cartão de crédito

secundários, como os CRIs. Isso reforça a importância do FGTS como um dos maiores fundos do mundo.

Essa importância da alocação de recursos do FGTS no mercado de títulos secundários destacada por Royer (2015) e pela legislação é comprovada pelo volume de compras de títulos imobiliários pelo FGTS. Em 2016, o FGTS investiu aproximadamente nove milhões de reais apenas na compra de CRIs.

A alienação fiduciária forneceu a segurança que o modelo de financiamento, o SFI, exigia, em contraponto ao modelo anterior de financiamento habitacional do SFH. Ao fornecer uma nova forma de garantia aos investidores em caso de não pagamento da hipoteca, a alteração na lei passa a facilitar a execução da retomada do imóvel. Essa alteração na lei define que a posse do imóvel só seja passada ao mutuário quando o mesmo quitar a totalidade da dívida, concedendo a ele apenas o domínio do imóvel. Tal instituição garante uma segurança jurídica, se comparada ao modelo anterior, em que a posse e o domínio do imóvel eram passados ao mutuário mediante o pagamento de 20 a 30% da dívida, fornecendo uma garantia e facilitando a execução até então lenta da retomada dos imóveis (ROYER, 2009).

A recente lei nº 13.476/17 foi a última etapa do processo de flexibilização da legislação. Garante a segurança jurídica e o ressarcimento caso a retomada do imóvel não cubra a totalidade da dívida. Essa regulamentação foi a última criada a fim de viabilizar o mercado de títulos secundários.

O crescimento dos CRIs no mercado brasileiro

O crescimento dos CRIs como um ativo imobiliário que visa a captura das rendas advindas do pagamento da dívida, oriunda do empréstimo original, pelo mutuário, ela extrapola a escala local e a articula com os circuitos financeiros da acumulação do capital. O mercado imobiliário assume novos caracteres, ele não é apenas mercantil, mas também financeiro, buscando conceder maior liquidez ao mercado (PAIVA, 2007). Para que o crescimento dos CRIs ocorra é necessária uma legitimação por meio dos aparatos jurídicos e institucionais concedida pelo Estado, viabilizando a securitização dos empréstimos imobiliários.

Buscamos também analisar como o caráter jurídico institucional intermedia a relação entre o ambiente urbano e os circuitos financeiros da acumulação. A instituição de

um mercado secundário baseado na securitização de títulos de crédito imobiliário se dá com a promulgação do SFI pela lei 9.514/97, institucionalizando a criação de um mercado secundário de títulos imobiliários.

A análise foi estruturada em dois momentos distintos, utilizando para isso a reconfiguração da legislação e a reestruturação do mercado e do aparato legal já abordado anteriormente. O primeiro momento, entre os anos de 2002 e 2010, que representa o período de estruturação do mercado de CRIs, quando os marcos regulatórios ainda estão sendo instaurados, e o segundo momento, entre os anos de 2011 e 2016, quando os aparatos já estão instalados e apresentam uma estrutura diferente dos CRIs (ABREU, 2019).

O primeiro momento é bem demarcado na linha do tempo supracitada e representa o período de regulação do mercado de títulos imobiliários, criando mecanismos jurídicos que garantem a liquidez e a segurança dos investidores. Esses dois momentos se distinguem pelos valores e número de emissões, que, em 2002, partem de menos de 2 milhões de reais em menos de 10 emissões para 14 milhões de reais e o total de 140 emissões em 2016.

A tabela 2 demonstra o valor investido pelo FGTS na compra de CRIs para os anos de 2011 a 2016 e a porcentagem que esse valor representa frente ao total investido pelo FGTS.

Tabela 02. Investimento do FGTS em CRIs para os anos de 2011 a 2016

Ano	Valor investido em CRIs	% do total
2011	R\$ 2.787.409,00	17%
2012	R\$ 2.427.285,00	35%
2013	R\$ 2.401.094,00	1%
2014	R\$ 1.707.220,00	27%
2015	R\$ 595.008,00	3%
2016	R\$ 8.990.037,00	33%

Fonte: FGTS

É possível verificar pelo quadro que, à exceção dos anos de 2013 e 2015, a alocação de recursos do FGTS na compra de CRIs foi relativamente significativa. Destaca-se, também, que, apesar da baixa porcentagem para o ano de 2013, o valor quase não se altera em relação ao ano anterior. Entretanto, o valor total do investimento do FGTS no

ano se altera consideravelmente, devido ao aumento nos investimentos do FGTS em títulos públicos federais que, para o ano de 2013, foi de 247.488.867,00 milhões.

A origem dos CRIs também é alterada. No primeiro momento esses CRIs tinham origem em empreendimentos imobiliários de alto padrão, shoppings centers, hotéis de luxo e empreendimentos residenciais. As características dos CRIs desse momento são bem descritas pela bibliografia (BOTELHO, 2007; RUFINO, 2013). No segundo momento, assumem características bem distintas, com a consolidação dos aparatos jurídicos e institucionais, se tornam fonte de investimentos e passam a ter a alocação de recursos do Conselho Curador do FGTS (CCFGTS).

Nesse segundo momento, os CRIs passam a ter origem na securitização de empréstimos residenciais de baixo valor. A estrutura de venda desses CRIs se altera e passam a ser comercializados na bolsa de valores e não mais no mercado de balcão (BOTELHO, 2007). Além disso, se popularizaram e passaram a compor o banco de ativos de Fundos Investimentos Imobiliários (FII) e fundos de pensão.

Esse segundo momento é também marcado pelo aumento na participação da CEF como cedente de crédito imobiliário para lastro em CRIs. As diferenças nessa etapa é que estruturam as principais características do mercado de títulos imobiliários brasileiro. Tendo como base a securitização de empréstimos residenciais de baixo valor, os CRIs que tem como lastro os empréstimos da CEF se caracterizam por serem dispersos pelo território. Em uma aproximação multiescalar podemos verificar que os CRIs são dispersos pelo território, quando analisados em uma escala nacional, entretanto possuem concentração e seletividade quando analisados na escala local.

Essa capacidade dos agentes envolvidos de articular, através dos CRIs, diversas escalas geográficas, permite observar as relações entre a escala urbana e o sistema financeiro da acumulação, ampliando os espaços de financeirização, ao conectar pelo lastro do imóvel o espaço urbano e o sistema financeiro. A regulamentação da compra de CRIs pelo CCFGTS viabilizou, assim, um novo nicho de mercado, antes destinado apenas a promessas de dívidas com lastro em imóveis de alto valor.

A participação da CEF no mercado de securitização modifica as características desse mercado e dos produtos relacionados a ele, além de estruturar os mecanismos de valorização e circulação da propriedade imobiliária, associados à produção de um mercado afeito às suas necessidades e às características da cidade. O CRI atua mobilizando o que é

imóvel, no esforço de transformar as dívidas imobiliárias em ativos de valor capazes de circular no mercado de capitais.

Considerações finais

O processo de financeirização vem sendo destacado pela bibliográfica nacional e internacional como um dos novos determinantes da produção do espaço, entretanto, esse processo ainda carece de análises e pesquisas. Muitos dos trabalhos destacam a interescalaridade do processo de financeirização (DEL VALLE, 2012), porém muito pouco se analisa dessa interescalaridade pela ausência concreta de dados que espacializem o estudo e considerem o ponto de vista urbano da financeirização.

Neste sentido entendemos que este trabalho tem uma contribuição relevante ao analisar o ponto de vista urbano da financeirização por meio da securitização. Os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) tem a capacidade de conectar a renda da terra urbana ao mercado financeiro e atuar na captura de rendimentos por meio da propriedade imobiliária (MELAZZO, 2013; SANFELICI, 2013), em que o pagamento das dívidas imobiliárias alimenta a rentabilidade de papéis que permitem a circulação do capital.

A produção cartográfica permitiu a visualização e a espacialização de todo o debate teórico realizado pelo trabalho e por outros estudos. Foi verificado que a bibliografia já não abarca a totalidade da realidade, principalmente por não considerar as regiões não metropolitanas em suas análises.

A análise institucional dos marcos regulatórios evidencia a importância da ação estatal na viabilização do mercado de títulos secundários no Brasil, sendo a CEF como principal cedente de Créditos para emissões de CRI e o FGTS como o principal comprador dos CRIs emitidos no Brasil demonstra a importância do Estado no modelo de financeirização brasileiro.

Apesar do trabalho não abarcar toda a dimensão da securitização, o mesmo valoriza um recorte não convencional a outros estudos, a valorização das cidades médias e a análise intraurbana. O tema de estudo é relativamente novo e merece maior aprofundamento e pesquisas, não buscamos esgotar a análise, mas sim contribuir para futuras agendas de pesquisa que visem analisar a temática.

A geografia tem muito a contribuir com tais estudos, ao inserir o ponto de vista do espaço na análise podemos entender quais as dimensões de interescalaridade e a

importância dos estudos de caso na construção de uma teoria geral, destacadas por diversos estudos no tema (AALBEERS; SANFELICI; 2009; 2013). Se viu necessário entender a atuação de agentes estatais em tais processos, pois a pesquisa deixa claro que essa ação vem sendo uma das marcas da financeirização nacional.

O estudo evidencia a presença de instrumentos de securitização imobiliária em áreas não metropolitanas, o que a bibliografia até recentemente dizia ser restrito a regiões metropolitanas (RUFINO, 2013). Entendemos que a análise não se encontra finalizada, muito ainda precisa ser investigado, principalmente na escala da rede urbana da financeirização. Buscamos com este trabalho contribuir com estudos futuros e evidenciar a necessidade de pesquisas que valorizem recortes territoriais não metropolitanos, como as cidades médias.

Bibliografia

ABREU, M. A. **Produção imobiliária e os espaços da financeirização: entre o abstrato da riqueza financeira e o concreto da cidade produzida.** 2019. 231 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/182172>>. Acesso em: 24 dez. 2019.

AMORIM, W. V. **A produção imobiliária e a reestruturação das cidades médias: Londrina e Maringá/PR.** 2015. 413 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/127982>>. Acesso em: 24 dez. 2019.

ANBIMA. **Estudos especiais e produtos de captação:** certificados de recebíveis imobiliários. Rio de Janeiro, 2015.

BARCELLA, B. L. S. **A dinâmicas dos agentes imobiliários e suas estratégias fundiárias em cidades médias:** da reprodução do capital à reprodução das desigualdades socioespaciais. 2018. 216 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/153193>>. Acesso em: 24 dez. 2019.

BOTELHO, A. **O urbano em fragmentos:** a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

CARVALHO, M. C. **Relatório de qualificação de doutorado defendido na FCT UNESP.** Presidente Prudente, 2019.

COIMBRA, A. F. **Mercado imobiliário, produção habitacional e desigualdades socioespaciais em cidades médias paulistas: Bauru e São José do Rio Preto.** 2018.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2018.

DEL VALLE, R. M. C. G. Económica y reconfiguraciones territoriales. Jornadas de Geografía Económica, 5, 2012, Girona. **Anais**. Girona: Universidade de Girona, 2012.

HARVEY, D. **Los limites del capitalismo y la teoria marxista**. Mexico, DF: Fondo de Cultura Economica, 1990.

MELAZZO, E. S.; ABREU, M. A. A expansão da securitização imobiliária: uma prospecção a partir da cidade de Ribeirão Preto-SP. **Geosp - Espaço e Tempo**, v. 23, n. 1, p. 22-39, abr. 2019.

PAIVA, C. C. **A diáspora do capital imobiliário, sua dinâmica de valorização e a cidade no capitalismo contemporâneo: a irracionalidade em processo**. 2007. Tese (Doutorado em Economia), Unicamp, Campinas, 2007.

PEREIRA, A. L. S. **Intervenções em centros urbanos e conflitos distributivos: modelos regulatórios, circuitos de valorização e estratégias discursivas**. 2015. 307 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-19052016-111952/publico/AlvaroPereiraTeseDoutorado.pdf>>. Acesso em: 24 dez. 2019.

REIS, B. P. **Produção do espaço urbano e dinâmica imobiliária em cidades médias: os casos de Presidente Prudente (SP), São José do Rio Preto (SP) e Lleida (ESP)**. 2015. 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/139200/000865856.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 24 dez. 2019.

RB CAPITAL. **Termo de securitização de termos imobiliários**. 2014. Disponível em: <<http://www.rbcapitalsecuritizadora.com/emissoes/rb-capitalcompanhia-de-securitizacao/default.aspx?tipo=securitizacao&id=109>>. Acesso em: 24 dez. 2019.

ROLNIK R. **A guerra dos lugares**. A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo. 2015.

ROYER, L. O. **Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas**. 2009. 193 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-19032010-114007/publico/Doutorado_LucianadeOliveiraRoyer.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2019.

ROYER, L. O. O FGTS e o mercado de títulos de base imobiliária: relações e tendências. **Cadernos da Metrópole**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 33-51, abr. 2016.

SANFELICI, D. As escalas de acumulação na produção das cidades. In: CARLOS, A. F.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

SANFELICI, D.; HALBERT, L. **Financial market actors as urban policy-makers: the case of real estate investment trusts in Brazil**. Urban Geography. 2016.

UQBAR. **Anuário UQBAR: securitização e financiamento imobiliário**. 2016. Disponível em: <<http://www.uqbar.com.br/publicacoes/anuario-securitizacao-financiamento-imobiliario-2016.jsp>>. Acesso em: 24 dez. 2019.

Sobre o autor (Informações cedidas pelo autor)

João Vitor de Souza Ferreira

Graduando em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente. FCT-UNESP/ Bolsista de Iniciação Científica FAPESP.

Como citar esse artigo

FERREIRA, J. V. de S. O circuito financeiro-imobiliário em Presidente Prudente: Novos condicionamentos na produção do espaço urbano, o estudo de caso a partir de instrumentos de securitização imobiliária. In: **Revista Geografia em Atos** (GeoAtos online) -60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios - v. 08, n. 15, p. 198-216, dez/2019. DOI: 10.35416/geoatos.v8i15.7009

Recebido em: 2019-11-25

Devolvido para correções: 2019-12-18

Aceito em: 2019-12-25

O COMÉRCIO EXTERIOR NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP: UMA ANÁLISE DOS FLUXOS DE EXPORTAÇÕES NO PERÍODO DE 2000 A 2018

Tainá Akemy Chiaveri Iwata

<https://orcid.org/0000-0002-8702-611X>
Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP
E-mail: tataakemy@gmail.com

DOI: 10.35416/geoatos.v8i15.6998

Resumo

Nos últimos anos, o Brasil tem aumentado sua pauta de exportações, não somente de *commodities* agrícolas, minérios, mas também de produtos manufaturados. A política comercial brasileira passa a estabelecer relações mais próximas com os países em desenvolvimento, ampliando seus parceiros comerciais fora da América Latina, além de fortalecer o MERCOSUL e o relações com a América do Sul. Assim, a partir de 2003 houve um aumento das relações comerciais entre o país e os BRICS, tal aumento deve-se ao crescimento da economia de 2003 até 2014, além da política externa do governo brasileiro (governo Lula - 2003-2010 e governo Dilma 2010-2014 e 2015-2016) com valorização do comércio exterior, visando ampliar a inserção no mercado internacional. É nesse contexto que se insere as empresas localizadas em cidades médias da região Oeste Paulista, que passaram a se inserir na nova divisão territorial do trabalho, exportando seus produtos para diversos países do mundo. O objetivo deste trabalho é analisar o comércio exterior a partir do grau de intensidade tecnológica dos produtos, destacando os fluxos de exportações do município de Presidente Prudente- SP.

Palavras-chave: Economia; Comércio Exterior; Exportações; Intensidade Tecnológica.

FOREIGN TRADE IN PRESIDENTE PRUDENTE, SP: AN ANALYSIS OF EXPORT FLOWS FROM 2000 TO 2018

Abstract

In recent years, Brazil has increased its export agenda, not only agricultural commodities and mineral ores, but also of manufactured products. Brazilian trade policy begins to establish closer relations with developing countries, expanding its trading partners outside Latin America, as well as strengthening MERCOSUR and relations with South America. Thus, from 2003 there was an increase in trade relations between the country and the BRICS, this increase is due to the growth of the economy from 2003 to 2014, in addition to the foreign policy of the Brazilian government (Lula government - 2003-2010 and Dilma government 2010-2014 and 2015-2016) with appreciation of foreign trade, aiming to expand the insertion in the international market. It is in this context that companies located in medium cities in the West Region of Sao Paulo State are inserted, which began to be inserted in the new territorial division of labor, exporting their products to several countries of the world. The objective of this paper is to analyze foreign trade from the degree of technological intensity of products, highlighting the export flows of the municipality of Presidente Prudente, SP.

Keywords: Economy; Foreign Trade; Exports; Technological Intensity.

EL COMERCIO EXTERIOR DEL PRESIDENTE PRUDENTE-SP: UN ANÁLISIS DE LOS FLUJOS DE EXPORTACIÓN DE 2000 A 2018

Resumen

En los últimos años, Brasil ha aumentado sus exportaciones, no solo de productos agrícolas, minerales, sino también de productos manufacturados. La política comercial brasileña ahora establece relaciones más estrechas con los países en desarrollo, ampliando sus socios comerciales fuera de América Latina, así como fortaleciendo el MERCOSUR y las relaciones con América del Sur. Por lo tanto, a partir de 2003 hubo un aumento en las relaciones entre el país y los BRICS, este aumento se debe al crecimiento de la economía de 2003 a 2014, además de la política exterior del gobierno brasileño (gobierno de Lula - 2003-2010 y gobierno Dilma 2010-2014 y 2015-2016), con una apreciación del comercio exterior, con el fin de expandir su inserción en el mercado internacional, que es donde se insertan las empresas ubicadas en ciudades medianas de la región paulista occidental, que se han convertido en parte de la nueva división territorial del trabajo, exportando sus productos a varios países del mundo. El objetivo de este trabajo es analizar el comercio exterior en función del grado de intensidad tecnológica de los productos, destacando los flujos de exportación del municipio de Presidente Prudente- SP

Palabras-clave: Economía; Comercio Exterior; Exportaciones; Intensidad Tecnológica.

Introdução

A economia mundial vem passando por diversas transformações, tanto no processo econômico quanto no produtivo, resultantes do processo de globalização.

A globalização e o desenvolvimento dos avanços tecnológicos aprofundaram as relações comerciais entre os países. Desde modo, o desenvolvimento do sistema de transportes e avanço das telecomunicações facilitou a mobilidade geográfica do capital e das mercadorias, ampliando as relações estabelecidas entre os países.

Neste sentido, nas últimas décadas, esse processo tornou-se mais presente, acarretando em mudanças estruturais em diversas escalas, local e global, o qual pode caracterizar como globalização. Sob esta perspectiva, a globalização “é uma forma mais avançada e complexa da internacionalização, implicando um certo grau de integração funcional entre as atividades econômicas dispersas” (DICKEN, 1992 apud ORTIZ, 1998, p. 15-16).

Assim, com o processo de globalização, o comércio internacional passou por transformações, principalmente em sua composição, à qual foram aderidas novas dinâmicas

e padrões produtivos, ocasionando na fragmentação dos processos produtivos de bens e resultando numa distribuição geográfica em cadeias globais de valor. Desde modo, essa fragmentação contribui para formação de diferentes circuitos espaciais da produção formados por empresas de diferentes portes.

Ademais, as empresas passaram a procurar uma maior flexibilização do uso do capital e do trabalho, acarretando, assim, na redução dos custos, especialmente na mão-de-obra, adaptando-as às novas exigências de competitividade para garantir sua presença no novo cenário mundial.

Vale salientar que este processo se inicia a partir do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, pois neste momento o processo de produção fordista entra em crise, ocasionando, assim, uma crise no mundo capitalista. Nesse período, instaura-se uma queda no “padrão de acumulação, na taxa de crescimento, na taxa de lucro e na produtividade” (HARVEY, 1989, GOMES, 2007, p. 2). Com a crise, iniciam-se mudanças na forma de produção, buscando novas formas produtivas, levando em conta a inserção no mundo globalizado e as inovações tecnológicas, sejam de produtos ou de processos, resultantes da reestruturação produtiva.

Para Druck (1996, p.27), “a reestruturação produtiva, iniciada nos anos 70 nos países centrais, é uma resposta a um determinado padrão de desenvolvimento capitalista que entrou em crise: o fordismo”. Além disso, a globalização e a reestruturação produtiva estão interligadas, sendo “um movimento de caráter estrutural que ocorre no plano da produção e do trabalho e realiza transformações indispensáveis a esta fase histórica do capitalismo” (DRUCK, 1996, p. 27).

Corroborando a afirmação anterior, de acordo com Gomes (2011):

A reestruturação produtiva são transformações que vêm ocorrendo na indústria sejam de ordem técnica ou do ponto de vista do trabalho e também na lógica espacial. Assim, consideramos a reestruturação como algo dinâmico, um processo dialético, em que elementos do “novo” e do “velho” coexistem na mesma empresa, isto é, as características do fordismo e da produção flexível. (GOMES, 2011, p.56)

A partir deste momento, surgem novas formas de organização do processo produtivo. Isto ocorre devido ao desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e dos meios de transporte. É notável a mudança na dinâmica da

economia internacional fundamentada na intensificação da internacionalização da produção e do grau de integração global das economias (OLIVEIRA, 2014).

Deste modo, “as novas tecnologias de computação e de telecomunicação permitem que os produtos sejam resultados de operações efetivadas em diferentes países e mesmo continentes, vinculadas em tempo real” (GORENDER, 1997, p. 324).

No Brasil, a partir da década de 1980, ocorrem mudanças no setor econômico, iniciadas pela tentativa de estabilização da economia, além da abertura comercial e financeira, resultante da adesão da política neoliberal, “levando as empresas a buscar por ajustes aos padrões produtivos e gerenciais das empresas e novas formas de organização de produção e de trabalho” (GOMES, 2002).

Neste contexto, segundo Gomes (2007):

No Brasil, o processo de reestruturação produtiva ocorre *pari passu* às transformações tecnológicas, produtivas, organizacionais nas empresas, aos novos padrões de competitividade, resultantes do movimento de reestruturação industrial nos países capitalistas avançados como resposta à crise do padrão de produção fordista e às mudanças econômicas em curso no país, num contexto de crise do modelo de desenvolvimento baseado na “substituição das importações”, a partir do final dos anos 1970 (GOMES, 2007, p. 3).

Esse processo de reestruturação produtiva ganhou forças em 1990, em conjunto com a política neoliberal e abertura comercial, além da decorrência da desconcentração econômica e industrial, pois as empresas passaram a buscar novos espaços industriais, os quais determinaram a formação de “dois movimentos de desconcentração, um em direção ao Interior do Estado e outro em direção a outros estados” (GOMES, 2007, p. 4).

Pari passu ao processo de desconcentração econômica e industrial a partir da metrópole paulista, há na região Oeste Paulista uma reorganização produtiva, com a inserção de novas empresas, com a fabricação de produtos de maior valor agregado e uso mais intenso de tecnologia.

O objetivo deste trabalho é analisar o comércio exterior a partir do grau de intensidade tecnológica dos produtos e fluxos de exportações do município de Presidente Prudente- SP.

A metodologia para desenvolvimento deste trabalho baseou-se no levantamento documental e bibliográfico sobre o comércio exterior, divisão internacional do trabalho,

globalização, reestruturação produtiva, grau de intensidade tecnológica dos produtos, entre outros, bem como na coleta de dados e informações junto ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Comex Stat (gov), Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (Ministério do Trabalho), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), Prefeitura Municipal de Presidente Prudente.

Para a análise da intensidade tecnológica dos produtos utilizou-se a proposta da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) (2011), que atribui ao código de classificação de empresas e setores de atividade de acordo com o nível de intensidade tecnológica, o qual agrupa os setores da indústria de transformação de acordo com sua intensidade tecnológica (alta, média-alta, média-baixa e baixa). Deste modo, este artigo adota a classificação publicada em 2014¹ pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que apresenta a classificação de setores de alta tecnologia e média-alta tecnologia parte da intensidade de gastos com P&D, enquanto que, para os níveis de média-baixa tecnologia e baixa tecnologia. Por fim, foram utilizadas a Software Qgis (Quantum Gis) para a elaboração dos mapas aqui apresentados.

Brasil e o comércio exterior: algumas considerações

Antes de tratar da pauta das exportações no município de Presidente Prudente, é importante destacar a evolução do comércio exterior no Brasil nos últimos anos.

O comércio passou a ser uma grande fonte de entrada de capital, e compoendo grande parte do Produto Interno Bruto da maioria dos países. Assim, o Comércio Internacional é representado pelas vendas, que são representadas pelas exportações e as compras pelas importações. (MAIA, 2000, p. 26)

No Brasil, o comércio exterior vem passando por transformações significativas. Isso ocorreu pela incorporação de novas tecnologias e indústrias em todo território brasileiro. Até os anos de 1960 as exportações brasileiras eram restritas apenas a produtos primários, tais como café, algodão, açúcar e minérios. Atualmente, as exportações são mais

¹ CAVALCANTE, L. R. (Org). **Classificações tecnológicas**: uma sistematização. Nota Técnica, n.17, Brasília: IPEA, Mar, 2014.

diversificadas, apresentando desde produtos primários, como soja, milho, café, carnes de frango e bovina até minérios, petróleo e produtos manufaturados como automóveis, aeronaves, entre outros.

Assim, observa-se que com o processo de globalização em curso há um aprofundamento das relações comerciais entre os países, novos países se destacam, entre eles os membros do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), com suas diferenças na inserção no circuito da globalização vem ganhando destaque no comércio internacional.

No caso do Brasil, desde a adesão das políticas neoliberais o país que sofreu consequência com a abertura econômica e financeira implementada no período, suas empresas vêm buscando se inserir na economia globalizada, para isso vem buscando tornar-se competitivas no cenário mundial.

Neste contexto,

Mudanças ocorridas no sistema internacional, que não se apresentavam como cenários previsíveis antes dos anos noventa, influenciaram a política externa brasileira na primeira década do século XXI. Cabe destacar: 1) o processo de intensificação do unilateralismo norte-americano, especialmente durante os governos de W. Bush (2001-2008); 2) o impacto da ascensão da China; 3) a valorização das commodities agrícolas a partir de 2003; 4) a reestruturação dos eixos de desenvolvimento mundial, em particular o papel de Índia, Rússia e África do Sul; 5) o crescimento dos fluxos de comércio para países que até 1990 não eram relevantes para o Brasil; 6) o papel atribuído pelo Brasil às negociações econômicas multilaterais, evidenciado pela participação ativa do país no G-20 financeiro (VIGEVANI, RAMANZINI JÚNIOR, 2011)².

O governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), realizou grandes impulsos para a integração sul-americana, ocasionado pelo papel de liderança pelo Brasil. O Brasil obteve uma grande diversidade de parcerias, evidenciando a cooperação sul-sul na agenda externa brasileira.

O impulso às alianças com nações emergentes e subdesenvolvidas, como o Brasil, não se deveu aos desejos de união terceiro-mundistas nem antiimperialistas. Esta agenda

²VIGEVANI, T.; RAMANZINI Júnior, H. A ideia de multilateralismo. Disponível em: <<https://cnd.fgv.br/sites/cnd.fgv.br/files/Tullo%20Vigevani%20e%20Haroldo%20Ramanzini%20J%C3%BAnior%20-%20A%20ideia%20de%20multilateralismo.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

expressou o pragmatismo da política externa lulista na busca de mercados e áreas para investimentos do capital brasileiro e internacional associado, pois ao mesmo tempo em que desenvolveu o “eixo sul-sul”, manteve boas relações políticas e comerciais com norte-americanos e europeus (ARAUJO, 2011, p. 9).

As mudanças na política externa brasileira articulada pelo governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva são destacadas por Vigevani e Cepaluni (2007) através das seguintes diretrizes:

1ª contribuir para a busca de maior equilíbrio internacional, procurando atenuar o unilateralismo; 2ª fortalecer relações bilaterais e multilaterais de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais; 3ª adensar relações diplomáticas no sentido de aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico, cultural, etc.; e 4ª evitar acordos que possam comprometer a longo prazo o desenvolvimento (VIGEVAANI; CEPALUNI, 2007, p. 291).

Nas últimas décadas, ocorreu um crescimento do número de blocos econômicos (NAFTA³, MERCOSUL,⁴ Pacto Andino⁵, União Europeia⁶, ASEAN⁷, APEC⁸, SADC⁹ entre outros), que buscam aprofundar as relações comerciais entre os países. Deste modo, observa-se um novo cenário no comércio internacional, pois com a economia mundial globalizada houve uma tendência comercial de formação de blocos econômico, estes são criados com a finalidade de facilitar o comércio entre os países membros.

O comércio internacional se concentra, principalmente entre União Europeia, Estados Unidos e contudo nos últimos anos assiste-se um aumento exponencial da

³ Tratado Norte-Americano de Livre Comércio composto pelo Canadá, México e Estados Unidos, numa atmosfera de livre comércio, entrou em vigor em 1 de janeiro de 1994.

⁴ O MERCOSUL é uma organização intergovernamental, que estabelece uma relação de integração regional da América Latina, pelos membros fundadores Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, signatários do Tratado de Assunção de 1991.

⁵ A Comunidade Andina de Nações é composta pelos países sul-americanos situados na região Noroeste do Continente. Foi criado em 1969 pela Bolívia, Peru, Colômbia e Equador.

⁶ União econômica e política composta por 28 Estados-membros independentes situados na Europa, tendo o tratado de Maastricht como instituição da União Europeia em 1993.

⁷ A organização foi criada em 1989, formada 21 países-membros localizado no Círculo do Pacífico, que visa promover o livre comércio e a cooperação econômica em toda a região da Ásia-Pacífico

⁸ Associação das Nações do Sudeste Asiático, formada pela Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura, Tailândia, Brunei, Vietnã, Mianma, Laos e Camboja. Entre seus principais objetivos está a aceleração do crescimento econômico e fomentar a paz mundial.

⁹ A sigla, refere-se a *Southern Africa Development Community*, que engloba 15 países africanos e tornou-se viável apenas após o fim do regime de segregação racial na África do Sul, o Apartheid.

participação dos países emergentes, especialmente os chamados BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)¹⁰ Atualmente, a União Europeia, a China e os Estados Unidos são os três maiores negociadores globais no comércio internacional.

Com o aprofundamento do processo de globalização, o comércio internacional passou por transformações, principalmente em sua composição, o qual aderiu novas dinâmicas e padrões produtivos. As empresas passaram a procurar uma maior flexibilização do uso do capital e do trabalho, acarretando, assim, na redução dos custos, especialmente na mão de obra, adaptando-as às novas exigências de competitividade para garantir sua presença no novo cenário mundial.

Assim, em relação ao comércio exterior, houve um aumento nas exportações brasileiras de produtos não industriais, ao mesmo tempo em que as exportações industriais caíram, principalmente as dos setores de alta tecnologia.

O aumento da participação de produtos não industriais e a queda das exportações de produtos de alta tecnologia resultam, em essência, de dois fatores: 1. A profunda mudança no destino das exportações brasileiras, com significativo incremento da participação de países emergentes, cuja demanda por produtos não industriais é relevante; 2. A redução da competitividade externa de setores que dependem de uma taxa de câmbio competitiva, especialmente setores industriais de alta e média-alta tecnologia (CURADO, 2011, p. 101).

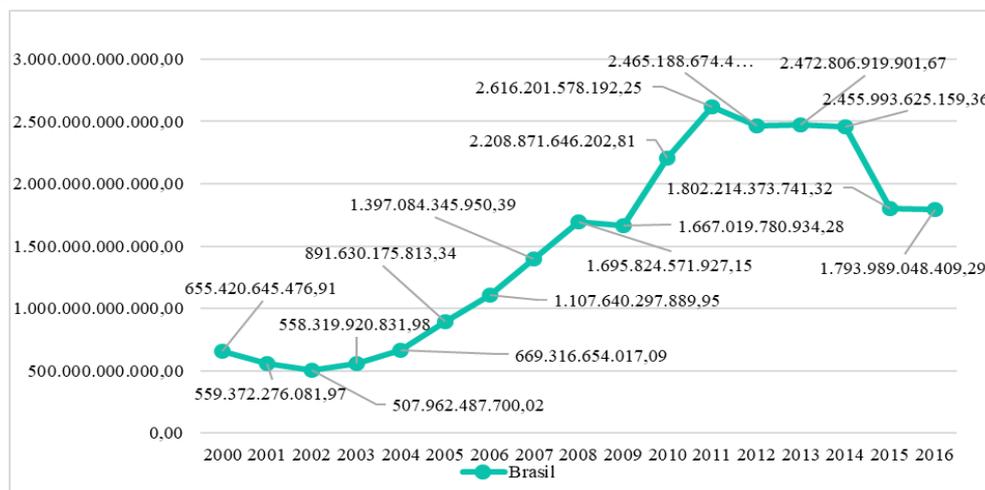
Com alteração na política externa brasileira a partir de 2003, o Brasil amplia suas relações comerciais com os BRICS, países latino-americanos, asiáticos, africanos e do Oriente Médio numa relação de Cooperação Sul-Sul.

Atualmente, o Brasil é a nona economia do mundo com PIB de 6,6 trilhões de reais (IBGE, 2018), é considerada a segunda maior economia do continente americano, atrás apenas da economia dos Estados Unidos, entretanto nos últimos vem sofrendo uma queda, considerando que em 2011 ocupava a sexta posição do *ranking* mundial (FMI, 2011). A figura 1 apresenta o crescimento do PIB brasileiro de 2000-2016, destacando-se que o período de maior crescimento foi em 2011 e já os anos de 2012 a 2014 mantiveram a estabilidade em relação aos anos anteriores. A partir de 2015 observa-se a tendência de

¹⁰ O grupo BRICS – é um acrônimo criado em 2001, pelo economista-chefe do Goldman Sachs Jim O’Neill, o grupo é uma instância de coordenação política entre Brasil, Rússia, Índia, China

queda na participação do PIB. Essa queda é resultado da crise econômica e política que assola o país desde então.

Figura 01. Brasil: Crescimento anual do PIB (produto interno bruto) - 2000 – 2016 (US\$).



Fonte: Dados do Banco Mundial (2019). Elaboração: Tainá Iwata.

Em relação à participação do PIB, em 2016 era de US\$ 1.798,62 dólares, o PIB per capita US\$ 8.649,9 mil (2016), em reais somou-se R\$ 6.266,9 bilhões. Enquanto o PIB por setor de atividade econômica se configura em: agricultura: R\$54.818,00; indústria: R\$300.425,00; serviços: R\$1.063.306,00¹¹(4º trimestre de 2016). (IBGE, 2016)¹²

Foram vários os motivos para a guinada econômica do Brasil, dentre eles: a independência em relação ao petróleo, tornando-se um grande exportador. Esta é uma mudança crucial e muito importante para o desenvolvimento econômico do Brasil e para o crescimento do PIB do nosso país. A atividade econômica brasileira vem se desenvolvendo, fato este que tem propiciado melhores resultados no desenvolvimento do Brasil. Porém, conforme já salientado anteriormente a partir de 2015 se instala no país uma crise econômica e política que culminou no impeachment da Presidente Dilma Rouseff em 2016, mudando todo o cenário de crescimento observado no período anterior.

No âmbito do comércio exterior o Brasil é considerado a 22º maior economia de exportação do mundo. Em 2017, as exportações somaram em US\$ 219 bilhões, destacando

¹¹ Valores em Milhões de Reais.

¹² IBGE. PIB. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1846#resultado>> Acesso em: 10 dez.2019.

os principais destinos das exportações: China, Estados Unidos, Argentina, Holanda e a Alemanha, enquanto as importações foram na ordem de US\$ 140 bilhões e o país tornou-se o 31º maior importador do mundo, tendo como principais parceiros: China, Estados Unidos, Argentina, Alemanha e a Coreia do Sul (OEC, 2019).

Neste contexto, o Brasil ampliou suas relações comerciais com países da África e Ásia, sendo a China o principal mercado para os produtos brasileiros. As exportações representam US\$36,6 bilhões dólares. (OEC, 2018)

A partir de 2003, o Brasil assume uma política externa mais pró-ativa com o estabelecimento de relações com mais próximas com os países em desenvolvimento, os países emergentes, estabelecendo relações com a Índia, a África do Sul, além de países árabes e africanos, ou seja, ampliando seus parceiros comerciais fora da América Latina, além de fortalecer o MERCOSUL e as relações com a América do Sul. Para isto, o governo Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) criou a Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (Apex-Brasil) com o objetivo de promover as exportações, de atrair investimentos externos, além de internacionalizar as empresas brasileiras, atuando, principalmente na América Latina e África.

A tabela 01 mostra a balança comercial brasileira com a participação das exportações e importações no período de 2000 a 2018.

Tabela 01. Brasil: Exportações e Importações (US\$ milhões) - 2000-2005-2010-2015-2018.

Ano	Exportação	Importação
2000	55.018.346.483,00	55.891.118.709,00
2005	118.692.856.544,00	73.468.391.463,00
2010	201.788.337.035,00	181.774.969.378,00
2015	190.971.087.339,00	171.458.999.759,00
2018	239.263.992.681,00	181.230.568.862,00

Fonte: MDCI (2019).

No período analisado (2000 a 2018), a balança comercial brasileira se manteve favorável, com a participação das exportações superior às importações. Todavia, no ano de

2015 o país apresentou uma queda na participação das exportações e também das importações, resultante da crise econômica, que se iniciava naquele momento.

A inserção no mercado externo faz com que algumas regiões se tornem mais competitivas, por possuir produtos com maior nível tecnológico, favorecendo o comércio exterior, promovendo o desenvolvimento local e regional. A região Oeste Paulista, em particular Presidente Prudente, apesar de não possuir uma grande participação de empresas de alta tecnologia vem ampliando sua participação no comércio internacional nos últimos anos, conforme abordaremos a seguir.

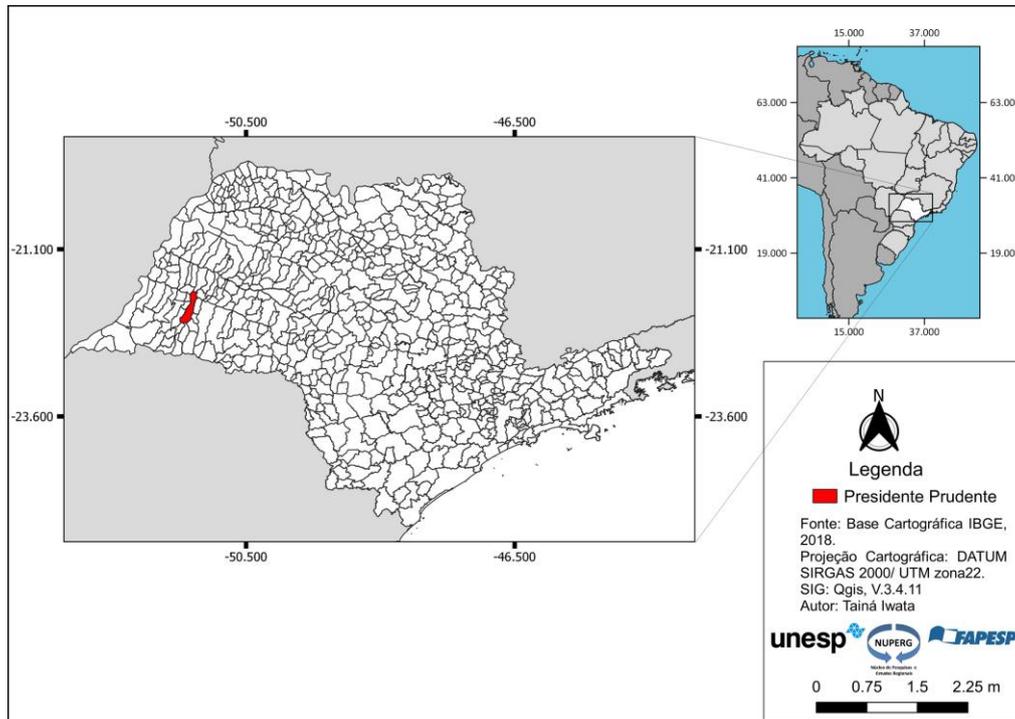
O comércio exterior no município de Presidente Prudente e a predominância de produtos de baixa intensidade tecnológica

A indústria do Oeste Paulista possui forte relação com a agricultura desde a sua formação, com a instalação de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas. Neste contexto, após 1930 instalaram-se na região empresas nacionais e estrangeiras, surgindo, assim, o primeiro surto industrial.

A região, apesar de não possuir um setor industrial tão expressivo, possui relações comerciais bastante significativas tanto no âmbito regional quanto no nacional e internacional. Neste artigo, o recorte utilizado para análise é o município de Presidente Prudente, que possui atualmente uma inserção significativa no comércio internacional.

O município de Presidente Prudente está localizado na região oeste do interior do estado de São Paulo (Figura 02) e possui cerca de 207.610 habitantes (IBGE, 2010).

Figura 02. Localização do Município de Presidente Prudente



Fonte: IBGE (2018).

O município de Presidente Prudente tem sua formação nos primeiros núcleos urbanos pela expansão cafeeira para o Oeste Paulista em fins do século XIX. A participação na economia estadual deu-se com chegada da ferrovia, sendo esse nessa época o principal meio de escoamento da produção do café.

As indústrias de transformações de produtos agrícolas, como de café, algodão e amendoim estabeleceram a inserção do município de Presidente Prudente no ciclo industrial estadual paulista. Assim, até os anos 1970, diversas indústrias de capital nacional e internacional, entre elas, a Sambra, Anderson Clayton, Continental Gincó, entre outras, ligadas à transformação de produtos agrícolas, instalaram-se no município de Presidente Prudente e região, conforme Gomes (2007) e Dundes (1998).

A presença das indústrias ao longo dos anos favoreceu a economia local, além de atrair mão de obra e fomentar o mercado consumidor, proporcionar maior participação econômica às indústrias com capital local. Ademais com o processo de industrialização, principalmente da região, o poder público local, forneceu condições gerais para a atração da atividade industrial.

Nos anos 1970 e 1980, com a modernização da agricultura, com a integração da região Oeste do Estado à economia paulista e nacional, a indústria local se diversifica, ocasionando, assim, a inserção de empresas industriais que não mais estabelecem relação direta com as atividades agrícolas.

Para o desenvolvimento do município de Presidente Prudente, empresas industriais que mais tiveram importância no mercado foram as de origem familiar e de capital local. Esse capital muitas vezes foi acumulado de atividades ligadas à agricultura e ao comércio, como destacaram algumas empresas (Bebidas Wilson, Liane) em Presidente Prudente.

Neste sentido, Gomes (2001) ressalta que

Há que se ressaltar a importância do capital local na contribuição para o desenvolvimento industrial de Presidente Prudente. Os empresários locais não dependeram do poder público para se manterem na ativa, mas utilizaram os seus próprios esforços, graças aos investimentos em modernização da produção, diversificação dos produtos, ampliação dos mercados e também da procedência de capitais de outras atividades desenvolvidas por eles (já que muitos deles investem em outros setores, como comércio, serviços e construção civil), que, sem dúvida, geraram empregos (GOMES, 2001, p. 202).

Não obstante, o processo de desconcentração econômica e industrial a partir da metrópole paulista, as empresas de Presidente Prudente são em sua maioria de origem local, pois não recebeu empresas que fizeram parte do processo de desconcentração econômica e industrial a partir de São Paulo.

Atualmente, a economia do município de Presidente Prudente é composta pela agropecuária, indústria e serviços, sendo o último com maior participação no PIB (Produto Interno Bruto) do município. Segundo dados da Fundação SEADE, em 2016 o PIB municipal foi de R\$ 7.406,41 milhões, sua participação no estado era de 0,36%; a participação do PIB *per capita* era de R\$33.101,42 (IBGE, 2016) e seu IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano) era de 0,806 (IBGE, 2010).

No que diz respeito à participação dos empregos, em 2017 os ramos industriais quem destacaram foram: fabricação de açúcar em bruto, seguido de curtimento e outras preparações de couro; abate de reses, exceto suínos; e fabricação de massas alimentícias; fabricação de artefatos de couro (RAIS, 2017).

Já no setor agropecuário, em 2017 os ramos que mais empregaram foram: a criação de bovinos; atividades de apoio à pecuária; cultivo de cereais; horticultura; criação de outros animais de grande porte (RAIS, 2017).

Em 2017, o município de Presidente Prudente empregou 91.512,00 trabalhadores relacionados aos vínculos empregatícios formais por setores de atividades econômicas (indústria, comércio, serviços, construção civil e agropecuária), dispondo de um rendimento médio de R\$2.211,35 reais. (RAIS, 2017).

A tabela 02, apresenta a participação dos vínculos empregatícios em 2017, por setores de atividades econômicas no município de Presidente Prudente.

Tabela 02. Presidente Prudente: participação dos vínculos empregatícios - 2017

Participação nos vínculos empregatícios	
Agropecuária	0,86
Comércio	27,05
Construção Civil	4,62
Indústria	18,22
Serviços	49,25

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho (2017).

Com base na tabela 02, notamos que o setor que mais emprega no município de Presidente Prudente é o de serviços, seguidos pelo comércio e indústria.

Não obstante, o município não possui grandes empresas industriais, ele participa do comércio internacional para diversos países do mundo, conforme destacaremos a seguir.

No que se refere às exportações, o município de Presidente Prudente em 2018 exportou US\$ 73.731.977,00 milhões de dólares e sua participação no estado foi 0,11%, tendo os principais parceiros: Tailândia, China e Estados Unidos (MDCI, 2018). Ao longo do período analisado, de 2000 a 2018, as exportações do município representaram um total US\$ 2.601.787.377,00 bilhões dólares.

A tabela 03 apresenta o valor das exportações de acordo com grau de intensidade tecnológica no período de 2000 a 2018.

Tabela 03. Presidente Prudente: destino das exportações por bloco econômico e países selecionados– 2000-2005-2010-2015-2018. (US\$ milhões)

Blocos Econômicos	2000	2005	2010	2015	2018
África	6.658.090	3.292.553	32.588.267	22.544.527	15.780.851
América Central e Caribe	44.193	4.947.022	2.114.792	701.933	2.289.354
América do Norte	1.146.451	20.283.720	21.222.734	33.197.519	11.771.360
América do Sul	1.156.309	4.492.502	7.314.762	3.372.555	7.341.507
Ásia	2.504.041	52.588.293	74.262.706	67.726.410	26.685.812
ASEAN	109.275	5.365.794	14.653.519	20.748.695	11.505.553
Europa	20.604.538	70.343.134	26.617.913	12.607.871	72.87.053
União Europeia (UE)	20.604.538	58.829.475	17.867.893	10.772.980	6.862.046
Mercosul	468.533	2.180.294	562.835	913.679	4.175.731
Oceania	-	11.572	-	5.852	149
Oriente Médio	16.533	4.689.753	1.1157.270	4.631.291	2.575.891
Países em Destaque					
China	366.632	20.842.446	23.798.451	35.828.703	10.028.600
Itália	13.906.651	46.129.790	17.390.837	42.10.500,00	2.367.927
Estados Unidos	1.146.451	19.933.885	19.616.679	31.155.606	10.616.630
Tailândia	-	79.360	26.059	17.712.121	11.303.002
Hong Kong	699.927	21.099.751	12942580	6.101.791	4.274.008,00

Fonte: MDCI (2019).

As relações comerciais do município de Presidente Prudente, no que diz respeito às exportações tem sido diversa, ou seja, entre diferentes países do mundo, conforme demonstrado na tabela 3, que mostra o destino das exportações brasileiras por bloco econômico. No ano 2000 o maior parceiro do município de Presidente Prudente foi a Europa, já em 2005, não obstante a Europa continuar sendo o principal destino das exportações, Ásia aparece em segundo lugar. Em 2010 a Ásia passar a ser o principal parceiro das exportações, sendo a China, o principal país destino e mantém a tendência até 2018, porém neste ano observa-se uma queda na pauta de exportações do município e um crescimento dos países da América do Sul e do Mercosul.

O destaque para o crescimento da Ásia, principalmente a China faz parte da mudança na política externa do país a partir de 2003 com o governo Luis Inácio da Silva, que priorizou as relações comerciais numa cooperação Sul-Sul.

Os dados da pauta de exportações também revelam que os três maiores compradores de produtos do município de Presidente Prudente no período analisado: em 2000, o maior importador do município foi a Itália com cerca de US\$13.906.651,00 de

dólares, seguido por Portugal com US\$ 5.540.349,00 de dólares e Nigéria 3.290.000,00 de dólares. No ano de 2005, a Itália continuou sendo o maior parceiro comercial do município exportou para o país um montante no valor de US\$46.129.790,00 de dólares, seguidos por Hong Kong com US\$21.099.751,00 de dólares e pela China US\$20.842.446,00 de dólares. Em 2010, foi a China com US\$23.798.451,00 de dólares, seguida pelos Estados Unidos com US\$19.616.679,00 de dólares, e pela Itália com US\$17.390.837,00 de dólares.

No ano de 2015, a China obteve o maior valor acumulado nas exportações com um total de US\$35.828.703,00 de dólares, o segundo foram os Estados Unidos com US\$31.155.606,00 de dólares, e em terceiro lugar aparece a Tailândia, que importou US\$17.712.121,00 de dólares. Por fim, no ano de 2018, o maior importador do município foi a Tailândia com US\$ 11.303.002,00 de dólares, seguido pelos Estados Unidos com US\$ 10.616.630,00 de dólares e pela China com 10.028.600,00 de dólares.

Na tabela 04, podemos verificar o valor total das exportações no período de 2000 a 2018, apresentando uma queda significativa no ano de 2018.

Tabela 04. Presidente Prudente: valor da participação das Exportações -2000-2005-2010-2015-2018. (US\$ Milhões)

Ano	Valor
2000	32.130.155,00
2005	160.648.549,00
2010	175.278.444,00
2015	144.787.958,00
2018	73.731.977,00

Fonte: MDCI (2019).

Os dados da tabela 04 revelam as oscilações na pauta de exportações do município de Presidente Prudente a partir de 2015. Em 2018 há uma expressiva queda nas exportações, chegando a aproximadamente 50,92% Essa queda está relacionada ao aprofundamento da crise política e econômica em curso no país desde 2015.

No que se refere às importações realizadas pelo município de Presidente Prudente no período de 2000 a 2018, observa-se uma queda a partir de 2015, conforme pode ser observado na tabela 05.

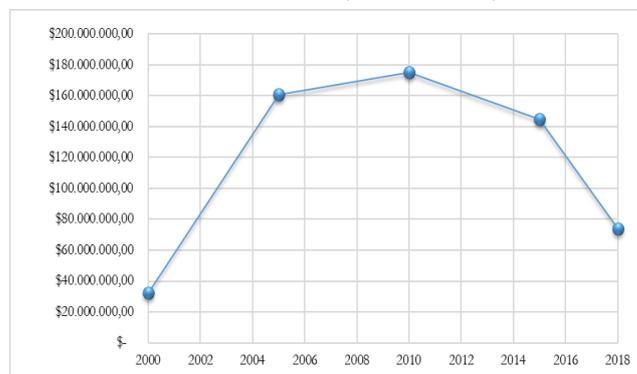
Tabela 05. Presidente Prudente: participação das importações -2000-2005-2010-2015-2018. (US\$ Milhões)

Ano	Valor
2000	4.541.630,00
2005	9.384.097,00
2010	11.079.362,00
2015	10.529.808,00
2018	9.277.943,00

Fonte: MDCI (2019).

A figura 03 apresenta as exportações no período de 2000 a 2018, quando analisamos a tabela 03 em conjunto com figura 03, podemos observar uma tendência de crescimento na pauta de exportação do município de Presidente Prudente, que se mantém até 2010, já a partir deste ano observou uma queda da participação das exportações, aprofundando, principalmente após o ano de 2016. A tal queda na pauta de exportações pode estar relacionada à crise política e econômica que afetou o país a partir desse período.

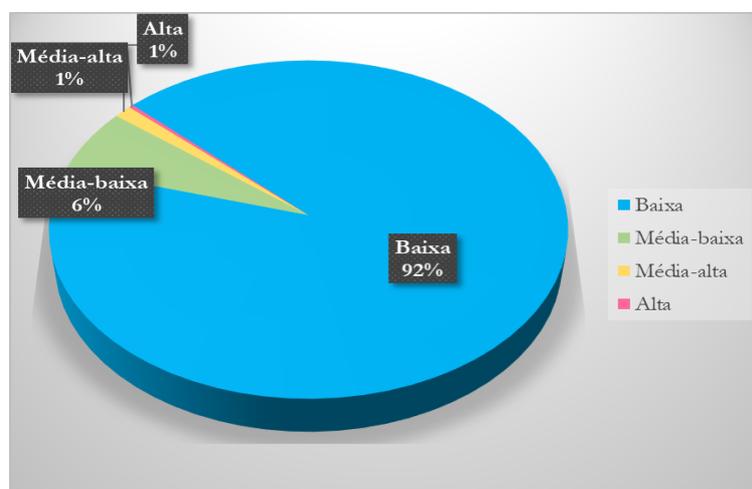
Figura 03. Presidente Prudente: crescimento das exportações no período de 2000-2005-2010-2015-2018. (US\$ Milhões)



Fonte: MDCI (2019).

No que diz respeito ao grau de intensidade tecnológica, a figura 04, apresenta o grau de tecnologia dos produtos exportados pelo município de Presidente Prudente no período de 2000 a 2018. Os dados revelam a ínfima participação de produtos de alta tecnologia e uma expressiva participação de produtos com baixa tecnologia, representando 92%, do total de produtos exportados pelo município de Presidente Prudente.

Figura 04. Presidente Prudente: grau de intensidade tecnológica dos produtos exportados - 2000-2001-2005-2010-2015-2018 (US\$ milhões)



Fonte: MDCI (2019). Classificação dos Produtos: OCDE (2011).

O quadro 01 mostra os produtos que foram exportados no período de 2000 a 2018, segundo grau de intensidade tecnológica, destacando os produtos com baixa tecnologia.

Quadro 01. Presidente Prudente: grau de intensidade tecnológica dos produtos exportados – 2018.

Grau de Intensidade Tecnológica	Produtos
Baixa	<p>Açúcares e produtos de confeitaria; Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; Carnes e miudezas, comestíveis;</p> <p>Brinquedos, jogos, artigos para divertimento ou para esporte;</p> <p>Calçados, polainas e artefatos semelhantes; Chapéus e artefatos de uso semelhante;</p> <p>Ferro fundido, ferro e aço; Filamentos sintéticos ou artificiais;</p> <p>Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais; Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal;</p> <p>Livros, jornais, gravuras e outros produtos das indústrias gráficas; textos manuscritos ou datilografados, planos e plantas;</p> <p>Materiais albuminóides; produtos à base de amidos ou de féculas modificados; colas; enzimas;</p> <p>Outros artefatos têxteis confeccionados; sortidos; artefatos de matérias têxteis, calçados, chapéus e artefatos de uso semelhante, outros produtos de origem animal.</p> <p>Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão;</p> <p>Peles, exceto as peles com pelo, e couros;</p> <p>Preparações à base de cereais, farinhas, amidos, féculas ou leite;</p>

	produtos de pastelaria; Preparações alimentícias diversas; Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens; Tecidos de malha; Vestuário e seus acessórios, de malha.
Média- Baixa	Alumínio e suas obras; Obras de couro; artigos de correio ou de seleiro; artigos de viagem, bolsas e artefatos semelhantes; obras de tripa; Obras de ferro fundido, ferro ou aço; Plásticos e suas obras; Vidro e suas obras.

Quadro 01- Presidente Prudente: grau de intensidade tecnológica dos produtos exportados – 2018
- Continuação

Grau de Intensidade Tecnológica	Produtos
Média-Alta	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios; Óleos essenciais e resinoides; produtos de perfumaria ou de toucador preparados e preparações cosméticas; Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos; Produtos químicos orgânicos; Sabões, agentes orgânicos de superfície, preparações para lavagem, preparações lubrificantes, ceras artificiais, ceras preparadas, produtos de conservação e limpeza, velas e artigos semelhantes, massas ou pastas para modelar, "ceras" para dentistas.
Alta	Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia, de medida, de controle ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; suas partes e acessórios; Produtos diversos das indústrias químicas; Produtos farmacêuticos; Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos.

Fonte: MDCI (2019). Classificação dos Produtos: OCDE (2011).

Com base no quadro 01, em conjunto com o gráfico de grau de intensidade apresentado na figura 3, é possível verificarmos que os produtos mais exportados são produtos de baixa intensidade tecnológica (92%), como carnes e miudezas, comestíveis, isso ocorre devido à maior concentração produtiva ser no setor agropecuário. Já os produtos de média baixa tecnologia correspondem a 6% exportados, entre eles: produtos

de couro; artigos de correeiro ou de seleiro; artigos de viagem, bolsas e artefatos semelhantes; obras de tripa. Os produtos de média alta tecnologia correspondem a 1% do total dos exportados, em sua maioria são máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes. Também observa a baixa participação dos produtos exportados de alta tecnologia, que correspondem a 1%, sendo em grande parte instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia, de medida, de controle ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos.

De modo geral, os dados revelam a baixa intensidade tecnológica dos produtos das empresas industriais do município de Presidente Prudente. Não há no município empresas de alta tecnologia, já que sua maioria está ligada à transformação de produtos locais e regionais. Entretanto, apesar da baixa participação de produtos de alta tecnologia, o município mantém relações comerciais com diversos países da América Latina, países árabes e africanos, além dos BRICS, inserindo na nova divisão territorial do trabalho, além da influência regional representada pela presença de comércios, serviços, lazer e entretenimento.

Considerações Finais

A globalização e os avanços tecnológicos aprofundaram as relações comerciais entre os países. Deste modo, o processo de globalização em curso contribuiu para uma nova divisão territorial do trabalho. Santos e Silveira (2001) afirma que,

Graças aos progressos da ciência e da técnica e à circulação acelerada de informações, geram-se as condições materiais e imateriais para aumentar a especialização do trabalho nos lugares. Cada ponto do território modernizado é chamado a oferecer aptidões específicas à produção, é uma nova divisão territorial, fundada na ocupação de áreas até então periféricas e na remodelação de regiões já ocupadas. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 105)

A partir de 2003 a política comercial brasileira passa a estabelecer relações mais próximas com os países em desenvolvimento, ampliando seus parceiros comerciais fora da América Latina, como os BRICS, países árabes e africanos, além de fortalecer o MERCOSUL e as relações com a América do Sul. Porém, a partir de 2015 ocorre uma queda na pauta das exportações brasileiras.

O município de Presidente Prudente é considerado um polo regional no setor terciário constituído pelo comércio e prestação de serviços, não possui indústria de alta tecnologia. É considerada uma cidade média pela influência regional que exerce, atendendo a uma demanda de serviços médico-hospitalares, educacionais e entretenimento.

As empresas hoje cada vez mais buscam tornar-se competitivas, implementando mudanças no processo produtivo e do trabalho. As empresas de Presidente Prudente, não obstante o baixo grau de intensidade tecnológica, também passaram por esse processo de reestruturação produtiva a partir dos anos 1990, conforme destacou Gomes (2007).

Apesar do município de Presidente Prudente apresentar uma baixa participação na composição do PIB e de possuir uma participação baixa nas exportações, ele possui grande importância, por ser considerado um impulsionador regional, tendo uma grande participação no desenvolvimento regional. Ademais, o município faz parte dos impulsos econômicos, com a fragmentação do processo produtivo e redistribuição das indústrias no município, incorporou setores industriais que não possuía, contribuindo para sua inserção na nova divisão territorial do trabalho.

Em suma, os dados apresentados neste artigo revelam a baixa intensidade tecnológica dos produtos das empresas industriais do município de Presidente Prudente. Todavia, a cidade tem um papel econômico e regional significativo, com predominância nas atividades de comércio e serviços, do que propriamente industrial.

Referências

ALBUQUERQUE, E. S. *et al.* A integração regional e o comércio exterior paranaense. **Geografia** (Londrina) v. 19 n. 1, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/2383>> Acesso em: 30 set. 2019.

ARAUJO, R. **A presença do Brasil na América do Sul: integração regional e política externa brasileira em debate.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299684839_ARQUIVO_ApresencadoBrasilnaAmericadoSul-integracaoregionalepoliticaexternabrasileiraemdebate-ANPUHSP.pdf>. Acesso em: 08 dez 2019.

ARROYO, M. A espacialidade do futuro ... Além das fronteiras nacionais? **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 491-509, 1995.

ARROYO, M. Circuitos espaciais de produção industrial e fluxos internacionais de mercadorias na dinâmica territorial do estado de São Paulo. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v.2, n. 1, p. 7-26, 2012.

BRASIL - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Base de dados do comércio exterior brasileiro**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/base-de-dados-do-comercio-exterior-brasileiro-arquivos-para-download>> Acesso em: 28 Set. 2018.

BRASIL. Ministério da Economia. Relação Anual de Informações Sociais. RAIS. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>> Acesso em: 10 out 2019

CAVALCANTE, L. R. (Org). **Classificações tecnológicas: uma sistematização**. Nota Técnica, n.17, Brasília: IPEA, Mar, 2014.

CANO W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil**. 2.ed. rev. aum. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: Castro, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 368 p. p. 279-318.

CURADO, M. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula. **Revista Economia & Tecnologia**, [S.l.], v. 7, dez. 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26881>>. Acesso em: 25 dez. 2019.

DUNDES, A. C. O processo de (des) industrialização e o discurso desenvolvimentista em Presidente Prudente- SP. 1998. Dissertação (Mestrado) / FFCLPP/UNESP. Presidente Prudente.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). **Portal de estatísticas do Estado de São Paulo**. Disponível em: <<https://www.seade.gov.br/#>> Acesso em: 28 set. 2018.

GOLDENSTEIN, L.; SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo (1): 21-47, 1980.

GOMES, M. T. S. **A Dinâmica do mercado de trabalho formal: uma análise do setor industrial em Presidente Prudente- SP**. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2001. Acesso em: 18 jun/2019.

GOMES, M. T. S. O debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil. *Raega - O Espaço Geográfico em Análise*, [S.l.], v. 21, abr. 2011. Disponível em:

<<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/21231>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

GOMES, M. T. S. Dinâmica econômica e cidades médias: uma análise sobre a cidade de Uberaba na região do Triângulo Mineiro. **Geosp** – Espaço e Tempo (Online), v. 19, n. 3, p. 516-534, mês. 2016. ISSN 2179-0892. Disponível em: URL:

<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/81733>. DOI:

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2015.81733>. Acesso em: 30 set. 2019.

GOMES, M. T. S. **O processo de reestruturação produtiva em cidades médias do oeste paulista**: Araçatuba, Birigui, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Acesso em: 17 fev. 2019.

GORENDER, J. Globalização, tecnologia e relações de trabalho. **Estudos**

Avançados, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 311-361, abr. 1997. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141997000100017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 set. 2019

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1989 (3. ed.).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Cidades). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 28 set. 2018.

LEITE, P. S. **O Brasil e a cooperação Sul – Sul em três momentos**: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: FUNAG, 2011

LIMA, M. R. S. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**. 48, n.1. 2005. p. 24-59. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a02.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

LIMA, M. R. S. O Brasil e as relações Sul- Sul. In: Dossiê – CEBRI, Desafios da Política externa brasileira.

LIMA, M. R. S. **Brasil e polos emergentes do poder mundial: Rússia, Índia, China e África do Sul**. In: BAUMANN, Renato (org.). *O Brasil e os Demais BRICs: Comércio e Política*. Brasília: CEPAL, 2010.

MAIA, J.M. **Economia internacional e comércio exterior**. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, S. **Cadeias Globais de Valor e os Novos Padrões de Comércio Internacional**: uma Análise Comparada das Estratégias de Inserção de Brasil e Canadá. 223 f. 2014. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

SERIMGARDI-SAMPAIO, S. **Indústria e território em São Paulo**: A estruturação do Multicomplexo Territorial Industrial Paulista: 1950-2005. Campinas- SP, Alínea, 2009.

SILVA, B. B. R. **Inserção brasileira nas Cadeias Globais de Valor**: uma análise a partir das políticas comerciais nacionais adotadas durante 2006 a 2014. 2015. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso Gestão de Comércio Internacional – Faculdade de Ciências Aplicadas. Universidade Estadual de Campinas. Limeira, 2015.

SPOSITO, M. E. B. A divisão territorial do trabalho e as cidades médias no estado de São Paulo. In: **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, Associação de geógrafos brasileiros, n. 26, ano 2004.

SPOSITO, E. S. SPOSITO, M. E. B. SOBARZO, O. (Orgs.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. (Série Geografia em Movimento).

VEIGA, P. M. de; RIOS, S. P. Cadeias Globais de Valor e Implicações para a Formulação de Políticas. In: OLIVEIRA, I. T. M, *et al.* (Org) **Cadeias globais de valor, políticas públicas e desenvolvimento**. IPEA, Brasília. 2017, 618 p.

VIGEVANI, T. RAMANZINI JÚNIOR, H. **A Ideia de Multilateralismo e a política externa brasileira**. Texto apresentado no 8º Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 26 e 27/09/2011. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16929>>. Acesso em: 08 dez 2019.

VIGEVANI, T. e CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. IN: **REVISTA CONTEXTO INTERNACIONAL**, Rio de Janeiro, vol.29, nº2, julho/dezembro 2007.

Sobre a autora (Informações prestadas pela autora)

Tainá Akemy Chiaveri Iwata

Atualmente é bolsista FAPESP, Graduada em Licenciatura em Geografia, e cursando Bacharelado em Geografia.

Como citar esse artigo

IWATA, T. A. C. O comércio exterior no município de Presidente Prudente – SP: uma análise dos fluxos de exportações no período de 2000 a 2018. In: **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)** - 60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios - v. 08, n. 15, p.217-240, dez/2019. DOI: 10.35416/geoatos.v8i15.6998

Recebido em: 2019-11-27

Devolvido para correções: 2019-12-05

Accito em: 2019-12-26